

ANDERSON DEO & LEONARDO SARTORETTO

ORGANIZADORES

DETERMINAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO:

**centralidade do trabalho,
lutas sociais e crítica da
economia política**

Vivemos na era de crise do capitalismo global, uma nova fase histórica da crise estrutural do capital que deve percorrer todo o século XXI. No limar da nova temporalidade histórica, tornam-se candentes uma série de temas para a investigação que dizem respeito às mudanças radicais nos processos de trabalho, na forma (e sentido) da luta de classes, na política, na cultura e na crítica da economia política. Da iniciação científica aos programas de pós-graduação, oferecem-se na academia um conjunto de temas necessários para desvendarmos os novos fenômenos sociais e políticos que emergem da longa temporalidade histórica de decomposição do capital.

É certo que a academia burguesa se caracteriza pela irrelevância de suas investigações científicas no sentido de não ter nenhum compromisso com a crítica da sociedade burguesa. O neopositivismo e o pós-modernismo fragmentaram temas e objetos de pesquisa, desvinculando-os da totalidade concreta e da perspectiva histórica particular, necessárias para a crítica dialética da ordem burguesa. O carreirismo que contamina os burocratas do espírito, amesquinhou o horizonte dos pesquisadores acadêmicos, tornando o produto de suas pesquisas tão insignificante, quanto irrelevante para as necessidades da luta de classes e para o desenvolvimento social. Portanto, o maior desafio do pensamento crítico e dos pesquisadores nas ciências sociais hoje, numa conjuntu-



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

DETERMINAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO: CENTRALIDADE DO
TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA

ANDERSON DEO
LEONARDO SARTORETTO
(ORGANIZADORES)

DETERMINAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO: CENTRALIDADE DO
TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2020



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor

Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega

Vice-Diretor

Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Andrey Ivanov

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Parecerista:

Prof. Dr. Lalo Watanabe Minto, docente do Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE) da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

D479 Determinações do mundo do trabalho : centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política / Anderson Deo, Leonardo Sartoretto (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.

376 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86546-15-6 (Impresso)

ISBN 978-65-86546-11-8 (Digital)

DOI <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8>

1. Trabalho. 2. Conflito social. 3. Política econômica. 4. Neoliberalismo. 5. Capitalismo.
I. Deo, Anderson. II. Sartoretto, Leonardo.

CDD 331

Copyright © 2020, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

OS CAMINHOS DA PESQUISA CIENTÍFICA: UM DEBATE NECESSÁRIO	09
--	----

PARTE I

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E OS CONSELHOS DE SALÁRIOS NO URUGUAI (2005-2009) <i>Alexandre dos Santos Lopes</i>	15
A LOGÍSTICA DO CAOS. O MOTOBOY NO TRÂNSITO HOSTIL E DESPÓTICO DE UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO <i>Aender Luis Guimarães</i>	29
JORNADAS DE HUMILHAÇÕES: OS IMPACTOS SOBRE O CARÁTER PESSOAL NO TRABALHO FLEXÍVEL <i>Vitor Luiz Carvalho da Silva</i>	45

O TRABALHO E O PROCESSO PRODUTIVO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EM LONDRINA-PR <i>Leonardo Antônio Silvano Ferreira</i>	57
O SINDICATO DOS PROFESSORES E O IMPACTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS <i>Alex Ricardo Bombarda</i>	75
BRASIL: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DO “MILAGRE” E A ACUMULAÇÃO FINANCEIRA <i>Francieli Martins Batista</i>	89
CENTRALIDADE DO TRABALHO, PARTIDOS E SINDICATOS <i>Angélica Lovatto</i>	107

PARTE II

“POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA”: A CRISE DO LULO-PETISMO E O PAPEL DA BANCADA EVANGÉLICA NO GOLPE PARLAMENTAR E NAS REFORMAS TEMERÁRIAS <i>Yuri Rodrigues da Cunha</i>	129
NEOLIBERALISMO E POLÍTICA DE SAÚDE NA CIDADE DE MARÍLIA-SP DE 2005 a 2016 <i>Ana Carolina do Carmo Pereira</i>	145
BREVES APONTAMENTOS SOBRE O DISCURSO DIRIGIDO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO CAMPO DA IDEOLOGIA JURÍDICA <i>Simone da Conceição Silva</i>	161

DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA AO ESTADO NOVO: EXPRESSÃO TÍPICA DE UMA TRANSFORMAÇÃO AUTOCRÁTICO-BURGUESA <i>Leonardo Sartoretto</i>	177
A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES ARANAENSE DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-85): UMA ANÁLISE DOS ARQUIVOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES <i>José Wilson Assis Neves Júnior</i>	195
A UNE SOMOS NÓS: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA “ERA COLLOR” <i>Jordana de Souza Santos</i>	213
EM BUSCA DE UM CONSENSO – A REVISTA TECNOLOGIA & DEFESA COMO EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. <i>João Vicente Nascimento Lins</i>	227
DE COLLOR A DILMA: A PARTICULARIDADE DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL <i>Anderson Deo</i>	241

PARTE III

METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO PAULISTA NA DÉCADA DE 1990 <i>Selma de Fatima Santos</i>	255
“CAPITALISMO POPULAR” NO CHILE: A REPOSIÇÃO DO “MITO” DA PROPRIEDADE PRIVADA EM TEMPOS DE “CONTRARREFORMA” <i>Rodolfo Sanches</i>	269

À REPOSIÇÃO DO ÁRABE MUÇULMANO COMO OUTRO NEGATIVO EXTERNO DO OCIDENTE APÓS O 11 DE SETEMBRO DE 2001: APONTAMENTOS <i>Rodrigo dos Santos Alcantara</i>	285
O JOVEM LUKÁCS: HERESIA E REVOLUÇÃO <i>Rafael de Almeida Andrade</i>	299
O LUGAR DA POLÍTICA EM PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: A POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS. <i>Rafael dos Santos Alcantara</i>	317
CONSELHOS DE FÁBRICA E DEMOCRACIA EM GRAMSCI (1919-1920) <i>Marília Gabriella Machado</i>	329
GRAMSCI E A UBIQUIDADE DA POLÍTICA <i>Marcos Del Roio</i>	341
A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU SOB A PERSPECTIVA DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E OS ECOS ANDINOS DAS REVOLUÇÕES RUSSAS (1900-1930) <i>Leandro Galastri</i>	351
SOBRE OS AUTORES	371

APRESENTAÇÃO

OS CAMINHOS DA PESQUISA CIENTÍFICA: UM DEBATE NECESSÁRIO

A construção da pesquisa e do saber científicos estão longe de ser um ato isolado. Por mais que dependa de esforços individuais, da disciplina e do rigor acadêmicos daqueles que pesquisam, a análise de um objeto metodologicamente fundamentado em princípios científicos que busquem a verificação de hipóteses e a evidência de objetivos, passa, necessariamente, pelo diálogo coletivo. O fundamento de qualquer escolha científica se assenta em conhecimentos previamente produzido, em acúmulos de gerações anteriores, o que de saída já aponta para a pesquisa acadêmica como resultado de relações sociais historicamente determinadas.

No entanto, o “formato mercadológico” imposto ao conhecimento científico vigente no modo de produção capitalista vem se aprofundando nas últimas décadas, de modo a reproduzir de forma cada vez mais nítida a lógica da concorrência no interior das universidades e institutos de pesquisa, incentivando, de forma também nítida, a perversa individualização – e a não menos perversa competição – entre pesquisadoras e pesquisadores, que passam a disputar, palmo-a-palmo, um lugar ao sol no mundo acadêmico. Amputa-se, assim, o referencial fundamental da pesquisa como elemento constitutivo de formações sociais voltadas ao bem comum, à absorção e reprodução coletivas – teórico-práticas – do conhecimento produzido. A contradição que desse processo se reproduz se explicita fenomenicamente na apropriação privada, como mercadoria, do conhecimento socialmente produzido.

Como resultado de processos históricos, entretanto, a dinâmica da produção do conhecimento científico sob a lógica da mercadoria,

produz e reproduz contradições. Se é verdade que a mencionada lógica da mercadoria e da mercantilização do conhecimento vem se aprofundando nos espaços acadêmico-científicos, não menos verdadeira é a afirmação e a constatação de que espaços de resistência e de construção de alternativas à hegemonia científica em curso, vem sendo construídos no interior de algumas universidades brasileiras. O debate e a “batalha das ideias” se reproduzem, em última instância, como a expressão ideológica das lutas de classes presentes no complexo de múltiplas determinações que se manifestam na realidade cotidiana.

Convencidos da necessidade de construção de um conhecimento científico socialmente referenciado na Perspectiva do Trabalho, docentes e discentes da Linha de Pesquisa *Determinações do Mundo do Trabalho*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília, participaram do “I Colóquio Determinações do Mundo do Trabalho”, realizado no dia 14 de agosto de 2018, nas dependências da FFC/UNESP-Marília.

O principal objetivo do evento foi a comunicação, divulgação e debate coletivos dos projetos desenvolvidos pelos docentes e discentes da referida linha de pesquisa. Buscou-se, portanto, um exercício de diálogo crítico aberto ao público em geral, compreendendo os níveis de graduação e pós-graduação, assim como o público externo à universidade, permitindo-nos identificar também o caráter extensionista da atividade. Com a coordenação geral do Dr. Anderson Deo, a organização do evento contou com a colaboração dos docentes da linha de pesquisa, a saber: Professor Titular Marcos Del Roio, Professor Dr. Giovanni Alves, Dr^a. Angélica Lovatto, Dr. Jair Pinheiro e Dr. Leandro Galastri. Docentes e discentes organizam suas pesquisas e estão vinculados aos Grupos de Pesquisa “Cultura e Política do Mundo do Trabalho”, “Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana – NEOM”, “Pensamento Político Brasileiro e Latinoamericano” e “Estudos da Globalização – GPEG”, constitutivos da linha *Determinações do Mundo do Trabalho* e certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O evento contou com o apoio do Departamento de Sociologia e Antropologia - DSA, do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – DCPE e da Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - STAEPE.

A coletânea que apresentamos ao público é formada pelos elementos analíticos centrais das pesquisas desenvolvidas pelos discentes, nos seus diferentes momentos de elaboração de suas teses e dissertações, que participaram do evento apresentando e debatendo seus trabalhos. A ordem e a exposição dos capítulos foram organizadas procurando observar possíveis aderências e aproximações teóricas e temáticas entre as pesquisas. Na seção “sobre os autores” indicamos uma breve biografia acadêmica dos discentes e sua respectiva orientação docente.

Assim, o “I Colóquio Determinações do Mundo do Trabalho” apresenta ao público os resultados dos trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes, com a certeza de que coletivamente a produção do conhecimento científico poderá imprimir um novo conteúdo social ao futuro!!!

Marília, primavera de 2018.

Os organizadores.

PARTE I

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E OS CONSELHOS DE SALÁRIOS NO URUGUAI (2005-2009)

Alexandre dos Santos Lopes

INTRODUÇÃO

Este presente artigo é fruto de parte de minha tese de doutoramento. Trabalho que, todavia, encontra-se em fase de construção sob a orientação do professor Dr. Anderson Deo. Logo, portanto, nos propomos a apresentar alguns resultados parciais.

Temos como objetivo central realizar uma investigação sobre os Conselhos de Salários no Uruguai (2005-2009). Apresentar e analisar as políticas sociais para o trabalho da Frente Ampla no primeiro mandato do presidente Tabaré Vázquez, uma análise do Estado uruguaio a luz do neoliberalismo. Pretendemos, ademais, oferecer aspectos teóricos do marxismo na América Latina, analisar e conhecer feições da esquerda uruguaia e os partidos que a compõem, o sistema de partidos uruguaio e a representação legislativa.

A hipótese planteada para o desenvolvimento deste trabalho é analisar os Conselhos de Salários da Frente Ampla no Uruguai de 2005 a 2009, considerando que na América Latina, a proposição e formulação de

políticas públicas e sociais tem como propósito implementar o chamado *trabalho decente*¹, mas, contudo, contém, em sua própria formulação aspectos da dinâmica contraditória própria do capital, formas de trabalho precárias, as diretrizes de programas, projetos e políticas adéquam-se ao máximo as exigências do grande capital e das premissas neoliberais, buscando responder a determinadas reivindicações históricas, de modo a minimizar a exploração que sofre a classe trabalhadora uruguaia, ao tempo em que, sem prejudicar as exigências do capital.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Os Conselhos de Salários, ou seja, a negociação coletiva, foi introduzida no Uruguai em 1943 como política de Estado, consagrada como direito estabelecido por lei, respondendo as diversas greves e protestos organizados pelos diversos sindicatos de trabalhadores à época, e também decorrente de convênios estabelecidos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)².

As assim chamadas políticas para o trabalho estão conceituadas através de parâmetros internacionais e estabelecidos por meio de convênios coletivos com nações associadas. Para podermos entender o que são os Conselhos de Salários, seu funcionamento e, seus parâmetros, buscaremos compreender primeiramente noções e significados da categoria trabalho, e a partir dela, entender suas regularidades e maneira pela qual ela se manifesta no Uruguai entre 2005-2009.

A condição de estranhamento a qual os trabalhadores são colocados diante da questão do surgimento de uma economia nacional, com a produção de mercadorias, que segundo Marx (2004, p. 79), em consequência da valorização das mercadorias, do mundo das coisas, causa o empobrecimento da condição humana, ou seja, a desvalorização de suas relações. O trabalhador é rebaixado à situação de mercadoria, com isso possibilitando a

¹ Segundo a OIT, o *trabalho decente* é o ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotado em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo.

² Os Conselhos de Salários foram introduzidos através da lei 10.449, de 12 de novembro de 1943.

acumulação de capital em poucas mãos, diante do aparecimento de grandes monopólios, e a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, da “classe dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”.

No pensamento de Marx (2004), a efetivação se manifesta como desafetivação, como algo estranho ao seu ser, sua objetivação aparece como perda dos objetos, o trabalhador fica cada vez mais sem acesso aos objetos necessários à vida, mas também dos meios de produção, e de suas ferramentas. Essa exteriorização do trabalhador a seu produto não significa somente que seu trabalho se tornou um objeto, adverte o autor, mas, bem além disso, se torna uma coisa que existe fora dele, se tornando como algo autônomo.

Com a apropriação da natureza, ou seja, do mundo externo, e com o desenvolvimento desta apropriação, o trabalhador se priva cada vez mais dos meios de subsistência, porque este mundo externo deixa de ser seu objeto de seu trabalho, um meio de vida, e também, deixa de ser um meio de subsistência física do trabalhador. O trabalhador, conclui Marx (2004, p. 81), não torna-se servo do seu objeto. Justifica sua argumentação dizendo que primeiro ele recebeu um objeto de seu trabalho, que é o próprio trabalho, também por receber meios de subsistência. No primeiro caso para existir enquanto trabalhador, e segundo como sujeito físico.

A produção de ideias, das representações e da consciência aparecem em seu trabalho, diretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens. Afirma que esta é a linguagem da vida real. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias, mas os homens reais, atuantes, condicionados estão por desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo-se as mais amplas formas que estas possam tomar. A consciência jamais pode ser outra coisa que o “Ser consciente” e o “Ser dos homens” é o seu processo real de vida³.

Esses três momentos – *força produtiva, o estado social e a consciência* (MARX; ENGELS, 1972) -, podem e devem entrar em conflito entre si. Pois através da divisão do trabalho, torna-se possível, torna-se efetivo que as atividades intelectual e material, que o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caibam em partilha a indivíduos diferentes. Então a possibilidade

³ “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

desses momentos não entrarem em conflito reside unicamente no fato de se ter novamente abolido a divisão do trabalho.

Essa divisão do trabalho, que implica em todas essas contradições e repousa, por sua vez, sobre a divisão natural do trabalho na família, e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, esta divisão do trabalho implica, ao mesmo tempo, na repartição do trabalho e de seus produtos, na distribuição desigual tanto em quantidade como em qualidade. Implica, portanto, na propriedade, cuja forma primeira, o germe, reside na família, é a primeira propriedade. Igualmente, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: enuncia-se, na primeira, em relação à atividade aquilo que se enuncia e, na segunda, em relação ao produto da atividade.

A divisão do trabalho implica, ao mesmo tempo, na contradição entre o interesse do indivíduo singular, ou da família singular, e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantém relações entre si. Esse interesse coletivo não existe somente, na representação, na qualidade de universal, mas antes como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido.

Finalmente, conclui o autor em destaque, a divisão do trabalho oferece o primeiro exemplo do seguinte fato: enquanto os homens se encontrarem na sociedade natural, portanto, enquanto existir cisão entre o interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade não for voluntária, mas naturalmente dividida, a própria atividade humana se transforma em algo exterior que a ele se opõe e o avassala, ao invés de ser por ele dominado. Desde o instante em que o trabalho começa a ser repartido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair.

Ao tratarmos do papel da *alienação* em **O Capital** (1988), podemos afirmar que ela se manifesta como forma histórica específica de dominação, uma dominação impessoal, exercida pela totalidade das relações econômicas sobre todos os agentes da sociedade capitalista, inclusive sobre o capitalista, cujo interesse é extrair dos trabalhadores o máximo de sobretrabalho.

Assim, portanto, podemos demonstrar aspectos do conceito de alienação: independência do processo de produção com relação aos

produtores; trabalho acumulado pelo operário que se impõe e ele como força hostil sob a forma de capital; instrumentos de trabalho que empregam os operários; caráter fastidioso e embrutecedor do trabalho.

Ao analisarmos trabalho de Marx e Engels (1953), compreendemos que o trabalho é representado pelo valor de seu produto, que o tempo de trabalho é demonstrado pela grandeza desse valor, as relações sociais pelas relações de valor entre mercadorias. Para Marx e Engels (1953), nem o valor, nem as relações de valor são imaginárias. Não se trata de aparências ilusórias, mas de realidades.

O PRIMEIRO GOVERNO DA FRENTE AMPLA E OS CONSELHOS DE SALÁRIOS

A política no Uruguai esteve dominada de 1836 até 2004 pelos partidos Colorado e Nacional (Blanco), ano em que a Frente Ampla rompeu o bipartidarismo ao ganhar as eleições gerais para a Presidência da República e os cargos legislativos nacional, regional e municipal.

Com a ascensão da Frente Ampla no Uruguai em 2004, os olhares dos especialistas, cientistas políticos e de diversos outros analistas, se voltaram para o fenômeno que estava acontecendo na América do Sul. Hugo Chávez havia vencido às eleições presidenciais em 1999 na Venezuela, Evo Morales na Bolívia em 2006, possibilitaram a muitos a indagar se os governos eleitos na América Latina eram socialistas, ou até mesmo se havia ocorrido um giro à esquerda na América Latina.

Em 14 de junho de 1930 o Uruguai assinou o Convênio 26 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre salários mínimos, que foi regulamentado pelo decreto lei 8.950 de 5 de abril de 1933, que obrigavam o país a estabelecer métodos para fixação de salários mínimos⁴. Notaro (2012, p. 16-17) aponta que em 1943, quando se realizava as convocatórias para os Conselhos de Salários, o parlamento aprovou uma série

⁴ O autor argumenta ainda que existiam três mecanismos anteriores aos Conselhos de Salários para fixação de salários mínimos: o primeiro dizia respeito a realização de convênios coletivos conforme a lei 9675 de 4 de agosto de 1937, o segundo, através de comissões tripartites para os trabalhadores a domicilio e fixavam as condições de trabalho e os salários, diferenciando a situação de operários e aprendizes. Estas comissões eram formadas por trabalhadores e empresários, em igual número de representantes, mediados por um representante do Poder Executivo. O terceiro mecanismo de fixação de salários mínimos era determinado pelo Estado, somente em casos extremos, em casos de conflitos (NONATO, 2012, p. 14).

de leis aumentando os salários de todas as atividades privadas, excetuando os trabalhadores rurais, cujo salário era determinado pelo Estado.

Seu funcionamento foi suspenso em 1968 pelo governo, com a introdução de uma política de estabilização baseada no congelamento de preços e salários. Foram restabelecidos em 1984 pelo regime democrático pós-ditadura, mas voltaram a ser suspensos em 1991, com uma política de desindexação da economia e de desregulamentação de mercado de trabalho. A lei nunca foi revogada. Assim, o Poder Executivo se limitou a estabelecer, via decreto, o salário mínimo nacional, o salário mínimo do setor doméstico assim como o setor rural.

O PRIMEIRO GOVERNO DA FRENTE AMPLA

A implementação do neoliberalismo, o fim da Guerra Fria, e o colapso da URSS, provocaram importantes efeitos na subjetividade social e nos comportamentos da esquerda latino-americana, segundo afirmação de Portillo (2009). A individualização como consequência do maior isolamento das pessoas, por sua vez incentivadas privilegiarem o egoísmo individual, tem deliberado as diversas formas de ação coletiva, entre outras, a política. Comenta que este desenvolvimento da história, tanto a esquerda como da sociedade da qual emerge, tem permitido consolidar o imaginário das maiorias sociais uma série de novas concepções e sobretudo, diferentes maneiras de julgar a realidade e os atores que nela estão.

Na literatura uruguaia encontramos o trabalho da atual Senadora da República, Moreira (2009, p. 169), que ao observar à ascensão da esquerda latino-americana compreende que, “hoje em dia é habitual escutar do ‘giro a esquerda’ na América Latina, dos ‘novos populismos’”. Ela afirma que algumas teses vinculam este giro à esquerda ao esgotamento do ciclo neoliberal, e em especial, com os resultados sociais (aumento da pobreza, o desemprego e a desigualdade em fins dos anos 90), outras o consideram parte do ciclo de consolidação da democracia na região.

Observa ainda, que o surgimento dos partidos de esquerda pode ser concebido como parte do processo de modernização e institucionalização do sistema de partidos. Na realidade, esta tese é aplicável a passagem dos partidos políticos de quadros a partido de massas e, especialmente, ao surgimento dos partidos socialistas na Europa. Porém, a América Latina

parece haver seguido um destino distinto. Descreve sua tese, distinguindo três ondas de democracia no século XX. A primeira onda de democracia se daria nas primeiras décadas do século XX e antes do ciclo autoritário que se inicia nos anos 30. A segunda onda de democracia depois da guerra (1938-1945). A terceira onda surge com o fim das ditaduras latino-americanas.

Sua tese principal aborda sobre o caráter do processo democrático na América Latina e, em particular, sua constante interrupção por golpes de Estado militares ao longo de todo século XX, que impediram a construção de um processo linear de consolidação política.

Assim, diz que o giro à esquerda representa uma instância, que igual ao populismo, se revela como uma oportunidade de inclusão social para milhões de cidadãos que não estão se incorporando plenamente ao processo democrático. Moreira (2009), conclui, defendendo a tese de que os movimentos que se iniciaram na segunda onda da democracia, mutilados pelos processos militares, no marco da política dominante da Guerra Fria, ressurgem na terceira onda de democracia.

Considera isto como um avanço do processo de consolidação democrática, junto a uma maior institucionalização do sistema partidário, o que há possibilitado as instâncias partidárias que permitiram a chegada da esquerda no governo. Recorda que os golpes militares nos países do Cone Sul, foram dadas para desarticular as esquerdas, que vieram, sob outros formatos, a transformar-se nas esquerdas governantes. Afirma que, a Frente Ampla no Uruguai, PT no Brasil, Partido Justicialista (PJ) na Argentina, e a Frente Popular (FP) no Chile são exemplos deste giro à esquerda.

Por outro lado, ressaltamos que as decisões políticas do primeiro governo da Frente Ampla, (2005-2009), vão de encontro às propostas elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), voltadas para a busca do que se há denominado *trabalho decente*, o reconhecimento da existência de direitos trabalhistas universais e a promoção do diálogo social como um objetivo estratégico.

Assim, no Uruguai, o primeiro governo da Frente Ampla implementou políticas direcionados pela OIT, e o seu *Programa de Promoção de Formalização da Informalidade para a América Latina e Caribe* (FORLAC) que tem no empreendedorismo, o ponto chave de combate a este fenômeno.

OS CONSELHOS DE SALÁRIOS

Com sua implantação ainda em 1933, e seus primeiros resultados somente entre 1940-1950, Notaro (2012), em seus trabalhos tenta entender se os Conselhos de Salários trouxeram um aumento real aos salários aos trabalhadores. Verificou ao longo de suas pesquisas, a existência de uma tendência ascendente nos dados estatísticos analisados. Com base nesta hipótese levantada, perguntamos: qual é a relação entre salário, preço e lucro?

Para tentarmos responder à questão, remeteremos ao trabalho de Marx e Engels (1953) **Salário, Preço e Lucro**. Os autores afirmam que o trabalho nas sociedades capitalistas é considerado como outra mercadoria qualquer. Em seu pensamento demonstram que “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX; ENGELS, 1953, p. 359).

Portanto, aquilo que o trabalhador recebe é o equivalente para poder manter-se, para poder se alimentar, e preservar a vida de seus filhos que o substituirão no mercado de trabalho no futuro, e que o aumento de salário representa uma diminuição dos lucros do capitalista.

Considerando os termos de Marx e Engels, que o salário dos trabalhadores é baseado essencialmente no valor dos artigos de primeira necessidade, reconhecendo também a existência da extração de mais-valia relativa e absoluta, o aumento da mais-valia relativa e absoluta alcançada através do aumento da exploração da força de trabalho, e não da modernização dos meios de produção, e a remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor real, nos perguntamos se os Conselhos de Salários representam uma tentativa de superação da *superexploração do trabalho*?

No Uruguai, foram realizadas três convocações para os Conselhos de Salários, que resultaram nas rodadas de negociações no período de 2005-2009. Em todos os casos, o governo determinou a duração dos convênios, as porcentagens do aumento e os prazos de ajustes dos salários. A primeira rodada estabeleceu acordos por um ano, a partir de 1º de julho de 2005, com um aumento real situado entre um mínimo de 2% e um máximo de 4%, distribuídos em ajustes semestrais. A segunda rodada, do ano de 2006, estendeu os convênios a 18 meses, com um incremento real entre 3,5% e 5,5%, também repartido em ajustes semestrais. Por último, a rodada de

2008 abriu duas possibilidades: uma, de acordos por dois anos, aumentos entre 1% e 3% anual, e ajustes semestrais, e a outra com aumentos de até 5%, por convênios de trinta meses e ajustes anuais.

A nova orientação da política pública de trabalho, após a ascensão da Frente Ampla ao poder em 2005, segundo Senatore e Méndez (2009, p. 10) foi condensada em duas decisões: o fomento da investigação coletiva e o caráter tripartite, por um lado, e medidas que apontam ao equilíbrio dos negociadores, por outro, constituindo-se em uma forte mudança de rumo.

A reinstalação da negociação coletiva⁵, deu-se através de três iniciativas quase simultaneamente: criação do Conselho Superior Tripartite e do Conselho Superior Rural, com competências originais para categorizar os setores da atividade e propor modificações na lei de Conselhos de Salários; criação de um Conselho Bipartite de diálogo e negociação com os funcionários públicos (Por via dos decretos nº 104/005 e 113/005); instalação dos Conselhos de Salários nos vinte grupos de atividade definidos pelo Conselho Superior, sob os decretos nº 105/005 de 07.03.2005.

Afirmam os autores que a maior extensão se cristalizou na rodada de Conselhos de Salários de 2008, na qual foi criado o grupo de atividade que engloba o serviço doméstico. Senatore e Méndez (2009) nos traz dados interessantes a serem analisados: em dezembro de 2006 a negociação coletiva produziu um primeiro acordo, em torno ao objetivo de criação de 35.000 postos de trabalho durante o ano de 2007. No ano de 2006 continuou vigente a orientação da política trabalhista do início da gestão: o Poder Executivo convocou os Conselhos de Salários do setor privado e rural; mantiveram-se as reuniões do Conselho Superior Tripartite e se relançou a convocatória do *Compromisso Nacional*. No âmbito público continuou a negociação coletiva através do Conselho Superior da Negociação Coletiva.

Os Conselhos de Salários procuraram disciplinar a classe trabalhadora: organizá-la como força de trabalho, sobrepujar suas lideranças e respectivas formas de organização, e subordinar suas necessidades ao capital (IBARRA, 2010, p. 03).

⁵ ALAIMO, Verónica; RUCCL, Graciana. **Retos y oportunidades para la política laboral em Uruguai**. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. 2009. Unidad de Mercados Laborales del Sector Social (SCL/LMK) Notas Técnicas #IDB-TN-109. p. 56.

Justifica sua argumentação abordando três hipóteses: em primeiro lugar, a norma se refere exclusivamente ao comércio, a indústria e os serviços privados. Em segundo lugar, a lei organiza os Conselhos de Salários como instituições descentralizadas. Indica ao Poder Executivo que classifique essas atividades por grupos e em cada grupo instale um Conselho de sete membros: três designados pelo governo, dois eleitos pelos patrões e dois eleitos pelos operários. Por último, seu objetivo é fixar salários mínimos. A lei define o salário como “aquele que se considera necessário, com relação às condições econômicas que imperam no lugar, para assegurar ao trabalhador um nível de vida suficiente, a fim de prover a satisfação das necessidades físicas, intelectuais e morais” (IBARRA, 2010, p. 04). Cada Conselho deveria determinar as categorias de trabalhadores existentes em seu ramo de atividade e estabelecer a renda mínima por categoria. As decisões se tomavam por maioria e são obrigatórias em todo grupo definido.

Para o autor em destaque, os Conselhos de Salários compreendem exclusivamente aos operários urbanos e os separam de outros trabalhadores vinculados por formas distintas de exploração da mão de obra. Reproduzem as formas de organização por ramos de atividade, criadas pelos trabalhadores, com o propósito de substituir suas expressões autônomas por instituições representativas. Não estabelecem uma relação paritária entre operários e patrões, nem impõem tampouco o predomínio do Estado. Seu peculiar desenho procura subordinar as necessidades dos trabalhadores ao capital, introduzindo o governo como mediador dos conflitos.

O governo de Tabaré Vázquez pôs em marcha uma estratégia que modificou o alcance, a organização e os propósitos dos Conselhos de Salários. Conclui (IBARRA, 2010), apontando que em primeiro lugar, estendeu a negociação coletiva. A lei de 1943 compreendia as atividades privadas urbanas, em uma tentativa de isolar os operários urbanos organizados, mas foi esmagada pelas lutas dos trabalhadores. O governo reestabeleceu os Conselhos de Salários no comércio, na indústria e nos serviços privados, incluiu os assalariados rurais e criou também esferas de negociação particulares com os funcionários públicos. Em segundo lugar, incorporou os sindicatos. Os velhos Conselhos de Salários reproduziam as formas de organização operárias com o fim de retirar as formas de organização do movimento sindical, não obstante, os sindicatos

penetraram nas instituições de Estado. A forma atual reproduz as estruturas organizativas dos trabalhadores, incorporando diretamente os sindicatos. Criou um Conselho Superior Tripartite, integrado pelo governo, a Central Sindical e as Câmaras Empresariais, com a finalidade de organizar a negociação coletiva.

Sobre essa estrutura se impõem, por último, o mando do governo. Os velhos Conselhos de Salários funcionavam de maneira descentralizada, procuravam subordinar as necessidades dos trabalhadores ao capital introduzindo o governo como mediador dos conflitos. A despeito, foram subvertidos por lutas que converteram o salário em uma variável independente e mudaram os antagonismos promovidos pelo Estado até que, finalmente, foram substituídos pela fixação dos salários pelo governo. Sua reorganização no governo de Tabaré Vázquez pôs a administração dos salários como ponto de partida dos Conselhos de Salários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ao longo deste trabalho, tentamos compreender de maneira introdutória, a questão da centralidade do trabalho. Vimos com Marx e Engels, que o trabalho nas sociedades modernas é o elemento explicativo das relações sociais, uma vez, que o capitalismo transforma as relações humanas e sociais, em relação entre coisas, ou seja, as relações humanas assumem um aspecto meramente voltado ao trabalho e às relações comerciais, assumindo assim um caráter alienado e fetichista.

Os Conselhos de Salários no Uruguai demonstram claramente esta centralidade do trabalho, seus elementos constitutivos direcionam-se para a organização da sociedade uruguaia, uma vez, que o conjunto dos trabalhadores se veem obrigados a negociarem com seus patrões, salários, condições de trabalho, geração de emprego, entre outros temas.

Assim, nos perguntamos: a reimplantação dos Conselhos de Salários possuiu como objetivo central acabar com as formas de trabalho precarizado, alienado e fetichizado no Uruguai?

Evidentemente, sabemos que a Frente Ampla de 2005 a 2009 não tem como objetivo central, o rompimento com o trabalho assalariado e a promoção do trabalho livre dos ditames do capital. Sua constituição,

no mundo do capital, sob as orientações das políticas da OIT, tem tentado implementar o *trabalho decente*, porém assalariado, e formas alternativas de trabalho, como aquelas da atividade empreendedora, de modo a atender reivindicações históricas dos trabalhadores, mas, contudo, também contribuindo para o desenvolvimento econômico do capitalismo e dando continuidade a lógica da *superexploração do trabalho*, que tem sido marcado pelo processo de informalização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALAIMO, Verónica; RUCCI, Graciana. *Retos y oportunidades para la política laboral en Uruguay*. New York: BID, 2009.

IBARRA, Luis. Entre la precarización y el mando: los Consejos de Salarios de Uruguay. *In: JORNADAS DE INVESTIGACIÓN DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 4., 2010, Montevidéo, Universidade de la República: Montevidéo, 13-15 set. 2010.

MARK, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. As condições das transformações históricas. *In: IANNI, O. Teoria de Estratificação Social*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. p. 67-83.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Salário, Preço e Lucro. *In: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Obras Escolhidas*. São Paulo: Nova Cultural, 1953. p. 133-185.

MOREIRA, Constanza. *Entre la protesta y el compromiso: la izquierda en el gobierno Uruguay y América Latina*. Montevideo: Trilce, 2009.

NOTARO, Jorge; CAETANO, Claudio Fernández (org.). *Os conselhos de salarios en Uruguay: origen y primeros resultados 1940-1950*. Montevideo: Universidad de la República, 2012.

PORTILLO, Álvaro. Los retos de la izquierda uruguaya en el siglo XXI. *In: ALBISTUR, Gerardo; TORRES, María Fernanda de; FERNÁNDES, Alma; GONZÁLEZ, Carolina; GUERRA, Fabio; LEDESMA, Matilde; MAROTTA, Cecilia; OLESKER, Daniel; PÉREZ, Omar; PORTILLO, Álvaro; RIVERO, Silvia; STAGNARO, José. (org.). Pequeños demonios y otros ensayos históricos y socio-políticos*. Montevideo: Trilce, 2009. p. 27-46.

SENATORE, Luiz; MÉNDEZ, Gustavo. *Uruguay 2005-2009: las políticas laborales y el sujeto sindical*. Montevidéo: Udelar, 2009.

FONTES DOCUMENTAIS:

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). *Retos y oportunidades para la política laboral en Uruguay*. New York: BID, 2009. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35541294>. Acesso em: 20 maio 2017.

FRENTE AMPLIO. *Grandes Lineamientos Programaticos para el gobierno 2005-2010: porque entre todos otro Uruguay es posible*. In: CONGRESO EXTRAORDINARIO DEL FRENTE AMPLIO, 4., 20 y 21.12.03. 2005. Disponível em: <http://www.frenteampio.org.uy/index.php?Q=articulo&ID=1024>. Acesso em: 20 maio 2015.

LA NACIÓN. 2009. *Pese a la crisis, la economía uruguaya creció 2,9% en 2009*. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1246985. Acesso em: 20 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). FORLAC. *Programme for the promotion of formalization in Latin American and Caribbean*. 2014. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_243878.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Nova York, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

URUGUAY. *Ingreso Ciudadano: un apoyo con condiciones*. 2005. Disponível em: http://www.presidencia.gub.uy/_web/pne/noticias/2005/06/2005062201.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Giovani.; LOURENÇO, Edvânia. *O avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 41-59.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARTEAGA, Juan José. *Breve Historia Contemporánea Uruguay*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

- BORON, Atilio. La izquierda latino-americana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *Revista OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, n. 13, p. 01-11, 2004.
- CASTIGLIONI, Rossana. Las políticas sociales de la nueva (vieja) izquierda uruguaya. *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, Washington, n. 06, p. 01-12, 2010.
- DUARTE, Rafael Macedo. *Ascensão e consolidação da Frente Ampla Uruguiaia: da Clandestinidade às Vias Democráticas, da Esquerda Tradicional Ao Progressismo*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FORLAC. Programa de Promoción de la Formalización en América Latina y el Caribe. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. *Notas sobre Formalización: Experiencias Recientes en países de América Latina y Caribe*. Organización Internacional del Trabajo, 2014.
- FORLAC. Programa de Promoción de la Formalización en América Latina y el Caribe. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. *Notas sobre Formalización: Reducción del empleo informal en Uruguay: políticas y desafíos*. Organización Internacional del Trabajo, 2014.
- FRANK, A. G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- NOTARO, Jorge. *La reforma laboral em el Uruguay 2005-2009: participación para la regulación*. Uruguay: Instituto de Economía, 2009. (Serie Documentos de Trabajo DT 07/09).
- PORRINI, Rodolfo. Movimientos sociales. *Revista Nuestro tiempo*, Montevideo, n. 04, 2013/2014.
- TRAVERSA, Federico. La izquierda uruguaya frente al dilema redistributivo. La experiencia del Frente Amplio, de la oposición al gobierno, 1971-2008. In: ALEGRE, Pablo; ANNUNZIATA, Rocío; ANTÍA, Florencia; COSTA, Marcelo Marchesini; MAURO, Sebastián G.; ANT'ANNA, Julia; SLIPAK, Daniela; TRAVERSA, Federico. *Las izquierdas latinoamericanas: de la oposición al gobierno*. Buenos Aires: CLACSO, 2010. p. 211-240.

A LOGÍSTICA DO CAOS. O MOTOBOY NO TRÂNSITO HOSTIL E DESPÓTICO DE UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO

Aender Luis Guimarães

INTRODUÇÃO

Vivemos fundamentalmente num sistema em que o controle do tempo significa o controle de tudo. O controle e expropriação do tempo permite a expropriação da mais-valia, e a extração da mais-valia, que incide no processo de trabalho, permite que uma *totalidade reguladora sistêmica*, chamada capitalismo, administre praticamente todas as esferas da vida em nossa contemporaneidade. Claro que a expropriação do tempo se deslocou de um controle rígido e absoluto no estilo da distopia de George Orwell em *1984* e hoje está muito mais próximo de um poder refinado como em *Admirável Novo Mundo* de Aldous Huxley.

E assim acontece a vida nos últimos séculos na quase totalidade do globo. Por mecanismos cada vez mais refinados e sofisticados somos subjugados no controle do nosso próprio tempo de vida. Desde crianças aprendemos a seguir horários e convenções que demarcam quando e onde podemos e devemos fazer e estar. Nos nossos lares computadores, jogos

eletrônicos e televisores ditam um ritmo a ser seguido. Nos espaços de lazer os celulares impõem uma realidade virtual em tempo integral que nos deslocam sempre do lugar que estamos para outro em que gostaríamos de estar de maneira infinita e sequencial. Enfim, somos nossos próprios algozes a controlar e ditar ritmos frenéticos e inexequíveis que anulam qualquer quantidade de vagar, ou a de espera para com a vida e assim nos inebriamos com tamanho frenesi e passamos a ter uma constante percepção de tédio e incompletude nas nossas rotinas.

É claro que esse padrão comportamental veio de outra esfera das nossas vidas. Antes de passarmos a ter a sensação de pressa e urgência constante nos nossos lares e em nossas distrações diversas a pressa e a urgência englobou a esfera do trabalho e dele se difundiu para todo o resto de nossa existência. Essa história é tão antiga como o capitalismo e tem sua erupção na Revolução Industrial. Na Revolução Industrial, a partir de meados do século XVIII, o mundo começou a passar por um processo de modificações profundas e irreversíveis, mudanças essas que não devem ser entendidas somente como um acréscimo de bens e produtos de consumo para a população, mas sim como “uma mudança social fundamental [pois] ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-las irreconhecíveis” (HOBSBAWM, 1983, p. 75).

O que era irreconhecível hoje passou a ser normal e o controle do tempo no capitalismo fica cada vez mais à mercê dessa entidade fantasmagórica intitulada mercado. Esse controle do tempo, que é quase como um equilíbrio da vida, toma uma nova acepção quando um trabalhador tem que *equilibrar a vida* numa alta velocidade para compensar a falta de tempo na nossa atualidade. Nesse sentido o “motoboy” cruza as grandes cidades e realiza as mais diversas entregas promovendo a sua própria manutenção material da vida e efetivando os fluxos de capitais que em grandes cidades e regiões, como a Região Metropolitana de São Paulo, sofrem com um trânsito “paquidérmico”

SÃO PAULO: UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO

A opção preponderante pelo desenvolvimento do modal automobilístico no Brasil produz efeitos ainda hoje em nossas cidades.

O substancial acréscimo da quantidade de automóveis na última década tornou-se um entrave às relações humanas e à própria acumulação de capital. Pois o deslocamento na nossa precária e sufocada malha urbana de transportes passou a ser quase inviável em determinados dias e horários. Tal quadro foi potencializado com a avanço da racionalização produtiva de nuance flexível. Com a década de 1990 teorias e práticas produtivo-administrativas conhecidas como toyotismo, chegaram com força as nossas empresas. A flexibilização produtiva impulsionou, entre outras coisas, as trocas comerciais entre países centrais e periféricos e dentro do próprio país, cidade ou região, exigindo assim, um aumento na velocidade de acumulação e a aplicação prática e efetiva do *Just in time* à globalidade do processo produtivo.

A aplicação do *Just in time* forçou as cidades a se adaptarem as diretrizes do toyotismo por meio de criação de infraestruturas que atendessem a nova dinâmica do capital e, dessa forma, o ambiente urbano procurou absorver as mercadorias que foram “expulsas” de dentro dos depósitos das empresas e passaram a circular pelo espaço da urbe em busca “do lugar certo na hora certa” para uma acumulação mais rápida e eficaz. Nesse contexto, a cidade de São Paulo se destaca no Brasil como cidade-global ao estabelecer fluxo de informação, de transporte, de cargas e se inserir plenamente como parte na globalização do capital e também é um exemplo perfeito de “metrópole do terceiro mundo” que junta desenvolvimento com exclusão, aonde, o meio técnico-científico-informacional extrapola as plantas fabris configurando a cidade como um objeto social carregado de dinamismo.

Flávio Villaça nos diz que o tempo “dos moradores das cidades é o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel deste na dominação social que se processa por meio dele” (2012, p. 67). Pois a dominação se dá “pela desigual distribuição das vantagens e desvantagens do espaço produzido; essas vantagens e desvantagens dizem respeito especialmente à manipulação, pela classe dominante, dos tempos gastos nos deslocamentos espaciais dos habitantes da cidade” (VILLAÇA, 2012, p. 61). Ou seja, a segregação sócio-espacial conduz a diferentes ritmos de deslocamentos pela cidade e isso pode ser considerado como uma interferência capaz de gerar modificação do tempo/espaço pelas classes mais poderosas e, evidentemente, em favor delas. E isso não é pouca coisa.

Pois é no controle do tempo que acontece o processo de extração de mais-valia no capitalismo. Claro que quando pensamos no controle do tempo como elemento fundamental da extração da mais-valia tradicionalmente focamos no trabalho. Mas em nossa pesquisa a própria cidade é encarada como um Condição Geral de Produção¹. E, portanto, o

[...] urbanismo capitalista, pela simultânea separação social dos *habitats* e integração social das vias de comunicação, ao mesmo tempo reflete e condiciona a simultânea cisão e articulação sociais que ocorrem no processo de mais-valia. Trata-se de uma condição fundamental, tanto para a produção da força de trabalho, quanto para as demais formas de produção de mais-valia. (BERNARDO, 2009, p. 214).

Nesse sentido, a produção social do espaço e a mobilidade espacial do capital entram no espectro de análise da própria valorização do capital, influenciando os ciclos de acumulação e respingando em todas as esferas da vida em sociedade. Esferas essas que compõem a vida na sua maior totalidade que vão do trabalho ao lazer. Todavia, aqueles que examinam os fenômenos apenas pelas suas características temporais, ou somente pelas singularidades espaciais, não conseguem perceber que a compressão do tempo/espaço, efetivada pela subsunção de um em detrimento do outro, modifica os ritmos das relações sociais e das trocas materiais incidindo diretamente na expropriação de mais-valia no, e por meio do território urbano.

A substância do capital, a substância do valor, é o tempo de trabalho, que não constitui algo de materializado, que não é ainda o produto do trabalho, mas precisamente o trabalho no seu decurso, a força de trabalho enquanto capacidade de trabalho em realização. (BERNARDO, 2009, p. 30).

E essa *capacidade de trabalho* se potencializa, ou não, no difícil deslocar cotidiano pelo ambiente urbano que os trabalhadores enfrentam. Como tentamos demonstrar ao longo do texto, o simples ato

¹ “As [Condição Geral de Produção] CGP não se limitam ao que geralmente se denomina ‘infra-estruturas’, mas cobrem todo o campo da tecnologia; que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade” (BERNARDO, 2009, p. 212).

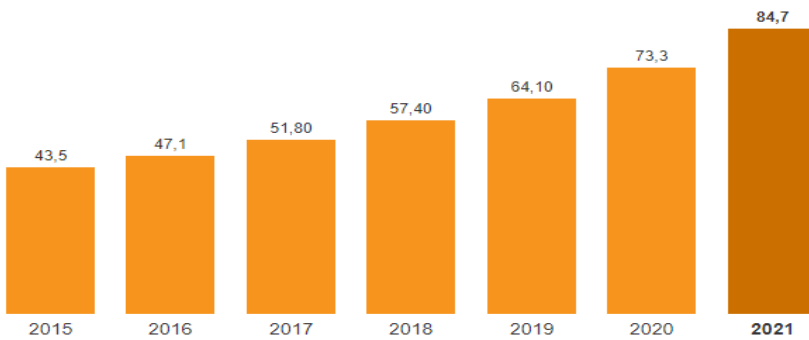
de deslocamento e sobrevivência que as classes trabalhadoras confrontam numa grande metrópole é carregado de interesses econômicos e ideológicos – como as reestruturações produtivas – que, muitas vezes, aliena o trabalhador de seu tempo livre –, tempo esse que poderia ser utilizado para que o trabalhador desenvolva-se enquanto ser humano genérico².

O TRABALHADOR NO CORREDOR DA MORTE

O agressivo capitalismo neoliberal implantado nas últimas décadas no Brasil promoveu mudanças no mundo do trabalho, num contexto de reestruturação flexível, gerando subempregos e um aumento significativo de desempregados estruturais. Junte a isso características histórico-sociais de uma sociedade desigual e amplamente excludente que, mais do que nunca, difunde o ódio de classe e exige uma pressa generalizada num trânsito agressivo e modorrento aonde todos disputam o tempo e o espaço e teremos a *Logística do Caos*.

A logística do padrão toyotista de produção exige o fim de estoques e, por sua vez, determina uma maior dinâmica e integração entre pessoas, peças e serviços. Todas essas mudanças envolvendo pessoas, peças e serviços ano após ano passaram a ser cada vez mais planejados, requisitados, escolhidos e comprados por meio de apenas um clique de maneira remota e descentralizada. Ainda, a venda realizada por meio do *telemarketing*, ou mais atualmente majoritariamente pelos computadores e celulares, em algum momento tem que se efetivar de maneira concreta fechando o ciclo da produção-distribuição-consumo. Sobre as vendas via internet, o jornal Folha de S. Paulo publicou a seguinte expectativa (em milhões de reais):

² De acordo com Marx em texto intitulado *Trabalho alienado e a superação positiva da auto-alienação humana* o ser humano genérico tem o trabalho como sua atividade vital, sua essência. “O homem é um ser genérico, não só na medida em que teórica e praticamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do das demais coisas, o seu objeto, mas também – e isto é apenas uma outra expressão para a mesma coisa – na medida em que se relaciona consigo mesmo como (com) o gênero vivo, presente, na medida em que se relaciona consigo mesmo como (com) um ser universal e por isto livre” (MARX apud FERNANDES, 1989, p. 154-155).



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1823568-vendas-na-internet-devem-dobrar-ate-2021-indica-google.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2017.

Todavia, ainda faltava a distribuição dos produtos de maneira *just-in-time* e foi aí que as empresas perceberam que era necessário atender as novas mudanças de comportamento³ dos consumidores não só na produção, mas também na distribuição e no consumo. Afinal, em qualquer grande cidade do Brasil o simples fato de sair de casa para buscar uma pizza, ou comprar um presente qualquer, pode envolver custos e perigos inesperados.

Em meio a esse cipoal o motoboy surgiu para vencer as limitações de velocidade, alcance e dinâmica do seu ancestral: o *office-boy*. Numa velocidade muito maior e com potencial para realizar um espectro de atividades muito mais abrangente que o *office-boy*, vans, caminhões etc., o motoboy

[...] surgiu no Brasil, no início da década de 80, mais precisamente no ano de 1984. O primeiro empresário de serviços de moto-entrega de que se tem notícia foi Arturo Filosof, um argentino que, em 1984, trouxe a ideia de Buenos Aires para São Paulo, onde fundou a Diskboy. Sua empresa levou alguns meses para receber a primeira encomenda, mas em 1985 já era amplamente conhecida na cidade, sendo noticiada em vários jornais e revistas nacionais. (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

³ Dia 03 de setembro de 2017 uma reportagem vinha a público na Folha de S. Paulo intitulada: *Indústria aposta em venda na internet para entender hábitos do cliente*. Demonstrando que até mesmo o varejo já busca entender o novo comportamento dos clientes finais que, cada vez mais, realizam compras via internet. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1915367-industria-aposta-em-venda-na-internet-para-entender-habitos-do-cliente.shtml> Acesso em: 11 set. 2017.

Esse profissional rapidamente passou a ser um dos principais responsáveis por interligar fluxos de mercadorias nos mais diversos endereços e nas mais diversas urgências da Região Metropolitana de São Paulo, isto porque o caos do trânsito paulista impossibilita que qualquer outro veículo possa desempenhar esse papel com tanta velocidade e desenvoltura. É a maneira que o capitalismo flexível encontrou para manter, e até mesmo reduzir, o *tempo de giro do capital*⁴ frente a todos os problemas elencados acima e tentar na prática realizar o *just-in-time* e o ideal do estoque zero apregoados pelo toyotismo.

Se o capital encontrou na profissão meios de elevar sua lucratividade os trabalhadores, desde a década de 1980, viram nas entregas feitas por motos uma maneira para ganhar seu sustento e manter suas famílias. Os números não são precisos sobre a quantidade de trabalhadores do motofrete, uma vez que há profissionais registrados e autônomos, trabalhadores que fazem entregas entre uma e outra ocupação e trabalhadores que se vinculam - flexivelmente - a aplicativos semelhantes ao *Uber*, como o *Rapiddo*, *Vai Moto* e *Loggi*⁵. Mas de acordo com o Sindimoto existem hoje cerca de 200 mil motoboys somente na cidade de São Paulo e aproximadamente um milhão e duzentos mil entregadores no Brasil.

Claro que há motofretistas que escolheram a profissão pela paixão que sentem por andar de moto ou mesmo pela pretensa “liberdade”⁶ que essa profissão permite, mas esses indivíduos não são a maioria. Não só em nossa pesquisa⁷, mas na bibliografia consultada sobre a temática, é possível perceber que a maioria dos motoboys encontra no motofrete alternativa ao desemprego. Passando por momentos de desemprego trabalhadores de diversas origens profissionais utilizaram dos dividendos oriundos das

⁴ “O tempo de produção, associado com o tempo de circulação da troca, forma o conceito do ‘tempo de giro do capital.’” (HARVEY, 1993, p. 209).

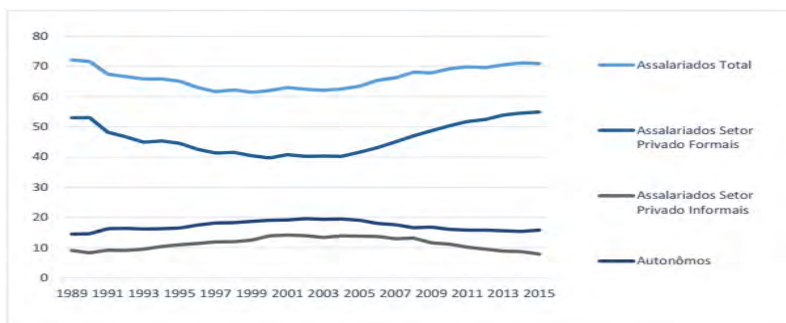
⁵ “No final de 2013, a categoria seria apresentada com o nascimento de uma startup capaz de modernizar essa profissão tão tradicional e que resistiu por tanto tempo às novidades tecnológicas [...]. O conceito da empresa é simples: trata-se de um *marketplace* que tem como objetivo conectar uma frota gigante de motofretistas (conhecido popularmente como motoboys) para atender a demanda [...]”. LOGGI: conheça a fundo a startup que revolucionou o motofrete no Brasil. *Tecmundo*, 26 maio 2015. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/apps/80546-loggi-conheca-fundo-startup-revolucionou-motofrete-brasil.html> Acesso em: 08 abr. 2016.

⁶ A marca de motocicletas com a maior fatia do mercado nacional e maioria absoluta das motos usadas pelos motoboys tem o slogan “*Asas da Liberdade*”.

⁷ Essa pesquisa já realizou as entrevistas que julgamos necessárias em nossa análise. Ao todo realizamos treze entrevistas por meio da História Oral. Todavia, em razão de ainda estarmos transcrevendo e analisando seus resultados quanti-qualitativos deliberei não usar, nesse texto, seus resultados e apontamentos.

rescisões contratuais, da ajuda familiar, ou mesmo de economias guardadas, para comprar uma moto e começar a trabalhar quase que imediatamente nesse setor em crescimento.

DESEMPREGADOS POR POSIÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. 1989 -2015 (%)



Fonte: PED. DIEESE/SEADE, 2016.

Outra parcela significativa dos motoboys consiste em jovens, geralmente do sexo masculino, que enxergam na profissão uma primeira chance de entrar no mercado de trabalho. Oriundos de famílias carentes esses jovens, herdeiros do estrutural descaso com a educação, encontram-se diante do mercado de trabalho sem qualificações, experiência e rede de contatos que viabilizem sua entrada no mercado de trabalho. Assim sendo, muitos unem a paixão por motos com a necessidade material de sustento e começam a entrega rápida em duas rodas.



Fonte: ABÍLIO, 2014, p. 26.

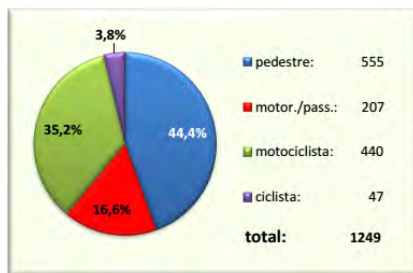
Seja como for, a maioria dos motoboys que entrevistamos, assim como os entrevistados nas outras pesquisas que consultamos, deixou claro que não é objetivo comum e declarado perpetuar-se na profissão. Ser motoboy, na maioria das vezes, é visto como um *emprego trampolim* para alcançar novas e melhores colocações de trabalho. Aspecto esse que contribui em muito para a falta de sentimento de classe entre essa categoria profissional.



Fonte: ABÍLIO, 2014, p. 25.

Entre os aspectos que contribuem para essa falta de vontade em permanecer na profissão temos a falta de reconhecimento dos direitos da categoria, geralmente pela forma (ou falta) de registro e a baixa remuneração que força a longas e múltiplas jornadas de trabalho. Tudo isso levando a grande estafa física e psicológica, além de problemas com o convívio familiar, ou melhor, a falta de convívio familiar. E como se não bastasse tudo o que foi exposto há ainda um elevado índice de acidentes nas ruas e rodovias do país, que cresce a cada ano especialmente entre os motoqueiros. Esse risco “inerente” a profissão faz com que todo o conjunto de elementos negativos sejam potencializados e colocados num primeiro plano para pensar *o ser e agir* do motoboy. Afinal estresse, cansaço, baixa remuneração etc., não são exceções no trabalho na sociedade capitalista, mas fazer tudo isso com uma probabilidade significativa de não voltar vivo ao fim do dia para casa faz dessa profissão um verdadeiro desafio de risco aos trabalhadores do motofrete.

MORTES POR MOTOCICLISTAS POR 10.000 MOTOCICLETAS / MORTES, POR TIPO DE USUÁRIO DAS VIAS



Fonte: CET - Acidentes de trânsito fatais: relatório anual. 2014, p. 23; p.03 respectivamente.

O MOTOBOY: PERSPECTIVAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

O *motoboy* tem seu trabalho a margem do sistema de proteção legal, num ramo produtivo que é estruturado de forma praticamente informal, por isso mesmo, escapa as análises puramente formalistas das formas de exploração do trabalho e instiga a pré-julgamentos carregados com um desmerecido desprestígio social. O trabalhador das duas rodas é frequentemente suprimido na multidão, mas geralmente numa multidão

de automóveis. O motoboy não pode vagar descompromissadamente e busca, acima da velocidade permitida, atingir seu objetivo vendo a cidade e suas atrações de uma maneira muito rápida e tendo como sua aventura corriqueira chegar bem ao final do dia.

Viver no limite da segurança, vista no prisma coletivo e individual, pode ser encarado como ato de desordem pública e niilismo pessoal, pois como justificar arriscar-se tanto ao limite de acreditar que a morte, dentre as diversas e graves sequelas, pode ser um bom resultado, em caso de acidente?

De maneira dialética o trabalho do motoboy configura-se, além de uma solução individual e social-financeira, elemento de aplicação da teoria do valor. O motofretista é um trabalhador regido pela mais-valia absoluta já que conta com pequena capitalização (baixo nível de capital constante), associado à deterioração dos limites físicos do trabalhador - no limite até a morte -, consequência de seu trabalho depender muito da organização estruturada pela própria força de trabalho em sua execução. Enfim, é um trabalho que gera valor, ou viabiliza a geração de valores em outros espaços, muito mais pelo aumento da jornada, e velocidade, do trabalho do que por meio de qualquer mecanismo de tecnologia no dia a dia que leve a um trabalho mais complexo e qualificado.

Contudo, o motofretista permite a acumulação da mais-valia relativa em outros patamares, certamente distante espacialmente, viabilizando a produção-distribuição-consumo na globalidade da economia capitalista da metrópole, logo do mundo todo se levarmos em conta a importância das empresas instaladas na Região Metropolitana da capital paulista. A área de atuação desse tipo de profissional viabiliza a transmutação de mercadorias potenciais em mercadorias reais, revivifica a mais-valia anteriormente extraída e acrescenta/viabiliza valor ao trabalho anteriormente realizado.

Toda essa rotina adversa, arriscada, estressante e cansativa ainda é negativamente coroada pelos casos de ódio, agressividade, violência e preconceito da sociedade para com a categoria. É comum relatos de brigas, discussões e até mesmo violência física entre motoboys e outros motoristas. Casos de preconceito e desconfiança recheiam o imaginário da população que vê no motoboy a figura potencial de um bandido. E para piorar o próprio motoboy corre o risco de ser vítima da violência e marginalidade

uma vez que, devido a sua exposição, frequentemente são vítimas de roubos e assaltos tendo sua moto, equipamentos e a própria vida levadas por assaltantes.

Enfim, a profissão motoboy é fruto do conjunto de mudanças no mercado de trabalho e dos padrões de comportamento, consumo, produção, distribuição e vendas. Além disso, as políticas neoliberais, que são incessantemente impostas como o único caminho possível para a economia, colocam a segurança, e até mesmo a própria vida, desses trabalhadores em risco para atender a demandas sempre impossíveis de alcançar já que no fundo exige que o espaço seja suprimido pelo tempo.

No panorama acima descrito o motoboy surge como solução individual ao seu próprio sustento e a aceleração da acumulação do capital, tornando-se figura que exerce um papel *sine qua non* para a continuidade do trabalho e da vida nas grandes cidades. Apesar de todas as adversidades, preconceitos, informalidade e riscos de acidentes esses trabalhadores conseguiram se estabelecer como categoria profissional e criaram táticas e estratégias para continuarem na profissão mesmo sendo frequentemente vistos como vagabundos, criminosos, etc.; por parte dos motoristas de carros, população e gestores públicos; configurando assim o trânsito como um imenso cenário da luta de classes no país.

CONCLUSÕES

Este trabalho nasceu de questionamentos suscitados no decorrer de uma pesquisa de doutorado que ainda está em andamento. Por tal razão essa pesquisa é aqui apresentada incompleta, isso significa dizer que suas conclusões e o desenrolar das interpretações e das questões aqui abordadas não estão encerradas. O que em última análise permite modificações nas questões que proponho e consequente em suas conclusões.

Ainda estamos coletando dados, estatísticas e transcrevendo entrevistas, mas já podemos perceber que existe um sentimento de importância e virilidade nas práticas desses trabalhadores. A virilidade pode ser vista como “a capacidade de expressão do poder, associado ao exercício da força, da agressividade, da violência sobre outrem” (DEJOURS, 1999, p. 44), no caso outros motoristas. Além disso, já podemos constatar que um “bom” motoboy não pode limitar-se a dirigir sua moto e efetivar a entrega.

Há diversos procedimentos que impactam seu cotidiano em termos de qualidade e remuneração, ele deve dominar, por exemplo: a manutenção da moto, conhecer o trânsito, saber manobrar de maneira arriscada, lidar com diversas burocracias (cartório, bancos, etc.) e lidar com discriminação e micropoderes de pessoas que estejam no meio de sua atividade fim.

Além disso, as práticas dos motoboys, pautadas na instantaneidade que a cidade reestruturada impõe, moldam a forma de vida, sendo capaz de gerar sentimentos, atitudes, práticas e formas de solidariedade e sociabilidade com outros trabalhadores do setor. É comum o relato de brigas, inclusive físicas, entre motoboys e motoristas de carros em defesa de outros motoqueiros. Nesse sentido, a solidariedade e sentimento de pertença a uma categoria viabilizou nos últimos anos a junção de grupos para protestos pontuais frente as tentativas do poder público de limitação e enquadramento da categoria e, mais recentemente, protestos contra aplicativos de entregas como, por exemplo, o *Loggi*.

Por fim, estamos relacionando como a cidade, entendida como um espaço de valorização do capital, viabiliza o *just-in-time* e acaba por flexibilizar a vida como um todo, implicando em modos de viver, pensar e de sentir. Em outros termos, como o motoboy, integrado na cidade (des) organizada, carregada de fraturas advindas das próprias contradições sócias, experimenta, vivencia e percebe a coisificação, alienação, estranhamento e fetichização de suas práticas dentro do urbano. A pesquisa ainda está inconclusa, mas já podemos perceber que há intensa relação desses trabalhadores com o urbano e que isso produz subjetividades que marcam os motoboys por sentimentos ambíguos de individualismo, solidariedade, frustrações e uma enorme gama de patologias psicológicas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila C. Segurando com as dez: a classe trabalhadora e o desenvolvimento brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 38., 2014, Caxambu. *Anais do Encontro*, 2014.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO (CET). *Acidentes de trânsitos fatais: relatório anual 2014*. São Paulo, 2015.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Fundação Sistema Estadual de Dados. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Disponível em: www.dieese.org.br/analiseped/ped.html. Acesso em: 10 jun. 2016.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

MARX, Karl. Trabalho alienado e a superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Marx & Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989. v. 36. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OLIVEIRA, G. C. *Trabalho, vitimização e criminalização no cotidiano de motoboys de Salvador*. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BERNARDO, João. O tempo – substância do capitalismo. *Cadernos de Ciências Sociais*: Fundação Santo André, Santo André, n. 1, p. 1-9, 2006.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir. (org.). *Metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.

CASTRO, Matheus Fernandes. *Os Motoboys de São Paulo e a produção de Táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas*. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Eugenio Paceli Hatem. *Entre as exigências de tempo e os constrangimentos do espaço: as condições acidentogênicas e as estratégias da regulação dos motociclistas profissionais*. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERRARI, Terezinha. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

GODOI, Stela Cristina de. *No “tempo certo”, sobre duas rodas: um estudo sobre a formação e exploração dos motofretistas de Campinas-SP*. 2012. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual da Unicamp, Campinas, São Paulo, 2012.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. *Vidas Supérfluas: a invenção da pressa*. 2016. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

HARVEY, David. *The Urban Experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

ITO, Roberto Shinji. *Cidade dos Motoboys: apropriação de espaços na metrópole paulistana*. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, Thiago Drumond. *Coletivo de trabalho e atividade dos motoboys: gênero profissional, saberes operatórios e riscos da atividade de trabalho*. 2008. 404 f. Tese (Doutorado Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Vivian Lúcia Rodrigues de. *O trabalho dos motoboys: revelando novas necessidades do capital reestruturado*. 2016. 142 f. (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PINTO, João Alberto da Costa. O percurso político do marxismo de João Bernardo: Portugal/França/Brasil 1965 – 1991. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 6., Campinas, 2009.

ROSA, Hartmut. Full Speed Burnout? *International Journal of Motorcycle Studies (IJMS)*, United States, v. 6, n.1, Spring 2010. Special Issue Motorcycle – Beschleunigung und rebellion? Disponível em: http://ijms.nova.edu/Spring2010/IJMS_Artcl.Rosa.html. Acesso em: 22 fev. 2017.

ROSA, Hartmut. Aceleración social: consecuencias éticas y políticas de una sociedad de alta velocidad desincronizada. *Persona y sociedad*, Universidad Alberto Hurtado, Chile, v. 25, n. 1, p. 9-49, 2011.

ROSA, Hartmut. *Social Acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MATTA, Roberto da. *Fé em Deus e pé na Tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

SILVA, Ricardo Barbosa. *Os motoboys no globo da morte: circulação no espaço e trabalho precário na cidade de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Daniela Wosiack. *Atuação profissional de motoboys e fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito em Londrina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

VASCONCELLOS, Eduardo A. O custo social da motocicleta no Brasil. *Revista dos Transportes Públicos – ANTP*, São Paulo, ano 30/31, p. 127-141, 2008.

VERONESE, A. M.; OLIVEIRA, D. L. L. C. Os riscos dos acidentes de trânsito na perspectiva dos motoboys: subsídios para a promoção da saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2717-2721, dez. 2006.

JORNADAS DE HUMILHAÇÕES: OS IMPACTOS SOBRE O CARÁTER PESSOAL NO TRABALHO FLEXÍVEL

Vitor Luiz Carvalho da Silva

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo engendrou profundas transformações no mundo do trabalho, o avanço de uma nova divisão internacional do trabalho a partir da década de 1970 atingiu agudamente a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras. Essas transformações ocorridas na dinâmica de acumulação inseriram no mundo do trabalho novas formas de produzir desencadeada pelos processos de inovações tecnológicas, organizacionais e produtivas, dentre as quais, o toyotismo e suas formas flexíveis de acumulação ganham maior destaque. Essas mutações têm como resultado uma nova estrutura de trabalho que assume traços precários (informalidade, subcontratação, trabalho temporário, terceirizado, etc.) e altamente competitivo (ANTUNES, 2005; HARVEY, 1992).

As desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras no interior do mundo do trabalho, expressa, em essência, a necessidade de compreender o fenômeno da nova divisão internacional do trabalho pela perspectiva das

relações de gênero. Os empregos destinados às mulheres no mercado de trabalho são os mais precários, de baixos salários, alta vulnerabilidade em relação à instabilidade e ao adoecimento e com baixa potencialidade de crescimento profissional, podendo ser mais agudo conforme sua raça/etnia, essa totalidade das práticas sociais perpetua as relações de sexo/gênero na esfera produtiva e reprodutiva (HIRATA, 2002, 2007; HIRATA; KÉRGOAT, 1987).

As implicações que afetam o conjunto dos trabalhadores no interior do trabalho flexível, qual seja, a competitividade e produtividade, a individualização das relações de trabalho, rebaixamento de salários e da qualidade de vida, formas precárias de trabalho (informalidade, subcontratação, terceirização, etc.), o aumento da jornada de trabalho, demonstram a ampliação dos riscos para saúde física e mental dos trabalhadores. As consequências da organização do trabalho para saúde dos trabalhadores revelam a perversidade do trabalho flexível, levando ao limite das condições humanas o processo de desqualificação e inferiorização dos trabalhadores, gerando adoecimentos e sofrimentos (BARRETO; HELOANI, 2013; DEJOURS, 1987, 2006).

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO REGRA

As transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo brasileiro, marcadamente na década de 1990 com a nova divisão internacional do trabalho e a onda de políticas neoliberais que impulsionou a abertura econômica, a desregulamentação financeira, às privatizações e a financeirização da economia, sobretudo nas periferias do capitalismo, revelaram os traços marcantes da nova dinâmica econômica brasileira¹. Essas medidas econômicas, em primeiro momento, desestruturaram boa parte do segmento produtivo do país intensificando uma reestruturação no mundo do trabalho. Em decorrência da competitividade internacional as empresas brasileiras se adequaram a nova dinâmica produtiva, combinando padrões organizacionais, produtivos e altamente tecnológicos, com uma força de trabalho qualificada (ANTUNES, 2009).

¹ A abertura econômica iniciada pelo governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e intensificada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003) trouxeram efeitos negativos, como a sobrevalorização cambial, taxas de juros elevadas, desemprego estrutural e a substituição da produção nacional por produção importada -, contribuindo para o agravamento da indústria nacional.

É característico dos trópicos e sua condição de dependência frente aos países de capitalismo avançado, que no interior de sua dinâmica atue de forma desigual e combinada nos processos de acumulação e exploração da força de trabalho. Ou seja, a particularidade socio-histórica do capitalismo brasileiro se constitui como mescla do existente, inserindo no interior da produção, novos padrões organizacionais, tecnológicos e de qualificação da força de trabalho, atuando em diversos ramos produtivos com elementos do taylorismo e do fordismo em simbiose, em maior ou menor medida, com novos processos produtivos, sobretudo o toyotismo ou suas formas flexíveis de acumulação – método *Just-in-time*, *kan-ban* e a automação –, sem abrir mão da característica estrutural do capitalismo brasileiro: a superexploração da força de trabalho, baixos salários, intensificação produtiva e jornadas extenuantes (ALVES, 2000).

O resultado da operação é aumentar a eficiência do trabalho, para o que o trabalhador também precisa despende mais suas energias físicas e mentais. O controle de diversas máquinas ao mesmo tempo faz com que o trabalhador tenha todo o seu tempo de trabalho formal convertido em tempo de trabalho real. Ou seja, ele não mais dispõe daqueles tempos de descanso enquanto a máquina está operando bem e não precisa do seu apoio. Com a introdução de um operário-diversas máquinas, o sistema toyotista eleva o grau de intensidade de seus operários. Os tempos de trabalho “morto” desaparecem dos horários de trabalho. (DAL ROSSO, 2008, p. 67).

O avanço de uma nova forma de produzir em escala mundial desencadeada pelos processos de inovações tecnológicas, organizacionais e produtivas, cuja estrutura intensificou a desregulamentação do emprego formal desenhando um novo tipo de trabalho que assume em suas modalidades traços precários (informalidade, subcontratação, trabalho temporário, terceirizado, etc.), apontando como tendência histórica o surgimento de um “novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial” (ANTUNES, 2005, p. 76-77), caracterizado por Antunes como uma nova morfologia do trabalho.

Em respostas aos entraves do processo acumulativo de capital, as medidas neoliberais, articuladas com o novo desenho da divisão internacional do trabalho, modificaram profundamente as condições de

vida dos trabalhadores e das trabalhadoras em escala global. Repercutindo significativamente nos empregos estáveis, no rebaixamento de salários, no desmantelamento de sindicatos, condições precárias de trabalho, na perda de direito historicamente conquistados, apontando como tendência o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES, 2009).

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

Como parte do mesmo processo que atinge o conjunto da classe trabalhadora e que se expressa de forma desigual de acordo com o sexo do trabalho, convém, como forma de compreensão desse fenômeno, olhar a nova divisão internacional do trabalho pela perspectiva das relações de gênero. Diferentes pesquisas têm indicado as mulheres como o conjunto que ocupam os postos de trabalho mais instáveis e precários, podendo ser mais agudo conforme sua raça/etnia (HIRATA, 2002).

A desigualdade vivenciada pelas trabalhadoras na sociedade competitiva e de classe revela, em essência, que nem todos os seus membros foram integrados no seu funcionamento efetivo. Para Saffioti (1985) esses fatores sócio-culturais no interior da sociedade capitalista desnuda “a violenta contradição entre o princípio nuclear do capitalismo – a acumulação – e a proposta ideológica deste mesmo sistema – a equidade” (SAFFIOTI, 1985, p. 96) presentes no funcionamento do modo de produção capitalista em seu movimento de incorporação-superação das determinações e contradições presentes nas sociedades anteriores.

[...] Ilusoriamente, tem-se acreditado que o desenvolvimento das forças produtivas elimina a utilização dos fatores naturais como justificativas da marginalização de enormes contingentes humanos quer do sistema de produção, quer da estrutura de poder da sociedade [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 329).

Assim, Lobo (2011) sustenta que “a divisão sexual do trabalho se constrói como estratégia de gestão da força de trabalho” (LOBO, 2011, p. 68), mantendo com separação e hierarquia, o sexo que realiza os trabalhos, expressando a totalidade das práticas sociais em um circuito fechado, onde

se perpetua as relações sociais de sexo/gênero tanto na esfera produtiva, como na esfera da reprodutiva.

Com efeito, os empregos destinados às mulheres no mercado de trabalho são de baixa potencialidade, empregos propositalmente desvalorizados, “sobretudo em atividades produtivas em regressão” (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p. 19) corroborando a ideia de marginalização do trabalho da mulher. À luz desse marco pode-se sublinhar que a relação de dominação e exploração do capital estabelece o trabalho feminino em um sistema de inter-relação que opera dentro e fora do sistema produtivo, de modo que, a precariedade proposital do sexo do trabalho torna-se componente basilar no processo de valorização do capital.

É perceptível também, que os traços precários de trabalho (informalidade, subcontratação, trabalho temporário, terceirizado, baixa qualificação, etc.), são maciçamente ocupados pelas mulheres. A nova divisão internacional e sexual do trabalho estabeleceu um novo mapa de indicadores do trabalho precário em escala global. No Brasil, em particular, esse mapa pode ser representado por três indicadores, segundo Hirata:

- 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.);
- 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário;
- 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. (HIRATA, 2007, p. 26).

A heterogeneidade combinada dos processos produtivos no interior da indústria e do setor de serviços potencializou o aumento dos lucros e da produtividade. O perfil da força de trabalho é assimetricamente

marcado pela relação de gênero e a redução de custos, podendo, mesmo em empresas que incorporam um padrão tecnológico elevado, manter postos de trabalho cujas tarefas são repetitivas e fragmentadas, para os quais, as mulheres têm ocupado em maior escala, em contraposição aos postos de trabalho masculino que possui maior inserção tecnológica, prefigurando um assalariamento e políticas de trabalho diferenciadas em relação ao trabalho masculino (HIRATA, 2002).

[...] as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo [de trabalho precário, vulnerável e flexível] a toda a população ativa, inclusive a masculina. As mulheres podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis (HIRATA, 2002, p. 144).

Neste sentido, para Hirata e Kérigoat (1987) a flexibilização do trabalho pode se apresentar como fenômeno que aumenta as desigualdades já existentes entre homens e mulheres na totalidade social. Recaindo sob as mulheres a desvalorização enquanto sexo, por um lado, porque a sociedade “remete-as continuamente ao indivíduo, ao biológico, mas também porque elas não se reconhecem no grupo sexuado” (HIRATA; KÉRIGOAT, 1987, p. 7), e, por outro lado, devido os impactos de uma nova organização do trabalho, seja ela de caráter flexível toyotista ou mescla dos modelos existentes, aprofundando a não identificação enquanto grupo de trabalhadoras. Assim, as mulheres expressam dificuldades em “dotar de posturas defensivas comuns que permitam ascender a práticas coletivas” (HIRATA; KÉRIGOAT, 1987, p. 7) nos locais de trabalho, ficando mais vulnerável aos adoecimentos.

É por isso que dizemos que a autodesvalorização enquanto sexo é ainda mais complexa que a auto desvalorização enquanto operário (a), porque significa de certa maneira a negação de si mesma. Há nisso algo de esquizóide: a personalidade é quebrada, dividida, e a dor secretada não pode não ter consequências sobre a saúde mental. (HIRATA; KÉRIGOAT, 1987, p. 6).

Desta forma, a nova divisão internacional e sexual do trabalho estabeleceu como núcleo novas formas de acumulação flexível desenhada sob o mecanismo tecnológico-organizacional (gestão por metas, qualidade total, melhorias contínuas, trabalho em equipe, etc.), cujos impactos nas relações de trabalho se materializam na intensificação, flexibilização e precarização do trabalho. As consequências das diferentes formas de exploração da força de trabalho, por um lado, tem convertido o ambiente de trabalho em espaços de adoecimentos, de natureza física e psicológica. Por outro lado, o rompimento do tecido de solidariedade entre os trabalhadores e a fragmentação do trabalho fez com que todas as relações de trabalho fossem individualizadas (ANTUNES, 2009).

O padrão flexível de acumulação juntamente com o projeto político-ideológico do neoliberalismo desenvolveu mecanismos para capturar a subjetividade dos trabalhadores (intelectual e emocionalmente). Esse novo paradigma da produção extrapolou as fronteiras do domínio das capacidades físicas dos trabalhadores (Taylorismo/Fordismo), em maior ou menor medida, a produtividade pode ser alcançada de forma voluntária, muitas vezes com a intenção de ampliar o desempenho da empresa no mercado e garantir a manutenção dos empregos. Diferentes pesquisas têm indicado que as estratégias de organização do trabalho têm sido desestabilizadoras para a saúde física e mental dos trabalhadores, Dejours (1987, 2006) chama nossa atenção para observar as relações entre adoecimento, sofrimento psíquico e as defesas desenvolvidas pelos trabalhadores frente à organização do trabalho.

JORNADA DE HUMILHAÇÕES: O SOFRIMENTO DO SER QUE TRABALHA

O referencial teórico-metodológico da psicodinâmica do trabalho (DEJOURS, 1987, 2006; HIRATA, 2002) observa as relações entre adoecimento, sofrimento psíquico e a construção de uma estratégia de defesa coletiva frente à organização do trabalho. Nesse sentido, falar sobre saúde e adoecimento no trabalho exige ir além dos processos laborais que provocam o adoecimento, assim, compreendem-se como parte importante do processo da relação saúde-adoecimento, também as condições de trabalho determinadas e articuladas com o modo de exteriorização particular e coletivo dos sujeitos que trabalham, quer dizer, o debate ganha novos contornos após o adoecimento com o significado e as formas desse sofrimento.

Nesse sentido, a psicodinâmica do trabalho busca alcançar um equilíbrio psíquico entre os trabalhadores, ainda que esses estejam imersos em uma situação de trabalho desestruturante, a psicodinâmica coloca-se entre a patologia e a normalidade buscando evitar o sofrimento e estabelecer uma relação de prazer no trabalho, frente aos constrangimentos que surgem na organização do trabalho e seus processos de individualização do sucesso e do fracasso (DEJOURS, 2006).

Segundo Dejours (2006), é possível observar que o sofrimento mental também é resultado da inserção tecnológica e das técnicas organizacionais no ambiente de trabalho e que nem sempre esse tipo de adoecimento se manifesta de forma clara, assim, também “a normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho” (DEJOURS, 2006, p. 36), no entanto, o que de fato caracteriza o sofrimento mental? Dejours descreve a vivência depressiva, como:

A vivência depressiva condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os. Esta depressão é dominada pelo cansaço. Cansaço que se origina não só dos esforços musculares e psicossensoriais, mas que resulta sobretudo do estado dos trabalhadores taylorizados. Executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportada pelo jogo da motivação e do desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo. (1987, p. 48-49, grifos do autor).

Dejours insiste ainda que:

O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação. *Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa*: isto é, quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à *impossibilidade*

de toda a evolução em direção ao seu alívio). A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento. (1987, p. 52, grifos do autor).

De acordo com Dejours (1987), os trabalhadores dispõem de um arcabouço de recursos defensivos criados por eles mesmos, para suportar ao máximo as diversas situações do ambiente de trabalho, por exemplo, dentro da questão do medo descrita por Dejours está presente o medo de não conseguir “acompanhar o ritmo de trabalho”, outro exemplo plausível seria o “medo de comprometer sua integridade física”, e também, a virilidade (DEJOURS, 1987, p. 73-74). Esses mecanismos de defesa, segundo o autor, gera um conjunto de ansiedade que é aproveitado pela organização do trabalho como arma de aceleração da cadência das atividades: “a) *Ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo*” – marcada pela desestruturação psicoafetiva dentro e fora do trabalho; “b) *Ansiedade relativa à degradação do organismo*” – marcada pelas más condições de trabalho, doenças profissionais, doenças psicossomáticas e sequelas mentais; “c) *Ansiedade gerada pela “disciplina da fome”*” – doença relacionada à exposição psicológica aos riscos proporcionados pelo trabalho, sujeitando-se aos piores tipos de riscos, para sobreviver (DEJOURS, 1987, p. 77-79).

A ergonomia, ciência fundamental que contribui para a melhoria das condições de trabalho, se esbarra, muitas vezes, nas formas de resistência construídas pelos trabalhadores, resultante do descontentamento com a própria atividade laboral exercida. Quando ocorre uma adesão à ergonomia, ela é suprimida pelas exigências organizacionais, devido às imposições produtivas do capital. Para Dejours, o fato da ergonomia não surtir efeito na produtividade é reflexo de “numerosos sofrimentos somáticos de determinismo físico” e de outras doenças corpóreas relacionadas à “mediatização” “por algo que atinge o aparelho mental” (DEJOURS, 1987, p. 53). Dejours aponta, por outro ângulo, que a ergonomia só pode avançar enquanto alívio limitado, portanto, ela não traz satisfação significativa no trabalho, corroborando, muitas vezes, para o estabelecimento de estruturas de personalidade que se adaptam ao sofrimento mental e não físico, permitindo suportar a atividade exercida, nas palavras de Dejours:

Os efeitos desta carga e o sofrimento estão no registro mental e se ocasionam desordens no corpo, não são equivalentes às doenças diretamente infligidas ao organismo pelas condições de trabalho. A carga de trabalho psíquica representada pelo sofrimento proveniente de um desconforto do corpo coloca inteiramente o trabalhador e sua personalidade à prova de uma realidade material, primeiramente. O conflito não é outro senão o que opõe o homem à organização do trabalho (na medida em que o conteúdo ergonômico do trabalho resulta da divisão do trabalho). (1987, p. 61).

Para Barreto e Heloani (2013), o novo mundo do trabalho produz uma subjetividade também precarizada, que deforma as personalidades e potencialidade humanas em um processo de “esgotamento e empobrecimento dos trabalhadores” (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 110), produzindo situações de sofrimento. A degradação das faculdades físicas e do desenvolvimento psíquico do indivíduo, acarreta uma identidade pendular dos trabalhadores e trabalhadoras, enfraquecendo suas bases de sustentação dos laços sociais.

Nesse sentido, os trabalhadores diante do novo e instável mundo do trabalho, “adoecem de forma invisível”, se sujeitando a todas as condições de precarização, muitas vezes, por medo, “apesar de doentes e com um atentado no bolso” (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 107). Ocultar a dor e suportar o sofrimento torna-se uma forma de se manter trabalhando frente ao desemprego.

As exigências relacionadas à intensificação do trabalho “eleva o risco de ansiedade e estresse laboral” (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 111) – quando não se expressa de maneira radicalizada como: a depressão e o suicídio –, refletindo nas relações fora do trabalho. Os elementos de individualização se afloram acentuadamente, sua materialidade por ser tecida por meio da negação das necessidades fisiológica ou da própria interação social no local de trabalho pelo maior tempo possível, visando o comprimento das metas (às vezes até humanamente impossíveis) estabelecidas pela organização do trabalho.

Os adoecimentos laborais de natureza física: LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) também são ações recorrentes relacionadas à intensificação

do trabalho. Essa lógica destrutiva de produção extrapola os limites das condições humanas, revelando a força de trabalho em sua característica mais íntima, a de mercadoria; excluindo os trabalhadores adoecidos do mercado de trabalho sem qualquer forma de proteção, ao mesmo tempo, renova o contingente de trabalhadores visando altos índices de produtividade sem garantir um ambiente de trabalho adequado a saúde física e mental os trabalhadores (RIBEIRO, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acumulação flexível teceu um novo modo de vida e de trabalho engendrado pela flexibilização e a precarização do trabalho. Nesse cenário, o desemprego estrutural e a inserção tecnológica tornaram homens e mulheres obsoletos. Os novos empregos, temporários, informais, precários, terceirizados, subalternizaram ainda mais o sexo do trabalho. O trabalho da mulher possibilitou a maximização de lucros no universo empresarial, uma vez que as trabalhadoras recebem menos que os homens em um circuito de precarização e jornadas flexíveis de trabalho, perpetuando as inter-relações (sexo/gênero) na esfera produtiva e reprodutiva.

As jornadas de humilhações no trabalho flexível demonstram a ampliação do trabalho vulnerável, do rebaixamento da qualidade de vida e dos novos adoecimentos que deformam as personalidades e potencialidades dos trabalhadores e trabalhadoras em um regime de competitividade e culpa individual. O sofrimento mental revela a perversidade do trabalho flexível marcado pela intensificação do trabalho, pressões por produtividade e cumprimento de metas, frequentemente desumanas e até humanamente impossíveis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

- BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. *O Averso o trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 107-123.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1987.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniëla. Divisão sexual e psicopatologia do trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 6., 1987, GT Processos de trabalho e reivindicações sociais. Águas de São Pedro: 1987. p. 134-152.
- HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. XI Journées Internationales de Sociologie du Travail (JIST 2007). Restructurations, précarisation et valeurs, Londres, 21-21-22 jun. 2007-05-27. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY BULPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13-23.
- KERGOAT, Daniële. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.
- LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- RIBEIRO, Herval Pina. Lesões por Esforços Repetitivos (LER): uma doença emblemática. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 85-93, 1997.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Força de trabalho feminino no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

O TRABALHO E O PROCESSO PRODUTIVO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EM LONDRINA-PR

Leonardo Antônio Silvano Ferreira

INTRODUÇÃO

A organização da produção capitalista e as relações de trabalho desenvolveram novos contornos a partir da década de 1970, que vem se aprofundando na atualidade dando origem a características totalmente originais, sobretudo no que diz respeito a suas características no processo de trabalho e de natureza contratual. Estes novos contornos nos leva a necessidade de pensar sobre como estão se configurando as relações sociais de trabalho. Estas mudanças surgem num contexto de nova divisão internacional do trabalho em sua fase de transnacionalização do capital (ANTUNES, 2007; BIHR, 1998; CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2008), que tem orientado políticas públicas de desenvolvimento aos países emergentes, como o caso do Brasil.

A introdução das tecnologias de informação e de comunicação levou a uma revolução tecnológica de base eletrônica, alterando

significativamente a forma de se realizar, como também, a maneira de se produzir as mercadorias *softwares*, num contexto em que parte das atividades econômicas se volta ao conhecimento e à informação. É, nesse sentido, que a produção do trabalho imaterial (AMORIM, 2009; ANTUNES, 2005) como componente ativa a ser expropriada pelo capital, na qual, na mercadoria está incorporada toda a inteligência e a criatividade do trabalhador. Com o aumento de redes de empresas, comum no atual cenário de globalização econômica, empresas têm se organizado na forma de oligopólio mundial (CHESNAIS, 1996), gerindo políticas públicas e orientando a reorganização da produção do espaço. Nesta reorganização se verifica o aumento da concentração de renda, pela lucratividade por meio dos negócios que as formações desses nichos de desenvolvimento local proporcionam, pois denotam um disfarce utilizado e ecoado constantemente na sociedade para substituir ou reinterpretar a noção de cidadania, por cooperação ou negociação, envolvendo, necessariamente, as relações entre capital e trabalho (OLIVEIRA, 2001), e, conseqüentemente e em simultaneidade, se percebe o aumento das desigualdades sociais, em decorrência da superexploração do trabalho (MARINI, 2017) nos países emergentes.

A derrocada do modelo taylorista-fordista e a crise de acumulação capitalista trouxe à tona um modelo de produção caracterizado pela acumulação flexível¹ do capital (HARVEY, 2005), reestruturando organizações de produção no modelo toyotista². Este tipo de organização da produção caracteriza a produção brasileira de *software* (TENÓRIO; VALLE, 2012). Em meio a esta configuração transnacional, a organização da produção de *software*, bem como a nova lógica da divisão internacional do trabalho, tem sinalizado que o novo padrão de reprodução do capital em suas relações internacionais, tem potencializado a precarização das condições de trabalho.

A globalização econômica caracteriza-se como uma nova etapa da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), na qual o processo de

¹ Esta definição se emprega ao conceito de pós-fordismo utilizado (TENÓRIO; VALLE, 2012) para explicar que o contexto de transição do fordismo ao contexto de acumulação flexível se refere ao setor de *software*. Não há, portanto, uma ruptura no modelo de produção com a transição do fordismo à acumulação flexível, o que existe é uma continuidade, mas com elementos novos incorporados.

² Ainda que o toyotismo tenha sido desenvolvido para o setor automobilístico, esse modelo se tornou paradigmático e foi adotado por empresas inseridas nas cadeias produtivas dos países periféricos, como o Brasil, e seus arranjos e sistemas produtivos começam a se espalhar a partir da década de 2000.

internacionalização se dá pela possibilidade de valorização oferecida pelos atrativos fiscais e financeiros e pela quantidade de recursos, de mercados de trabalho e de consumo nas regiões em que o capital se instala por meio das cadeias de produção nos países emergentes, uma vez que, além de ter um crescente mercado consumidor, possui uma força de trabalho de baixo custo.

No momento em que emergem esses novos contornos e características específicas nas relações de trabalho com a globalização da economia nas primeiras décadas do século XXI, mediante os efeitos das políticas liberalizantes ao comércio exterior sobre o mercado de trabalho brasileiro, observa-se uma intensa reorganização nas políticas públicas de incentivo ao emprego e renda no Brasil³. Estas políticas públicas têm sido caracterizadas por uma perspectiva empreendedora de desenvolvimento nacional, passando a orientar diretamente os projetos de desenvolvimento local, nas diversas cidades de pequeno e/ou médio porte, como Londrina, a partir da formação de nichos e distritos industriais nas diversas regiões do país.

É justamente nesse contexto, que os arranjos, sistemas e/ou aglomerados produtivos começam a se espalhar pelo território nacional a partir da década de 2000. Uma vasta literatura sociológica procurou a analisar a formação social e econômica brasileira em seus mais diversos aspectos, bem como suas fases de desenvolvimento⁴. As experiências históricas têm mostrado que os modelos de desenvolvimento são caracterizados pela condição de dependência em relação ao capital estrangeiro. Observamos em estudo anterior (FERREIRA, 2014), que o Brasil tem servido de exportador de *softwares* mercadorias na economia mundial, e, estimulado a incentivar o seu próprio mercado interno simultaneamente, o que contribui com o processo de valorização do capital. Os países desenvolvidos detêm o controle das bases tecnológicas necessárias ao processo de produção. Em conjunto, com os elementos combinados entre si e com outros elementos, o controle da produção

³ As políticas públicas consistem na forma de organizações de representação de classe como na forma de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Algumas das principais políticas de incentivo ao microempreendedorismo, objetos de estudos da pesquisa são: o Super Simples, a Lei Complementar 123/2006 o “Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, a Lei municipal 10.994, que trata sobre o ISS tecnológico, um benefício para as empresas prestadoras de serviços que investem em desenvolvimento tecnológico, dentre outras.

⁴ Prado Júnior (1970), Fernandes (1976, 2005), Marini (2012), Kowarick (1977), dentre outros.

possibilitado por uma base tecnológica representa as soluções⁵ que o capital encontra na sua busca por acumulação de excedente.

Observou-se que as soluções encontradas com relação à produção se orientam pela flexibilização do mercado de trabalho, seja pelas relações formais, definidas pelas legislações em vigor, seja pelas relações informais, a partir de novas modalidades de vínculos de trabalho, na forma de terceirização de processos da produção em si sob diversas denominações. A perspectiva empreendedorista, vem orientando políticas públicas de desenvolvimento marcadas pela flexibilidade e pela forma de microemprendimento, o que caracteriza como processo de trabalho na cadeia de produção do setor, numa perspectiva mais abrangente da nova divisão internacional do trabalho⁶.

As questões que envolvem a política e as relações de classe, a nosso ver, são de fundamental importância para se tentar compreender nosso objeto de pesquisa. Em nossa pesquisa, temos como objetivo analisar o trabalho e a organização dos processos produtivos nas micro e pequenas empresas do ramo de desenvolvimento de *software*, inseridas em arranjos produtivos na região de Londrina e as políticas de incentivo ao empreendedorismo⁷. A pesquisa consiste em analisar as relações de trabalho e o processo produtivo em micro e pequenas empresas de desenvolvimento de *software* na região de Londrina. Para tanto, tomaremos como escopo o método dialético para que possamos analisar as conexões entre o

⁵ De acordo com Beverly Silver, “[...] ‘a solução espacial’ (realocação geográfica da produção); a ‘solução tecnológica/organizacional’ (a introdução de tecnologias para reduzir a mão-de-obra e a reestruturação das organizações corporativas, o que inclui a expansão da terceirização e das relações trabalhistas contingentes); ‘a solução de produto’ (o deslocamento do capital para novas linhas de produção, menos sujeitas à competição e aos conflitos); e a ‘solução financeira’ (o deslocamento integral do capital da produção para as finanças e a especulação) [...]” (SILVER, 2005, p.12).

⁶ Nas atividades centrais, ou seja, nas relações formais de emprego, observou-se a predominância de baixos salários, para a maior parte dos trabalhadores do setor de tecnologia e informação (TI) e a intensificação do trabalho, a partir de jornadas de trabalho acima das 40 horas e/ou pela realização de atividades extras para serem feitas nas casas dos próprios trabalhadores (FERREIRA, 2014). Estes elementos são indicadores de condições precárias dos trabalhadores (ALVES, 2014).

⁷ Os objetivos específicos correspondem: i) verificar se a rotatividade no mercado de trabalho do setor de TI, deriva da preponderância dos contratos por projeto, e sua correlação com a instabilidade gerada no que tange à seguridade social de seus empregados; ii) analisar se o empreendedorismo seria um meio de transferir os encargos trabalhistas e demais responsabilidades tributárias aos trabalhadores relativamente mais qualificados do setor; iii) compreender se o aumento das políticas públicas empreendedoristas tem contribuído por ameaçar direitos sociais dos trabalhadores, bem como, incentivar ao aumento das relações informais de trabalho; e iv) estudar se o micro e pequeno empresariado local, na atual conjuntura, se insere dentro de uma condição de proletariado, decorrente da dependência tecnológica de seus processos às grandes corporações transnacionais do ramo.

processo de desenvolvimento capitalista e as contradições sociais que aqui são colocadas, também condicionadas pela condição de dependência econômica e social em relação aos países de capitalismo central.

A lógica de como a realidade social se manifesta, consiste em reproduzir este modelo e gerar mais valor a partir da exploração da força de trabalho. Partindo da análise sobre o trabalho entendido como uma mercadoria, de potencial acumulação de riquezas, na qual precisa ser reproduzida e consumida em meio ao desenvolvimento das forças produtivas, se torna um potencial nicho de acumulação de riquezas que se manifesta sob a condição de exploração do trabalho. No contexto do processo de desenvolvimento brasileiro, as frações da burguesia interna subordinam-se à burguesia imperialista, desde os tempos coloniais (FERNANDES, 2008; PRADO JUNIOR, 1962, 2004).

A condição de dependência econômica em relação aos países desenvolvidos, situação que persiste na realidade brasileira é um elemento essencial na tentativa de se compreender a forma precária com que as relações de trabalho são determinadas ao longo dessas mudanças nos processos de trabalho, combinando-se, no decorrer da história, com os interesses de setores dominantes. Os modelos de desenvolvimento impulsionados pelas políticas neoliberais nos anos 1990 levaram a uma nova reconfiguração nas cadeias de produção e de valor, a partir da inserção de empresas-rede, acarretando no aumento da informatização nos processos de trabalho e mediante o advento das tecnologias de informação e de comunicação.

Com a consolidação das empresas-rede estruturadas pela informatização de seus meios, se constroem numerosas novas relações, concomitante a inserção brasileira na produção mundial de tecnologia da informação. Estas reestruturações produtivas (re)ajustaram o país ao padrão de acumulação dos países centrais, a partir de mudanças organizacionais implementadas pelas políticas públicas. Ao passo que ocorre a inserção brasileira na economia mundial, se reiteram diversas formas que condicionam à condição de subordinação: seja pela atuação de exportador de matéria prima *e/ou commoditie*; seja pela exploração do trabalho, onde se verifica trabalhadores que recebem baixos salários, com escolaridade média ou até superior, realizando funções mais rotineiras de apoio e parametrização de produtos e serviços, por um lado, e pela existência da força de trabalho qualificada que produzem mercadoria de

alto valor agregado, pois exige um esforço intelectual, por outro lado. Enfim, em todos os sentidos, servem aos interesses das grandes corporações do setor de TI.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO E AS CADEIAS PRODUTIVAS (E DE VALOR): QUAL A RELAÇÃO COM AS DETERMINAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO?

Com a inserção de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, muitos trabalhadores são vinculados à condição de pequenos empreendedores nas cadeias de produção e de valor das cidades de pequeno ou médio porte. Nas políticas de desenvolvimento local, pensadas dentro de um programa mais abrangente de política nacional, como por exemplo, política que se insere no bojo das ações do Programa de Aceleração do Crescimento⁸, se verifica uma exploração dos potenciais presentes nos arranjos produtivos, que são desenvolvidos nas localidades, inseridas nos países de capitalismo dependente, sob o discurso da geração de renda.

Essas medidas vêm reorganizando a produção nas cadeias globais de TI num modelo de terceirização estendida, em que, com a mediação das políticas públicas de desenvolvimento, podem ser compreendidas como um dos tentáculos das grandes transnacionais do setor no país, numa perspectiva de empresas-rede (ALVES; WOLFF, 2007), nas quais os trabalhadores das empresas locais, ou mesmo os microempresários, realizam os trabalhos mais simples nos elos finais destas cadeias.

Foi no bojo dessas políticas que se forjou um novo padrão de acumulação de capital no qual a inovação tanto de processos como de produtos e serviços se tornou a principal estratégia competitiva. Para enfrentar o novo mercado de consumo, as grandes companhias, outrora alicerçadas sobre um modelo piramidal e centralizador dos diversos processos necessários à sua produção, deram lugar a

⁸ Até a primeira metade da década de 2010, as frentes de atuação, segundo o discurso do governo, constituem-se em quatro pilares de ação: o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que são as ações do Estado e iniciativa privada nas áreas social e urbana, com vistas ao crescimento; a continuidade do programa habitacional “Minha casa, minha vida”; e a infraestrutura. Outro eixo de preocupação do governo, a exploração do pré-sal, a política de valorização do salário mínimo, e as políticas de ação social do “Bolsa Família” e do “Prouni”. O PAC 2, se organiza em seis diferentes eixos: transportes; energia; cidade melhor; comunidade cidadã; minha casa, minha vida; e água e luz para todos.

firmas enxutas e flexíveis, caracterizadas pela compressão dos níveis hierárquicos e pela generalização dos processos de terceirização, subcontratação, contratos temporários etc. Tal descentralização é mais adequada ao paradigma econômico contemporâneo uma vez que permite às grandes empresas abarcarem rápida e eficientemente novos mercados - tanto de trabalho como de consumo - , ao mesmo tempo em que, pelo suporte das TIs, as conecta em uma rede capaz de integrá-las e geri-las em tempo real. (WOLFF, 2014, p.133-134).

O novo padrão de acumulação de capital corresponde ao surgimento de empresas enxutas e flexíveis na qual os níveis hierárquicos são comprimidos pela generalização e ampliação de processos de terceirização e de subcontratação de trabalho. Estas novas relações têm influenciado a legislação trabalhista⁹, abalando o pilar da seguridade social e de direitos trabalhistas que foram conquistados historicamente pela classe trabalhadora brasileira mediante luta política.

Os Arranjos Produtivos Locais correspondem a um grupo de pessoas empresas, entidades e instituições de ensino com interesses em comum e se caracteriza por ser uma política pública empreendedorista. É uma destas políticas públicas, que corresponde a uma rede conectada por diversos vínculos de trocas de produtos, de serviços e de valor, mediadas e determinadas pelas grandes empresas. A propriedade intelectual e o direito de uso da base tecnológica referem-se às empresas dos grandes centros instaladas nas localidades. Para que essas conexões fossem possibilitadas, o Estado intermedeia de maneira decisiva na realização desses projetos, proporcionando a diminuição das tensões e conflitos, em meio a um cenário competitivo do capitalismo contemporâneo.

No que se refere às conexões do Estado com as empresas transnacionais, as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, são também representadas pelos arranjos produtivos, partes constitutivas das cadeias de valor complexas e estendidas dos processos de produção globais (CASTILLO, 2008), o que caracteriza uma terceirização “disfarçada”¹⁰,

⁹ Podemos elencar como principal impacto causado na legislação trabalhista, a Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017 aprovada em julho de 2017, que entrou em vigor em novembro de 2017.

¹⁰ O processo de produção se apresenta fragmentado em diversas etapas, prevalecendo os trabalhos por projetos, mediados por coordenadores das áreas específicas, que terceirizam etapas da produção. As cadeias globais de

possibilitadas pela ação de políticas empreendedoristas e de incentivo ao pequeno negócio.

As empresas do setor de *software* que atuam nas localidades de regiões de pequeno e médio porte onde as atividades econômicas se concentram em sua maioria no setor de serviços atuam como tentáculos das transnacionais neste novo cenário de reorganização da divisão internacional do trabalho. As corporações transnacionais do setor TI, ao colocar para fora (*offshore*) partes do processo de produção, que se realizam por meio das bases e plataformas tecnológicas desenvolvidas com altos investimentos de pesquisa e desenvolvimento, para regiões onde há menores custos com investimentos para o aporte nos nichos das localidades que correspondem, etapas do processo de produção global. A externalização da produção ocorre por meio da venda dos produtos finais das transnacionais de *software*, ou seja, os pacotes tecnológicos, necessários para que as “empresas-mãos” realizem os seus trabalhos, são comprados (CASTILLO, 2008). Temos a hipótese de que esta relação, de compra dos pacotes tecnológicos, consiste como lócus de criação e de agregação de valor para as empresas transnacionais do setor de TI (WOLFF, 2017).

Aquilo que o trabalhador produz nas franjas das cadeias de produção e de valor das localidades como Londrina, isto é, numa etapa já mais avançada na circulação da mercadoria, acaba sendo materializado pelo capital constante (as tecnologias de informação), e incorporado à máquina e aos processos de produção de *software*. É o que nos leva a buscar compreender, dentre outros, os seguintes questionamentos: como o setor de TI (especialmente o ramo de desenvolvimento de *software*) está organizado (e vem se reorganizando) no mercado de trabalho nas localidades de cidades de médio e pequeno porte, como Londrina? Como é a produção de *software* nas empresas e microempresas da cidade? Quem são as empresas, os empresários, os microempresários e os trabalhadores que atuam na localidade? Quais são as formas jurídicas das relações de trabalho?

Com o advento das políticas públicas de orientação empreendedorista, possibilita-se a relação entre “círculos virtuosos de

valor que se caracterizam por uma terceirização “disfarçada” são possíveis mediante a organização de empresas-rede e por meio do remodelamento dos setores da economia, que recoloca o trabalhador no mercado de trabalho sob novas formas de contrato.

sinergias e recursos públicos e privados” (CASTILLO, 2008, p. 40) que formam os distritos, *clusters* e locais endógenos, orientados para o desenvolvimento social e econômico da região. Os arranjos produtivos, portanto, atuam como elemento chave nesta perspectiva de empresas-rede.

As cadeias globais de valor se fundamentam no modelo de *offshore*, ou seja, um movimento de “transferência de toda a gama de atividades envolvidas no fabrico e venda de um dado produto para fora dos países que sediam as empresas que detém as patentes das tecnologias de produção” (WOLFF, 2017, p. 3), na qual as transnacionais se objetivam por agregar valor às mercadorias desenvolvidas.

A cadeia de valor se realiza pela compra de plataformas e pacotes tecnológicos, necessários para a realização de produção destas mercadorias¹¹. As cadeias globais de valor, nesse sentido, correspondem a uma nova, e mais complexa, etapa da divisão internacional do trabalho “porque necessitam de atividades coordenadas tanto no que tange ao manuseio dos bens de capital adquiridos dessas empresas, como serviços de apoio à venda dos seus produtos com vistas ao ajustamento às demandas dos mercados locais” (HUWS et al. apud WOLFF, 2017, p. 4).

As cadeias globais de valor são concebidas por um sistema produtivo organizado na forma de pequenas firmas, independentes do ponto de vista da formalização da relação, na qual são compreendidas como empresas clientes, por meio da aquisição das plataformas e produtos tecnológicos, com vistas à agregação e/ou maximização do valor dentro de um processo produtivo global de extração de mais valia, ou seja, estas novas relações mediadas pela forma de empresas-rede, não representam os custos de produção, e se “convertem em etapas de valorização”¹² (WOLFF, 2017, p. 4).

Numa perspectiva mais abrangente, essas conexões têm possibilitado “a dispersão da força de trabalho e de centralização do controle que as grandes companhias começaram a entregar parte crescente da atividade aos fornecedores e subcontratantes” (BERNARDO, 2005, p.

¹¹ De acordo com Wolff: “Os diligentes destas cadeias são os capitais transnacionais industrial e comercial, que se organizam de dois modos inter-relacionados: as cadeias conduzidas por grandes corporações industriais proprietárias destes pacotes de produção e aquelas impulsionadas pelas redes varejistas internacionais, responsáveis por escoar a produção das primeiras” (2017, p. 3-4).

¹² Uma comparação com a integração vertical nos moldes fordistas, onde há um elevado custo da produção nas etapas.

113), se caracterizando por uma inserção precária da força de trabalho nas franjas das cadeias produtivas do setor de TI. Entendemos que o aumento da exploração e da intensificação do trabalho e da produção ocorre, uma vez que “quanto mais estreita for a integração dos processos produtivos entre as fornecedoras e as subcontratantes e a empresa principal, tantos maiores serão os lucros permitidos pelo sistema do *just in time*” (BERNARDO, 2005, p. 115).

O papel das micro e pequenas empresas nas localidades consiste em realizar os processos de trabalho relativos aos elos-fim das cadeias produtivas, de suprimento e de valor das grandes empresas, e tem sido apontada pelo discurso hegemônico e oficial, como uma saída para a questão do desemprego ou mesmo da informalidade¹³. A *internet* como base tecnológica é a “tecnologia da integração”, que possibilita um maior relacionamento e troca entre os agentes envolvidos no processo produtivo. O modelo organizacional pós-fordista, portanto, tem ampliado os processos de flexibilização da legislação trabalhista numa perspectiva mais abrangente, permitindo a “conjugação de várias modalidades de assalariamento num processo novo e bastante complexo” (BERNARDO, 2005, p. 120).

Se aposta que, as micro e pequenas empresas, setorialmente organizadas e com incentivos tributários e logísticos adequados, fomentadas pelas políticas públicas de desenvolvimento, emprego e renda, seriam uma das protagonistas do desenvolvimento econômico do país. Este modelo produtivo organizacional tem atribuído independência jurídica a numerosos setores pelas grandes companhias, que se convertem em fornecedores de produtos de base tecnológica, transformando grupos assalariados em empresas minúsculas, daí o empreendedorismo resultando numa nova morfologia das relações de trabalho atuais.

Entretanto, devemos questionar: a condição de microempreendedor individual não pode ser compreendida como processo de trabalho, numa perspectiva mais abrangente diante desta nova divisão internacional do trabalho, sob o enfoque das cadeias globais de valor? A aposta do capital neste contexto de globalização capitalista tem levado ao

¹³ Com o objetivo de defender a reforma trabalhista, o governo tem argumentado que essas mudanças são necessárias e vão levar a modernização das relações de trabalho no Brasil. Entretanto, embora ainda seja muito cedo para avaliar, podemos apontar que os dados trazidos pelo IBGE sobre mercado de trabalho referente ao mês de dezembro de 2017, resultaram numa diminuição de empregos formais.

aumento da decomposição do processo produtivo de uma mercadoria¹⁴. Nestas circunstâncias, “quanto mais decomposto for um processo produtivo, mais valor é adicionado em cada operação, já que quanto mais a produção for dividida, mais se cria postos de trabalho produtivo (HUWS et al. apud WOLFF, 2017, p. 5). Nos projetos de incentivo ao microempreendedorismo, sob o enfoque da divisão e organização do trabalho, observa-se a ameaça à categoria trabalho, motivadas pelas múltiplas realocações no mercado de trabalho, sob a responsabilização de encargos e a ausência de seguridade social.

A produção de *software* constitui-se como uma atividade bastante complexa, tanto com uso das tecnologias da informação, quanto pela modalidade de trabalhos por projeto. Sobre esses problemas, faz-se necessário tecer algumas questões: Por que se incentiva o microempreendedorismo individual? Quais são as classes sociais interessadas com a reorganização da produção na forma de microempreendimentos? Qual o impacto sobre o trabalhador do século XXI diante desta “nova” forma de inserção no mercado de trabalho? Em que medida essas relações flexíveis da produção na atual conjuntura enseja a precarização do trabalho? Sobre quais aspectos?

Os trabalhos por projetos são muito comuns nas atividades de produção de desenvolvimento de *software*. Temos a hipótese de que se verifica a transferência dos encargos trabalhistas e a seguridade social dos trabalhadores às micro e pequenas empresas locais, na qual, em sua forma travestida pelos próprios trabalhadores, sob a condição de microempresário, do ponto de vista ideológico. Os novos paradigmas gerenciais e tecnológicos em curso com a propagação do toyotismo proporcionam maior exploração da componente intelectual com a intensificação da produtividade e com a realocação do trabalhador no mercado de trabalho sob novas formas de contrato (KREIN, 2007). O incentivo aos pequenos negócios ocorreu pela falta de melhores oportunidades no mercado de trabalho desfavorecidas pelas novas tecnologias e por um ambiente desfavorável aos trabalhadores, ou seja, as empresas tiveram liberdade para terceirizar funções (KREIN; PRONI, 2010) realocando os trabalhadores em subcontratos.

¹⁴ Sobre a decomposição do processo produtivo, segundo Wolff (2017), no que diz respeito à especialização geográfica da produção, nas mesmas características da divisão técnica do trabalho, tendo como finalidade a ampliação da produtividade, a constituição das cadeias globais de valor radicaliza o conceito de manufatura heterogênea de Marx.

Os países desenvolvidos realizam o trabalho de concepção, ao passo que os países dependentes realizam o trabalho de execução. Sob o ponto de vista dos países em desenvolvimento, os processos estendidos de terceirização nas relações de trabalho estão presentes nas cadeias complexas globais de produção de *software*. A nossa proposta, portanto, consiste em procurar compreender os múltiplos elementos que envolvem o objeto de pesquisa e o universo das relações de trabalho, as condições de trabalho e o processo produtivo tomando como recorte do objeto, micro e pequenas empresas na produção de desenvolvimento de *software* na região de Londrina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de desenvolvimento, emprego e renda explicam os investimentos nos arranjos de pequenos empresários, como no setor da produção de *softwares* de TI¹⁵, em que se tornam nichos de produção. O processo de produção do APL de TI de Londrina corresponde à própria fábrica de *software* numa escala ampliada, constituída de empresas locais interligadas, fundamentalmente por microempresários e trabalhadores autônomos (por conta), pelas etapas de produção das diversas mercadorias de informática, *softwares* mercadorias (produtos e serviços).

O processo de trabalho na produção de *softwares* é dividido em trabalho de concepção e de criação (WOLFF, 2005); no trabalho de planejamento e execução dos projetos consiste a divisão internacional do trabalho no desenvolvimento de *software*¹⁶. O sistema de produção *outsourcing*¹⁷, que orienta a fábrica de *software* e a organização de suas empresas em pequenos empresários e trabalhadores autônomos (por conta), facilita a entrada de uma imensurável quantidade de novas formas

¹⁵ Em relação às políticas de geração de emprego e renda estima-se que no Brasil do primeiro semestre de 2018, existem cerca de um milhão e trezentos mil de trabalhadores de tecnologia da informação (TI). As notícias dos jornais têm indicado que o mercado de trabalho precisa de cerca de 750 mil trabalhadores qualificados.

¹⁶ O enjugamento da produção e o uso do tempo para a máxima produtividade continuam sendo o fim último dos empresários, sendo, agora, o processo de produção realizado conforme um modelo que propicia ao trabalhador uma condição de autonomia na relação com o capitalista.

¹⁷ É a forma flexível de realizar a produção *outsourcing* que se manifesta nas relações do mercado de TI. Muitas empresas acabam recolhendo os editais e “quarteirizam” para outras empresas menores a realização do trabalho. As relações de trabalho temporárias, ainda que formalizadas, na execução dos projetos acolhidos pelas pequenas e médias empresas locais, são indicativos de precarização do trabalho nas relações de trabalho atuais.

de relação entre capital e trabalho, em razão das sucessivas etapas de terceirização e fragmentação no processo produtivo de uma mercadoria.

Em essência, a produção de desenvolvimento de *software* consiste numa atividade imaterial na forma de produto e se relaciona com outros setores econômicos. As tecnologias da informação presentes nas relações de trabalho orientam procedimentos posteriormente adotados em outras reorganizações de trabalho. Compreender a forma de como o trabalho se realiza, as condições de trabalho e como o processo produtivo ocorre nas micro e pequenas empresas de desenvolvimento de *software* de Londrina, são indicadores importantes para se pensar de que maneira se dá a extração de mais valia dos trabalhadores de TI nas transformações recentes do mundo do trabalho.

Espera-se compreender, parafraseando Ricardo Antunes, a “nova morfologia” do trabalho, necessário para compreender as relações de exploração, isto é, a forma, a configuração do trabalho, naquilo que corresponde ao que vem a ser o trabalho nas relações sociais do capitalismo do presente. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela análise mais minuciosa das relações de trabalho, onde se procura verificar o mercado de trabalho de tecnologia da informação, sobretudo no setor de desenvolvimento de *software* de Londrina, com o objetivo de compreender as recentes determinações do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Práxis, 2014.
- ALVES, Giovanni; WOLFF, Simone. Capitalismo global e o advento das empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 20, n. 51, p. 515-528, set./dez. 2007.
- AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

- BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CASTILLO, Juan José. Las fábricas de *software* en España: organización y división del trabajo: el trabajo fluido en la sociedad de la información. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 35-108, out. 2008.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERREIRA, L. A. S. *Políticas públicas de desenvolvimento, emprego/renda e incentivos aos pequenos negócios no setor de tecnologia da informação: quais as consequências para o mercado de trabalho do município de Londrina?* 2014. 155p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2014.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KREIN, José Dari. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. 2007. Tese (Doutorado em Economia Social e do trabalho) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil, Organização Internacional do Trabalho).
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-36.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis, 2001.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; VALLE, Rogerio. (org). *Fábrica de software*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

WOLFF, Simone. *Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total*. Campinas: Ed. Unicamp; Londrina: EDUEL, 2005.

WOLFF, Simone. Desenvolvimento Local, Empreendedorismo e “Governança” Urbana: onde está o trabalho nesse contexto? *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 131-150, jan. /abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/10.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

WOLFF, Simone. Cadeias globais de valor no contexto do empreendedorismo e governança urbana: um novo enfoque à questão da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais [...]*. GT08: Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas. Brasília, 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Giovanni. A pulsão golpista da miséria política brasileira. In: PRONER, Carol *et al.* (org.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Práxis, 2016. p. 146-157.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Globalização: o capital e suas contradições*. Bauru: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BALTAR, Ronaldo. *O ponto morto*. Londrina: Ed. UEL, 2000.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BERNARDO, João. Integração econômica mundial e ilusões nacionalistas. In: BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os Sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000. Cap. 2.

- BOITO JUNIOR, Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, A.; BOITO JUNIOR, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69-106.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/09/19/73>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega. Um estudo sobre o processo produtivo e as condições de trabalho em empresas de produção de uma mercadoria emblemática do trabalho imaterial: o software. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu-MG.
- CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca; AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCHMANN, Márcio (org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 63-146.
- CAMARA, Marcia Regina G.; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza; SEREIA, Vanderlei José (org.). *Características e potencialidades das aglomerações de software no Paraná*. Londrina: EDUEL, 2009.
- CASTILLO, Juan José. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 15-36.
- CORSI, Francisco Luiz. A Conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014). In: CORSI, Francisco Luiz et al. (org.) *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 93-104
- CRUZ, Tadeu. *Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços econômicos, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.
- DEO, Anderson. Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 303-330.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo, 2012.
- DONG, S.; XU, S. X.; ZHU, K. X. Information Technology in Supply Chains: the value of IT-Enabled Resources Under Competition. *Information Systems Research*, Catonsville-EUA, v. 20, n. 1, p. 18–32, mar. 2009.
- GALVÃO, Andréia et al. (org.). *Contribuição crítica à Reforma Trabalhista*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 2017.

GEREFFI, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. *Journal of International Economics*, Amsterdam - Netherlands, n. 48. p. 37–70, 1999. Disponível em: http://openciencesasap.org/wpcontent/uploads/2013/10/Gereffi_1999_Commodity-chains1.pdf. Acesso em: 3 jul. 2017.

GUANAIS, Juliana; FELIX, Gil (org.). *Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos*. Bauru: Praxis, 2018.

HUWS, Ursula.; DAHLMANN, S.; FLECKER, J.; HOLTGREWE, U.; SCHÖNAUER, A; RAMIOUL, M.; GEURTS, K. *Value chain restructuring in Europe in a global economy*. Leuven - Brussels: Katholieke Universiteit Leuven, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). *Sociedade da informação: ciência e tecnologia para a construção da Sociedade da Informação no Brasil*. São Paulo: Instituto UNIEMP; Editora IBICT, 1998.

LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

LUKÁCS, Georg. O particular à luz do materialismo dialético. In: LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 115-122.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro I, v. 1, t. 1.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, v. 1, t. 2.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III: o processo global de produção capitalista.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2016.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? *RBCS*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 6-20, jun. 1989.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução de capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* São Paulo: Boitempo, 2001.

ROSELINO, José Eduardo. *A Indústria de software: o “modelo brasileiro” em perspectiva comparada.* 2006. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

START-UP BRASIL. *O Programa: Saiba tudo sobre o Start-Up Brasil.* Start-Up Brasil, 2009. Disponível em: http://startupbrasil.org.br/sobre_programa/?lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2017.

VAROUFAKIS, Yanis. *O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global.* São Paulo: Autonomia Literária, 2016. Edição original 2011.

WOLFF, Simone. O trabalho informacional e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo, 2009. p. 89-112.

O SINDICATO DOS PROFESSORES E O IMPACTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS

Alex Ricardo Bombarda

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar o projeto de pesquisa que versará acerca do tema do sindicalismo no Brasil com o objetivo geral de verificar a atuação do sindicato em um contexto de flexibilização, desregulamentação e precarização das relações trabalhistas. Para realizar esta proposta, será considerado o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho dos professores que atuam na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (baixos salários, vínculo empregatício precário, divisão dos docentes em categorias, política de bonificação com base em resultados etc.). Quanto aos objetivos específicos pretende-se:

- I. Averiguar o impacto dessa precarização em relação a atuação do sindicato;
- II. Analisar a política sindical adotada pela APEOESP ao longo do processo de implementação dessas reformas na rede de educação do Estado de São Paulo;

- III. Verificar o número de professores sindicalizados ao longo dos anos de 1980, 1990 e nas duas primeiras décadas dos anos 2000;
- IV. Realizar levantamento acerca do número de greves e paralisações convocadas pelo sindicato nos anos de 1980, 1990 até 2020;
- V. Conhecer o posicionamento dos representantes da APEOESP em relação às reformas educacionais implementadas e ao impacto dessas mudanças no referido sindicato;
- VI. Avaliar se essas mudanças contribuíram, ou não, para o enfraquecimento da APEOESP.

A tese subjacente a esta pesquisa é a de que o processo de flexibilização do trabalho - sofrido pelos trabalhadores da educação desde a segunda metade da década de 1990 - impactou de forma negativa na atuação do sindicato e criou empecilhos para um maior engajamento dos professores na luta por melhores condições de trabalho.

Quanto à metodologia, será realizada minuciosa pesquisa bibliográfica de autores que discutem o tema do sindicalismo e das mudanças nas condições de trabalho dos professores da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Para coleta de dados, além dos boletins informativos disponibilizados no site <http://www.apeesp.org.br/>, será realizada pesquisa nas resoluções dos Congressos Estaduais (Sindical), que é a instância máxima de deliberação da entidade APEOESP. Essa reunião, que ocorre a cada três anos, obedece a seguinte ordem: Congresso Sindical, Eleições da Diretoria e Conferência Educacional. Essa última tem como objetivo fixar as diretrizes da entidade no campo educacional, cultural e outros eventos.

Para verificar se o referido sindicato foi afetado pelas reformas neoliberais implementadas, será feita pesquisa buscando verificar o número de professores sindicalizados ao longo dos anos de 1980, 1990 até o ano de 2017 e, também, o número de greves, paralisações convocadas pela categoria e a adesão dos docentes a esses movimentos. Além dessas

informações serão analisadas as resoluções dos Congressos Estaduais, já citado no parágrafo anterior, verificando o conteúdo das proposições e as ações votadas pelos representantes com o intuito de aferir quais mudanças e estratégias o sindicato tem adotado para reverter um possível enfraquecimento desta instituição.

O NEOLIBERALISMO E SEU IMPACTO SOCIAL

Desde o início dos anos de 1970 os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental foram afetados por uma série de mudanças que autores, como David Harvey (1992), classificaram como sendo uma nova etapa do capitalismo. Nessa etapa, aquele modelo que se constituiu no período pós-segunda guerra mundial, que foi marcado pelo fordismo e pelo Estado de bem-estar social, foi sendo substituído por um modelo classificado de neoliberal.

Esse modelo neoliberal promoveu uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que afetaram diversas instituições. A queda na produtividade e da lucratividade ocorrida desde 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que solapou o fordismo e as políticas keynesianas, que foram se mostrando incapazes de dirimir as contrações inerentes ao modo de produção capitalista.

Assim, os anos de 1970 e 1980 foram marcados por um processo de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Para Harvey (1992), a reorganização da indústria, na área social e política é classificada como sendo um período de acumulação flexível. Esse período estabeleceu uma espécie de contraponto a rigidez que era característica do período que se estendeu de 1945 a 1973, que foi marcado pela força do movimento sindical e pela tentativa de expandir para o maior número de pessoas os benefícios do estado de bem-estar social.

Do ponto de vista do trabalho, a divisão entre uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada e o restante da população excluída desse processo representava um problema. Desse modo, o modelo fordista significava uma rigidez nos mercados de trabalho, que dificultava a realocação do trabalho de uma linha de produção para outra. Além disso, o poder exclusivista dos sindicatos fortalecia sua

capacidade de resistir à perda de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho (HARVEY, 1992).

Assim, o modelo fordista de produção se manteve firme até 1973. Os padrões de vida para a massa da população dos países capitalistas avançados se elevaram ao mesmo tempo em que um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Esse quadro somente foi abalado pela aguda recessão de 1973 que deu início a um processo de transição rápido no regime de acumulação.

Diversos autores abordaram as consequências dessas políticas neoliberais nos países onde elas foram implementadas. Loïc Wacquant apontou em sua obra “As Prisões da Miséria”, publicado no ano de 1999, a tendência, cada vez mais latente, de enfraquecimento dos Estados de bem-estar social que haviam sido constituídos nos Estados Unidos e em países da Europa ocidental com o intuito de dirimir as desigualdades geradas numa economia de mercado.

Com o processo de desmonte desse estado de bem-estar social, passou a se estruturar a chamada penalidade neoliberal que tinha o intuito de combater o estado de delinquência gerado pela ausência de políticas sociais capazes de reverter a condição dos excluídos do mercado de trabalho.

A crise econômica ocorrida nos primeiros anos da década de 1970, que foi agravada pela crise do petróleo (1973), gerou milhares de desempregados. Nesse contexto, segundo Wacquant (2011), surgiram diversas vozes favoráveis a instituição dessas políticas neoliberais. Uma dessas vozes foi a de Lawrence Mead, que defendia que a parcela da sociedade desempregada deveria aceitar qualquer emprego, independente das condições de trabalho e salário.

Mead chegou a defender a existência de dispositivos que obrigassem os desempregados a aceitarem qualquer trabalho, mesmo contra sua vontade. Do mesmo modo que o serviço militar teria permissão para recrutar um indivíduo para o exército, deveria o Estado, do mesmo modo, recrutar os desempregados para o trabalho, mesmo sendo esse trabalho sub-humano e sub-remunerado.

Para os defensores dessa nova modalidade neoliberal, a culpa do desemprego e das más condições de vida seriam do indivíduo e não da ordem social e política vigentes. Assim, nesse contexto pós-segunda guerra

mundial, o desemprego decorrente desse processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho permitiu que os empregadores passassem a exercer pressões mais fortes no controle da força de trabalho.

Isso contribuiu, segundo Harvey (1992), para o aumento do desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocessos no poder sindical, que era uma das colunas mais fortes do regime fordista.

O impacto dessas mudanças sobre o sindicato foi significativo. A possibilidade de subcontratação reforçou o surgimento de atividades que antes eram apêndices do sistema produtivo, como as oportunidades de pequenos negócios, trabalho doméstico, artesanal, familiar, paternalista etc. Isso fez proliferar economias informais, subterrâneas, ligadas ao mercado negro que implicou, no mundo desenvolvido e subdesenvolvido, mudanças significativas no modo de controle do trabalho e do emprego.

Esse processo prejudicaria os sindicatos na medida em que o acesso dessa instituição nos sistemas de trabalho familiares e domésticos fica bem mais difícil de ocorrer. Desse modo, mesmo onde os sindicatos conseguem estar presentes, seu poder é facilmente corrompido pelo domínio paternalista do sistema de bem-estar do “padrinho” (HARVEY, 1992).

Na década de 1980, diversos autores salientaram, conforme apontado por Alves, a estrutura sindical corporativa como sendo uma das principais fraquezas do sindicalismo brasileiro. A herança do corporativismo torna o sindicato incapaz “de contrapor-se às novas provocações do capital que surgiam com o novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2017, p. 113).

Além da organização corporativista dos sindicatos, Alves (2017) elenca algumas características da estrutura sindical brasileira, como sua descentralização e fragmentação - expressada pelo grande número de sindicatos municipais pouco expressivos e sem grande capacidade de barganha - e a questão da descentralização da estrutura sindical, que conta com poucas iniciativas e formas de ação unificadas (apesar da constituição das centrais sindicais a partir de 1983). Verifica-se também que os sindicatos

não têm inserção nos locais de trabalho, ficando sua atuação, desse modo, circunscrita ao exterior das empresas.

Outro item destacado pelo referido autor envolve a estrutura verticalizada dos sindicatos. Essa verticalização impõe dificuldades de articulação dos trabalhadores numa perspectiva horizontal mais ampla, que seja capaz de organizar a classe trabalhadora. Assim, essa estrutura acaba limitando a atuação da classe trabalhadora a uma determinada categoria assalariada o que, na prática, impossibilita a classe trabalhadora de “instaurar nova resistência da classe à ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2017, p. 114).

Ao longo da década de 1980, muitos brasileiros depositaram suas esperanças no fim da ditadura e no estabelecimento de princípios democráticos. Essas esperanças se concretizaram nos anos de 1985 e 1988 respectivamente. No ano de 1985, chega ao fim a ditadura militar. Já o ano de 1988 marcou o estabelecimento de princípios democráticos e dos direitos de cidadania, que foram instituídos pela Constituição Cidadã.

No Brasil, as reformas de cunho neoliberais passam a ser promovidas a partir dos anos de 1990. Essas reformas, aliadas a reestruturação produtiva, afetaram diferentes ramos da economia. Nesse contexto, os sindicatos, apesar das garantias e direitos instituídos pela Constituição de 1988, não tiveram a mesma vitalidade verificada na década anterior.

AS REFORMAS NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

No caso envolvendo os professores da Rede Estadual de São Paulo, algumas das mudanças apontadas por Antunes tiveram um forte impacto nas relações de trabalho dos professores. Uma dessas mudanças envolvem os trabalhadores estáveis (no caso dos docentes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo efetivos) e aqueles “que se tornam precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time*, que compreendem em um segmento em expansão no interior do mundo do trabalho, em escala mundial” (ANTUNES, 2005, p. 82).

No Estado de São Paulo o processo de fragmentação dos professores tem ocorrido através da criação de categorias. Atualmente,

existem sete categorias que enquadram os professores: a categoria A, P, F, S, L, O e V.

A primeira delas é a categoria A, que envolve titulares de cargo contratados por concurso público. A segunda categoria é a representada pela letra P e representa os estáveis pela Constituição. Já a categoria F é composta pelos docentes estáveis que tinham aulas atribuídas em 02/06/2007. A categoria S tem relação com os docentes com vínculo após 02/06/2007 e antes de 17/07/2009. A categoria L são de docentes com aulas após 02/06/2007 e antes de 17/07/2009. A categoria O é referente a docentes candidatos à admissão após a publicação da LC 1.093/2009 e a categoria V são os professores contratados como eventuais, sem aulas atribuídas.

Verifica-se que o processo de degradação do trabalho dos professores da rede pública do Estado de São Paulo não está restrito apenas aos baixos salários e as más condições de trabalho. A fragmentação da categoria, que entrou em vigor após o ano de 2007, pode ser compreendida como uma estratégia que visa dividir a categoria e dificultar a organização desses trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e salário.

Além desse processo de fragmentação da categoria, uma série de reformas estão sendo implementadas desde o ano de 1996 nessa rede estadual de ensino. Essas reformas, conforme apontado por Fernandes (2010), além de excluírem a participação dos docentes, implicou de forma negativa no processo de aprendizagem dos alunos e na degradação das condições de trabalho dos professores.

Ao longo dos anos de 1990, escolas de diferentes partes do mundo passaram por mudanças profundas em suas condições de funcionamento. Essas reformas ocorridas foram pautadas por matizes reformistas que foram definidas de forma unilateral por organismos internacionais, como o FMI, por exemplo.

Assim, essas mudanças foram promovidas com base numa lógica vertical na medida em que as posições dos docentes foram ignoradas em detrimento de medidas definidas por técnicos e especialistas das esferas centrais do governo (FERNANDES, 2010). A exclusão da participação dos professores se manteve ao longo de todo o processo de implementação dessas mudanças que afetaram, e continuam afetando, as escolas do estado de São Paulo.

O início dessas mudanças ocorreu no ano de 1996, quando teve início o projeto “Escola de Cara Nova” (FERNANDES, 2010). Esse projeto promoveu uma série de mudanças nas ações pedagógicas, administrativas e na gestão dos recursos financeiros da rede estadual paulista. Os professores conheceram essas mudanças através de publicações oficiais que chegaram até as escolas e que foram implementados com a ajuda técnica das diretorias de ensino.

As mudanças contaram com a criação de salas ambientes, flexibilização do currículo do ensino médio, progressão continuada e outros projetos que passaram a ser acompanhados pela implementação do bônus-mérito e pelas avaliações externas para as escolas e seus professores.

Após esse projeto ter sido consolidado as avaliações externas, elaboradas por especialistas da Secretaria Estadual de Educação, apontavam que o desempenho dos alunos estava abaixo do esperado, demonstrando que esse projeto apresentava resultados aquém do esperado. Mesmo assim, um novo pacote de medidas já estava sendo elaborado com o intuito de dar continuidade a esse processo de mudanças.

Dessa vez, o projeto foi nomeado de “Escola do Acolhimento”. O objetivo, dessa vez, era melhorar as relações interpessoais entre professores e alunos, desenvolver a cidadania e estimular o protagonismo juvenil. As medidas desse projeto, que substituíram as medidas do pacote anterior, intensificaram “elementos da gestão gerencialista e performática no interior das escolas públicas paulistas” (FERNANDES, 2010, p. 80).

No ano de 2008, uma nova proposta foi apresentada sob o slogan “São Paulo Faz Escola” que representou uma espécie de continuidade das medidas que já estavam sendo instituídas em toda a rede de ensino. Nesse projeto, a dimensão é focada, cada vez mais, no trabalho individual em contraposição ao coletivo. Além disso, são focadas ações e medidas de controle que são pautadas em resultados de avaliações externas.

Tais medidas - que continuam sendo apresentadas periodicamente sob a justificativa de melhorar e modernizar a educação – expressam um novo modelo de gerência, pautado em resultados de avaliações externas, com ações e metas que devem ser cumpridos para que se alcance um resultado pré-determinado por técnicos e especialistas em educação. A recompensa para as escolas que atingiram as metas gira em torno de uma política de bonificação paga anualmente.

Essas mudanças acabaram por levar a um processo de precarização do trabalho docente, caracterizado por longas jornadas de trabalho, salas de aulas lotadas, baixos salários, condições de trabalho precárias e pela constituição de uma estrutura de gerências. Segundo Braverman:

o aumento da função controladora, juntamente com a consequente transformação dessas funções de gerência em processos de trabalho independentes, traz a necessidade de controlar os novos processos de trabalho, de acordo com os mesmos princípios aplicados à fábrica. (1981, p. 260).

Assim, na medida em que o trabalho de escritório sujeitou-se ao processo de racionalização, o contraste das atividades de escritório - antes relacionada ao trabalho mental – e o trabalho manual deixou de existir. Funções de planejamento foram se concentrando cada vez em grupos menores dentro do escritório. O mesmo pode ser verificado em relação ao trabalho docente.

Cada vez mais o conteúdo, as habilidades e competências que devem ser estimuladas e desenvolvidas nos alunos são pré-determinadas por técnicos e especialistas da educação. Toda a organização do trabalho passa a ser feita tendo em vista resultados que, de um modo geral, estão relacionados com o rendimento dos alunos aferidos através de avaliações externas.

De acordo com relatório divulgado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no ano de 2015 foi recorde o número de professores que abandonaram seus cargos na rede estadual. No ano de 2014, havia 130.344 mil professores concursados e 113.708 mil não concursados. No ano seguinte, houve uma redução de aproximadamente 6% de professores concursados e 16% de não concursados.

Cabe ressaltar que esse processo de precarização das condições de trabalho será ampliado devido a algumas mudanças aprovadas no de 2017, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Essas mudanças irão potencializar as consequências negativas não somente para os trabalhadores da educação, mas para a classe trabalhadora como um todo.

Diante disso, o questionamento que é feito envolve o sindicato e o impacto que essas mudanças neoliberais tiveram nessa instituição. Assim,

a APEOESP teria sido prejudicada diante dessas mudanças? Conforme já apontamos a partir das reflexões de David Harvey (1992), esse processo de flexibilização prejudica a atuação dos sindicatos e cria uma série de empecilhos para sua manutenção.

Entre os anos de 1979 e 1998, houve a seguinte variação no número de sócios¹:

ANO	ASSOCIADOS	SUBSEDES
1979	32.000	18
1981	19.000	19
1983	30.000	23
1985	33.000	23
1987	52.000	46
1989	65.000	57
1991	80.000	64
1993	122.000	76
1995	150.000	87
1998	138.000	91

Quanto ao impacto dessas mudanças em relação ao sindicato, se verificarmos a taxa de sindicalização havia, no ano de 2015, um total de 244.052 professores efetivos e não efetivos. O número de sindicalizados, nesse período, era de aproximadamente 150.000⁴. Em 2017, com cerca de 250.000 mil professores, essa taxa girou em torno de 180.000 mil sócios

Assim, mesmo diante de reformas que intensificam a degradação das condições de trabalho dos docentes e ameaçam a existência do sindicato, pode-se deduzir, *a priori*, que teria ocorrido um aumento quantitativo no número de sindicalizados entre o período que vai de 1979 a 1998 e entre os anos de 2015 a 2017. No entanto, é necessário verificar de modo mais qualitativo o impacto dessas reformas, classificadas como neoliberais, na atuação do sindicato.

¹ Dados disponíveis em: https://www.google.com.br/rl?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=11&ved=0ahUKewjngfy5runVAhWDEpAKHbgHD1o4ChAWCCUwAA&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.ufabc.edu.br%2Fmobile%2Fdownload.php%3Fidioma%3Dptbr%26acesso%3Dweb%26codigo%3D43458%26tipo_midia%3D2%26iUsuario%3D0%26obra%3D45961%26tipo%3D1%26downloadApp%3D1&usq=AFQjCNG4xjPSqHKLc6zhzNWL4iaOSGUamg. Acesso em: 08 ago. 2017.

CONCLUSÃO

Os resultados aqui apresentados refletem o estágio inicial no qual se encontra esta pesquisa. Sendo assim, a tese de que as políticas neoliberais promovem um processo de enfraquecimento dos sindicatos, diante dos dados referentes ao número de sindicalizados da APEOESP, não pode ser considerada válida nesse caso específico.

No entanto, como se trata de uma pesquisa em andamento, esses resultados devem ser considerados *a priori*, já que, apesar do número de associados ser um dado relevante, é importante considerá-lo juntamente com outros dados como, por exemplo, o engajamento desses professores às greves, manifestações e outras formas de reivindicação propostas pela APEOESP.

Assim, novos dados e informações são necessários para concluirmos se a tese levantada é capaz de explicar a descrença e o descrédito que envolve muitas vezes envolve o referido sindicato.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 337-339, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00087>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FERNANDES, M. J. As recentes reformas educacionais paulistas na visão dos professores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 75-101, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000300005>. Acesso em: 08 ago. 2017.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115-184.

POCHMANN, M. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (comp.). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en America Latina*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de GLACSO, 2005. p. 163-180. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0184.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, Cátia; BRASIL, Isabel; MOROSINI, Márcia Valéria (org.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 107-125.

ANTUNES, R. *O que é sindicalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000200002>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000200006>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./ jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a08>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PIOVEZAN, P. R.; DAL RI, N. M. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: vinte anos de reformas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 18, n.1, p. 178-197, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i1.8635567>. Acesso em: 12 ago. 2017.

RAMALHO, J. R. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 288, fev.1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2017.

RODRIGUES, L. M. O sindicalismo corporativo no Brasil. *In: RODRIGUES, L. M. Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política* (online), Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.38-65, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/cghr3/pdf/rodrigues-9788579820267-04.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. S. Condições de emergência do sindicalismo docente. *ProPosições*, Campinas, v. 22, n. 65, p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009. Acesso em: 7 ago. 2017.

SANSON, C. Sindicatos em declínio: Análise, perspectivas e desafios. *In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA*, 5., 2014, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjlsYW3mOfVAhUFh5AKHaPWA PAQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Farquivos.info.ufrn.br%2Farquivos%2F2014052177a3202015264b22d9698f90b%2FTrabalho_Completo_-_Congresso_Sociologia_UFPR_Cesar_Sanson.pdf&usq=AFQjCNGdCWbLyDKxGNWAFQFSYRzdQ2zVmQ. Acesso em: 05 ago. 2017.

SILVA, S. J. *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

SOUZA, C. E. S.; FIGUEIREDO, L. Do novo sindicalismo ao sindicalismo novo: desafios e perspectivas para as organizações classistas. *In: SEMINÁRIO TRABALHO RET.*, 8., 2010. *Anais [...]*. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lorene_Figueredo_e_Carlos_Eduardo_de_Souza_do_novo_sindicalismo_ao_sindicalismo_novo.pdf. Acesso em: 02 ago. 2017.

TAKAHASHI, F. Rede estadual de SP enfrenta saída recorde de professores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Folha Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707366-rede-estadual-de-sp-enfrenta-saida-recorde-de-professores.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2017.

TOLEDO, L. F.; VIEIRA, V. Rede estadual de SP perde 44,5 mil professores em dois anos. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,rede-estadual-de-sp-perde-44-mil-professores-em-dois-anos,10000082144>. Acesso em: 03 ago. 2017.

BRASIL: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DO “MILAGRE” E A ACUMULAÇÃO FINANCEIRA¹

Francieli Martins Batista

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar instaurada no Brasil em 1964 ascendeu como solução política para rearticular o poder burguês diante do contexto de crise econômica e de acirramento da luta de classes que marcou os primeiros anos da década de 1960. Este período de profundas instabilidades expressava a disputa ensejada pelo projeto de desenvolvimento e a tomada do poder assegurou tanto os interesses das classes dominantes, como a associação subordinada ao imperialismo que acabou por conformar uma ordem econômica sob novos matizes. A medida em que as frações burguesas se acomodavam em torno do regime autocrático, a economia brasileira se integrava aos fluxos do capital internacional por meio da acumulação monopolista, cuja esfera financeira assumia larga preponderância na dinâmica interna do país. Embora os eixos que sustentavam o capitalismo no Brasil não tenham se modificado, como a dependência de financiamento externo - essa, ao contrário, foi reafirmada

¹ O presente artigo compõe parte dos resultados apresentados na dissertação de mestrado “Crise do Capital e Reordenamento Político-econômico: O Fim de *Bretton Woods* e o esgotamento do “milagre” brasileiro, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unesp – FFC/Campus Marília.

e aprofundada -, abriu-se um novo ciclo de expansão coadunado às transformações da ordem capitalista que se movimentava, progressivamente, à lógica de acumulação do capital financeiro.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que o período por nós analisado situa-se no início da transição ao capitalismo contemporâneo. A crise do capital dos anos 1970 não teve apenas consequências vitais para os rumos da economia mundial, como também, e consonante a isso, colocou na ordem do dia a necessidade do rearranjo do *bloco histórico* burguês. Isso significou uma intensa disputa em torno da conformação de um novo projeto econômico, o qual pudesse constituir uma nova plataforma de acumulação de capital a nível mundial. O resultado destas transformações terminou por ficar evidente nos vinte anos subsequentes, com o posterior desenvolvimento de uma política liberalizante baseada na desregulamentação do mercado internacional e dos movimentos de capitais, movimento amplo que veio a ser conhecido como as *reformas neoliberais*, caracterizado pela profunda amplificação das operações do setor financeiro.

Tendo isso em vista, pretendemos apresentar a gênese desse processo no plano nacional, movido pelo regime autocrático burguês implantado no Brasil. Mesmo transcorrido mais de cinquenta anos do golpe militar, vemos que condicionantes históricos conjugados neste momento foram conservados e reforçados em nossa formação, posto que a Ditadura Militar assegurou os elos conectores ao capital internacional, tendo um papel ativo na incorporação da lógica do capital financeiro no interior do país. O objetivo de nosso trabalho é apontar as contradições emanadas dessa estratégia em face da crise do chamado “milagre” brasileiro. O esgotamento daquele ciclo de expansão sinalizava um primeiro espectro dos limites do padrão de financiamento engendrado no Brasil à medida que se acentuaram os desequilíbrios frente à manutenção deste eixo econômico. Por certo, a crise eclodida neste momento não teve como resultado o imediato reordenamento do projeto econômico nacional, porém manifestava o limiar da transição que veio a se concretizar nas décadas seguintes, perante a subordinação à matriz neoliberal de desenvolvimento sob a dominância financeira.

O texto se divide em duas partes. No primeiro tópico nossa exposição se volta ao contexto internacional e as transformações da

ordem capitalista, especialmente no que se refere a crescente centralidade do capital financeiro através do qual se engendrou um novo padrão de acumulação. No segundo tópico abordamos as vicissitudes da política econômica adotada pelo regime militar, tendo como um dos pontos cruciais a reestruturação do sistema financeiro nacional, bem como os limites deste projeto diante do acelerado endividamento externo e do aprofundamento da vulnerabilidade do país frente ao capital internacional.

O AVANÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

A trajetória do capitalismo durante a década de 1970 é reconhecidamente um período de instabilidades políticas e econômicas irradiadas em nível internacional. Mais do que instabilidades, os anos que se seguiram representaram um ponto de inflexão na história do capitalismo mundial com a deflagração de uma crise econômica, apontando para o fim de um longo ciclo de expansão. O período denominado como os “trinta anos gloriosos”, que se estendeu de 1945 a 1975, pode ter produzido certa quimera de que a dinâmica do sistema capitalista poderia sustentar um equilibrado e contínuo ritmo de expansão capaz de contornar desajustes sem maiores impactos à estabilidade econômica. Contudo, ao menos desde a metade da década de 1960 sinais de mudanças na conjuntura apontavam os limites para a manutenção da arquitetura econômica e monetária montada no pós-II Guerra Mundial. Alguns setores produtivos passaram a registrar quedas nas taxas de lucros², o Sistema Monetário Internacional firmado em *Bretton Woods* expressava contínuas debilidades, bem como acirrava-se a concorrência no interior do bloco capitalista. A esse quadro, somava-se a ascensão de tensões sociais e movimentos contestatórios alastrados por diversos países de vários continentes³.

É nesse contexto que acompanhamos a internacionalização do capital acomodar-se sob novas bases a partir da crescente expansão dos circuitos de valorização financeira. Dispondo de larga concentração de capitais, as corporações do centro capitalista viram as oportunidades de investimentos se estreitarem na esfera produtiva, passando a deslocar

² A queda das taxas de lucros impactou, sobretudo, o setor manufatureiro: entre 1965 e 1973, os EUA registraram uma queda, sobre o estoque de capital, de 43,5%, ao mesmo tempo em que, para o conjunto do G-7, o declínio foi da ordem de 25% (BRENNER, 2003, p. 57).

³ As manifestações genericamente denominadas “maio de 1968” expressaram esse processo de forma radical.

recursos expressivos às operações financeiras (CHESNAIS, 1995, p. 19; PAULANI, 2009, p. 31). Tal fenômeno floresceu no bojo do Euro-mercado, cujos agentes econômicos, engajados em acelerar o ritmo de circulação financeira, encontraram o instrumento que viabilizaria a liberalização dos fluxos de capitais. Nessa esteira, o mercado de Eurodólares se tornou um importante mercado de capitais livre de regulamentação (mercado *offshore*), à margem da política monetária e das normatizações dos Bancos Centrais⁴.

À vista disso, as atividades bancárias em âmbito internacional evoluem vertiginosamente. A rápida expansão deste mercado, especialmente ao longo dos anos 1960 e 1970, indicava a sua substantiva importância no seio das finanças internacionais. Segundo Chesnais, os valores líquidos movimentados no mercado de eurodólares somavam, em 1952, US\$ 2 bilhões; em 1960 US\$ cerca de 4,5 bilhões; em 1972 tal cifra cresceu a US\$ 160 bilhões e em 1979 esse volume alcançou o montante de US\$ 590 bilhões (1996, p. 253-255). O desempenho extraordinário do mercado de eurodólares verificado ao longo desse período associou-se, primordialmente, à “reciclagem dos petrodólares”, deslocando um elevado volume de capitais, em grande medida, para periferia, onde encontrou demanda necessária para expandir sua liquidez. A “reciclagem” configurou-se pela abertura de linhas de créditos e empréstimos dos bancos internacionais concedidos a governos de nações da periferia, sobretudo latino-americanas: “no caso dos euromercados, créditos foram criados como que por encanto, dentro de uma rede fechada de bancos ligados entre si pelo emaranhado de posições de devedores e credores, e oferecido aos países em desenvolvimento” (CHESNAIS, 1996, p. 255).

A sucessiva projeção do mercado financeiro transformava-o em um elo cada vez mais imprescindível para a manutenção do ciclo de acumulação. De acordo com Mandel, a expansão monetária e creditícia foi um dos principais mecanismos para assegurar a fase de crescimento econômico do pós-guerra, bem como para conter – ou ao menos mitigar, por certo tempo – as contradições da acumulação capitalista e a possível eclosão de uma crise:

⁴ “A constituição obrigatória de reservas, em nível determinado pelo Banco Central, às vezes legalmente estabelecido; a obrigação de descontar os títulos emitidos além de um certo patamar; bem como medidas de controle sobre o câmbio e o movimento de capitais, constituíam os principais instrumentos da chamada política monetária. Não se trata de enfeitá-la retrospectivamente, nem de atribuir-lhe poderes que nunca teve. Mesmo assim, é fato que a intervenção dos bancos centrais foi enfraquecida (e depois esvaziada de toda substância) pelo estabelecimento de um mercado privado interbancário, que escapava totalmente a essas regras, onde não havia mais nenhuma reserva obrigatória, e onde podia haver uma “milagrosa” multiplicação de crédito” (CHESNAIS, 1996, p. 252).

Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para *reduzir a amplitude*, não para impedir seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade quanto no passado). A característica principal da longa fase de expansão do pós-guerra, do ponto de vista foi, portanto, o aparecimento de ciclos de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam “compensá-lo”. (MANDEL, 1990, p. 12).

Embora a ampliação do mercado financeiro concorresse para o prolongamento do ciclo de acumulação, esse processo foi notadamente conflituoso. No interior do bloco capitalista o foco das tensões convergia às instabilidades do Sistema Monetário Internacional firmado em *Bretton Woods* e à centralidade do dólar no mercado mundial, uma vez que a crescente autonomização do capital financeiro e a desenfreada reprodução da liquidez internacional, acarretava obstáculos para a sustentação do padrão dólar-ouro colocando em xeque a capacidade do dólar se converter enquanto meio de circulação e reserva internacional. Estes conflitos eram provocados, tanto pela rápida fluidez do mercado financeiro como pelas rivalidades do bloco das nações do centro, posto que, alguns destes países tornaram-se os principais interlocutores a propugnar as incongruências do padrão ouro-dólar. Lembremo-nos que esse momento histórico foi conjugado pela emergência da crise do capital cuja magnitude das contradições da ordem capitalista se exaspera, intensificando os conflitos e a concorrência imperialista.

O tensionamento sobre a economia norte-americana era inescapável. As contradições acumuladas ao longo dos anos 1960 – deterioração da balança de pagamentos; perda de competitividade; eclosão de lutas e movimentos sociais; crise militar; acirramento da disputa intercapitalista – não eram mais passíveis de se contornar. Nesse escopo, as resoluções impostas pela nação estadunidense foram formuladas em razão da retomada de sua hegemonia. Esse movimento se desdobrou em dois momentos: 1) o rompimento com o Acordo de *Bretton de Woods* entre 1971 e 1973, através do qual o governo norte-americano decretou, unilateralmente, o fim da conversibilidade de dólar em ouro e do regime de taxas de câmbio fixas; 2) a abrupta elevação da taxa de juros do *Federal*

Reserv em 1979 acompanhado da eliminação do controle de entrada e saída de capitais estabelecendo vasta abertura do sistema financeiro nacional. A conjunção destas medidas forjou elos constitutivos das finanças mundializadas, uma vez que articulou a liberalização e desintermediação financeira e integrou o sistema financeiro nacional ao mercado mundial, conforme elucidada Chesnais:

O conceito de “globalização financeira” abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos dos mercados, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados ou subordinados a estes”. (1996, p. 261).

Deste modo, a trajetória da internacionalização financeira, a qual fora arquitetada no curso de duas décadas, provocou mudanças significativas na ordem econômica. Segundo Chesnais, o patente avanço do movimento financeiro internacional culminou em uma nova dinâmica de acumulação, denominada “mundialização financeira”, na qual “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira” (1996, p. 14). Nesse sentido, a expansão das transações financeiras não representou somente o aprofundamento da internacionalização produtiva demarcada no pós-guerra, uma vez que a esfera financeira amplificou sua “autonomização”⁵ em relação à economia real, estabelecendo um circuito próprio de valorização. Isso permitiu a ascensão de um novo padrão acumulação, o “regime de acumulação com dominância financeira [...] em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular

⁵ “Os termos ‘autonomia’, ‘autonomização’, etc., devem ser utilizados com muita cautela. É verdade que uma parcela extremamente elevada das transações financeiras têm lugar no campo fechado formado pelas relações entre instituições especializadas, e não nenhuma contrapartida a nível de intercâmbio de mercadoria e serviços nem investimento [...]. Mas isso não significa que não existam vínculos muitos fortes, e sobretudo de grande alcance econômico e social, entre a esfera da produção e comércio internacional e a das finanças. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações [...]. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia, uma parcela elevada – é captada e canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização, que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros” (CHESNAIS, 1998a, p. 15).

do estágio imperialista com dominação interna e internacional do capital financeiro” (CHESNAIS, 2003, p. 46).

Doravante, forjou-se uma totalidade capitaneada pelas finanças e configurada por uma rígida hierarquia, onde a centralidade do dólar e da praça financeira norte-americana confere o domínio do sistema financeiro dos EUA sobre os demais, pela falta de controle e supervisão de instituições fiscalizadoras e pelo fato de a integração entre os mercados ser determinada por grandes operadores financeiros (CHESNAIS, 1998a, p. 12). A ascensão do “regime de acumulação com dominância financeira”, demarcado pela hipertrofia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, estabeleceu um novo nexo de acumulação do capital. A contração do tempo de circulação do capital, atributo próprio do sistema capitalista, ganhou nova qualidade a partir do horizonte temporal do mercado financeiro. Isto é, a lógica de curtíssimo prazo dos rendimentos oriundos do circuito financeiro passou a comandar a dinâmica de reprodução do capital nas diferentes esferas da economia. Nesse escopo, os investimentos da esfera produtiva passaram a ser balizados por parâmetros financeiros, visto que a rentabilidade dos grupos empresariais não estava mais ancorada apenas na produção, sendo determinada também pela atuação destas corporações nos diferentes segmentos do mercado financeiro. Do mesmo modo, as multinacionais, impelidas pelo encurtamento do tempo de valorização do capital, recorrem, cada vez mais, à esfera financeira para ampliar suas taxas de lucro, ao invés da implementação de nova capacidade produtiva e da expansão da produção (CHESNAIS, 1998b, p. 261).

De modo geral, estas transformações se inscrevem no desmonte do “consenso keynesiano”, apregoado pelos objetivos de arrefecer a inflação e recuperar as taxas de lucros. Tratava-se, em grande medida, do avanço do capital sobre o trabalho através de políticas de: repressão salarial; cortes de gastos sociais; combate às organizações sindicais; programas de privatizações; redução de impostos das empresas e camadas de rendas mais altas (ANDERSON, 1995). Os efeitos da reestruturação da ordem capitalista conjugada neste período foram dramáticos no âmbito social e para a periferia do sistema capitalista. A concatenação político-econômica da dominância financeira sustentada pela matriz neoliberal de desenvolvimento forjou-se na esteira de uma reação conservadora, em contraposição a qualquer prerrogativa das demandas sociais e da

classe trabalhadora, desencadeando elevação das taxas de desemprego e diminuição das taxas salariais e de encargos sociais⁶. À medida que novas formas de dominação se estabeleceram, aprofundou-se a vulnerabilidade e dependência das economias periféricas. Portanto, analisaremos a seguir algumas facetas do processo intensificação da submissão da periferia aos centros do capital, a partir da realidade brasileira.

O “MILAGRE” E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O ciclo de expansão denominado como “milagre” econômico foi arquitetado pelo reordenamento político-econômico imposto pelo regime militar desde 1964, onde se implementou amplas reformas no campo tributário e trabalhista e se reestruturou o sistema financeiro nacional. Tal projeto assentava-se na consolidação da ordem autocrática, cuja institucionalidade da arena política foi, definitivamente, subordinada ao poder executivo dirigido pelo comando militar e a oposição totalmente sufocada. A conjunção destas mudanças estabeleceu as bases do período expansivo denotado pela intensa concentração de renda e pela rearticulação das finanças internas sob a égide da internacionalização do sistema financeiro associada ao complexo multinacional. A partir desse período, a política econômica brasileira abriu-se ao exterior com uma nova dimensão e sob uma nova perspectiva iniciada em 1968, cuja marca foi de um período de elevado crescimento econômico, associado ao controle inflacionário.

No bojo das reformas estruturais destacam-se as medidas que redefiniram o setor financeiro. A estrutura de financiamento do país, tanto no âmbito do Estado como no setor privado, configurava-se de forma deficiente e apresentava-se como grande obstáculo para retomar o desenvolvimento em novas bases. Os setores bancário e financeiro eram muito atrasados se comparados com as demais economias já consolidadas. Doravante outras circunstâncias e necessidades, o projeto

⁶ Os EUA, registraram reduções significativas nos salários reais (variação média anual): a taxa de 2,8%, entre 1960 e 1973, recuou para 0,4%, entre 1979 e 1990. Os encargos sociais também foram restringidos: a taxa de 6,5%, entre 1960 e 1975, passou para 2,7%, entre 1980 e 1985. Este movimento também se verificou nas outras economias do centro capitalista: O conjunto do G-7 apresentou uma queda dos encargos sociais de 7,6%, entre 1960-75 para 2,6%, entre 1980-85; A Alemanha registou uma queda dos salários reais de 5,4%, entre 1960-73 a 0,8%, 1979-90. (BRENNER, 2003, p. 66). Somado à isso, verificava-se um crescimento vertiginoso do desemprego: A taxa de desemprego na Europa dos 15, elevou-se de 3,7 (1970-79) a 8,8% (1980-89). Os EUA, já apresentavam uma taxa de desemprego significativa entre 1970-79, de 6,2% passando a 7,3%, entre 1980-89 (PLIHON, 1998, p. 102).

econômico dos militares definiu como uma de suas prioridades a reforma do sistema financeiro.

Nesse escopo, vale retomar, brevemente, alguns pontos elucidativos dos instrumentos sancionados a tal propósito: 1) A reforma da Lei de Remessas de Lucros (4.131) além de autorizar a entrada de capitais externos sob a forma de empréstimos estrangeiros, estipulou um teto para as remessas de lucro. Uma vez ultrapassado esse limite, impostos progressivos passariam a incidir sobre estes montantes⁷. Contudo, ressalta-se a não aplicação deste termo a juros e amortizações, isto é, não se estabeleceu controle sobre tais operações financeiras perante a esfera internacional (CAMPOS, 2009, p. 72); 2) A instrução n° 289 (em vigor até 1972) permitiu à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil adquirir moedas estrangeiras concedendo cobertura cambial ao agente econômico externo, no ato da remessa de divisas (CAMPOS, 2009, p. 146); 3) A Resolução n°63 autorizou as empresas nacionais captar diretamente crédito no mercado internacional e realizar a intermediação destes recursos com as empresas brasileiras. Conforme destaca Campos, os bancos estrangeiros também lograram vantagens por meio dessa Resolução, visto que repassavam empréstimos aos agentes nacionais através dos bancos de investimentos, a participação do capital estrangeiro junto aos bancos de investimentos se elevou de forma significativa durante o período do “milagre” (CAMPOS, 2009, p. 147).

A conjunção ao capital estrangeiro, conformada nestes termos, resultou em um padrão de financiamento demarcado, primordialmente, por empréstimos externos, o que, em contrapartida, arrefecia os investimentos diretos. O elo engendrado denotava a forte determinação do padrão de acumulação do centro nas bases da economia brasileira, à medida que a reprodução ampliada do capital se deslocava, cada vez mais, para a esfera financeira edificada pela rede interbancária sob a égide do mercado de eurodólares. Melhor dizendo, à rearticulação do sistema financeiro acomodavam-se as expectativas financeiras das multinacionais e a farta liquidez do mercado de crédito internacional, uma vez que os dispositivos legais implementados pelo governo militar correspondiam às

⁷ A reforma da Lei n° 4.131 aumentou, por um lado, a alíquota das remessas de lucro de 10 para 12% e, por outro, definiu a incidência de impostos que ultrapassassem este teto nos seguintes termos: de 12% a 15% de lucros de capital e reinvestimentos seriam cobrados 40% de impostos; de 15% a 25%, 50% de impostos; acima de 25%, 60% de impostos (CAMPOS, 2009, p. 145).

exigências de um espaço mais liberalizado para a mobilidade de capitais congregados nas praças *offshore*. Como já assinalado, o euro-mercado cresceu exponencialmente ao longo dos anos 1960 e 1970, correspondendo à crescente autonomização da acumulação financeira.

[...] pode-se afirmar que o início dos anos setenta apresenta-se como o período de coroamento da política de abertura externa que vinha sendo perseguida sistematicamente desde 1964. É particularmente notável, no período, o aprofundamento das relações financeiras no exterior, tendo a economia brasileira se transformado em importante tomadora de recursos no mercado bancário internacional. (CRUZ, 1984, p. 36).

A massiva entrada de capitais externos acarretou em um salto qualitativo do endividamento externo, configurado pelo caráter proeminentemente financeiro. De fato, isso significava substantivas restrições para sustentar o ciclo expansivo brasileiro, considerando que parcela reduzida destes recursos era dirigida à atividade produtiva, mantendo-se circunscrita, em larga escala, à cadeia de valorização financeira. Conforme assinala Baer:

[...] pela primeira vez passaram a ter acesso direto e relativamente fácil aos mercados mundiais de capitais. Isso permitiu, por um lado, que se realizasse um crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira e, por outro, que mudassem radicalmente as fontes de financiamento. O aspecto mais importante desse processo é o que o conteúdo do endividamento externo brasileiro deixou de apresentar uma dimensão exclusivamente produtiva. Em outras palavras, a expansão da dívida externa nos anos 1970 está relacionada só em parte com a dinâmica produtiva, alcançando um conteúdo financeiro muito importante. Isto faz com que o processo de endividamento não se explique como um simples desequilíbrio externo, senão deve-se entender pela inserção mais profunda do Brasil na economia mundial. (1986, p. 68).

O patamar da dívida externa do Brasil saltou de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 12,6 bilhões entre 1968 e 1973, elevando a sua participação no PIB de 11% a 16,6%. O discurso oficial da equipe econômica apregoava

o financiamento externo por meio de endividamento como condicionante vital para assegurar o crescimento acelerado, posto a fase de desenvolvimento no qual se encontrava o país, ainda com patentes deficiências no setor de bens de capitais e intermediários. No entanto, fatores externos e internos contradiziam tal alegação. Nesse período, reservas internacionais elevaram-se de US\$ 300 milhões a US\$ 6,4 bilhões, expressivo aumento que revelava que parcela substancial dos recursos tomados no exterior não era realocada ao setor produtivo, mas permanecia na esfera financeira, enquanto lastro dos empréstimos contraídos para cobertura de possíveis inadimplências destes pagamentos. Isto é, a poupança externa operava, acima de tudo, como garantia dos rendimentos dos credores internacionais e não como pilar do ciclo expansivo (CRUZ, 1984, p. 12-15).

Por outro lado, o comportamento da economia interna concorria para explicitar a dinâmica financeira da dívida externa. O massivo endividamento era, em tese, determinado por um estrangulamento do setor externo, tendo em vista a necessária promoção de importações. Entretanto, entre 1969 e 1973, a balança comercial manteve-se praticamente equilibrada e o comércio internacional altamente favorável, ao passo que as políticas de incentivo voltadas ao setor externo projetavam largamente as exportações brasileiras. O setor externo cresceu a ordem de 37%, em 1972, chegando a 55% em 1973, enquanto as importações não ultrapassaram, sobremaneira, as exportações ao longo do quinquênio. A disposição de capacidade produtiva excedente possibilitou o crescimento da produção industrial sem o desmedido avanço de importações (BAER, 1986, p. 89). De acordo com Cruz (1984), durante 1969-1973, a pressão das transações correntes (balança comercial e serviços produtivos) referentes aos empréstimos externos era inferior a US\$ 1 bilhão. Contudo, a entrada líquida de empréstimos e financiamentos registou o montante de US\$ 6,8 bilhões (CRUZ, 1984, p. 17). Em contrapartida, os custos com o serviço da dívida externa bruta passaram de 18,1% para 37,8% entre 1970 e 1972 (BAER, 1986, p. 83).

À luz desse quadro, o presumido argumento da ordem militar de que a dívida externa seria fulcral para o crescimento acelerado revela-se pouco razoável diante do desempenho da economia brasileira e do caráter das contas externas. O pano fundo desse processo situava-se na conversão dos recursos externos em capitais deslocados ao circuito de valorização

financeira e, ao mesmo tempo, evidenciava a acomodação da política econômica interna aos desígnios da reprodução ampliada dos capitais do centro. O alargamento da dívida externa acabava por adentrar em circuito de crescente endividamento, posto que novos recursos externos eram contraídos para cobrir os serviços acumulados da dívida que, ao invés de arrefecer, intensificava os desajustes estruturais da economia. Conforme assinala Furtado:

Ao endividar-se no exterior, a fim de compensar desequilíbrios que tem sua origem em desajuste estrutural de balança de pagamentos, o país periférico cria as condições para que esse desajuste persista e se agrave. Os recursos do exterior são postos pelo sistema bancário à disposição de empresas, que assim podem prosseguir pela pista que já vinham trilhando. Como persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência da poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se. Em realidade, é de se esperar que a insuficiência da capacidade para importar venha a aumentar, pois ao custo da transnacionalização do sistema produtivo deve adicionar-se o serviço de uma dívida externa crescente. (1982, p. 124).

Esse arcabouço pôde funcionar com relativo êxito enquanto a conjuntura internacional manteve-se favorável. Contudo, os agudos desequilíbrios da balança de pagamentos oriundos do endividamento externo afiguravam o parco controle das contas externas brasileira. Após cinco anos de crescimento acelerado, a suposta pujança do “milagre” desmoronava a passos largos diante do “choque do petróleo”, da restrição do comércio internacional e da contração da liquidez internacional, isto é, durante a súbita desaceleração da economia mundial, demarcando a irrupção da crise do capital⁸. Tornava-se evidente a fragilidade do “milagre”, configurado, substantivamente, pela subordinação ao capital externo e à primazia da lógica financeira. A ditadura conduziu um projeto econômico

⁸ O horizonte da crise instaurada no Brasil pode ser elucidado pelos alarmantes resultados dos dados econômicos. Em 1974, a inflação alcançou a taxa de 35% e o PIB decresceu a 8%, chegando, no ano seguinte, a 5% (PRADO; EARP, 2009, p. 224). A balança comercial registrou, em 1974, o déficit da ordem de US\$ 4,5 bilhões. A deterioração das contas comerciais vinculou-se, principalmente, à brusca elevação do preço do petróleo em vista da grande demanda interna por esse produto, ao passo que as reservas internacionais declinaram de US\$ 6,4 bilhões a uma ordem de US\$ 5,3 bilhões entre 1973 e 1974 (CRUZ, 1984, p. 42). De acordo com Baer, a dívida externa líquida saltou de US\$ 7,3 bilhões (1973) a US\$ 13, 2 bilhões (1974), em decorrência da expansão do endividamento (de curto e longo prazo) e da redução das reservas internacionais (BAER, 1986, p. 72).

apartado das demandas, de fato, nacionais, posto que concatenou uma dinâmica de desenvolvimento destinado ao aviltamento da classe trabalhadora e ao aprofundamento da dependência brasileira através da qual parcela significativa da riqueza produzida internamente era drenada pelas multinacionais e pelo sistema financeiro internacional. Esse processo teve como resultado a atrofia da autonomia brasileira em determinar o curso do desenvolvimento nacional, tornando-se fortemente submetida às instâncias externas.

Os eixos de articulação com o capital internacional e os dispositivos de captação de recursos externos, constituídos ao longo da ditadura, enfraqueciam a autonomia de financiamento da economia brasileira, uma vez que concederam as multinacionais a prerrogativa de captação líquida externa, manejando estes recursos conforme seus interesses de acumulação sem correspondência direta às demandas internas. Portanto, não é de se surpreender assistirmos à ascensão da lógica financeira, no bojo do endividamento externo, ao nos voltarmos à própria dinâmica da economia internacional nesse período.

Com recuo privilegiado no tempo, podemos notar que o recurso da dívida externa se revelava bastante inseguro em face das determinações internacionais, isto é, o caráter financeiro do endividamento externo, tornando a economia brasileira mais vulnerável às políticas monetárias das nações do centro e às oscilações do sistema financeiro internacional. Por efeito, se as instabilidades da ordem capitalista provocassem forte contração da liquidez internacional, deteriorando os termos da dívida externa (elevação de juros e diminuição de prazos), restringiriam a capacidade de financiamento do país, ao passo que agravariam, sobremaneira, os desequilíbrios das contas externas, elevando as obrigações de ordem puramente financeiras. De fato, sabemos que este quadro atingiu tal magnitude apenas no início dos anos 1980 tendo em vista a crise da dívida externa. Mas, em consonância às considerações de Cruz (1984), entendemos a crise do “milagre” enquanto uma manifestação desse processo em menor escala, haja visto que a conjuntura internacional e os centros decisórios da ordem capitalista não haviam revelado ainda sua face mais perversa. Ao analisar a crise da dívida externa no Brasil, o autor afirma:

Na verdade, a importância assumida pelo componente financeiro nos desequilíbrios globais do setor externo só faz revelar uma das faces perversas do elevado endividamento externo. Isto porque a economia brasileira, à medida que aprofundou sua dívida, tornou-se [...] vulnerável a conjunturas mundiais recessivas e inflacionárias. [...] é nessas conjunturas que tendem a prevalecer, nos países centrais, políticas monetárias ortodoxas que, via elevação das taxas de juros internacionais, impactando negativamente a conta financeira das economias endividadas. Ou seja, os períodos em que se agravam os déficits na conta de mercadorias e de serviços produtivos são exatamente aqueles nos quais sobrevivem situações de “liquidez restrita” e de agravamento dos déficits puramente financeiros. Um quadro semelhante já se havia configurado no biênio 1974-75, mas com resultados menos evidentes, uma que o estoque da dívida era relativamente pequeno e que elevação da taxa de juros se processou com menor intensidade. Agora, os desequilíbrios do setor externo assumem um caráter predominantemente financeiro como resultado do impacto desequilibrador que o próprio endividamento exerce sobre o balanço de pagamentos. (CRUZ, 1984, p. 25).

O sentido mais amplo da crise instaurada no Brasil, articulada à internacionalização financeira, foi a ascensão de uma “nova dependência”, conforme afirma Furtado. Nessa esteira, a crise da dívida externa, não representou apenas a interrupção de um padrão de financiamento, uma vez que a imposição de políticas econômicas movidas pela lógica monetarista e liberalizante restringia a autonomia das políticas econômicas nacionais e, com efeito, interrompia, em última instância, a possibilidade de se pôr em marcha um projeto de desenvolvimento nacional⁹ (FURTADO, 1982). Doravante, um novo capítulo da história

⁹ “Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais [...]. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e/ou econômica serão submetidos a crescentes pressões de forças desestabilizadoras [...]. O intercâmbio de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento” (FURTADO, 1982, p. 38). Nas palavras de Campos, acerca da “nova dependência” postulada por Celso Furtado: “Para Furtado a crise da dívida externa que acometeria a América Latina no limiar dos anos 1980, em especial o Brasil, não se constituiu como uma simples crise do financiamento da industrialização, mas a atrofia tanto dos meios quanto dos fins para alcançar o desenvolvimento nacional, cujos limites do desenvolvimento capitalista brasileiro descortinavam seu contínuo caráter dependente e subdesenvolvido. Mais do que um bloqueio passageiro, que poderia ser suplantado a qualquer momento pelo mero crescimento econômico, instaurou-se nesse contexto uma relação inconciliável entre dependência e desenvolvimento” (2014, p. 82).

brasileira foi aberto, através da qual a subordinação do Brasil ao capital financeiro foi consubstanciada em novas bases a partir das diretrizes neoliberais no curso dos anos 1980 e 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas centrais da política econômica da ditadura militar possibilitaram a conversão dos eixos estruturantes do projeto de desenvolvimento brasileiro de uma perspectiva mais autônoma para outra, mais dependente, tendo como um dos pilares fundamentais a reestruturação do sistema financeiro e o padrão de financiamento estabelecido a partir do capital externo. Embora a retórica oficial do governo militar advogasse que tomadas de recursos internacionais eram fundamentais para a expansão da produção do Brasil, a dinâmica de endividamento externo pouco contribuiu para esse desenvolvimento, uma vez que grande parcela destes capitais ficava circunscrita à esfera financeira.

Nesse diapasão, o resultado mais severo desse processo foi o aprofundamento da dependência e vulnerabilidade da economia brasileira. Constatamos aqui, pois, o caráter proeminente das hierarquizações entre centro e periferia, onde se manifestam as desigualdades engendradas no seio da divisão internacional do trabalho. Isso acontece na medida em que os interesses das multinacionais e do capital financeiro estabelecem um nexo de acumulação afastado das demandas nacionais, refreando a capacidade de um desenvolvimento que fortalecesse as bases econômicas do Brasil. A escolha da ordem autocrática em sustentar esta dinâmica subordinava a estrutura nacional às intemperes e oscilações das finanças internacionais, ao mesmo tempo em que a entrada de capitais externos para combater os crescentes desequilíbrios resultavam em desarranjos estruturais que dilapidavam a autonomia nacional, amarrando a economia brasileira à contínua lógica internacionalizante do capital, conforme assevera Celso Furtado (1982).

À luz destas considerações, podemos compreender os limites do crescimento acelerado engendrado ao longo “milagre” econômico, uma vez que ele foi concatenado sob essa dinâmica de financiamento. Embora o esgotamento desse ciclo econômico não tenha resultado em um imediato reordenamento da economia brasileira, a manutenção dessa lógica de

acumulação não tardou a explicitar suas contradições: onde se situava o desenvolvimento nacional, bem como, a categórica vulnerabilidade e subordinação do país ao capital internacional. O Brasil foi levado à quase solvência diante dos “choques” promovidos pelos centros hegemônicos do capital, desencadeando a crise da dívida externa brasileira. As resoluções imputadas ao país que capitula as exigências do FMI denotam, justamente, as advertências apresentadas por Furtado: de que as saídas delineadas, sob o prisma da internacionalização financeira, resultariam em sucessivos obstáculos à emergência de um projeto estabelecido sob as bases da autonomia nacional, aumentando, cada vez mais, o eixo de dependência entre o centro e a periferia do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-38.

BAER, M. *A Internacionalização Financeira no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAMPOS, F. *A arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, F. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 14, n. 162, p. 79-83, set. 2014.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-30, dez. 1995.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998a. p. 11-33.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998b. p. 249-293.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. (org.). *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.

CRUZ, P. D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, C. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 97-139.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano*. v. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 208 – 241.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

MOFFITT, M. *O dinheiro no mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CENTRALIDADE DO TRABALHO, PARTIDOS E SINDICATOS

Angélica Lovatto

A centralidade do trabalho é um tema que precisa ser resgatado na contemporaneidade, tanto do ponto de vista das pesquisas teóricas – com problematizações, conceituações e hipóteses de trabalho – quanto do ponto de vista da discussão política, que dimensiona o grau de conflito social nas relações capitalistas, especialmente no Brasil. Este texto propõe apresentar uma parte da pesquisa atualmente desenvolvida em meu grupo de pesquisa, que abrange a presente discussão temática em pelo menos três momentos: o pré-1964, a ditadura militar e o período da chamada Nova República.

Para os objetivos desta publicação, apresento o primeiro período histórico da pesquisa, de 1950 a 1964.

Os anos 1950 e início dos 1960 constituíram-se num profícuo momento da cultura brasileira. Os exemplos mais significativos são o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Teatro Arena, Oficina, Opinião para citar apenas alguns dos movimentos mais marcantes. Também foi o tempo da arte na rua, dos Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes¹, de novos métodos de alfabetização de adultos associados

¹ Em 2011, foram comemorados os 50 anos de surgimento do CPC, fruto do esforço da UNE-Volante, estratégia do movimento estudantil no princípio dos anos 1960.

à leitura da realidade, do movimento das Ligas Camponesas, da crescente sindicalização e organização da classe operária, do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores etc. Foram, portanto, anos de intensa efervescência política. Não por acaso, foi um período da história brasileira interrompido abruptamente, por força do golpe militar de 1964.

No plano nacional este período histórico envolve desde o segundo governo Vargas (1951-54), o interregno Café Filho (1954-55), o governo Juscelino Kubitschek (1956-60), o governo Jânio Quadros (1961), marcado pela renúncia em agosto até, finalmente, o período do governo João Goulart (1961-64). No plano internacional é um dos momentos mais *quentes* da Guerra Fria, num mundo dividido entre potências opostas – EUA *versus* URSS, bem como o advento da Revolução Cubana, em 1959. A conjuntura nacional e internacional estava passando por inflexões importantes no debate desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, marcados por uma discussão que passava pelo avanço no processo de descolonização, no crescimento do bloco dos “não alinhados”, pelo início do “cisma” sino-soviético, pela emergência do chamado “terceiro-mundismo” e pelo intenso desenvolvimento capitalista industrial em alguns países periféricos, especialmente o próprio Brasil. Nesse sentido, um dos institutos que mais tratou da questão do desenvolvimento brasileiro nos anos 1950-60 foi o ISEB².

Diante deste quadro, as lutas desencadeadas no período de 1950 a 64 trouxeram desdobramentos para o mundo do trabalho, no âmbito dos partidos políticos, dos sindicatos e dos movimentos sociais. Estuda-se aqui, portanto, o fortalecimento das lutas populares que foram se desenvolvendo e crescendo no pré-1964, particularmente a eclosão dos movimentos no campo brasileiro e o crescimento dos sindicatos operários, bem como o conjunto de partidos políticos progressistas já existentes ou que surgiram justamente no período em questão. O presente texto está limitado, deste modo, a apresentar apenas os desdobramentos iniciais, notadamente bibliográficos, de uma pesquisa que se estenderá pelos próximos três anos. O escopo geral da pesquisa em andamento pretende apresentar este quadro de partidos, sindicatos e movimentos, a partir da discussão de suas propostas no período proposto, através de um diálogo crítico com a vertente da teoria do populismo, representada pela produção teórica do cientista

² ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. A respeito podem ser consultados TOLEDO (1977, 2005), PEREIRA (1963), RIDENTI (2000), JAGUARIBE (2005), BRESSER PEREIRA (2002) e LOVATTO (2006, 2010).

político Francisco Weffort. Pretende também identificar e contrapor a proposta dos partidos comunistas e socialistas presentes no debate político do pré-1964, bem como sistematizar as propostas das vertentes trabalhistas que ali atuaram. Será dada especial atenção ao conjunto de iniciativas dos sindicatos diante da discussão que levou à formação do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, como também ao contexto que levou ao surgimento das Ligas Camponesas, em sua interação ou contraposição com as formas de luta dos sindicatos rurais. E, ainda, serão trabalhadas as origens político-sociais que envolveram a formação dos Centros Populares de Cultura da UNE.

O contexto histórico desses 14 anos anteriores à deflagração do golpe militar de 1964 continua sendo um momento da política brasileira que merece atenção especial. Entendemos que a historiografia brasileira sobre este período – apesar de já ter uma produção abrangente – está longe de esgotar os diferentes aspectos e significados que ali foram engendrados, a partir de uma intensa participação popular, seja nos sindicatos da cidade e do campo, seja nos partidos políticos ou ainda nos movimentos sociais.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO EM DISCUSSÃO

A hipótese que defendemos é a de que a movimentação das camadas trabalhadoras do pré-1964 possibilitou um real crescimento da consciência de classe no período e não apenas um conjunto de movimentações de massa guiadas por objetivos alheios à sua perspectiva de classe, como defendem algumas vertentes teóricas. Nossa problematização sobre o período em questão leva em conta a historiografia produzida até o momento. Nela predominou – principalmente nas leituras produzidas no pós-1964 – uma visão de que o golpe militar teria representado, ao fim e ao cabo, um colapso do populismo no Brasil. O aspecto específico do qual discordamos no tocante a essa análise – representada especialmente por uma dada vertente da teoria do populismo – é o da defesa de que a perspectiva do trabalho teria sucumbido completamente à ilusão das propostas de líderes populistas, e abandonado um projeto de fato revolucionário, através do engodo das propostas nacionalistas do período. Embora reconheçamos que esse período tenha apresentado uma parte dessas características – materializada, inclusive, nas propostas de algumas

lideranças e partidos políticos – discordamos que todo o conjunto dos setores ligados à perspectiva do trabalho, tomado indistintamente, tenha sucumbido desta maneira absoluta, como se neste período não tivesse havido nenhuma manifestação autêntica da centralidade do trabalho.

QUESTÃO NACIONAL E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O contexto nacional e internacional do pré-1964 marcava fortemente os destinos do mundo, em meio à Guerra Fria, e o Brasil ocupava papel estratégico neste quadro. A questão terceiro-mundista emergia com grande força, o que significava, *grosso modo*, que os países periféricos não pertencentes nem ao chamado “Primeiro Mundo” capitalista, nem ao “Segundo Mundo” comunista, poderiam agrupar-se sob a denominação de um “Terceiro Mundo”³, isto é, entre aqueles países que iriam procurar uma via própria de desenvolvimento.

As posições mais conservadoras estavam muito assustadas com o fascínio que o socialismo despertava em povos de economia subdesenvolvida, em função da rapidez com que as forças produtivas progrediam. A questão parecia ser, “perigosamente”, mais do que ideológica. Significava, concretamente, que uma eventual opção pelo bloco liderado pela URSS pudesse acelerar o desenvolvimento do país num ritmo mais desejável do que a pura e simples sujeição ao imperialismo norte-americano. Por isso, muitos discursos apelavam para a defesa das tradições e das eventuais benesses da civilização ocidental, a fim de combater o mundo socialista. O anti-comunismo, que inspirou muitas das posições reacionárias antes e depois do golpe de 1964, só é compreensível a partir do entendimento histórico da dicotomia comunismo *versus* capitalismo, nos moldes definidos pela Guerra Fria. O destino que o mundo tomasse a partir desse quadro, definiria o futuro do Brasil e, no limite, de quase todos os vizinhos⁴.

³ O principal expoente e articulador dessas posições foi Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia. João Goulart chegou a manifestar simpatia pela adesão ao terceiro-mundismo. “O movimento de emancipação colonial prosseguia, gerando uma relativa instabilidade no panorama internacional. Muitos dos novos Estados que surgiam, chefiados por governos nacionalistas dos mais variados matizes, procuravam tirar proveito da rivalidade entre as grandes potências hegemônicas, indo engrossar as fileiras do movimento dos países ‘não-alinhados’, em cuja linha de frente estavam o titoísmo e o nasserismo” (ALMEIDA, 1995, p. 189). Outro texto para aprofundamento do tema é LOVE (1998).

⁴ Fato que se observou, na sequência do golpe militar no Brasil, com a deflagração de golpes de estado em outros países latino-americanos, tornando a região – à exceção de Cuba – um polo da estratégia geopolítica norte-americana.

Este quadro influenciou decisivamente na atuação e/ou formação de partidos políticos do período. Por isso, embora o recorte completo de nossa pesquisa vá se estender pelo período de 1950 a 1964, o balanço historiográfico a ser apresentado neste texto, privilegia: a) o final deste período histórico, isto é, o governo João Goulart e as chamadas reformas de base; b) as aproximações iniciais sobre alguns partidos políticos, especialmente a atuação do trabalhismo, a influência do PCB e a atuação da AP – Ação Popular.

O GOVERNO JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE: PARTIDOS, SINDICATOS E LIGAS CAMPONESAS

Durante muito tempo a historiografia brasileira deixou o personagem João Goulart completamente à margem. Isso teve um sentido e um significado diretamente ligados à ditadura militar. Presidente deposto em 1964, morreu no exílio em 1976, em condições ainda hoje discutíveis. Foi enterrado em São Borja-RS, sem nenhuma nota oficial do governo sobre a morte de um ex-presidente. O silêncio significou uma estratégia poderosa durante toda a ditadura militar. Ao invés de “falar mal” de João Goulart, simplesmente não se falava dele⁵.

Durante muitos anos o único livro⁶ no Brasil que tratava diretamente de seu governo foi o de Moniz Bandeira (1983), *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*, cuja 1ª edição veio a público em 1978⁷. Este fato deu ao livro uma importância histórica,

⁵ Por motivos distintos, e por situações políticas também diferentes, o mesmo não ocorreu com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. O que, aliás, foi muito importante para os esforços de resgatar e analisar o pré-64. No caso de JK, sem desconsiderar que há muitos estudos dos mais diferentes matizes, queremos aqui destacar pelo menos dois, por nos interessarem especificamente para a análise do período: 1) o estudo mais antigo de BENEVIDES (1976), *O governo Juscelino Kubitschek*. 2) o estudo mais recente de ALMEIDA (2006), *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, que inova na abordagem crítica do nacionalismo triunfante. Sobre os dois governos, conjuntamente, há o estudo de CARDOSO LIMOEIRO (1977), *Ideologia do desenvolvimento: Brasil – JK-JQ*. Uma abordagem biográfica e política de Jânio Quadros pode ser buscada em CHAIA (1991), *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Sobre seu governo, em BENEVIDES (1981). E sobre a renúncia, em MONIZ BANDEIRA (1961).

⁶ TOLEDO (1983), no item “indicações de leitura” para o tema do governo João Goulart, afirma que “Abordando os diferentes aspectos (econômicos, políticos e sociais) do governo Goulart existe apenas uma obra na literatura política brasileira: Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil*” (TOLEDO, 1983, p. 121). Toledo registra essa informação desde a primeira edição, em 1982, e ela aparece em várias reedições.

⁷ Também de Moniz Bandeira (1979), o livro *Brizola e o trabalhismo* foi, igualmente, durante décadas o único livro a tratar do político gaúcho. A primeira edição foi publicada em 1978, pela Civilização Brasileira.

tornando-se uma referência de leitura, independentemente de nossa concordância com as teses ali defendidas. Afinal, era a única publicação a considerar o governo do presidente deposto pelo golpe militar.

Aos poucos, outros estudos foram sendo publicados, mas apenas em décadas recentes é que polvilhou um maior número de livros sobre o governo João Goulart. Houve basicamente duas tendências de análise sobre Jango e seu governo: uma representada pela linha, *grosso modo*, mais deslumbrada e defensora dos princípios do trabalhismo; e outra, de perfil mais crítico, a partir de distintas orientações teórico-metodológicas. No primeiro caso, o exemplo mais expressivo é o próprio Moniz Bandeira (1983)⁸. No segundo caso, encontram-se autores que fazem análises predominantemente baseadas no conceito de populismo. Para eles, o golpe contra Goulart teria encerrado um ciclo da política populista no Brasil, no período de 1930 a 1964. A chamada teoria do populismo, portanto, inspirou muitos estudos brasileiros que, sem dúvida, demarcaram sua importância, independentemente da concordância ou não com suas teses, onde destaca-se Weffort, em seu livro *O populismo na política brasileira* (1978). No livro encontra-se um importante ensaio, “Política de massas”, escrito ainda nos estertores do governo Goulart e publicado em 1965. O livro traz mais dois ensaios: “Estado e massas no Brasil”, também publicado em 1965, e “O populismo na política brasileira”, publicado em 1967.⁹ Além de ser a mais reconhecida e estudada, talvez essa vertente da teoria do populismo, seja também uma das mais criticadas, pelo menos em estudos mais recentes. Embora se apresente como um estudo crítico no campo da esquerda, a teoria weffortiana do populismo não parece se apresentar como uma unanimidade nas críticas às eventuais debilidades e equívocos que a esquerda brasileira apresentou no pré-1964. No entanto, pautou quase que predominantemente a grande maioria dos estudos – pelo menos paulistas – sobre aquele período da história brasileira.

Uma análise um pouco mais balanceada que a de Weffort, embora na mesma vertente de análise, encontra-se em dois livros de Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* (1971) e *A formação do estado populista na América Latina* (1975). Principalmente o primeiro livro, acabou tornando-se referência na historiografia brasileira àqueles que tentavam elaborar uma

⁸ Nesta perspectiva, conferir também PINHEIRO NETO (1993), AFFONSO (1988), RYFF (1979).

⁹ Os ensaios foram redefinidos para publicação na coletânea de 1978 (Cf. ALMEIDA, 2009).

visão crítica sobre o período que a ditadura tinha “encerrado”. Foi uma dura crítica ao trabalhismo e, podemos dizer, consolidou a hegemonia do conceito de populismo no Brasil. Evidentemente, o governo João Goulart está referido neste leque.

Utilizando o conceito de populismo,¹⁰ mas imprimindo a ele um significado diferente daquele hegemônico por Weffort e Ianni, estão os trabalhos de Saes (1975, 1985a, 1985b), Toledo (1983), Boito (1982, 1991) e Almeida (1995, 2006), entre outros. Entendemos que esses autores produziram uma compreensão mais completa do processo histórico brasileiro e que não se limitaram a indicar apenas no pós-1930 a política populista, mas procuraram entender a formação do estado burguês no Brasil desde as lutas para a deflagração da república. Além disso, procuraram avaliar o movimento sindical em geral e o movimento operário em particular sem considerar esta classe – incondicionalmente – como uma massa amorfa e manipulável pelos líderes populistas. E isso não os fez deixar de apreender os momentos em que esse tipo de manipulação aconteceu na história do movimento de massas, mas procuraram não imputar à interpretação como um todo a análise desse aspecto. Numa palavra, captaram também os momentos da história do pré-1964 onde a luta de classes ocorreu sem se subordinar – apesar de todas as dificuldades – aos ditames da classe dominante.

Fechando este sintético parêntese sobre a referência aos estudos do populismo¹¹, voltemos ao restante do balanço historiográfico sobre o governo Jango.

Neste início de século XXI é que surgiram mais estudos sobre o governo deste presidente¹². Sem a preocupação, de nossa parte, em classificá-los numa ou noutra vertente de análise, queremos deixar registrado aqui quais foram seus autores e temáticas. Em ordem cronológica, foi em 2004 que – a propósito dos 40 anos do golpe militar – a editora Globo publicou um conjunto

¹⁰ “O conceito de populismo é objeto de um vasto debate historiográfico, no qual se expressam desde posições que defendem o abandono do conceito até autores que o utilizam em uma acepção demasiadamente ampla, englobando processos sociais completamente distintos” (CALIL, 2007, p. 27).

¹¹ Além dos estudos citados, há outros que analisam o tema sob diferentes pontos de vista teóricos e políticos. Dentre eles, destacamos: Laclau (1978), Prado (1981), Debert (1979) e Ferreira (2001) e CALIL (2007).

¹² À exceção de um interessante estudo publicado em 1993 – fruto de uma tese de doutorado defendida dez anos antes. Trata-se de OLIVEIRA (1993), *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. É um estudo jornalístico que traz encarte com seleção de notícias sobre Goulart na imprensa, no *lay-out* em que foram publicadas.

de livros, entre eles *Jango: um perfil – 1945-1964*, de Marco Antonio Villa (2004). O autor traça um retrato bastante pejorativo de Jango, classificando-o frequentemente como um personagem sem competência, frívolo, e cuja carreira teria sido facilitada pelo acaso e pela sorte. A leitura talvez valha a pena apenas pela referência a algumas fontes de pesquisa e bibliográficas. Em 2006 foram lançados três livros. Um como fruto de trabalho de pesquisa desenvolvido pelo CPDOC, no Rio de Janeiro, *João Goulart: entre a memória e a história*, sob a coordenação da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2006). A autora procura preencher a lacuna que existiria sobre o personagem histórico de João Goulart, enfatizando que “a memória referente a João Goulart e seu governo tem sido pouco investigada nos meios acadêmicos e também recebido pouca atenção de atores sociais variados, como políticos profissionais, jornalistas e produtores culturais” (FERREIRA, 2006, p. 7). O segundo livro foi *O Brasil de João Goulart; um projeto de nação*, organizado por Oswaldo Munteal e outros (2006). Os organizadores defendem que João Goulart representou um Brasil a ser construído. Procuraram resgatar textos históricos onde estaria delineado o projeto de nação defendido pelo governante. O livro é apresentado pela filha de Jango, Denize Goulart, e reúne basicamente textos de intelectuais isebianos, resgata o discurso de Jango no comício da Central do Brasil (março 1963) e a redação do Plano Trienal de 1963-65 de Celso Furtado, entre outros documentos. O último livro lançado, ainda em 2006, foi *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, de Rodrigo Patto Sá Motta. É interessante, pois estampa a maioria das charges feitas a propósito do personagem.

Em 2007, o CPDOC volta a lançar um livro sobre João Goulart. Desta vez foi *Jango – as múltiplas faces*, fruto de pesquisa feita por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. A intenção dos autores foi fornecer pistas para se pensar o lugar de Jango na memória e na história do Brasil recente, pois argumentam que, pelos estudos desenvolvidos até então, Jango ocupava apenas um “não-lugar”, alvo de freqüentes apreciações desfavoráveis tanto da direita quanto da esquerda. A publicação tem um CD que disponibiliza áudios de João Goulart. Provavelmente como desdobramento destas pesquisas sobre Goulart, Jorge Ferreira acaba de lançar pela Civilização Brasileira, um livro com apurada pesquisa. Trata-se de *João Goulart, uma biografia* (2011). O autor procurou resgatar o legado de João Goulart, como um representante do auge do trabalhismo.

TRABALHISMO, PCB E AP

Passemos às aproximações iniciais sobre a atuação de alguns partidos políticos do período, especialmente a atuação do trabalhismo, a influência do PCB – Partido Comunista do Brasil¹³ e a atuação da AP – Ação Popular, particularmente no momento que culminou nas reformas de base. Apesar de serem aproximações, o esboço a seguir representa apenas o esforço de leitura e análise que empreendemos até o presente momento, na pesquisa em andamento.

As reformas de base ocuparam o centro do debate nacional no pré-1964. E seus principais defensores eram ligados ao trabalhismo, notadamente o PTB, além dos comunistas e do setor católico progressista que fundou a AP – Ação Popular, em 1962¹⁴. Há estudiosos que defendem¹⁵ que as reformas de base teriam derivado de proposta originalmente formulada pelo PCB, a partir da “Declaração de Março de 1958”. Elas eram trabalhadas com vistas aos objetivos estratégicos de uma revolução brasileira por etapas: primeiro a revolução democrático-burguesa, depois a revolução socialista, e deveriam dar-se em várias frentes. Essa concepção – sobre quais reformas deveriam ser realizadas no país – foi assimilada por vários setores da sociedade brasileira, até chegar ao governo Jango, que lançou oficialmente um programa que propunha reformas de base, em 12 de julho de 1962, através do Gabinete Brochado da Rocha. O estudo de Cibiliba da Rocha Viana (1980), *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*, traz uma síntese sobre o programa (VIANA, 1980, p. 127). Não eram medidas de fácil implementação. Mexiam com questões vitais tanto para o latifúndio no Brasil, quanto para os setores que representavam os interesses do imperialismo norte-americano. Numa palavra, as reformas provocavam uma intensa disputa entre os nacionalistas e os “entreguistas”, estes últimos entendidos como setores interessados num desenvolvimento capitalista dependente, ou melhor, numa redefinição dos laços de dependência. A correlação de forças entre os setores representantes dessas duas tendências era pautada por uma intensa disputa.

¹³ Antes da cisão entre PCB e PC do B (1961-62), quando passa a ser designado de Partido Comunista Brasileiro. Detalhes dessa cisão serão apresentados mais adiante.

¹⁴ O processo completo de fundação da AP encontra-se no livro de ARANTES e LIMA (1984), *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*.

¹⁵ Cf. CUNHA (2009).

Por isso mesmo, nessa correlação de forças, o período de 1960-64 é referido por alguns estudiosos como o momento de maior influência política alcançada pelo PCB em sua história nas lutas sociais no país. Mas isso não pode nos levar a afirmar que o PCB conquistou hegemonia neste período. Ao contrário. A partir da “Declaração de Março de 1958” o PCB parece ter aberto mão da hegemonia, justamente para poder viabilizar a proposta da frente única antiimperialista¹⁶. E isso aconteceu de tal modo que, em determinados momentos, chegou a parecer que quem dirigia o PCB era o próprio João Goulart. Daí algumas análises da teoria do populismo generalizarem este aspecto, indistintamente, fazendo parecer que a perspectiva do trabalho teria se rendido ao trabalhismo de Goulart.

Iniciamos o destaque a alguns aspectos da história pecebista¹⁷ em momento um pouco anterior a 1950. Desde a breve legalidade do PCB no período 1945-47, muita coisa tinha acontecido. O governo que sucedeu Vargas havia posto o PCB na ilegalidade¹⁸, o que implicava muito mais um “rompimento” de Dutra com o PCB do que um rompimento do PCB com Dutra (Cf. ALMEIDA, 2003, p. 93), como parecia acreditar a autocrítica de 1949 de Luis Carlos Prestes. O líder comunista afirmava nessa ocasião que o partido havia substituído a luta de classes pela colaboração de classes. Destes acontecimentos e tomada de posições resulta o Manifesto de Agosto (1950) que defendia, entre outras coisas¹⁹, fazer oposição à candidatura de Vargas para a presidência nas eleições daquele ano e propunha uma

¹⁶ “O PCB propunha a constituição de uma frente única que lutasse por um governo nacionalista e democrático. E, no Brasil, a mais importante forma concreta de manifestação da frente única era o movimento nacionalista. Neste sentido, os comunistas apoiavam ‘os elementos nacionalistas e democratas’ existentes no conjunto dos partidos políticos, *abriam mão da hegemonia em curto prazo no interior da frente única*, adotavam a via pacífica da revolução, atribuíam grande importância à luta eleitoral e escolhiam como objetivo tático mais imediato a eleição de políticos nacionalistas e democratas para os postos legislativos e executivos, já em outubro de 1958, com vistas a eleger uma chapa nacionalista nas eleições presidenciais de 1960” (ALMEIDA, 2003, p. 116-177, grifos nossos).

¹⁷ A síntese que faremos a seguir, bem como do momento histórico em que ocorreram, não pretendem – nem poderiam – realizar uma completa abordagem do tema. Afinal, isso já foi realizado competentemente por outros estudiosos, com diferentes visões sobre este processo, a partir dos quais utilizamos os dados e documentos apresentados, destacando: MAZZEO (1999), DEL ROIO (1990, 2003), CUNHA (2009), GORENDER (1987), SEGATTO (1995), CARONE (1982), ALMEIDA (2003), e SILVA ([1985]). Foram igualmente consultados: SODRÉ (1980), SANTOS (1988), SEGATTO (1981), MAZZEO e LAGOA (2003), BRANDÃO (1988) e VINHAS (1982).

¹⁸ “O governo Dutra, além da repressão ao Partido Comunista, prendeu e torturou comunistas, decapitou o movimento sindical mais combativo, intervindo em mais de 140 sindicatos, proibiu a Confederação Geral de Trabalhadores do Brasil e impôs uma pesada legislação antigreve” (ALMEIDA: 2003, p. 93).

¹⁹ “Concretamente, é entre 1950-54 que se delinea a virada à extrema-esquerda do PCB, particularmente reafirmada e aprofundada no ‘Manifesto de Agosto’. A posição em relação ao campo era apontada nesse documento da seguinte forma: ‘Entrega da terra para quem trabalha’” (CUNHA, 2009, p. 69).

Frente Democrática de Libertação Nacional para a conquista imediata do poder através do Exército de Libertação Popular, como objetivo tático, através da formação de um bloco de todas as classes, sob a direção do proletariado. Porém, entendemos que, estrategicamente, não havia uma diferença significativa, na medida em que persistia a proposição de uma revolução por etapas, que privilegiava a luta contra a chamada ditadura feudal e contra o imperialismo²⁰.

Vargas se reelege. Foi assim que o “Manifesto de Agosto” começou a sofrer pequenas alterações até ser rejeitado gradativamente, com o advento da “Declaração de Março de 1958”. Porém, muito antes de ser superado, o documento de agosto de 1950, já parecia se constituir em letra morta, pelo menos no seguinte aspecto: enquanto recomendava, no papel, o voto nulo nas eleições de 1955, o partido pregava abertamente o voto em Juscelino Kubitschek. Havia um abismo entre a prática do partido e as recomendações dos documentos em vigência. A letra não batia com a política praticada (ALMEIDA, 2003).

Esse processo aconteceu, sinteticamente, da forma como procuraremos descrever a seguir, a fim de configurar o solo social e político sobre o qual os partidos, sindicatos e movimentos foram se constituindo. Em meio ao período de greves que ocorreram de 1951 a 53 – inclusive a importante greve dos 300 mil em São Paulo – o PCB começa a elaborar um “Projeto de Programa” (1953). Nele, é defendida a estratégia da etapa da revolução democrático-popular de cunho antiimperialista e agrária anti-feudal, em defesa da burguesia nacional e do desenvolvimento da indústria nacional. É reforçado o aspecto tático definido no “Manifesto de Agosto”²¹. O ano seguinte ainda verá muitas greves, além do derradeiro gesto de Vargas, após mais uma das tentativas de golpe que o período de 1945-64 conheceu. O PCB, após o suicídio de Vargas, projeta novamente uma mudança de posição: abandona as acusações mais diretas que fazia contra Getúlio e, ainda em 1954, realiza seu IV Congresso.

O IV Congresso do PCB reafirma o “Projeto de Programa” de 1953. Do ponto de vista estratégico o caráter da revolução brasileira em sua

²⁰ Antes do “Manifesto de Agosto”, haviam sido retiradas do programa do PCB críticas contundentes ao imperialismo, em função das estratégias que correspondiam ao período chamado de “coexistência pacífica”, do pós-Segunda Guerra.

²¹ Neste quadro de lutas sindicais e políticas de 1953, surge no Brasil o POR (trotskista), embora sua atuação tenha sido pouco expressiva.

primeira etapa – no que concernia às relações com a burguesia nacional – deveria se pautar por um programa que não ameaçasse as reivindicações de caráter progressista da burguesia e, em particular, do desenvolvimento da indústria nacional: a burguesia nacional não era inimiga, por determinado período poderia apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio, o regime político e o governo que o PCB deveria defender “não será uma ditadura do proletariado. Mas não será também uma ditadura da burguesia [...] irá adiante da revolução democrática burguesa, criando um poder de transição para o desenvolvimento capitalista”. (PCB, 1954 apud SILVA, [1985], p. 77-78). Em suma, as proposições presentes no “Manifesto de Agosto”, confirmadas no IV Congresso de 1954, não parecem substancialmente diferentes – no plano estratégico – em relação ao que o PCB já defendia antes de 1950. As maiores diferenças são estabelecidas no que concerne aos objetivos táticos: de um governo de união nacional para uma tomada de poder através de um Exército de Libertação Popular, com a formação de um bloco de todas as classes, sob a direção do proletariado.

Quando o XX Congresso do PCUS, em 1956, fez a denúncia dos crimes de Stalin, o cenário dos partidos comunistas dos diversos países sofreu abalos significativos e não foi diferente com o PCB, que ficou dividido: de um lado teriam ficado os “revisionistas” que aderiram às resoluções do Congresso e, de outro lado, teriam ficado os “stalinistas”, fiéis ao legado do “guia genial dos povos” e, portanto, críticos do XX Congresso²². Na luta interna os “revisionistas” venceram²³. Dois anos depois se objetivava a “Declaração de Março de 1958”, fruto do processo de “desestalinização” do partido, se é que podemos chamar desta forma. As mudanças propostas na “Declaração de Março”²⁴ permeavam principalmente as seguintes questões: ao invés de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a conquista imediata do poder, uma Frente Única, para a luta por

²² Houve ainda uma terceira posição, conhecida como Agildismo (de Agildo Barata), que questionava radicalmente a organização interna do PCB, notadamente sua democracia interna. Esse grupo deixou o PCB e formou a “Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro”, que não chegou a ser um novo partido.

²³ São afastados da Comissão Executiva os nomes que representavam os críticos do revisionismo: João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois e Sergio Holmos.

²⁴ “A chamada Declaração de Março, de 1958, apresentou as grandes linhas da ‘via nacional’ no Brasil, apregoando a formação de uma ampla frente nacionalista e democrática contra o imperialismo e contra as sobrevivências feudais, a ser composta pelo proletariado, burguesia nacional, pequena burguesia e campesinato, em oposição ao imperialismo e seus aliados dentro da forma social brasileira, o latifúndio e setores burgueses associados. [...] O programa nacional-democrático, nessa versão estratégica, deveria contemplar um conjunto de ‘reformas de base’” (Del Roio, 2003, p. 288).

um governo nacionalista e democrático, num caminho pacífico para a revolução brasileira. Esse caminho definia como principal proposta, um conjunto de reformas que, como referimos, viriam a ser incorporadas na seqüência pelo governo Jango.

Nesse novo documento de 1958²⁵ continua sendo admitida a contradição entre burguesia e proletariado, “mas essa contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista, corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”. (PCB, 1958 Apud SILVA, [1985], p. 80-81). Do ponto de vista estratégico continuava a defesa de que “a revolução no Brasil, não é ainda socialista, mas antifeudal, nacional e democrática” (PCB, 1958 Apud SILVA, [1985], p. 80-81). A partir disso, são iniciados os esforços para a realização do V Congresso do PCB, em agosto de 1960²⁶, que resultará na confirmação das teses propostas na “Declaração de Março” e onde a chamada ala “não-revisionista” (stalinista) do partido iria sofrer um duro golpe. Portanto, a partir desses acontecimentos – cujo ápice tinha sido a “Declaração de Março” – iniciava-se um processo de maior influência do PCB, justamente no período que vai de 1958 até 1964, e que culminará com o golpe militar. Este último, paradoxalmente, faria cair por terra as principais teses defendidas pelos comunistas até então. Ou, sendo mais explícito: o PCB teria saído profundamente derrotado no momento do golpe e absolutamente surpreendido pela não ocorrência de uma revolução democrático-nacional antifeudal e antiimperialista. No entanto, acreditamos que não foi simplesmente a vitória das forças golpistas que desmentiu o conjunto das teorizações do PCB sobre a formação social brasileira. A aliança de classes e frações de classe que possibilitou aquela vitória, apenas confirmou a fragilidade da tese pecebista de que a burguesia nacional não tinha interesse em se aliar ao latifúndio e ao imperialismo. O golpe teria tão somente explicitado uma tendência concreta da burguesia brasileira que jamais se deu ao trabalho de construir sua autonomia política

²⁵ “O projeto político definido na ‘nova política’ (1958-60) do PCB estava todo ele montado em função do desencadeamento da ‘revolução brasileira’. [...] Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea (‘soluções positivas’)” (SEGATTO, 1981, p. 127).

²⁶ “O V Congresso do PCB será de extrema importância. Esse congresso reflete não somente a radicalização da crise interna provocada pelo aprofundamento das divergências ideológicas dentro do partido – especialmente as reações à Declaração de Março de 1958 – mas fundamentalmente a própria crise do Movimento Comunista Internacional” (MAZZEO, 2003, p. 160).

e econômica. Ao contrário, confirmou uma tendência de apelar – em momentos de crise – para o puro e simples bonapartismo²⁷.

A influência do PCB, que foi se firmando cada vez mais e teve impulso acelerado a partir de 1960, não se dava ao acaso, ou apenas por uma nova orientação da “Declaração de Março”. Em nosso entendimento, era fundamentalmente o tecido social e político da sociedade que estava em ebulição e tornava propício o acúmulo de forças nas classes e frações de classe interessadas nas transformações sociais. Foi esse quadro político-social, acrescido das novas orientações do PCB, que possibilitaram ao partido, entre outras coisas, ter avançado na ocupação de posições de direção em organismos de classe, por exemplo, e a exercer maior influência em movimentos de massa, fossem operários, agrários ou estudantis. Esta influência pautou-se por alianças com outros setores também em destaque, à época, tais como o trabalhismo – especialmente a esquerda nacionalista do PTB – e com a nova força católica de esquerda, a AP. Esta última se constituiu a partir dos movimentos pastorais progressistas, tais como JUC – Juventude Universitária Católica, JOC – Juventude Operária Católica etc.

Neste quadro político-social propício ao crescimento das lutas sociais estão também as greves nacionais e gerais de 1959-60. Um exemplo da influência do PCB em aliança com o trabalhismo foi o grupo majoritário formado no 3º. Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960 (o último tinha sido em 1946). No mesmo mês, ocorria o V Congresso do PCB, reiterando: a) a “Declaração de Março de 1958”; b) o caráter da revolução brasileira antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática; c) a aprovação do lançamento da bandeira da legalidade do PCB. Talvez a grande questão daquele momento residisse na constatação de que, mesmo na ilegalidade, o partido tinha avançado significativamente. Então, por que não conquistar um avanço ainda maior em situação de legalidade partidária? Por isso, o caminho pacífico para a revolução brasileira e a possibilidade de tornar legalizada a atuação do PCB pareciam estar umbilicalmente ligadas.

Nas eleições presidenciais de 1960, o PCB decide o apoio à candidatura Lott e Jango (presidente e vice). O momento da vitória da candidatura Jânio Quadros trouxe também – no âmbito econômico – o

²⁷ Nos termos expostos em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, MARX (1978). Maiores aprofundamentos sobre o tema do bonapartismo em Marx e Engels podem ser buscados em BARSOTTI (2002, 2009). Ver também desdobramentos do conceito em LOSURDO (2004).

fim da euforia desenvolvimentista. O lançamento da Instrução 204 da SUMOC, não reeditou os resultados da antiga e eficaz (do ponto de vista das classes dominantes) Instrução 113. Ficava aberto um grande espaço para a defesa das reformas.

Outros setores de esquerda passaram a disputar espaço junto com o PCB. Os movimentos de massa generalizavam-se, havia mobilizações na cidade, cresciam as greves, as manifestações; havia mobilizações no campo, cresciam as tomadas de terra, as Ligas Camponesas fortaleciam-se. Surgia uma nova esquerda em função dessa mobilização crescente de sindicatos, estudantes, operários, camponeses, setores da igreja progressista, soldados, marinheiros etc. Antes da AP (1962), tinha surgido a POLOP – Política Operária, em 1961. Neste mesmo ano o PCB havia iniciado o processo de alteração de seus estatutos para tentar o registro como partido legal. Ao invés de Partido Comunista “do Brasil” – que, segundo negativas anteriores de registro do partido, devia ser modificado, porque significava que o PCB era uma seção da Internacional Comunista – a designação passaria a ser Partido Comunista “Brasileiro”. Essa mudança estatutária e o fato de o Partido Comunista Chinês não ter aceitado as resoluções do XX Congresso do PCUS, foram dois importantes motivos para a deflagração da maior cisão que o PCB sofreu em sua história. No início de 1962, são formalmente expulsos os membros do núcleo considerado “stalinista” e contrários às decisões do V Congresso do PCB, que havia ocorrido em 1960, e no qual aquela corrente havia apresentado suas divergências. Essa dissidência, comandada principalmente por João Amazonas, Maurício Grabóis e Pedro Pomar, elaborou a “Carta dos 100”. Surgiu o PC do B. Segundo seus autores, esse era o resgate do nome original do partido fundado em 1922, portanto, não se fundava um novo partido. Desse ponto de vista, a “dissidência” era a do outro grupo que havia mudado a designação para “Brasileiro”. E, desde então, os dois passaram a proclamar-se como o PC fundado em 1922.

Independentemente dessa polêmica, a verdade é que essa cisão influiu na hegemonia das forças políticas do período. Mas não de imediato. O PCB continuou na defesa das reformas de base e prosseguiu com sua influência e na aliança com o trabalhismo. Como dissemos, a AP tinha nascido também ali, no ano da efetivação da cisão comunista. O PC do B rompia com a tática do caminho pacífico para a revolução, e acentuava a

defesa das tradições stalinistas, entendidas como as verdadeiras tradições do chamado marxismo-leninismo. E tendia cada vez mais a alinhar-se com o PCCh.

A força política da AP evidenciou-se no movimento estudantil de imediato, porque já era exercida antes de sua fundação, através da JUC. De 1962-64, a AP elegeu todos os presidentes da UNE. Na aliança mantida com o PCB, ambos exerciam influência sobre as novidades do período: na UNE, em termos de direção política, prevaleciam as forças da AP; e no CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela entidade estudantil, prevalecia uma maior influência do PCB. Neste período, o POR se fortalece relativamente, fundando o jornal “Frente Operária” no Rio de Janeiro. Enfim, o quadro neste período é de extrema mobilização política e popular.

A questão agrária estava em ebulição através, principalmente, das Ligas Camponesas. O movimento no campo em geral também estava permeado pelas influências comunistas. Exemplo disso foram os congressos camponeses do período e a atuação da CONTAG e da ULTAB²⁸. É importante registrar que haverá uma disputa entre os setores de esquerda para buscar hegemonia nas lutas no campo. Por fim, outro campo onde a influência do PCB crescia a olhos vistos era no âmbito da atuação do CGT neste período. Um dos fatores era a crença desta Central nas tradições democráticas e nacionalistas das Forças Armadas, por exemplo.

No entanto, todas essas forças acabaram sucumbindo à eficácia estratégica e política das forças que promoveram o golpe militar de 1964. Os desdobramentos destas questões serão objeto de análise na continuidade da pesquisa que está em andamento e, quem sabe, possa resultar em novo artigo, a ser publicado oportunamente.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, A. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo – 1961-1963*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ALMEIDA, L. F. R. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.

²⁸ Além da influência de Francisco Julião, as lutas no campo brasileiro também estavam sob a influência de lideranças do PCB, tais como Lyndolpho Silva e Gregório Bezerra.

- ALMEIDA, L. F. R. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: MAZZEO, A. C.; LAGO, M. I. (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 83-122.
- ALMEIDA, L. F. R. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.
- ALMEIDA, L. F. R. De volta à ilha de tranquilidade em meio a um oceano revolto? Limites da democracia liberal brasileira. *Revista Lutas Sociais (NEILS)*, São Paulo, n. 23, p. 09-20, 2009.
- ARANTES, A.; LIMA, H. *História da Ação popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- BARSOTTI, P. D. *Marx defensor do estado: o estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BARSOTTI, P. D. Engels e o bonapartismo. *Revista Novos Temas*, Instituto Caio Prado Junior/Quarteto, São Paulo/Salvador, n. 1, p. 93-109, 2009.
- BENEVIDES, M. V. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- BENEVIDES, M. V. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOITO JR., A. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOITO JR., A. *O sindicalismo de estado no Brasil: análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Edunicamp, 1991.
- BRANDÃO, G. M. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista: 1945-1964. *Revista Lua Nova (CEDEC)*, São Paulo, n. 15, p. 132-149, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 201-232.
- CALIL, G. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. *Revista História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n. 4, p. 27-33, jul. 2007.
- CARDOSO LIMOIRO, M. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK–JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARONE, E. *O PCB: 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHAIA, V. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-90)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.
- CUNHA, P. R. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- DEBERT, G. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

- DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB – 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DEL ROIO, M. De um século a outro: trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 281-300.
- FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, M. M. (coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GOMES, A. C.; FERREIRA, J. (org.). *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, O. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JAGUARIBE, H. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, C. N. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 34-72.
- LACLAU, E. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LOVATTO, A. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos “Cadernos do povo brasileiro”. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Unesp/FAPESP, 2006. p. 313-326.
- LOVATTO, A. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: Xamã, 2010.
- LOVE, J. *A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp-Marília Publicações/Boitempo, 1999.
- MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

- MAZZEO, A. C. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 153-170.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. V. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Mels, 1961.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. V. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. V. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MUNTEAL, O. et al. (org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.
- OLIVEIRA, M. R. D. *João Goulart na imprensa: da personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.
- PCB: 20 anos de política – 1958-1979. São Paulo: LECH, 1980. (Série Documentos).
- PEREIRA, O. D. O ISEB: o desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 23-41, maio/jun. 1963.
- PINHEIRO NETO, J. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- PRADO, M. L. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- RYFF, R. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- SAES, D. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SAES, D. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985b.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, A. O. *História d'as tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2. ed. São Paulo: Proposta, [1985].

- SODRÉ, N. W. Contribuição à história do PCB. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 8, p. 79-102, 1980.
- TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TOLEDO, C. N. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VIANA, C. R. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- VILLA, M. A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.
- VINHAS, M. *Partidão: luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PARTE II

“POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA”: A CRISE DO LULO-PETISMO E O PAPEL DA BANCADA EVANGÉLICA NO GOLPE PARLAMENTAR E NAS REFORMAS TEMERÁRIAS

Yuri Rodrigues da Cunha

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 marcou no cenário político brasileiro uma inflexão conjuntural, em virtude da efetivação do golpe parlamentar que depôs a presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff. A nosso ver, a ruptura institucional encerrou – ou suspendeu – o ciclo do governo *lulo-petista*, modificando assim, a natureza da conciliação de classes que vinha se efetivando desde 2003. Assim, a compreensão do golpe passa não somente pelas razões de sua efetivação, mas também, por seus desdobramentos, ou seja, quais propostas e medidas adotadas pelo novo governo, e quais atores e frações de classes se aliam à fração dirigente do Bloco no Poder. Com isso, a partir rearranjo político pós-golpe, julgamos importante analisar o

papel, a atuação e os interesses da Bancada Evangélica na composição do novo governo.

O argumento que desenvolvemos ao longo deste artigo assenta-se na ideia de que a bancada evangélica, na atual conjuntura, ocupa um papel importante na conciliação de classes do novo governo, cabendo a ela, a tentativa de legitimar moralmente, baseada em premissas religiosas, a construção de um consenso nas classes populares e subalternas em prol das reformas de Temer, cuja contrapartida consistiria na aprovação de suas pautas moralizantes.

Partimos do pressuposto apresentado por Poulantzas (1977), para o qual o Estado é um campo relacional que materializa as disputas econômicas e políticas, e, por suas próprias características possui uma autonomia relativa, possuindo com isso, um aspecto decisivo na tentativa de formulação de coesão nos diferentes níveis da formação social. Em outro trabalho, o autor argumenta que no Estado os antagonismos das frações constituem uma contradição interna às classes dominantes e ao próprio Estado. Assim, o Estado seria uma organização hegemônica que organizaria as forças em luta desdobradas das contradições entre as classes sociais fundamentais do capitalismo (POULANTZAS, 1975).

A partir dessa análise, o autor lança mão do conceito de *bloco no poder*, isto é, uma aliança específica das classes e frações de classe política e economicamente dominante, que manifestam os interesses da burguesia (nacional e internacional) de uma forma geral, e que devem organizar a partilha do espólio da classe trabalhadora, para que nenhum interesse das frações se sobreponha de modo que outras frações também não obtenham ganhos substanciais. Por isso, o Estado manteria a unidade e coesão da formação social dividida em classes, trazendo para dentro de si as contradições de classe do conjunto de formação social, legitimando os interesses de determinadas frações em detrimento dos interesses de outras (POULANTZAS, 1975).

Ou seja, o que ocorre é a internalização da correlação Capital x Trabalho no seio do próprio Estado, que leva, portanto, à luta de classes para o interior do próprio Estado, e por isso, não é possível afirmar à priori que o Estado seja uma simples ferramenta manipulável à vontade das classes dominantes.

É evidente que o Estado Capitalista, dentro do paradigma marxiano, é compreendido como um elemento fundamental e decisivo na correlação Capital x Trabalho, sendo que, na perspectiva do próprio Marx (2011), o Estado é uma relação de poder que se assenta nas condições econômicas e de estruturação material que o sustenta, e de maneira mais geral, disputa-lo é tentar tomar posse desse monstruoso edifício como parte do leão dos despojos dos vencedores.

Nesse sentido, a política econômica que é levada a cabo pelas camadas dirigentes de Estado específico é elaborada com vistas à satisfação desses próprios interesses (MARX, 2012). Nesse sentido, na ótica de Marx e de Engels (2005), o Estado não passa de um grande administrador dos interesses da burguesia. Ainda que o argumento seja válido, é necessário, a nosso ver, levar em conta as particularidades de cada momento histórico e como se desenvolvem as formas de dominação das classes burguesas e as barganhas que estas fazem às classes trabalhadoras para manterem sua dominação.

Desta maneira o Estado capitalista, com toda sua complexidade e instituições que o compõem, legitima a exploração e espoliação do trabalhador, mantendo um equilíbrio de forças que historicamente pendeu para as classes burguesas, ainda que em momentos específicos da correlação Capital x Trabalho, ele pôde estar mais próximo dos interesses das classes trabalhadoras. Portanto, se o Estado é um campo relacional de disputa política e econômica e possui ainda, a capacidade de gerar uma relativa coesão, ele está aberto às diversas frações das classes sociais que visam tomar sua direção política. É justamente a partir dessa concepção que levamos em consideração a “Bancada Evangélica” e seu projeto político.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de privilegiarmos o campo metodológico marxiano, lançamos mão de alguns argumentos weberianos a respeito da questão religiosa, isto porque, de acordo com Weber [197?], o pensamento e o modo de vida religioso em si são profundamente influenciados por fatores políticos e econômicos, que operam em limites geográficos, políticos, sociais e nacionais, mas que, por sua vez, acabam se tornando uma racionalidade importante que norteiam práticas políticas. No limite, o que argumenta Weber é o fato do pensamento religioso ser resultado de aspecto histórico, ao mesmo tempo em que influencia as tomadas de decisões dos indivíduos particulares.

Ainda dentro da perspectiva elaborada por Weber, a dimensão ascética de uma determinada seita religiosa busca modelar a vida cotidiana segundo uma pretensa vontade de Deus, e mais, dentro do protestantismo, e dos neopentecostais, sobretudo¹, a vida cotidiana e o acesso à riqueza material são formas de comprovação da graça divina. Nesse sentido, há um éthos específico dos protestantes, sendo a religião uma forma de conduta ética, e que, por sua vez, deve ser esse postulado levado para as práticas políticas, ou seja, para o Estado.

O fato do Estado e da política serem vistos como espaços para delimitação da vida cotidiana, faz com que, esse campo em disputa seja visto por parte dos atores representantes da Bancada Evangélica, como um espaço de atuação de suas práticas morais e religiosas, fazendo com que, determinadas tomadas de decisões sejam feitas baseadas nas premissas morais de suas religiosidades, que seriam as verdadeiras vontades divinas. O Bispo Edir Macedo deixa claro essa concepção em um de seus livros: “O Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” (2008), para o qual, Deus era um grande estadista, criou o mundo e elaborou um plano político que deveria ser levado a cabo pelo Seu povo (sic). É justamente nesse sentido que a Bancada Evangélica tentará reivindicar para si o protagonismo político para tentar moralizar a política vista como um lamaçal de corrupção, pois ela sim, a Bancada Evangélica, possuiria uma envergadura moral capaz de sanar a abstrata noção da corrupção.

É importante salientar ainda, que estamos diante de uma crise política e institucional que resulta e é resultante da deposição de Dilma Rousseff e da briga pela partilha dos espólios do Estado, onde as diferentes frações tentam cada uma, reivindicar a si o papel de fração dirigente do bloco no poder. Se a Bancada Evangélica não é ainda representante direta das frações capitalistas, ela possui um trunfo em suas mãos, a população evangélica cresce a galope no Brasil, e se mostra um grupo fiel e disposto a obedecer às ordens daqueles que estão representando uma suposta vontade divina.

¹ Weber não se debruçou sobre os neopentecostais, dedicando-se apenas aos protestantes. É óbvio que o fenômeno do neopentecostalismo é demasiadamente recente, surge após a morte de Weber, porém, suas bases encontram-se no protestantismo clássico do qual o sociólogo alemão debruçou-se.

O GOLPE PARLAMENTAR E A RUPTURA INSTITUCIONAL

Desde as eleições presidenciais de 2014 quando por uma diferença de 3,28%² a candidata Dilma Rousseff fora reeleita no segundo turno, as intensas críticas que se faziam ao governo *lulo-petista* converteram-se em ferrenhas campanhas pró-impeachment, culminando num primeiro momento, na admissibilidade do processo de *impeachment* em dezembro de 2015 por Eduardo Cunha, passando pelas longas 53 horas de seção, onde nas últimas seis, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-impeachment, autorizando o Senado Federal a transcorrer com o processo de deposição da presidenta³ e, num segundo momento, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal decidiu depor a presidenta, por 61 votos a 20.

A nosso ver, é importante destacar que o processo do golpe parlamentar se iniciou imediatamente após o processo eleitoral de 2014, quando aparentemente o lulo-petismo já tinha dado os sinais de desgaste, sobretudo, em razão das “jornadas de junho” de 2013, mas que sai vencedor no pleito eleitoral do ano seguinte. Apenas para situar 2013, concordamos com Gohn (2015), quando entende que essas manifestações representavam uma indignação frente à conjuntura política nacional, adquirindo nesses eventos um caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando indignações de diferentes estratos sociais, com especial destaque à “classe média”, ainda que seu momento inicial se deu em virtude de um ato de estudantes em prol do “passe livre”.

Ainda segundo a autora, os manifestantes atuavam em coletivos não hierarquizados, com gestão descentralizada, produzindo assim, manifestações com outra estética, os participantes tinham mais autonomia e não atuavam sob coordenação de uma liderança central (GOHN, 2015). Cabe destacar ainda que nas jornadas de junho não havia hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia, o que os movimentava era um “sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas do poder estatal”

² Em números a diferença foi de 3.445.963 de eleitores para a candidata a reeleição Dilma Rousseff frente à candidatura de Aécio Neves. Foi 51,64% (votos válidos) contra, 48,36%, segundo dados tabulados pelo TSE.

³ SIQUEIRA, Carol. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

(GOHN, 2015, p. 13). Por fim, ainda a respeito de 2013, os movimentos sociais mais tradicionais, como centrais sindicais, tentaram disputar o espaço das jornadas de junho, quando no segundo semestre do mesmo ano chamaram atos como em julho no Dia Nacional de Mobilização, porém com baixa adesão popular, terminando, muitos destes atos, em confronto com a polícia.

O fato das jornadas colocarem muitos jovens às ruas, com outra estética e outras reivindicações além das pautas clássicas das classes trabalhadoras, permitiu que, na campanha eleitoral do ano seguinte, ela se tornasse o principal mote de uma “nova política”, com pautas “modernizantes” como: “descentralização”, “simplicidade”, “confiança”, “eficiência”, “transparência”, “inovação”, “participação popular”⁴, mas que na prática era a apenas uma retórica de um partido de claro apoio das frações burguesas do rentismo.

Retornemos a questão do golpe. O primeiro registro dos atos pró-impeachment se deu seis dias após o resultado do pleito eleitoral na cidade de São Paulo, quando naquele protesto, além do impeachment os manifestantes pediam intervenção militar⁵. Desde então, os atos multiplicaram-se, seja no número de cidades onde passou a ocorrer, quanto na quantidade de pessoas envolvidas, tendo como marco os atos de 15 de Março e 13 de Dezembro de 2015. Para não alongarmos de maneira demasiada, abordaremos nesse momento apenas o ato do dia 15 de março.

O ato de 15 de março foi convocado principalmente por meio das redes sociais, como o *Facebook*, e em sua organização articulavam-se principalmente os seguintes grupos: Movimento Brasil Livre (MBL); Vem Pra Rua; Revoltados On-Line⁶. Além desses grupos ajudaram ainda na mobilização, quadros do PSDB⁷, sendo que, ainda na cidade de São Paulo o metrô, que é de responsabilidade do Governo estadual (PSDB), liberou

⁴ Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014.

⁵ URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2016.

⁶ BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 mar. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁷ VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanosdefinematuacaonosatosproimpeachmentimp,1641620#>. Acesso em: 07 jul. 2016.

as catracas para o ato, coisa que não faz nem quando há grandes eventos e manifestações populares na Avenida Paulista⁸. Deve ser destacado ainda, o papel da Central Globo de Jornalismo, que, a nosso ver, foi uma agente importante nesse ato, uma vez que fizeram ao longo do dia, coberturas e chamadas ao vivo, dos movimentos, como um claro estímulo à participação da população⁹.

Segundo o Datafolha, o ato em São Paulo contou com aproximadamente 210 mil pessoas, ao passo que em todas as 160 cidades onde foram realizados atos conjuntos, reuniram segundo contagem das Polícias Militares, 2,3 milhões de pessoas¹⁰. Neste ato era uníssono o pedido de impeachment, sobretudo em virtude da “institucionalização da corrupção” (sic) resultada das práticas e governos *lulo-petista*¹¹. Por fim, cabe destacar ainda que outras importantes instituições como a FIESP também contribuíram com o ato. Deve ser mencionado ainda que grande parte das manifestações datadas de 2015 foi composta por manifestantes brancos, de alta renda e que votaram em Aécio Neves no ano anterior¹².

O desdobramento desse e dos demais atos, foi o acolhimento, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB), em 02 de dezembro de 2015, de um dos pedidos de impeachment protocolados na casa.

Diante deste cenário, é importante levar em consideração que o golpe parlamentar não deve ser compreendido apenas a partir de seus determinantes como as recorrentes manifestações, mas a nosso ver, o sentido pelo qual o golpe se efetivou encontra-se nas reformas neoliberais

⁸ AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. *Valor Econômico*, 18 mar. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁹ Um fato curioso e que reforça essa ideia da participação tucana nos atos, foi o então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Morais (atualmente Ministro do STF), solicitar à Federação Paulista de Futebol o adiantamento da partida entre Palmeiras x XV de Piracicaba, das 16h00min para às 11h00min de 15 de março.

¹⁰ G1. Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. *G1.com*, 16 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contra-dilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>. Acesso em: 07 jul. 2016.

¹¹ PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 dez. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistemica-institucionalizada-14905059>. Acesso em: 07 jul. 2016.

¹² DINIZ, Maiana. Manifestantes contra o governo são brancos e de alta renda, aponta pesquisa. *Agência Brasil, EBC*, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/pesquisas-revelam-retrato-social-e-racial-de-manifestantes> Acesso em: 07 jul. 2016.

propostas e levadas a cabo pelo governo Temer, reformas essas que chamaremos aqui de *temerárias*¹³, isto porque, ele representa os interesses da nova composição do bloco no poder e das frações burguesa que ela representa após o fim da conciliação lulo-petista.

No bojo das *reformas temerárias*, listamos três eixos que evidenciam, a nosso ver, o caráter acentuadamente neoliberal e rentista: **1) Investimento Público:** Teto para gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95 de 2016); **2) Trabalho:** Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017).

Os principais aspectos evidentes nas reformas são as perspectivas austeras e uma agenda pró-capital [especialmente os rentistas] e, por consequência, de ataque às classes trabalhadoras. Se no primeiro ponto, na E.C. 95/2016, evidencia-se a necessidade de limitar a suposta “gastança” do governo anterior, o que se observa é o princípio ortodoxo e neoliberal de agenda para os países em desenvolvimento. Agenda que é colocada desde fins dos anos de 1980 a partir do chamado Consenso de Washington, porém, o sucesso destas depende da correlação de forças em determinado tempo e espaço.

Ao limitar o investimento público o que se buscou era:

Restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. [...] Que, dado o quadro agudo de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir os desequilíbrios das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica [em que se encontra]. (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

Assim, a proposta é a “criação de limites para o crescimento das despesas primárias total do governo central” (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

O que se observa na justificativa é a cartilha do referido Consenso de Washington e a necessidade de aplicação de políticas econômicas de

¹³ O nome *reformas temerárias*, faz um trocadilho com o sobrenome do atual presidente, Temer, bem como, pelo iminente risco e perigo que concerne às classes trabalhadoras a aprovação de tais reformas.

caráter ortodoxo, para os países dependentes. Dentre as medidas buscadas pelas *reformas temerárias*, nota-se uma evidente aproximação dos ajustes recomendados em tal consenso, como é o caso do ajuste fiscal e metas monetárias restritivas.

Essas medidas, no limite, implicariam na precarização em longo prazo dos serviços públicos que atendem substancialmente a classe trabalhadora, pois é esta a principal usuária dos serviços públicos, especialmente de saúde e educação. De acordo com Bastos (2016), ao contrário do que se imagina, a concentração da renda não significa necessariamente uma condição para o aumento de investimentos, mas os próprios aumentos nos gastos sociais e de políticas redistributivas implicam no crescimento do PIB. Assim, ao se reduzir os investimentos em saúde e educação, por exemplo, como é mascarado na E.C.nº55, abrem-se flancos para a mercantilização destes, e mais uma vez, quem são as principais beneficiárias são as grandes corporações capitalistas.

Já as reformas que afetam diretamente o mundo do trabalho, e, portanto, a classe trabalhadora, expostas nas leis 13.467/2017 [reforma trabalhista] e 13.429/2017 [terceirização irrestrita], tinham como justificativas principais a modernização das relações trabalhistas, o combate à informalidade e a geração de novos postos de empregos.

Efetivamente, na primeira delas o que se evidenciou foi um desmonte total do que resta, segundo Souto Maior (2017), do projeto de Estado Social Democrático de Direito no Brasil, pois ela impõe uma dura derrota a classe trabalhadora, como se ela fosse uma grande privilegiada em razão de seus direitos trabalhistas. Para o autor, esse desdobramento se dá em razão de alguns aspectos importantes da reforma, que são: negociado sobre legislado, afastamento da Justiça do Trabalho, individualismo das relações de trabalho e políticas de subemprego com os contratos intermitentes. Tudo isso seria o resultado de uma criação de fetiches do empresariado brasileiro que os problemas seriam em virtude de uma alta carga tributária na contratação dos trabalhadores (SOUTO MAIOR, 2017).

Ainda nesse mesmo sentido, segundo Magalhães *et. al.* (2017), quem estão por trás da reforma trabalhista são lobistas de bancos, indústrias e transportes, sendo que, partes das emendas foram integralmente redigidas em computadores de representantes nacionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Instituições Financeiras

(CNF), Indústria (CNI) e Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)¹⁴.

Com relação à Lei 13.429/2017, um aspecto inicial que a nosso ver é importante destacar é o fato de esta lei ser resultada de uma proposição datada de 1998, o PL 4302, cujo proponente houvera sido o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Este PL era inclusive, mais “agressivo” do que aquele apresentado, anos mais tarde, pelo empresário Sandro Mabel, o PL 4330/2004. A regulamentação da terceirização foi um intenso debate que vinha sendo traçado desde os anos de 1990, porém, a correlação de forças durante o governo lulo-petista, fez com que não progredisse esse tema, ou pelo menos, não da forma como defendiam as frações burguesas. É nesse sentido que Vicentino, encampando a proposta da CUT propôs o PL 1621/2007, que buscava regulamentar a terceirização, porém, não de forma irrestrita.

Ao promulgar em 2017 um PL que estava parado desde 1998, tornando irrestrita a terceirização, fica evidente a demanda das frações burguesas, que na atual conjuntura tinha as forças necessárias para fazer valer seus interesses. Conforme argumentou Cunha (2015), a terceirização era compreendida como uma prática “necessária”, “moderna” e “racional”, cuja finalidade é criar consenso nos trabalhadores sobre a importância e inevitabilidade desta prática, construindo assim um novo tipo humano. Do ponto de vista político, ainda argumentou em sua pesquisa, que esta prática gera uma sociabilidade do medo que potencializa a naturalização das situações de humilhações no trabalho, bem como, gera uma individualização e fragmentação no sentimento coletivo destes trabalhadores.

Portanto, nas duas leis aprovadas a respeito do mundo do trabalho por nós mencionados, fica mais do que evidente os interesses das frações burguesas produtivas, em, por um lado reduzir o custo que os empresários possuem para a contratação da força de trabalho, bem como, atacar a solidariedade de classe, fragilizando as resistências e a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores. Esse é um dos elementos importantes para compreendermos o golpe e as razões da FIESP (e o capital

¹⁴ MAGALHÃES, Alline; *et al.* Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas das reformas trabalhistas. *The Intercept Brasil*, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

produtivo) abraçar as reformas *temerárias* e bradar que não iriam pagar o pato. Certamente não pagou, quem o está fazendo é a classe trabalhadora.

Como as reformas *temerárias* são de grande impacto à classe trabalhadora de maneira geral, seria necessário tentar construir um consenso com os trabalhadores desorganizados politicamente, permitindo que estes aceitem e compreendam a “importância” e a “necessidade” das reformas – e também, para que não endossem o coro dos trabalhadores organizados politicamente que se mantém de pé contra os retrocessos às suas conquistas.

Assim, as narrativas das frações hegemônicas apontam, para a necessidade de “arrumar a bagunça da casa deixada pelo petismo” e “colocar o país nos trilhos do desenvolvimento”, não sem antes, todos fazerem “esforços extraordinários” em prol do Brasil. Ou seja, todos deveriam abrir mão de algo para recolocar o país no caminho do crescimento econômico, porém, quem seriam os responsáveis por tentar convencer as frações da classe trabalhadora desorganizada politicamente? Em nosso entendimento, a bancada evangélica.

É aqui, a nosso ver, que os representantes neopentecostais (bancada evangélica) possuem um papel importante e decisivo, pois, a busca da construção de um consenso para as reformas passa pelo apoio irrestrito destes parlamentares que representam milhões de trabalhadores, sendo que, a tentativa de forjar um consenso para os trabalhadores desorganizados politicamente não passam por uma dimensão “política”, mas moralizante.

A BANCADA EVANGÉLICA: GOLPES E AS REFORMAS TEMERÁRIAS

Na bancada evangélica estão agrupados aqueles que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votação de temas específicos. A bancada evangélica ainda atua de maneira organizada na câmara e no senado, sendo registrada, desde 2003, como Frente Parlamentar Evangélica. Na atual composição do bloco no poder, conta com um total de 78 representantes (num total de 513) na câmara dos deputados eleitos em 2014, representando um total de 8.218.093

eleitores¹⁵. Assim, entendemos que os posicionamentos desses parlamentares nas reformas *temerárias* dão indícios de como buscam criar um consenso nos trabalhadores que eles representam, sobretudo, em virtude de muitos destes parlamentares eleitos ocuparem também uma posição de liderança em suas instituições religiosas.

Convém ainda destacar que eles não representam um bloco que pensa e age de maneira única, uma vez que, em razão de serem vinculados a diferentes igrejas formam um universo plural e cheio de tensões, todavia, possuem um consenso quando dizem respeito às pautas relativas aos costumes e à moral, uma vez que, embora sejam representantes de diferentes agrupações religiosas, e que possam ter interesses materiais diferentes, os grupos neopentecostais e evangélicos, orientam-se politicamente e ideologicamente baseados em premissas bíblicas.

Portanto, a aproximação que fazemos da crise do *lulo-petismo* e a ascensão neopentecostal, diz respeito à maneira como esses últimos se colocaram durante o curso do golpe parlamentar e, também, como se colocaram ao lado das *reformas temerárias*.

Os neopentecostais que compõem a “Bancada Evangélica”, durante o processo que depôs a presidenta Dilma Rousseff, votaram de maneira massiva em prol da ruptura, 93% votaram favoráveis ao golpe. Apenas seis parlamentares votaram contra, sendo ainda três deles, membros do Partido dos Trabalhadores. Com relação às reformas *temerárias* iniciadas pela PEC 241 (E.C. nº 55 de 2016), a bancada evangélica votou em peso em prol do projeto apresentado por Temer. Dos 78 parlamentares, apenas nove votaram contrários à proposta do presidencial, sendo uma delas, Clarissa Garotinho do PP-RJ, expulsa do partido após ela ter votado contrário. No que tange a reforma trabalhista, aprovada também pelo pleno da câmara dos deputados, a adesão da bancada evangélica, não foi consensual, sendo 25 parlamentares contrários à reforma e 53 favoráveis. Por fim, com relação ao projeto que torna irrestrita a terceirização, foi a votação mais dividida, porém, 36 foram favoráveis ao passo que 43 foram contrários, porém, estes 36 votos foram decisivos para que o projeto fosse aprovado, uma vez que o placar final foi 231 favoráveis x 188 contrários, caso não fossem os 36 votos, seria 195 (favoráveis) x 224 (contrários).

¹⁵ Este é o resultado somado dos votos para os parlamentares da bancada evangélica. Os dados por nós utilizados foram produzidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014).

Há ainda um aspecto importante que cabe salientar que foi a votação que decidiu pela não cassação do presidente Michel Temer, nessa votação a bancada evangélica votou em maioria pelo arquivamento da denúncia, sendo seis contrários ao arquivamento e o restante favorável. Com isso, nota-se que a bancada evangélica possui uma forte ligação com as reformas *temerárias* pós-deposição de Dilma.

Portanto, a bancada evangélica, ainda que não possua uma dimensão hegemônica no bloco no poder, ocupa um papel importante como uma fração de apoio, isto porque, por ser uma das maiores bancadas no poder legislativo, seu apoio às reformas *temerárias* são cruciais para sejam aprovadas.

Se as reformas *temerárias* são extremamente impopulares, os pregadores e legisladores neopentecostais buscam assumir uma posição de dupla autoridade moral, por um lado, como legisladores e por outro como líderes morais. Nesse sentido, contribuem para a criação de leis que visam regular o cotidiano das pessoas baseando-se em uma prescrição ética destes grupos, querendo universalizar seus valores particulares. Se, por um lado, defendem as reformas que endurecem a vida cotidiana dos trabalhadores, se consideram messiânicos por serem apoiados por suposta “revelação divina”, a “missão” de legislar a ordem, instaurar a harmonia e reprimir o caos, adotando como estratégias ideológicas a negação das divisões e das polarizações sociais (DANTAS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE!

Levando em consideração o Estado como um campo relacional, que condensa e materializa a luta de classes, na busca de construir uma coesão, concluímos levando em consideração outra hipótese¹⁶: o PT já não seria mais necessário ao Bloco no Poder. A questão da conjuntura econômica leva às frações burguesas a adotarem medidas antipopulares e fazendo os trabalhadores pagarem pela crise a custas de seus postos de trabalhos. Evidentemente isso gera revoltas e mobilizações das classes trabalhadoras. Porém, conforme apresentado nas grandes mídias, a culpa da crise econômica parecia recair toda sobre o governo presidencial de

¹⁶ Aqui não teremos o espaço necessário para buscar a comprovação desta.

Dilma Rousseff, e que com um pretenso impeachment/golpe as coisas poder-se-iam resolver.

É justamente nesse sentido, que entendemos que a bancada evangélica, pode ser uma fração importante, isto porque, por ter um grande peso no legislativo, como já demonstramos anteriormente, ela possui uma capacidade de criar um consenso, do ponto de vista ideológico-moral, nos trabalhadores que não se sentem representados por partidos políticos, mas por seus líderes religiosos, justificando a necessidade de aprovar as reformas e, mais do que isso, que os esforços necessários para “retirar o país da crise” será recompensado por uma benesse divina.

Em certa medida o pensamento de Weber, em nosso entendimento, nos ajuda a compreender isso que estamos chamando ao longo deste texto, de tentativa de construção de um consenso, justamente porque, segundo o sociólogo, a religião atente psicologicamente a uma necessidade muito geral e, desejam ser convencidos de que merecem todos os ganhos e mais, e os menos afortunados estão recebendo o que merece (WEBER, [197?]), uma vez que a religião busca suprir aquilo que o mundo profano não dá.

Segundo Pierucci e Prandi (1996), é no momento de crise existencial que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera sentido. Ou seja, quando frações da classe trabalhadora se veem diante da crise e não consegue vislumbrar uma possibilidade de ascensão social a partir da própria materialidade de seu trabalho, esperam uma intervenção divina, que, sendo a política levada a cabo pela sua premissa religiosa, Deus supostamente intercederia em prol destes sujeitos trabalhadores, operando assim o milagre do ganho material (MACEDO, 2008).

Com isso, podemos entender que os deputados evangélicos cumprem a função da ordem e da moral, salvaguardando proposições, controlando condutas e exigindo obediência, mais ainda, sob essa perspectiva, não existe moralidade sem lei, disciplina e submissão (DANTAS, 2011).

Assim sendo, em razão desse prisma ideológico, bem como pelo crescimento destes setores em números absolutos da população, para as frações burguesas este é um discurso ideológico de extrema importância, e que tem alcance sobre a classe trabalhadora desorganizada que se vê

representada pelos pastores de suas igrejas e não em um partido de trabalhadores.

Ainda movimentado por uma ascese e uma ética protestante, tal como demonstrada por Weber (1982), a conjuntura de crise econômica, segundo os defensores do impeachment e a nova composição do governo, seria resolvida não pensando em crise, mas trabalhando. Em diversas cidades via-se logo após a admissibilidade do processo de *impeachment* e afastamento de Dilma, *outdoors* com a frase: “Não pense em crise, trabalhe!” (sic), com o logo do novo governo.

Portanto, o PT já poderia ser uma carta fora do baralho, pensando nos interesses das frações burguesas que em aceitaram em 2002 a condução do Estado por um partido que se colocava como defensor dos interesses das classes trabalhadoras, ainda que na prática, não se deu desta maneira, mas que agora, já não seria mais necessário, pois havia outros setores que poderiam costurar esse apoio das frações trabalhadoras, convertendo-os, não em atores políticos que contestam, mas que obedecem as ordens morais de seus representantes, que, se associam às frações burguesas hegemônicas, na busca de apoio material para levar a cabo suas reformas moralizantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *PEC 55 (ex-241):* contraproducente, injusta e antidemocrática. Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, 08 nov. 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/0cd761bb-8629-4e77-848e-2975d2f14072>. Acesso em: 11 fev. 2018.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. *Terceirização e terceirizados:* um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <http://200.145.6.238/handle/11449/123213>. Acesso em: 11 fev. 2016.

DANTAS, Bruna Surugay do Amaral. *Religião e Política:* ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do Novo Congresso:* Legislatura 2015-2019. Brasília: DIAP, 2014.

- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França: de 1848 – 1850*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, política e sociedade*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PSDB. *Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014*. Disponível em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404680555000280000000085>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *A quem interessa essa “reforma” trabalhista?* 1 maio 2017. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NEOLIBERALISMO E POLÍTICA DE SAÚDE NA CIDADE DE MARÍLIA-SP DE 2005 A 2016

Ana Carolina do Carmo Pereira

INTRODUÇÃO

Este ano, a ‘Constituição Cidadã’, como ficou amplamente conhecida, completará 30 anos. Promulgada em 5 de outubro de 1988 ela representou no Brasil o ponto nodal de uma conjuntura muito específica, no qual condensaram-se uma série de reivindicações populares – e também do setor privado – e expressou-se toda a correlação de forças de um Brasil recém ‘redemocratizado’. Nela foi contemplado o rol de direitos sociais¹, dentre eles, o da saúde, que, a partir de então, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), passou a figurar como direito universal.

Tais direitos, ao longo desses 30 anos, sofreram uma série de ataques – a despeito da sempre alerta defesa dos movimentos sociais – sobretudo nos últimos anos, os que sucederam ao golpe de 2016 que resultou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, a atual conjuntura

¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

nos impõe o dever político e teórico de trazer ao debate o ataque do capital aos direitos sociais no Brasil. A Emenda Constitucional nº 95, promulgada pelo governo golpista, que institui um novo regime fiscal e impõe um limite de gastos aos governos por 20 anos é a expressão máxima desses ataques que rompem definitivamente com o pacto estabelecido em 1988.

Diante deste quadro, o presente trabalho tem como objeto a política de saúde na cidade de Marília à luz das políticas neoliberais adotadas pelos governos brasileiros a partir dos anos 1990, tendo em vista que, apesar da criação do SUS pela Constituição Federal, os usuários ainda encontram enormes dificuldades para acessar os serviços públicos de saúde.

O que buscamos aqui evidenciar, é que o problema do SUS não pode ser reduzido a falhas de gestão – ainda que tais falhas existam em todas as suas instâncias. Sendo assim, buscamos demonstrar que a questão é estrutural e reside na própria condição de existência do Estado de tipo burguês e, neste caso, em sua forma neoliberal. O SUS, enquanto princípio e sistema, foi projetado e reivindicado em um contexto de luta contra a ditadura militar no Brasil, e foi institucionalizado já com o processo de ‘redemocratização’ concluído. Este contexto foi determinado por uma correlação de forças que, de certa forma, retardou o processo de radicalização da política neoliberal em relação aos demais países da América Latina, o que não impediu a deterioração em larga escala das políticas sociais, em especial dos serviços de saúde, através de dois mecanismos fundamentais: corte de gastos e adoção de políticas estratégicas que viabilizassem a adoção de princípios neoliberais.

Para tal tarefa, é preciso compreender as condições de existência do Estado burguês em geral para, em seguida, compreender a particularidade do Estado burguês neoliberal.

O ESTADO BURGUEÊS E SUA CRÍTICA

O Estado enquanto poder político centralizado não é elemento exclusivo do modo de produção capitalista², já que pode ser verificado em modos de produção anteriores. No entanto, o Estado capitalista, ou

² O conceito de modo de produção aqui utilizado é a conceito de ‘todo estruturado’ da matriz althusseriana, definida por Décio Saes como “o modelo geral de funcionamento das sociedades humanas: uma articulação de múltiplas estruturas correspondentes a diferentes níveis da atividade social total”. (SAES, 1998).

melhor, o Estado burguês possui uma especificidade que reside em um aspecto essencial: *esse poder político centralizado é representado com uma figura impessoal e neutra*: “simplificando, pode-se dizer que a dominação política em sociedades industriais capitalistas é o método da dominação de classes *que não se revela como tal*” (OFFE, 1984, p. 162, grifos do autor).

Nas formações sociais pré-capitalistas, as relações sociais de produção concentravam em si não somente relações econômicas, mas também relações políticas, sendo assim, não havia a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. As condições para a separação das esferas pública e privada somente ocorreram com o advento do modo de produção capitalista. É nesse momento em que o poder político se exterioriza e se autonomiza em relação às classes dominantes, tornando-se público e constituindo-se como poder coletivo e, portanto, representante do interesse geral.

A forma do Estado, como forma de um poder político ‘retirado’ da sociedade e precisamente em função de sua apresentação como uma ‘exterioridade’, aparece socialmente como corporificação – sem corpo – do interesse coletivo, interesse este que não encontra e não pode encontrar abrigo na sociedade civil. (KASHIURA JÚNIOR, 2009, p. 95).

O que fundamenta a existência desse novo poder político, que é público, alheio aos interesses econômicos e a qualquer interesse individual, autônomo e representante da coletividade a que chamamos Estado burguês? Vejamos.

A economia capitalista – assim como o Estado burguês – também possui uma especificidade, que é a *universalização da troca de mercadorias enquanto relação econômica fundamental*, universalização essa que, ao ocorrer, resultou na produção capitalista. Dessa forma, podemos afirmar que a economia capitalista possui duas esferas: a esfera da circulação, onde se deu a generalização da troca de mercadorias e a esfera da produção, onde se organiza o processo de trabalho para a produção dessas mercadorias (NAVES, 2000).

Ora, a livre circulação de mercadorias engendra uma sociedade de indivíduos atomizados que, enquanto possuidores de mercadorias, possam

confrontar-se entre si de forma livre e igualitária. Isso porque a troca de mercadorias – que ocorre na esfera privada – não pode ocorrer com a imposição de força por parte de nenhum indivíduo, assim, é necessário que na relação econômica nenhum indivíduo exerça poder formal sobre o outro. Esses indivíduos são os *sujeitos de direito*, categoria que condensa em si as especificidades do direito burguês. O sujeito de direito é um portador abstrato de direitos, assim como a mercadoria é portadora abstrata de valor – o que não se encontra em formações sociais pré-capitalistas.

Em resumo, a troca de mercadorias se caracteriza pelo encontro entre dois sujeitos de direito possuidores que, de forma voluntária, se relacionam entre si. Aqui se estabelece um contrato ou, melhor dizendo, uma relação jurídica. Em uma relação jurídica não há diferença formal entre os sujeitos, pois, na condição de proprietários, eles são iguais. Ainda que esse indivíduo não possua nada, ele possui a si mesmo, possui seu próprio corpo, e é seu corpo enquanto potencial força de trabalho (física e intelectual) que é colocado no mercado para a troca. Esse indivíduo é portador de uma mercadoria – o que o difere de um escravo que é submisso ao poder de seu senhor –, o que o torna um sujeito de direito, sujeito que voluntariamente troca sua força de trabalho por uma quantidade equivalente de dinheiro.

Depois de ter caído numa dependência de escravidão diante das relações econômicas que nascem atrás de si sob a forma da lei do valor, o sujeito econômico recebe, por assim dizer, como compensação, porém agora enquanto sujeito jurídico, um presente singular: uma vontade juridicamente presumida que o torna absolutamente livre e igual entre os outros proprietários de mercadoria. (PASHUKANIS, 1988, p. 72).

No entanto, essa relação jurídica entre dois sujeitos de vontade – quando se trata do capitalista e do trabalhador – se converte, através do contrato, em uma relação de submissão do trabalhador à vontade do capitalista. A relação entre esses sujeitos jurídicos – vendedor da força de trabalho e comprador/capitalista – oculta as diferenças concretas que existem entre eles. Esse fenômeno – abstração das condições materiais dos indivíduos – é claramente ideológico, no entanto, seu caráter ideológico não exclui seu caráter material. Disso decorre

[...] a dupla importância da ideologia jurídica: assegurar a propriedade jurídica dos meios de produção aos capitalistas, o que lhes confere o direito de apropriação do produto do trabalho porque compraram o direito de uso da força de trabalho, e, ao mesmo tempo, reiterar a igualdade jurídica como horizonte das relações sociais, o que circunscreve toda controvérsia sobre justiça a problemas de distribuição. (PINHEIRO, 2009, p. 7).

Já que nenhum sujeito de direito pode exercer poder sobre o outro na troca de mercadorias, o poder político é expulso das relações econômicas e se estabelece do lado de fora delas, na esfera pública, na forma do Estado burguês. O Estado deve agir na proteção das relações econômicas capitalistas, resguardando a formal igualdade e a liberdade dos sujeitos de direito.

Soluciona-se, portanto, a questão posta: a existência do Estado burguês está fundamentada no direito burguês que, por sua vez, está fundamentado na categoria sujeito de direito. A relação entre a estrutura econômica e a estrutura jurídico-política foi assim definida por Saes: é a estrutura jurídico-política do Estado burguês que possibilita a reprodução das relações de produção capitalistas.

A caracterização da estrutura jurídico-política [do Estado burguês] [...] nos permite determinar a natureza de sua correspondência com as relações de produção capitalistas: é o Estado burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. (SAES, 1998, p. 49-50).

Sob este prisma, a suposta dicotomia *Estado interventor vs. Estado não-interventor* não pode se sustentar (BRUNHOFF, 1985). O que cabe definir, portanto, é qual o caráter dessa intervenção, ou melhor, da ação econômica do Estado, tendo em vista a conjuntura política em análise.

O NEOLIBERALISMO ENQUANTO POLÍTICA E IDEOLOGIA

Adotando como ponto de partida as análises desenvolvidas por Boito Jr. em sua obra *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (1999), é preciso distinguir *ideologia* neoliberal de *política* neoliberal.

Pode-se dizer que a ideologia neoliberal começou a ser concebida por intelectuais europeus e estadunidenses ainda na primeira metade do século 20, quando o neoliberalismo estava longe de conquistar hegemonia mundial, no entanto, não é possível dizer que o neoliberalismo se constitui enquanto um corpo teórico sistematizado. Tal ideologia se constitui basicamente no liberalismo econômico clássico, consolidado na origem do capitalismo: exaltação do mercado e da livre concorrência, além da rejeição a qualquer intervenção estatal na economia. Isso significa, portanto, que o monopólio do Estado enquanto fornecedor de produtos e serviços seria danoso, já que a ideologia neoliberal não admite monopólios.

Nossa liberdade de escolha, no regime de concorrência, repousa na possibilidade de podermos procurar outra pessoa para satisfazer os nossos desejos, caso alguém se recuse a fazê-lo. Quando nos deparamos com um monopolista, porém, ficamos à sua mercê. E a autoridade que dirigisse todo o sistema econômico seria o mais poderoso monopolista que se possa conceber. Embora provavelmente não tenhamos de recear que tal autoridade explorasse esse poder como o faria um monopolista que não fosse o estado; embora se possa presumir que o seu objetivo não seria a extorsão do lucro financeiro máximo, ela teria poder absoluto para decidir o que caberia a cada um, e em que termos. (HAYEK³, 1984, p. 105).

No entanto, o que veremos é que a prática política do neoliberalismo não corresponde diretamente à sua ideologia, já que a defesa do livre mercado só vai até o ponto em que ela colide com os interesses do imperialismo e do grande capital monopolista. Assim, os governos neoliberais selecionarão os setores nos quais os princípios da ideologia neoliberal serão aplicados.

³ Friedrich August von Hayek (1889-1992) foi um economista e filósofo austríaco, conhecido por ser um dos maiores defensores do liberalismo clássico e por sua associação à Escola Austríaca de pensamento econômico.

Em algumas áreas, como, por exemplo, na esfera da produção de bens e no âmbito do mercado da força de trabalho, poderemos falar, em consonância com o que afirmam os neoliberais, que ocorre, no geral, um recuo do papel do Estado. Em outras áreas, como na administração do câmbio, da dívida externa e dos juros, pode-se constatar [...] que os governos neoliberais promoveram uma intervenção de novo tipo na economia. (BOITO JR., 1999, p. 28-29).

Além do capital imperialista, todas as frações da burguesia brasileira se beneficiam da política neoliberal, contudo não escapam a essa constatação algumas clivagens. Boito Jr. desenvolve uma metáfora para facilitar a localização dos interesses das frações da burguesia dentro do conjunto das políticas neoliberais:

Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais; b) o círculo intermediário representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura representando a abertura comercial e a desregulamentação financeira. Os interesses dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses [...] não são contemplados pelo neoliberalismo. Todos os três círculos abarcam interesses imperialistas e burgueses, e cada um deles abarca, sucessivamente do círculo maior ao menor, interesses de fração cada vez mais restritos. (BOITO JR., 1999, p. 51).

O terceiro círculo, o mais restrito, corresponde tão somente aos interesses do capital imperialista e do setor bancário do capital monopolista – que também se beneficia das políticas dos demais círculos. Dessa forma, o setor bancário do capital monopolista se constitui como núcleo da fração compradora da burguesia brasileira⁴.

⁴ Boito Jr. (1999) define a burguesia compradora como uma espécie de prolongamento, no interior do país periférico, dos interesses imperialistas. A burguesia nacional, ao contrário, como não tem seus interesses plenamente favorecidos pelo capital imperialista, é a fração que pode se converter em uma força social integrante de uma frente anti-imperialista. Poulantzas (1977) acrescenta a essas a burguesia interna, que é uma fração que ocupa uma posição intermediária em relação à burguesia compradora e a burguesia nacional e mantém, portanto, uma relação de unidade básica com o capital imperialista, sem, por isso, deixar de atritar-se, no plano tático, com esse capital.

O IMPACTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS DE SAÚDE

A questão que se coloca é a seguinte: quais os impactos da política neoliberal para a população trabalhadora? A política neoliberal possui, em relação às camadas populares, dois aspectos essenciais: a redução dos salários e das políticas sociais. Dedicaremos esforços à análise do segundo.

No setor da saúde, consolidou-se ao longo dos anos 1960 e 70 o modelo médico-assistencial privatista, que consistia na oferta de serviços de saúde através da Previdência Social, que realizava a compra desses serviços da iniciativa privada. Formou-se assim um sistema privado de saúde, altamente tecnológico e com um mercado cativo: os contribuintes da Previdência. Esse processo de privatização atinge seu auge no final dos anos 70, período em que entra em crise (ELIAS, 1997).

É importante lembrar que a partir dos anos 60 já aparecem os primeiros sinais de crise dos Estados de Bem-Estar Social nos países centrais, e, em decorrência, se inicia um movimento de questionamento acerca dos direitos sociais adquiridos no período do pós-guerra, o que também causou uma série de consequências nos países periféricos. Enquanto isso, no Brasil, ao mesmo tempo em que se consolida o modelo médico-assistencial privatista, surge o Movimento Sanitário⁵ que reivindica um sistema de saúde público e universal⁶. O Movimento Sanitário – ou Movimento pela Reforma Sanitária – estava articulado com a luta contra a ditadura militar e em favor da democratização da política e suas diversas instâncias. Pode-se dizer que o Movimento foi vitorioso, pois a proposta da Reforma Sanitária foi formalmente apresentada para o Congresso Constituinte de 1987-1988 e, apesar da pressão contrária do setor privado, foi aceita e inclusa no projeto da Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 6º, integrou a saúde ao rol de direitos sociais⁷. Em seguida, as Leis nº 8.080/90 e 8.142/90⁸ criaram os dispositivos que regulamentaram o funcionamento e o financiamento do SUS.

⁵ O Movimento Sanitário era composto principalmente por estudantes, professores universitários, movimentos sociais urbanos, partidos à esquerda e categorias de profissionais da saúde (PAIM, 2007).

⁶ O Movimento Sanitário originou-se a partir da articulação de Movimentos de Saúde locais existentes ainda antes do contexto da ditadura militar.

⁷ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

⁸ Essas leis, em conjunto, formam a LOS – Lei Orgânica da Saúde.

É, portanto, nessa conjuntura de ‘redemocratização’ com o protagonismo dos movimentos sociais que se deu a implantação da política neoliberal no Brasil, o que, por um lado, pode ter retardado o processo de radicalização do neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, teve o efeito de influir negativamente na definição do quadro de financiamento do serviço de saúde a partir da regulamentação da constituição de 88. Isso porque, como já foi dito, os governos neoliberais adotam uma política de ‘diminuição’ do Estado em relação às políticas sociais, já que a prioridade econômica passa a ser as políticas de estabilização monetária, o que favorece o capital financeiro e o imperialismo⁹.

O gasto líquido com ações e serviços de saúde – excluindo os valores da dívida e de inativos e pensionistas – realizado pelo Ministério da Saúde, em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1995 a 2007, manteve-se praticamente estabilizado. Registre-se: 1,73% em 1995 e 1,75% em 2007. [...]. Em 1995, foram gastos cerca de 7,5% com juros da dívida e somente 1,73% com ações e serviços de saúde. Passada uma década, essa discrepância se mantém: 6,9% e 1,75% respectivamente. (MENDES; MARQUES, 2008, p. 6).

Para viabilizar o projeto neoliberal em relação às políticas sociais, os governos passaram a adotar políticas estratégicas que, de forma direta ou indireta se traduziram em corte de gastos, são elas: a *descentralização*, a *desconcentração* e a *focalização* (DRAIBE, 1994).

A *descentralização* é definida como a aproximação da gestão dos recursos da população-alvo, assim, as necessidades dessa população poderiam ser melhor percebidas por essa gestão, que direcionaria os recursos aos produtos e serviços com mais demanda – o que aumentaria a eficiência na aplicação desses recursos. A justificativa para a descentralização em geral se dá pelo mote da “democratização” e do “controle popular”, no entanto, no caso do setor da saúde, por exemplo, os usuários não tem participação nas instâncias decisórias, já que, embora a legislação estabeleça que os Conselhos Municipais e Estaduais sejam deliberativos¹⁰ – o que expressa

⁹ A estabilização monetária tem como objetivo atender os interesses do capital financeiro, e apenas secundariamente beneficia a população em geral, ainda que a propaganda de medida inverta a ordem de importância.

¹⁰ Lei nº 8.142, Art. 1º, § 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na

a forte reivindicação popular do período em que foram promulgadas –, na prática os usuários não possuem os instrumentos de gestão necessários a aplicação de políticas¹¹. Já a *desconcentração* é concebida como a transferência da produção de serviços à iniciativa privada, seja ela lucrativa ou não lucrativa (associações beneficentes, grupos filantrópicos, fundações, etc.), ou seja, significa privatizar os serviços – mantendo a lógica privatista do sistema de saúde anterior ao SUS. Por fim, a *focalização* se configura no direcionamento dos recursos às camadas mais baixas da população, financiando aqueles serviços mais urgentes. A focalização atribui ao Estado a função de fornecer somente os serviços básicos e imediatos e no caso do setor da saúde, por exemplo, se manifesta através da supervalorização da Atenção Básica, que é o atendimento realizado pelo município através das unidades de saúde. Assim, os atendimentos de média e alta complexidade, que demandam uma tecnologia mais densa e serviços mais caros, ficam sob a responsabilidade da iniciativa privada.

Dessa forma, o que se verifica é que o consenso estabelecido no Estado de Bem-Estar social – de que o Estado deve garantir universalmente todos os serviços dos quais os cidadãos necessitem – é rompido pela doutrina neoliberal.

A questão que se coloca é a seguinte: diante desse quadro, qual o impacto a nível local, que, segundo as próprias diretrizes do SUS, deveria figurar como a porta de entrada do sistema? Vejamos a seguir.

Marília é um município do interior do estado de São Paulo, situado na região centro-oeste, e possui cerca de 250 mil habitantes. O mais importante para essa pesquisa é que Marília é considerada referência estadual em saúde, ou seja, teoricamente, além de atender os pacientes residentes no próprio município, recebe também pacientes de cerca de 60 municípios menores da região¹² que não possuem atendimentos mais complexos em sua cidade.

formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

¹¹ A descentralização e o controle popular foram reivindicações do Movimento Sanitarista ainda antes da promulgação da Constituição de 88, quando o SUS ainda era um projeto. O que sucedeu foi que a política neoliberal incorporou esse vocabulário e o ressignificou de acordo com os interesses dos governos e dos prestadores de serviços.

¹² Marília é referência do IX DRS – Departamento Regional de Saúde do Estado de SP, composto por 62 municípios da região, que funciona sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde.

Em pesquisa anterior de iniciação científica sobre os atendimentos do SUS no município de Marília¹³, chegamos a algumas constatações preliminares que serão apresentadas a seguir.

Desde 2013 funciona no município a Ouvidoria Geral¹⁴, cuja atribuição consiste em registrar reclamações, denúncias, solicitações de serviços e informações, sugestões e elogios que estejam relacionados aos serviços que são de responsabilidade do executivo municipal. Em 2015 foi criada a Ouvidoria SUS¹⁵ no município de Marília, exclusiva para demandas relacionadas ao SUS, com a finalidade de implantar o *Sistema OuvidorSUS* do Ministério da Saúde, que passou a funcionar em 22 de agosto de 2016¹⁶. O princípio que fundamenta a instituição da Ouvidoria é aquele da democratização e do controle popular na gestão dos serviços de saúde, ou seja, o sistema de ouvidorias funciona sob o princípio da descentralização.

A descentralização também é o princípio de funcionamento da Atenção Básica. Neste nível, o problema mais significativo – e não o único – é a falta de médicos: em geral, a quantidade de médicos nas unidades de saúde (UBS e USF) é insuficiente para atender a totalidade dos usuários em uma frequência adequada. Tal problema pode ser causado pela contradição entre a expectativa dos estudantes de medicina, seu perfil elitizado, e a lógica mercantilista da atual formação dos profissionais da medicina e as condições gerais de trabalho na saúde pública, no entanto, é preciso aprofundar a investigação para comprovar tal hipótese.

Já ao nível de Atenção de Média e Alta Complexidade, o problema essencial é a escassez de vagas para os atendimentos com especialistas e, em seguida, no encaminhamento para os procedimentos (cirurgias e exames especializados, por exemplo). Esses atendimentos são realizados em geral pela Santa Casa de Misericórdia, pela Associação Beneficente Hospital Universitário (ABHU – UNIMAR) e pelos hospitais públicos do Complexo FAMEMA. Aqui reside uma questão. Como Marília é referência de sua

¹³ A referida pesquisa teve como objeto o período de 2009 a 2015 e foi realizada durante os anos 2014 e 2015.

¹⁴ Lei Complementar Municipal nº 678 de 28 de junho de 2013.

¹⁵ Lei Complementar Municipal nº 737 de 11 de novembro de 2015.

¹⁶ O Pacto pela Saúde (2006) apontou a importância da participação e do controle da comunidade nos serviços de saúde e, assim, indicou a necessidade da implementação de ouvidorias nos estados e municípios. O *Departamento de Ouvidoria Geral do SUS* (Doges – SUS) foi regulamentado pelo Decreto nº 5.974 de 29/10/2006.

DRS, as vagas dos hospitais do Complexo FAMEMA são distribuídas por todos os 62 municípios da região, o que torna a quantidade de vagas – que já é reduzida – muito irrisória frente à demanda do município e da região. Dessa forma, a maioria dos atendimentos fica sob a responsabilidade dos dois hospitais privados, que prestam serviços através de convênios com o Executivo municipal – e que também não atendem à totalidade dos usuários dentro de um período de tempo apropriado às necessidades de saúde. Assim institui-se o princípio da desconcentração, baseado na lógica privatista. Para se ter uma ideia, em 2011 60,06% do orçamento municipal de saúde foi direcionado para pagamento de prestadores de serviços, em 2012, 54,26% e em 2013, 54,34%¹⁷.

Baseados nessas – e em outras – observações, entendemos que o aprofundamento das investigações sobre o município de Marília pode nos fornecer os elementos necessários para analisar os efeitos práticos da política neoliberal sobre as políticas sociais de saúde.

Com base no que foi desenvolvido até este ponto, a hipótese aqui apresentada é a de que as dificuldades dos usuários do SUS para acessar os serviços de saúde em Marília residem em três processos distintos e complementares de seletividade (OFFE, 1984): o estrutural, relativo ao tipo capitalista de Estado; o ideológico, concernente à ideologia neoliberal; e o operacional, que consiste na operacionalização da política de saúde conforme as diretrizes da ideologia neoliberal nas condições particulares do município de Marília.

A dominação política como dominação de classe caracteriza-se, portanto, por funções de formação de vontade, de seleção e de integração, estruturadas de tal forma que permitem ao Estado, graças à sua forma de organização burocrática, sua neutralidade formal e seu acervo de informações, articular um interesse de classe, por assim dizer como representante da classe capitalista. (OFFE, 1984, p. 149).

Assim, almejamos evidenciar que, embora esse Estado ocasionalmente responda positivamente às demandas populares – como foi o caso da criação do SUS, por exemplo – ele próprio, por efeito das lutas

¹⁷ Informações constantes dos Relatórios Anuais de Gestão do município de Marília.

políticas em seu interior, cria mecanismos institucionais através do manejo de instrumentos jurídicos e políticos para limitar a garantia desses direitos.

Para que seja possível comprovar nossa hipótese, tomaremos como base os fundamentos da Teoria de Estado de Nicos Poulantzas (1977), com ênfase em dois principais aspectos teóricos: na *autonomia relativa das estruturas do modo de produção capitalista* e também no seu desenvolvimento acerca da *função do Estado*. Além disso, também realizaremos a revisão de obras de intérpretes que nos prestarão apoio durante essa etapa.

Ademais, realizaremos um levantamento bibliográfico de obras que contribuam com a investigação do processo histórico que levou à consolidação do SUS no Brasil e seus desdobramentos, com o propósito de traçar um panorama geral desse Sistema. Nesta etapa também analisaremos a doutrina e a legislação pertinentes ao tema, levando em consideração as três esferas: municipal – referente ao município de Marília –, estadual e federal. Por fim, pretendemos realizar entrevista com ao menos um profissional ou pesquisador de saúde pública.

Já no sentido de explicitar os efeitos da política neoliberal no município de Marília, realizaremos uma pesquisa empírica que consistirá em um levantamento de dados oficiais sobre alocação orçamentária e sobre modelos administrativos (licitação, tomada de preços, terceirização, execução direta de serviços) de gasto da verba orçada, cotejando-os com dados sobre atendimentos em saúde no município e sobre os indicadores de saúde no município, além de notícias de veículos de comunicação locais. Pretendemos ainda realizar entrevistas também com os principais gestores da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento Regional de Saúde o qual Marília integra, além de membros do Conselho Municipal de Saúde no intuito de acrescentar informações aos dados primários.

REFERÊNCIAS

- BOITO JR., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *Estado e Capital: uma análise da Política Econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma e contra-reforma na proteção à saúde. *Lua Nova*, São Paulo, n. 40/41, p.193-215, 1997.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

KASHIURA JÚNIOR, Celso Naoto. *Crítica da Igualdade Jurídica*: contribuição ao pensamento jurídico marxista. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MENDES, Áquila; MARQUES, Rosa Maria. O financiamento do SUS sob os ‘ventos’ da financeirização. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 14, p. 841-850, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito*: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2000.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma Sanitária Brasileira*: contribuição para compreensão e crítica. 2007. 300 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.

PASHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PINHEIRO, Jair. Direito e Política: uma relação mal-resolvida. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22, p. 111-121, 2009.

POULANTZAS, Nico. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. *Estado e Democracia*: Ensaios Teóricos. Campinas: UNICAMP, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. *SUS Passo a passo*: história, regulamentação, financiamento, políticas nacionais. São Paulo: Hucitec, 2007.

BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Revista Ideias*, Campinas, ano 9, n.1, p. 13-48, 2002.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado, crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Estado e economia em tempo de crise – política industrial e transição política no Brasil pós-64*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997. (Coleção Trajetória, n. 3).

FRIEDMAN, Milton. *Livre para Escolher*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

- GOMES, Luiz Marcos. *Sociedade dos socialistas vivos: ensaios contra o neoliberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 3.
- HOCHMAN, Gilberto *et. al* (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.
- MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. v. 3.
- PEREIRA, Ana Carolina do Carmo. *A saúde pública enquanto direito social: a situação da cidade de Marília-SP de 2009 a 2015 em relação aos atendimentos do SUS*. 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. 1982. 331f. Tese (Livre-docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1982.
- SANTOS, Nelson Rodrigues dos. A Reforma Sanitária e o SUS: tendências e desafios após 20 anos. *Rev. Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, n. 81, v. 33, 2009.
- UGÁ, Maria Alicia Domínguez; SANTOS, Isabela Soares. Uma análise da progressividade do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1597-1609, 2006.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O DISCURSO DIRIGIDO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO CAMPO DA IDEOLOGIA JURÍDICA

Simone da Conceição Silva

Neste texto, examino de forma breve, por meio de uma perspectiva sociológica, o discurso, no campo da ideologia jurídica, dirigido ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto/MTST e à base social deste movimento. O exame deste discurso é realizado a partir de “peças” jurídicas, nas quais o Movimento é uma das “partes” em processos litigiosos que envolvem o direito social à moradia e à função social da propriedade¹. O objetivo do texto é realizar uma reflexão sobre como o discurso dirigido a este movimento está relacionado a produção de sua criminalização. Ressalto que os trechos aqui selecionados para análise,

¹ Por “peças” jurídicas, me refiro aos documentos que compõem as decisões jurídicas e àqueles que visam encaminhar uma “questão” para que seja resolvida por uma decisão judicial como, por exemplo, uma Ação Civil Pública, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma Ação Popular. A este respeito, Bernard Edelman (1976, p.17) observa, em uma nota, que a “Doutrina”, em direito: “designa um *corpus* original, constituído simultaneamente pelos comentários das leis e decisões jurídicas (anotações a sentenças) e por obras ‘teóricas’ acerca do direito. Pode-se dizer que se trata do lugar privilegiado da ideologia jurídica onde se estrutura o seu discurso ideológico e onde se elabora a defesa e a ilustração do direito”.

visam demonstrar a organização social de um discurso que se faz dominante no campo da ideologia jurídica em relação a ação do MTST. Portanto, não se trata de apontar a intencionalidade de operadores de direito, tomados isoladamente, mas tão somente examinar a relação entre o tratamento que vem sendo destinado a este movimento popular e as consequências para o próprio campo dos direitos que este movimento reivindica².

Uma diferenciação importante é que, independentemente do conteúdo demandado pelas “partes”, o campo litigioso é uma relação jurídica cuja forma é dada pela categoria sujeito de direito, a qual reveste a figura do indivíduo livre e igual, como condição de existência dessa relação. A este respeito, Pachukanis (2017, p.116) observa o seguinte: “[...] basta apenas imaginar o desaparecimento de um dos lados, ou seja, do sujeito como portador de um interesse isolado autônomo, e a própria relação [jurídica] igualmente desaparece”.

O litígio, portanto, é:

o choque de interesses, que traz à vida a forma jurídica [...]. No litígio, ou seja, no processo, os sujeitos econômicos surgem como partes, ou seja, como participantes da superestrutura jurídica. [...]. Por meio do processo judicial, o jurídico abstrai-se do econômico e surge como elemento autônomo. (PACHUKANIS, 2017, p. 120).

Esse processo de abstração, que aparece na relação jurídica como resultado lógico, é resultado de uma abstração historicamente determinada pelas transformações nas relações sociais de produção no modo de produção capitalista, quando todos os agentes da produção são instaurados e qualificados como sujeitos de direito, indivíduos livres e iguais e portadores de atos de vontade, portanto, como indivíduos livre-cambistas possuidores de mercadorias, inclusive o trabalhador, como portador da única mercadoria que lhe pertence, sua força de trabalho.

Portanto, no processo litigioso, o que dá forma a existência da própria relação jurídica é a forma sujeito de direito, que reveste a figura do indivíduo livre-cambista. Conforme analisa Pinheiro, a inteligência do

² As “peças” aqui utilizadas foram retiradas da página de internet do Tribunal de Justiça de São Paulo. Como os objetivos expostos não têm qualquer relação com intencionalidade individual de operadores de direito, não serão identificados os números dos processos, tampouco nomes, mas somente a identificação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto enquanto uma das partes.

direito deve ser buscada nas relações de produção como relação jurídica “no sentido preciso de que ao direito de um corresponde a obrigação de outro segundo o lugar ocupado nessa relação” (2012, p. 150).

Sendo assim, a categoria sujeito de direito opera na relação jurídica como uma relação entre indivíduos livre-cambistas, indivíduos livres e iguais.

Nos processos litigiosos analisados, portanto, na relação jurídica, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é uma das “partes”, tanto em relação aos proprietários que reclamam a posse jurídica de um terreno ocupado por este movimento, quanto em relação ao Ministério Público, quando este reclama o descumprimento de direitos coletivos e difusos³.

O direito à função social da propriedade, e não apenas o direito à moradia, é o principal direito demandado por este Movimento na relação jurídica, pois é amparado neste direito que ele realiza as ocupações urbanas de terrenos ociosos que, a princípio, estariam descumprindo este preceito legal.

O direito à função social envolve a aplicação de mecanismos legais para limitar a especulação imobiliária, pois este é um dos fatores que intervêm tanto na distribuição espacial dos trabalhadores quanto na própria ordenação espacial do “*ambiente construído*”⁴.

Assim, embora a função social não seja classificada, segundo a Constituição de 1988, como direito social, mas compunha o rol de direitos e garantias fundamentais, em conjunto ao direito garantido de propriedade, portanto, classificada enquanto direito civil, este é um direito central demandado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (e, por outros movimentos que lutam por moradia).

³ São direitos relacionados ao patrimônio, ao meio ambiente, ao consumidor, à criança e ao adolescente, ao idoso, entre outros que estejam relacionados aos interesses coletivos e difusos. O principal instrumento jurídico de atuação do Ministério Público é a Ação Civil Pública. Mas também há instrumentos extrajudiciais como, por exemplo, a instauração de Inquérito Civil.

⁴ A concepção de ambiente construído, diz Harvey (2013, p. 315-316), “funciona como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo. [...] O ambiente construído compreende toda uma série de elementos diversos: fábricas, represas, escritórios, lojas armazéns, ferrovias, docas, usinas hidrelétricas [...]”, implicando toda uma ordenação espacial que envolve decisões sobre onde colocar cada elemento “não pode estar divorciada do ‘onde’ dos outros”.

Portanto, embora a relação jurídica se constitua por abstração das determinações econômicas, o conteúdo revestido pela forma das categorias e traduções jurídicas não é indiferente às “partes” na relação litigiosa.

Uma vez que as diferentes classes e frações, as quais atuam disputando a ordenação espacial da cidade, não são indiferentes à legislação e sua aplicação jurídica, pois, como demonstra David Harvey (2013, p. 315-316), as decisões sobre onde colocar cada elemento no ambiente construído “não pode estar divorciada do ‘onde’ dos outros”. De modo que a legislação urbanística e sua aplicação têm influência direta nos próprios padrões de especulação imobiliária⁵. Embora, como já destaquei, em uma relação processual, esses interesses estejam abstraídos para que se configure a própria relação jurídica.

Portanto, nos processos litigiosos nos quais o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é uma das “partes” o que está em questão são dois direitos fundamentais: o direito à propriedade jurídica e o direito à função social da propriedade, este como uma das condições para a realização do direito à moradia.

Trata-se, assim, de direitos cujos conteúdos não são indiferentes às “partes”, mas, de outro modo, a indiferença da instância jurídica (e não dos operadores de direito) em relação às “partes” é o que permite que esta instância funcione a partir de uma autonomia relativa, no sentido de permitir aos diferentes agentes das relações sociais de produção, independente do lugar ocupado nessas relações, levarem ao litígio suas demandas⁶.

A IDEOLOGIA JURÍDICA E O LUGAR DE RECONHECIMENTO DA AÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO

Para a finalidade deste texto, tomo como pressuposto a definição de que a ideologia jurídica “(enquanto sistema de normas, crenças e

⁵ A respeito da especulação imobiliária, Mariana Fix (2007, p.19) demonstra que embora tenha se configurado um novo padrão de especulação imobiliária na cidade de São Paulo, com atuação do capital internacional, “ele ainda está a reboque do capital local, organizado em uma estrutura predominantemente familiar”, envolvendo esquemas de influência sobre as obras públicas e as legislações urbanísticas.

⁶ Sobre o conceito de autonomia relativa ver Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1977).

valores) [...] tem como figura central o indivíduo livre-cambista, isolado” (PINHEIRO, 2012, p. 156).

É a partir dessa figura que as partes entram em relação no processo litigioso, o que não significa que as determinações econômicas que os levam ao litígio foram apagadas, mas o fato de que no processo estas relações são abstraídas, justamente por isso são tidas como *partes*, indivíduos isolados, personalidades jurídicas, portadores de atos de vontade.

A título de ilustração, destaco o seguinte trecho de uma “peça” jurídica, em que a questão colocada é justamente pensar a existência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto para a realidade do direito:

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto não tem legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda porque não tem personalidade jurídica, além de lhe faltarem os requisitos da pertinência temática e da representação adequada. [...]. Assim, ainda que exista em nossa realidade e atue, de certa maneira em prol das famílias de trabalhadores sem moradia, não constitui o MTST uma associação regularmente constituída, tampouco um sindicato, circunstâncias que, em tese, lhe permitiriam figurar em qualquer dos polos desta demanda. (BRASIL, 2010, p.3 - 4).

Neste caso, trata-se unicamente de uma questão de direito. Ou seja, embora este movimento efetivamente exista, o que lhe permitiria existir para a realidade do direito é sua personalidade jurídica. De modo que existe uma indiferença, para o direito, sobre o conteúdo real-concreto, que é a própria existência real-concreta deste movimento, pois o que garante sua existência para o direito é a forma na qual essa realidade pode ser identificada. O que não significa que a realidade deste movimento seja indiferente para os operadores de direito, mas que, para o direito, é necessário que esta realidade seja *sobre-apropriada* pelo direito em suas formas possíveis⁷.

Esta sobre-apropriação do real significa que a produção jurídica precisa constituir um real sobre um real já existente.

⁷ O conceito de sobre-apropriação do real foi desenvolvido pelo filósofo e jurista francês Bernard Edelman, em *O direito captado pela fotografia*. (1976).

[...] produção jurídica do real, isto é, o real como objeto de direito, suscetível de apropriação, de venda, de contratos. De igual modo, quando digo que se vai tratar da produção jurídica do real, entendo por tal que se tratará da constituição do real – ou da re-constituição do real – no direito e para o direito. Mais precisamente do processo que vai fazer do real um objeto de direito. (EDELMAN, 1976, p. 42).

Portanto, toda a produção jurídica é um esforço para recriar um real para a existência do direito, no sentido preciso de que o direito não sai do direito, que todas as demandas dirigidas aos processos litigiosos precisam ser traduzidas em categorias jurídicas para que possam ser resolvidas em direito. “A ideologia jurídica”, diz Edelman (1976, p. 44), “tem a existência material da prática jurídica”.

Entretanto, a condição de existência de uma personalidade jurídica não é empecilho para que este Movimento conste como uma parte nos processos litigiosos, a existência de personalidade jurídica indica tão somente que, uma vez institucionalizado, ele poderia também ser dissolvido. Por isso, para que conste como uma das partes, é necessário que um “autor”, um militante (ou mais), seja citado, representando este movimento.

Assim, para resolver, em direito, a demanda reclamada por este movimento, a questão de fundo é a de traduzir na linguagem jurídica o enquadramento da ação deste Movimento, nisso reside a necessidade de inferir sobre o próprio sentido da ação deste movimento, sendo a partir deste momento que as diferentes ideologias entram em operação para que possam ser traduzidas nos próprios termos da ideologia jurídica.

A este respeito, Althusser observa o seguinte: “O ‘sujeito’/massas levanta árduos problemas de identidade, de identificação. Um sujeito é também um ser do qual se pode dizer: ‘é aquele!’ Perante o ‘sujeito’/massas como dizer: ‘é aquele?’” (1973, p. 32).

Como, portanto, dizer qual o sentido da ação das massas? Como e onde enquadrar a ação de um movimento de trabalhadores sem teto, que luta por moradia e demanda o cumprimento da função social da propriedade? Qual o “real”, a realidade, de sua ação? Ocupou um terreno

ocioso, em descumprimento à função social da propriedade, ou um terreno que, já investido de propriedade jurídica, não cabe reclamar a posse?⁸

A questão fundamental para inferir sobre o sentido da ação deste movimento é anterior a tipologia encontrada no interior do ordenamento jurídico para qualificá-la, não se trata somente de encontrar uma tipologia no interior do ordenamento jurídico para enquadrá-la, mas de entender o por quê de esta ação ser qualificada, entre todas as tipologias/categorias jurídicas existentes, de uma determinada maneira e não de outra. Quando o enquadramento jurídico dado para qualificar e tipificar a ação deste movimento é realizado, significa que o sentido da ação de um determinado “sujeito” foi anteriormente identificada.

É isso o que permite, como demonstra Pêcheux (2014), que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre um locutor e aquele a quem se dirige, como condição de existência de um sentido. “Esta cumplicidade”, diz Pêcheux (2014, p. 105, grifo do autor), “supõe de fato, uma *identificação do locutor*, isto é, a possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar”⁹.

No caso em questão, trata-se, portanto, de identificar, na ação deste movimento, a ação de um “sujeito” sobre o qual se infere o sentido de uma ação. Embora essa identificação possa parecer óbvia (afinal ninguém duvida que este movimento realmente tenha ocupado), não me parece ser o caso, pois é a partir dessa identificação que os diferentes instrumentos jurídicos serão mobilizados. É a partir dessa identificação que um operador de direito pode afirmar que se trata, ou não, de uma “ação de esbulho”, tal como definido no ordenamento jurídico. De modo que resulta deste enquadramento o tipo de sanção material que deve ser reservada a este movimento e à sua base social, como, por exemplo, se constata na seguinte afirmação: “*a situação que enseja a desocupação forçada foi criada pelos próprios invasores, que não podem se beneficiar da ilegalidade.*” (BRASIL, 2011a).

⁸ A respeito dessa necessidade de traduzir juridicamente os diferentes aspectos da realidade social, Marx observa o seguinte, em uma passagem d’O Capital: “Mesmo os conceitos de dia e noite, de uma simplicidade rústica nos antigos estatutos, tornaram-se tão complicados que ainda em 1860 um juiz inglês precisava de uma sagacidade talmúdica para explicar ‘judicialmente’ o que era dia e o que era noite.” (2013, p.350).

⁹ Pêcheux demonstra, segundo entendo, que a constituição de um sentido em um discurso tem como condição a própria forma sujeito em referência a qual o locutor se identifica. Sendo a partir dessa identificação do locutor com uma forma sujeito que se estabelece a relação de cumplicidade requerida. Ou seja, uma relação de cumplicidade requerida em relação a própria forma sujeito a partir da qual o próprio locutor está instalado.

Portanto, desse enquadramento resulta: ou, a aplicação da força policial para um processo de despejo imediato, multa aplicada aos militantes que representam este movimento e a afirmação de que se trata de um movimento que atuaria “*por supostas razões sociais*” (BRASIL, 2011b, p. 6.); ou, diferentemente, o reconhecimento de que este movimento esteja efetivamente questionando o direito à função social da propriedade, o que, em tese, diferente de uma ordem de despejo, significa o reconhecimento da existência de direitos que colidem, em casos concretos, e que precisam ser sopesados, porquanto direitos fundamentais conflitantes.

No interior do litígio, o que este Movimento questiona não é o fato de ter ou não ocupado, mas o direito à função social da propriedade e o direito à moradia. Portanto, um direito contra outro direito, como ilustra o trecho a seguir, em que selecionei os argumentos do movimento levados ao litígio:

[Argumento da apelante: liderança do MTST, em que pede inépcia da inicial] [...] por ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, vale dizer, de cópia da matrícula do imóvel, memorial descritivo da área e certidão comprobatória do pagamento de tributos federais e municipais; por falta de comprovação do efetivo exercício da posse sobre o imóvel, incidindo a respeito, por isso, o art. 5º, XXIII, da Constituição Federal, que prevê a observância da função social da propriedade, porquanto trata-se, na hipótese vertente, de área totalmente abandonada e sem qualquer cuidado [...]. (BRASIL, 2005, p. 3).

No caso em questão, o argumento do movimento foi discutido nos seguintes termos:

Os documentos apontados pela apelante não interessam ao ajuizamento desta demanda, eis que não se trata aqui de ação reivindicatória, mas sim de ação possessória. Quanto a esta, o que a lei processual exige é a demonstração dos requisitos do art. 927 do CPC e que são, em suma, a posse e a turbação ou o esbulho praticado pelo réu [...]. Consta dos autos, mais ainda, que o referido imóvel situa-se em frente ao local onde a demandante está instalada, permitindo-lhe, por isso, a permanente vigilância daquele. (BRASIL, 2005, p. 1).

O trecho acima ilustra que o argumento jurídico levado ao litígio pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto não é considerado com o mesmo peso atribuído pelo próprio movimento, pois “não interessam ao ajuizamento”, uma vez que a ação do movimento se enquadraria em uma “ação reivindicatória” e, no caso em tela, estaria em questão uma “evidência”, cuja comprovação se “constata” a partir de outras definições do próprio direito.

O ilustrativo deste trecho, a meu ver, não é o reconhecimento de que a ação deste movimento seja reivindicatória, mas a consideração deste aspecto em detrimento do argumento jurídico colocado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, representado por uma de suas lideranças. A ação do movimento é antes enquadrada como “esbulho” ou, como consta em outras “peças”, como uma ação recoberta por “supostas razões ‘sociais’”, “conduta de evidente abuso, ao arrepio das leis vigentes” (BRASIL, 2011a, p. 6).

O que me leva a questionar se, embora a ideologia jurídica tenha predominância, não haveria aí também a articulação de outras ideologias que atravessam o próprio discurso dirigido a este movimento? Não porque o terreno, cuja posse é reclamada por quem detêm o título jurídico, não tenha efetivamente sido ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, mas porque também este movimento coloca em questão categorias do próprio campo jurídico, neste caso, o direito à função social da propriedade.

Portanto, não se trata de colocar exigências extrajurídicas ao campo do direito, mas de pensar sobre qual o sentido de as categorias jurídicas levantadas por esse movimento serem recobertas por outras atribuições/qualificações a respeito do sentido da ação deste movimento.

Sendo, neste sentido, que se pode pensar que embora o discurso da ideologia jurídica “(enquanto sistema de normas, crenças e valores)” se organize a partir da “figura central o indivíduo livre-cambista, isolado” (PINHEIRO, 2012), sob a forma sujeito de direito, esta ideologia articula outras ideologias, como a inclusivo-existencial (mitologia, religião, por exemplo), inclusivo-histórica (nacionalismo, etc.), posicional-existencial (gênero e ciclos de vida) e posicional-histórica (membro de uma família, habitante de determinada localidade, estilo de vida, etc.) (THERBORN, 1987, p. 20-22).

Sobre a articulação entre essas ideologias pela ideologia jurídica, Pinheiro observa que:

As ideologias inclusivo-existencial e inclusivo-histórica são articuladas à ideologia jurídica como preceitos e institutos legais (inclusive constitucionais), quando se adotam valores tradicionais compatíveis com a figura do indivíduo livre-cambista (porque já devidamente formalizados) como princípio jurídico, por um lado, e, por outro, as ideologias posicional-existencial e posicional-histórica podem ou não servir como critérios de formatação dos direitos individuais daqueles que pertencem aos seguimentos identificados com tais ideologias na medida em que elas são mobilizadas nas lutas políticas. (2012, p. 157).

Desta conjugação, em que a ideologia jurídica ocupa lugar dominante no conjunto das ideologias, e na qual necessariamente qualquer categoria mobilizada no interior dos litígios é definida a partir da categoria sujeito de direito, resulta que também no interior dos litígios, embora o discurso esteja estruturado a partir da própria “Doutrina”¹⁰, existe aí expressão de outras determinações dos processos sociais de interpelação ideológica.

A PRODUÇÃO DE SENTIDO DE UMA DIFERENÇA ENTRE SER MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO E SER UM TRABALHADOR SEM MORADIA

O discurso organizado a partir da ideologia jurídica, neste caso, extraído das peças jurídicas, só adquire um sentido se realizadas algumas mediações a partir das quais possam ser localizados o lugar de onde se fala, para quem esta fala é dirigida e qual o tipo de interpelação é realizada. A partir dessas mediações se torna possível pensar o efeito de sentido de um discurso.

Sobre a produção de um sentido, Pêcheux (2014), analisando a forma-sujeito do discurso, observa que:

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (2014, p. 147, grifos do autor).

¹⁰ Ver nota 1.

O que significa que palavras ou expressões não têm em si um sentido literal, mas que o sentido é um efeito produzido a partir das formações ideológicas que o discurso tem por referência.

Assim, expressões como “danos ambientais”, “danos urbanísticos”, “danos à ordem social”, “prejuízos à coletividade” que aparecem nas “peças” jurídicas não têm um sentido em si, a “evidência” do sentido que adquirem é constituído pela forma do discurso. E não por uma mudança de posição ou organização interna ao próprio discurso, mas porque o lugar de sentido dessas expressões é fornecido pelos processos sociais ideológicos nos quais o próprio locutor é “sempre-já” (ALTHUSSER, 2008) um sujeito, portanto, o efeito sujeito como resultado de processos sociais ideológicos de interpelação.

Ao analisar o caráter dialético desempenhado pela ideologia nas relações de poder e transformação social, Göran Therborn demonstra que a sujeição-qualificação não implica necessariamente em uma garantia, pois: “Los sujetos cualificados por las interpelaciones ideológicas se cualifican también a su vez para «cualificar» a éstas, en el sentido de especificarlas y modificar su ámbito de aplicación” (THERBORN, 1987, p. 15).

Portanto, antes de ser uma “fala” que organiza termos, expressões, em um “espaço” determinado e a partir daquilo que “vê”¹¹, um discurso e seu sentido tem por referência interpelações ideológicas nas quais o sujeito é qualificado e, uma vez qualificado, pode “qualificar”, levando a efeito esta qualificação, pode reproduzi-la ou transformá-la, a depender das relações, sempre contraditórias, nas quais os processos de interpelação ideológica são realizados.

O conceito de ideologia operacionalizado por Göran Therborn (1987, p. 67) diz respeito ao funcionamento da ideologia através de práticas discursivas inscritas em matrizes de práticas não discursivas, ou, como práticas em que a dimensão discursiva é predominante, mas que estão inscritas em práticas em que predomina a dimensão não discursiva. Deste conceito, o autor deduz que a organização da dominação ideológica implica em dois componentes. Um deles, a construção e manutenção de uma ordem discursiva, o outro, a aplicação de afirmações e sanções não discursivas.

¹¹ A discursividade, diz Pêcheux (2014, p. 82), “não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização [...]”.

Tendo em vista que a construção de uma ordem discursiva é sempre um resultado histórico de lutas levadas a efeito por forças sociais em momentos de crise e contradição, cujo aspecto decisivo, na perspectiva do materialismo histórico, para as sociedades de classes é a luta de classes; a ordem discursiva daí resultante é sempre uma ordem de classe, articulada a outros discursos inclusivo-histórico e inclusivo-existencial (THERBORN, 1987), como destacado anteriormente.

Therborn observa que manter uma ordem discursiva implica em toda uma estruturação social para que se possa produzir e reproduzir, na dimensão predominantemente discursiva, afirmações e sanções. A afirmação discursiva de uma ordem ideológica demanda uma organização entre práticas de simbolismo ritual e não ritual, sua distinção, diz o autor, é de caráter analítico. Já a forma discursiva da sanção é um tipo de interpelação limitadora que nega a subjetividade, convertendo o interpelado em um objeto.

No caso em análise, a forma discursiva da sanção é de particular relevância. Porque, se a sanção é inerente ao próprio funcionamento da ideologia jurídica, ao que me parece, existem outras formas de sanções em operação no próprio discurso de interpelação dirigida ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e sua base social.

A título de ilustração:

Alega o autor que a presente demanda visa impedir oportunistas de plantão que tentam ludibriar os programas habitacionais e respeitar o direito dos que paciente e ordenadamente aguardam a sua vez na fila até que sejam atendidos e esclarece que a presente demanda visa “única e exclusivamente a proibição de se privilegiar o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO e seus associados ou que façam parte de ocupações por ele promovidas na destinação de áreas ou recursos por meio de contratos [...] ou qualquer outro meio de negociação, em detrimento de todos os demais inscritos em programas [...]” (BRASIL, 2015, grifos do autor).

O trecho acima é apenas um dos exemplos empíricos que me permite ilustrar o tipo de sanção em operação em relação a este movimento e sua base social.

A representação aqui é de que este seja um movimento oportunista, o que tem como premissa “ser” um movimento que engana pessoas, desrespeita direitos. E quem exatamente ele estaria enganando? As pessoas que “*paciente e ordenadamente aguardam a sua vez na fila*”. Portanto, este movimento, o MTST, estaria, segundo este discurso, atuando contra as pessoas que aguardam na fila paciente e ordenadamente, estes últimos, sim, os *verdadeiros* trabalhadores sem moradia.

Além do fato declarado pelo próprio movimento de que as pessoas que aguardam na fila, os sem teto, os sem moradia, são justamente sua base social¹², é importante observar o seguinte: existe aí, no discurso dirigido a este movimento, a representação de que os “verdadeiros necessitados”, aqueles que aguardam na fila, não seriam capazes de uma tal organização política, por isso, como incapazes de discernimento, ou estariam sendo ludibriados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos, ou não seriam trabalhadores sem moradia, pois estes (os trabalhadores que não têm moradia), “*aguardam na fila paciente e ordenadamente*”. O que implica, portanto, a afirmação de um lugar ideológico de subordinação política aos “verdadeiramente necessitados”.

Ao pontuar e analisar alguns dos mecanismos precisos da ordem discursiva, Therborn afirma que a sanção é aplicada a alguém que não merece ser escutado, está condenado a uma existência ideológica, na qual suas palavras são consideradas como sintomas de alguma outra coisa: “*la excomunió n ideoló gica va acompa ñada normalmente de sanciones materiales como la expulsión, el confinamiento [...]*” (THERBORN, 1987, p. 68).

No caso, a forma de sanção material direcionado a este Movimento é a produção de sua criminalização pelo acionamento de instrumentos jurídicos que o enquadra sob elementos que implicariam em “prejuízos a toda uma coletividade”¹³; e, de outra forma, também uma sanção aplicada àqueles que condenados a uma existência ideológica, não podem escapar a uma relação de subordinação política, e, por isso, entendidos apenas por uma matriz na qual ocupam um lugar determinado.

¹² Ver Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. CARTILHA DE PRINCÍPIOS.

¹³ Expressões retiradas das próprias peças jurídicas.

Portanto, a criminalização produzida sobre este movimento parece ser organizada a partir da articulação de uma ordem discursiva que não se restringe somente a ideologia jurídica, uma vez que se relaciona a um discurso que, de antemão, parece negar a este movimento e a sua base social a apropriação dos pressupostos mesmos da ideologia jurídica: a de que todo sujeito é, por “*natureza*”, livre e igual.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Resposta a John Lewis: a questão do humanismo*. Lisboa: Estampa, 1973.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 52. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BRASIL. Ministério Público de São Paulo. *Promotoria de Justiça de Sumaré*. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente/Habituação e Urbanismo. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2009/jun09/MP%20consegue%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20de%20%C3%A1rea%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20ambienta. Acesso em: 16 mar. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Acórdão*. Apelação, 2005. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 11 out. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Acórdão*. Autos de agravo de Instrumento, 2011b. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 12 out. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Acórdão*. Autos de Apelação, 2010. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 11 out. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Acórdão*. Autos de Apelação, 2011a. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 12 out. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Sentença*. Ação Civil Pública, 2015. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia* (elementos para uma teoria marxista do direito). Tradução: Soveral Martins e Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HARVEY, David. *Os limites do Capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: o processo de produção do capital.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Teto. *Cartilha de princípios*. Disponível em: <http://www.mtst.org/linhaspoliticasorganizativas.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

PACHUKANIS, Evigeni. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos*. Coordenação Marcus Orione. Tradução Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PINHEIRO, Jair. Apontamentos para uma crítica marxista do direito. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, p.147-160, 1. sem. 2012.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA AO ESTADO NOVO: EXPRESSÃO TÍPICA DE UMA TRANSFORMAÇÃO AUTOCRÁTICO- BURGUESA

Leonardo Sartoretto

INTRODUÇÃO

Afigura-se bastante temerário esquecer que Vargas ascende ao poder em 1930, por meio de um golpe efetuado com auxílio em larga escala das forças armadas, enquanto representante de um setor que até então se subordinava politicamente à burguesia agrário-exportadora. Sua liderança nesse processo, que de crise se arvora em transição, ao passo que expressa e sintetiza o interesse de grupos voltados para o mercado interno - as burguesias regionais gaúchas, mineira e, em menor medida, paraibana -, também traz a tona um novo ator político. Lembremos que a formação do proletariado enquanto classe resulta de um eloquente processo histórico, como atestam as articulações políticas manifestas no Primeiro Congresso Operário Brasileira de 1906, na greve geral de 1917, na criação do PCB

em 1922 e na organização do Bloco Operário Camponês (BOC) de 1930 exercendo, por isso, capacidade de influência no desfecho promovido por frações burguesas na rearticulação do bloco histórico.

Entretanto, se até 1930 a luta de classes podia ser combatida brutalmente mediante os aparelhos de repressão - é importante que afirmemos sua existência antes que imputem a ela um caráter artificial como o atribuído à época, segundo o entendimento lógico que o corporativismo expressa antes uma forma de enquadrá-la do que sua ausência, já que o desaparecimento da liberdade sindical não é senão a confirmação de sua realidade -, o incremento que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava a ganhar pela reorientação consciente da economia promovida pela direção política de Vargas alteraria substancialmente isso. Lembremos também, num contexto mais amplo, a volumosa contrarrevolução em nível mundial com a ascensão dos fascismos e a retração da revolução soviética num país só. Todo esse largo arco de eventos passa a imprimir determinações tais que a classe operária assume um papel de primeira ordem na política brasileira.

O ano de 1932 simboliza ainda que o conflito político não se abrisse em sua inteira efetividade para as classes subalternas, já que a insurreição paulista traz a clara natureza de uma reação articulada entre a fração industrial e a agrário-exportadora – ou dos setores marginalizados, dentro do poder, pela vitória do levante de 1930 - contra a centralização que começava a se impor ao país¹. A constituição híbrida de 1934, todavia, podendo, apenas em parte, ser considerada uma conquista desse levante, vai proporcionar tangencialmente, contra a vontade dos seus elaboradores, que aqueles setores populares até então excluídos do jogo político possam se organizar segundo interesses que lhe são próprios. A Aliança Nacional Libertadora surge exatamente no bojo dessa possibilidade democrática aberta pela constitucionalização do país e dela se aproveitará profundamente para expressar por quais demandas seu descontentamento sócio-político lutava.

Aberto novamente o jogo político, possibilitando à luta de classe que se se acentue, obriga, ao mesmo tempo, que a forma de domínio da classe dominante, da burguesia como um todo, se torne explícita. É

¹ Nossa dissertação de mestrado traz um esforço para pensar a luta constante entre as frações da classe dominante, própria do Estado burguês (MARX, 2011), pelo poder durante o período da Primeira República (1889-1930) até as novas orientações corporativistas em 1933 quando a insurreição paulista, derrotada, passa a reorientar sua estratégia de conquista política para a formação de quadros de elites (SARTORETTO, 2017).

esse processo que procuraremos discutir, brevemente, neste artigo. Num primeiro momento buscaremos situar os levantes da ANL enquanto organização que capta e reproduz minimamente enquanto projeto interesses sociais orgânicos do país. Em seguida tentaremos demonstrar a determinação do Estado Novo, claro que não a única, mas marcadamente substancial, enquanto reação a essa manifestação nacional-popular para, nas considerações finais, fazermos uma breve síntese analisando como esse processo tipifica as características mais marcantes de um genuíno processo de transformação autocrático-burguês.

DESCONTENTAMENTO GENERALIZADO E MANIFESTAÇÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO

Ao completarem-se quase quatro anos de Governo Provisório, tempo suficiente para um mandato presidencial segundo a tradição, a República dos Estados Unidos do Brasil conhecia a sua nova constituição. Promulgada em 1934, ela era uma carta política híbrida que procurou resultar de um equilíbrio das várias correntes em luta que predominavam no contexto mundial já que, nas palavras do presidente da Comissão dos 26 que desenvolveu os trabalhos, Carlos Maximiliano, “todo o Ocidente, após a marcha precipitada para a esquerda, retrocedeu bastante para a direita, sem exagero conservador” (apud SILVA, 1975, p. 83).

O citado retrocesso para a direita representa o avanço do fascismo enquanto período reacionário de resposta ao movimento operário mundial, revolucionariamente vitorioso na Rússia em 1917, mas derrotado nos demais países, como no Biênio Vermelho italiano (1919-1920). A onda fascista inaugura-se com a conquista do poder pelo grupo de Mussolini quando da Marcha sobre Roma em 1922. Internamente, ela era identificada na Ação Integralista Brasileira, criada em 1932 em correspondência ao pensamento de Plínio Salgado, e que logo se propagou pelo Exército brasileiro, instituição que ainda não resolvera seus problemas internos desde a ascensão política do chamado tenentismo.

Atores centrais durante todo esse período, os tenentes, que em sua maioria defendiam a manutenção do Governo Provisório e seus cargos de interventores estaduais, dividem-se novamente quando da promulgação dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Descontentes com os rumos da

política e acreditando que a nova Constituição consagraria a ressurreição do sistema político vigente antes de 1930, um setor dentre os tenentes, que incapazes de aceitar a substituição de seu antigo líder Prestes por Góes Monteiro, já então General e articulador do movimento golpista agora em prol da alta hierarquia militar, radicaliza-se. Hercolino Cascardo, tenente em 1924 e interventor do Rio Grande do Norte em 1931-1932, é a figura que retrata bem esse movimento de não abandono aos ideais nascidos em 1922 na areia de Copacabana, avançando para além do lema primevo de Representação e Justiça.

O que precisa ser destacado desde já é que é deste grupo dissidente dentre os tenentes que apoiavam Vargas que nascerá a orientação fundante da ANL. A Aliança Nacional Libertadora destaca-se por ser possuidora de duas características centrais, as quais o caráter deste trabalho nos permite apenas esboçar em seus traços gerais. A primeira diz respeito à sua natureza de frente nacional:

A história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional. (VIANNA, 2007, p. 139).

Tendo como pano de fundo a necessidade de barrar internamente a influência do fascismo, lutar contra a Lei de Segurança Nacional que veio a tona logo após a criação da aliança e, no plano internacional, repudiar a nova guerra imperialista, claramente se avizinhandos, diversas categorias resolvem aceitar uma plataforma mínima de reivindicações na preservação de seus programas. A heterogeneidade dos grupos conformando a frente única impressiona: à grupos mais de esquerda como anarquistas, anarco-sindicalistas, tenentes reformistas e comunistas agregavam-se outros de cariz política mais moderada como católicos, positivistas e liberais democratas que concordavam com pontos levantados pelo programa

mínimo anti-imperialista, antifascista e antilatifundiário. Entendiam que as condições concretas não possibilitavam que sua atuação consistisse na “liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais”, mas objetivava “com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças produtivas” (LOWY, 2012, p. 130) como expressava o Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário.

O curso histórico das lutas internas, para além da cisão propriamente tenentista, também envolvia os deputados classistas representantes das associações profissionais demandadas pelo corporativismo e os setores mais combativos da chamada minoria da oposição parlamentar lutando pela anistia dos insurretos. O clima de hostilidade generalizada com a qual o governo tinha de atuar aprofundou-se com a agressividade do integralismo em manifestação de 1934 na chamada “Batalha da Praça da Sé” gerando resposta imediata de toda a esquerda. Sintomático da disposição das forças internas de lutar contra os elementos de fascistização que se gestavam no Brasil, o evento tornou-se marco substancial para a formação de uma frente ampla progressista. Note-se que, na constituição da aliança, a participação do PCB, que portava a bandeira de intensificação das greves já que sua interpretação era a de que se vivia uma situação pré-revolucionária, não foi senão de apoio tardio, demorando-se em quebrar a resistência e apoiar a organização (VIANNA, 2007).

A despeito do enorme contingente de grupos que participavam da frente nacional, a ideologia que predominava era a de classe média e é precisamente aí que encontramos a segunda característica conformadora da ANL. Nesse aspecto, a continuidade do “espírito tenentista” era muito mais gritante. Certa concepção elitista e conspirativa, tendo como principal elemento de mediação o golpismo, era parte imanente da tradição herdada das insurreições dos tenentes. Mais do que isso: cristalizava-se tal possibilidade novamente no personalismo de Prestes, ainda tido como o Cavaleiro da Esperança e que recém iniciara seu aprendizado marxista nas fontes dogmáticas soviéticas, então sob o poder do grupo de Stálin. Explica-se, assim, o convite à Prestes para ocupar a presidência de honra da ANL.

Como decorrência de sua concepção moralista, essa ideologia de classe média encontrava no Estado a fonte regeneradora de qualquer corrupção política e nos homens que viviam dentro dos quartéis os sinceros e honestos revolucionários que lutavam, voluntariosamente, em nome dos “simplórios” elementos da “ignóbil” massa do “populacho”. Nesse sentido, os comunistas, eivados igualmente dessa influência pelo seu contingente tenentista, “dividiam com os tenentes a crença do dogma do caminho armado para a conquista do poder e a preferência por uma forma autoritária de governo, uma ditadura que entendiam democrática (das Forças Armadas para os tentes, do proletariado para os comunistas)” (VIANNA, 2007, p. 31), o que acabou por gerar neles uma concepção instrumental da aliança.

Assim como em sua gênese e desenvolvimento a aliança diz mais respeito à dinâmica de lutas e necessidades sociais e políticas internas, tendo o PCB e as orientações da Internacional Comunista atrás de si o papel de coadjuvante, da mesma forma nos levantes essa influência primeiro acompanha o desenrolar espontâneo dos acontecimentos para só então procurar intervir com a concepção dogmática que prevalecia no seio do partido a época. Como aponta Del Roio, o primeiro impulso do movimento, em Natal no dia 23 de outubro,

Ao justificar sua eclosão, explicitamente reivindica ser a continuidade do movimento de 1930 lembrando que “em 1930 conquistados o poder à custa de sacrifícios das classes armadas auxiliadas pelo povo”, mas que houve em seguida “[...] o desvirtuamento do programa do movimento de 30”. Assim, um novo movimento justificaria, já que Rio Grande de Norte “a situação ainda mais se agravou agora com a subida daqueles que antes da Revolução (de 1930) praticavam toda sorte de selvageria” e que “os atos do governo que iniciou a 29 do mês passado [...] foram todos demonstração evidente de seu reacionarismo enervante [...]”. O movimento insurrecional de Natal tem, portanto, seu principal motivo na volta ao poder da fração oligárquica desalojada em 1930, que com seus atos retaliativos conjugados com a depuração em ato nas forças armadas provocaram a precipitação do levante em preparação pela ANL. (1990, p. 381-382).

O dia seguinte ao levante e seu espraiamento alteram um pouco o cenário da direção do movimento, mas nem por isso deixam de ter como causa também a fermentação de problemas sociais. Foi o caso da greve da *Great Western Railway* que paralisou algumas das rotas ferroviárias do Nordeste, conseguindo ainda a articulação com soldados ameaçados de despejo que viviam em miseráveis condições de trabalho na região metropolitana de Recife, local da segunda insurreição ocorrida no domingo pela manhã, 24, decisão tomada pelo secretariado do Nordeste do PC. É então que o movimento dos ferroviários foi recebido, equivocadamente, pelo partido como o preparativo final de uma greve geral, além da não compreensão da particularidade local do levante norte-rio-grandense. Em consequência de tal avaliação, Prestes ordena dar prosseguimento a sublevação iniciada em Natal para que se espalhe não apenas pelo Nordeste, mas por todo o Centro-Sul, acreditando ser o movimento capaz de desferir um golpe mortal no governo de Vargas.

Na contramão do movimento da realidade, que rapidamente derrotara os levantes no Nordeste, colocara as forças legalistas do país em alerta, prendera grande parte dos dirigentes da ANL e estimulara a criação do estado de Sítio ainda na noite do dia 25, Prestes convence seus companheiros de PC a desencadear a rebelião no Rio de Janeiro. Não percebiam que “a formação da ANL tinha um caráter defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado de instauração de uma ditadura com aspectos de fascismo” (DEL ROIO, 1990, p.366). A subjetividade política de Prestes é o fator determinante na tomada de decisão, pois havia se “convencido de que o socialismo era a única maneira de resolver os problemas do Brasil e não só queria a revolução como se sentia o homem talhado para dirigi-la, sentimento compartilhado por todos os líderes políticos nacional-libertadores, civis e militares” (VIANNA, 2007, p. 323). Assim, bastou olhar para o vasto apoio que a ANL obtivera muito em função de sua presidência de honra, para o recrudescimento das lutas com os integralistas e o obvio apoio militar com que um tenente deve contar para vislumbrar a execução da revolução.

O movimento geral das revoltas que começa em Natal com forte participação popular, mas pouca consciência dos motivos desencadeadores tem em Recife uma queda acentuada daquela participação restringindo o movimento a comunistas e aliancistas, o que se explica também pela

forte influência da AIB na região, e culmina no Rio de Janeiro com um levante onde todas as forças policiais estavam previamente cientes, numa relação totalmente desfavorável para aqueles que lutavam pela questão democrática. Estava diluída a frente nacional que formara a Aliança Nacional Libertadora. Contudo, o fato de ter compartilhado do caldo da cultura política dominante, de que o meio de conquista de suas pautas democráticas estava na insurreição violenta prematura, não retira o fato de ter tocado na ferida da autocracia burguesa, já que a ANL se apresentava como luta política e contestava diretamente um dos traços essenciais daquela classe dominante: aquele que sempre alijou os grupos subalternos das decisões do poder. Imediata seria a reação.

VARGAS E O REAGRUPAMENTO DA CLASSE DOMINANTE

É notório que desde 1930 já havia um norteamento central na política de Vargas, calcada no modelo corporativista. Entretanto, os levantes da ANL inserem um elemento qualitativamente novo no cenário. Assim, mais do que uma “reação getulista” (CARONE, 1974), o intrincado processo que vai configurar a deflagração do Estado Novo constitui-se como um momento onde a burguesia expressa a dupla necessidade premente de preservar seu domínio de classe e ainda avançar no desenvolvimento das relações capitalistas internas, pressionada que estava em sua postura de economia agrário-exportadora pela relativa desorganização da divisão internacional do trabalho.

Se a Lei de Segurança Nacional e o fechamento da ANL (fundada a 23 de março e tornada ilegal em 11 de julho) não foram capazes de impedir os levantes, certamente que a repressão se desdobraria ganhando novos contornos. O sentimento de urgência vinha mesmo de frações da burguesia que podiam ser consideradas opositoras à Vargas, como o caso de Vicente Rao, Ministro da Justiça, que criou, justificou e viabilizou a repressão: a “solidariedade de Armando [a Vargas] levou-nos, os seus deputados e o ministro da Justiça, a colaborar ativamente na Lei de Segurança Nacional e na Emenda Constitucional criando o Estado de Guerra e o Tribunal de Segurança Nacional [...] necessárias para o tempo” diria mais tarde Aureliano Leite, correligionário de Rao, conforme apura Plínio de Abreu Ramos (1980, p. 176).

Eis aí o lugar no qual deve ser entendido o papel de Getúlio Vargas: enquanto dirigente político que soube captar o descontentamento reinante entre a burguesia naqueles anos. Segundo seu discurso, a entrada de forças democráticas no jogo político procurando influir na sua direção social tornava a situação “anômala” (VARGAS apud CARONE, 1976a). Convém, antes de tudo, destacar que praticamente todos os quadros da vanguarda democrática serão presos, exilados ou mortos após 1935. A onda repressiva avança impiedosa sobre a organização operária, que vê parte de seus quadros serem cooptados pela representação corporativista. Ainda que as greves não cessem, o ideólogo Oliveira Vianna (1952) cumpre bem a tarefa de desmobilizar o movimento ao creditar os direitos trabalhistas conquistados como uma “doação”, enquanto os nega expressamente aos trabalhadores do campo.

Quanto aos militares que aparecem como atores centrais ao lado de Vargas no período 1935-1938 há uma estratégia que permite com que esse grupo secunde harmonicamente a sua ação política. José Murilo de Carvalho relembra o enorme processo de expurgo da oficialidade: na derrota dos paulistas em 1932, com a expulsão de 508 oficiais; na revolta da ANL com mais 107 oficiais expulsos e com a expulsão de 10 generais na insurreição integralista de 1938. Essa limpeza generalizada da oposição dentro das Forças Armadas permitiu que a fração surgida em 1930, sempre em apoio a Vargas, se tornasse dominante: “essa facção foi liderada pelo já então general Góis Monteiro, em dobradinha com o general Gaspar Dutra. Sua hegemonia dentro do Exército possibilitou a unificação da instituição do ponto de vista político e ideológico” (1999, p. 342). É com esse registro de criação de um ator político dentro do Exército que Vargas consegue manter seu pensamento político afinado com aquela instituição que muitas vezes pareceu, inclusive, exercer a tutela sobre ele no período.

A burguesia, após a vitória da Aliança Liberal, razoavelmente se definira em suas frações de classe. A fração agrário-exportadora sempre soube como se organizar, dirigente que foi da formação social nos mais distintos momentos desde a colônia. A crise de 29 e a ascensão de Vargas quebrou-lhe a hegemonia, mas jamais teve qualquer intuito de lhe retirar do bloco no poder. A burguesia industrial configura também um ator que tem nas relações com Vargas profunda reciprocidade. O processo de adesão ao modelo corporativista de representação ditado pelo Ministério

do Trabalho, não sem efetuar severas críticas quanto ao contato direto que travaria com a representação operária, conforme Maria Antonieta Leopoldi, “abriu o acesso dos empresários industriais – os primeiros a se adequarem ao apelo governamental – às agências decisórias nas áreas de política industrial, legislação trabalhista e sindical, comércio exterior e política tributária” (1999, p. 117). Para além dessa relação, foi permitido que a burguesia industrial mantivesse sua organização de classe autônoma, criada em 1928 com a CIESP, e conquistasse a maior bancada classista na Constituição de 1934².

O caos político que vinha se intensificando pelo menos desde 1932, exacerbado em 1934 com a falta de consenso em torno da nova Constituição, tornado perigo de vida para essa classe em 1935 e ganhando status capaz de tomar todas as atenções nas eleições para o ano de 1938 vai encontrar solução em um novo golpe de Estado, perpetrado em 10 de novembro de 1937. Sedenta por ordem política e social, em mensagem de saudação ao presidente em seu aniversário, 19 de abril de 1942, a burguesia, através dos mais importantes órgãos classistas, associações comerciais, federações industriais, companhias de ferro, viação aérea e casas bancárias declara ter entendido sua substância e saúdam-no pela correção que foi o golpe institucionalizado, entendido como consentâneo com a forma brasileira de dirigir a política:

Essa maneira de brasileiromente sentir e de brasileiromente agir ele corporificou no Estado Nacional. *Cada nação tem uma ideia nacional própria* e forçosamente inadapável á situação de qualquer outro povo. *A nossa, a brasileira, é a que aí está em vigor desde 10 de novembro de 1937. Foi graças a ela que o Brasil encontrou a si mesmo.* Nossos problemas encaminham-se agora para solução adequada.

² A relação de recíproca influência entre governo e associações de classe da burguesia industrial, corporativistas ou não – lembremos que, dentre os setores que adotaram esse estilo de representação, os empresários foram os únicos a cumprir integralmente a legislação e implantar a estrutura hierarquizada em três níveis, locais, estaduais e as reuniões de todos estes numa confederação nacional –, seria aprofundada durante o Estado Novo, alcançando novas e fundamentais formas de influência no poder. Desta maneira, o controle que o Estado exercia, dentro da participação de classe por ele tutelada, fez com que setores empresariais, não apenas industriais, adaptassem suas estratégias e, favorecidos pela ação legislativa de Vargas que, se de um lado permitiu que os estabelecimentos bancários e de seguros estrangeiros existentes no país permanecessem operando sem qualquer mudança desde que se submetessem aos interesses do Estado, de outro, restringiu e desestimulou a entrada de novos, utilizassem, no caso do setor financeiro, as posições de poder da área monetária, como Ministério da Fazenda, presidência do Banco do Brasil e de carteiras estratégicas, e no caso das seguradoras, o Conselho de Representantes das Empresas de Seguro (órgão existente dentro do Instituto de Resseguros do Brasil, criado por decreto em 1939) que assessorava o presidente na elaboração do quadro de mercado, para influenciar nas decisões do governo (LEOPOLDI, 1999).

Nossas aspirações se orientam por um roteiro que vai dar nas mais seguras realizações (CARONE, 1976a, p. 353, grifo nosso).

A partir de então a política deixa de ser um assunto maçante que suga a alma da classe dominante, e esta pode se concentrar em seus afazeres de classe, na economia propriamente dita. Ao invés de se deter dia e noite no debate sobre a futura eleição presidencial, fazendo com que as frações e seus candidatos mais se encrespem do que concordem em alguma questão de ordem geral, Vargas se posta semelhantemente a aquilo que podemos designar como bonapartismo e, ao se apresentar enquanto “inteligência política superior” (LOSURDO, 2004, p. 61) às frações de classe dominante isoladas em seus interesses egoístas, apresenta o interesse da burguesia como um todo, a saber, para que o capitalismo de uma formação socioeconômica deslanche ele requer a regulação entre capital e trabalho:

O código fabril, em que não figura a divisão de poderes tão prezada pela burguesia, e tampouco seu ainda mais prezado sistema representativo, de modo que o capital, como um legislador privado e por vontade própria, exerce seu poder autocrático sobre seus trabalhadores, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo do trabalho, regulação que se torna necessária com a cooperação em escala ampliada e o uso de meios coletivos de trabalho, especialmente a maquinaria. (MARX, 2013, p. 496, grifo nosso).

A Consolidação das Leis do Trabalho (1942), um dos eixos do Estado Novo, é uma necessidade de qualquer regime burguês orientado para a modernização. Não apenas doutrina os operários imersos em seus hábitos irregulares de trabalho, mas promove também o fomento da concorrência que estimula, por conseguinte, o surgimento da grande indústria. Temos, pois, que a “condição essencial do sistema fabril, sobretudo quando submetido á regulação da jornada de trabalho, é uma segurança normal do resultado, isto é, da produção de determinada quantidade de mercadoria” (MARX, 2013, p. 546) - núcleo do modo de produção capitalista.

A formação de uma aliança popular-nacional revolucionária revelou a existência de problemas graves de direção política na classe dominante. Revelou, por exemplo, que nos primeiros anos da década de 1930, entre grupos importantes para a manutenção da ordem, como setores intelectuais

liberais, a pequena burguesia urbana, e uma margem considerável das Forças Armadas, sequer havia um consenso mínimo sobre a forma de governar o país, já que quanto às classes subalternas elas devem permanecer sempre dominadas e desorganizadas. Essa inquietação se exprime na permanente insistência do Partido Constitucionalista, representante de setores modernizantes da burguesia paulista, de chegar ao poder com Armando Salles de Oliveira e retomar um projeto calcado no ideário liberal, mundialmente em crise. Sob esse cenário que colocava constantemente o poder político em xeque, era a ordem social o elemento em jogo, mesmo que a reorganização da direção social precisasse estabelecer a arbitrariedade como requisito para a eficiência. Ainda que o governo tivesse de acatar as sugestões dos agentes policiais de ruas, em contato direto com as condutas subversivas, nas alterações das legislações sobre o crime. Afinal, segundo Florindo o desafio “principal do poder naquela época não era controlar o pouco sofisticado crime comum, e sim debelar o crime político e social, cuja orquestração por militantes organizados e disciplinados conferia uma noção de periculosidade diferenciada e extremada” (2011, p. 133-134). Somente com esse pano de fundo se entende a modernização institucional promovida na Delegacia de Ordem Política e Social nos primeiros anos de 1930 e intensificada após os levantes de 1935.

Não atoa, e mesmo que partindo de um núcleo conspiratório restrito, a instauração do Estado Novo vai ser seguida de uma quase completa ausência de contestações dos setores dominantes e de seus aliados, com a exceção da Faculdade de Direito de São Paulo, núcleo permanente de resistência a Vargas (DULLES, 1984). Elaborado constitucionalmente pelo jurista Francisco Campos, incorporam-se a ele inúmeros intelectuais do porte de um Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, o regime estadonovista é também um projeto endossado em larga escala pela cúpula das forças armadas, pela fração agrário-exportadora, industrial e comercial e mesmo por parte do grupo constitucionalista de Amado Salles de Oliveira, tendo ainda enorme respaldo por parte de Plínio Salgado, expoente do integralismo enquanto representação de setores da classe média e da própria igreja. Mesmo quando Plínio Salgado viu barrada sua intenção de colaborar com o novo governo na pasta da educação, enviado ao exílio em Portugal com uma gorda contribuição financeira pelo regime, não se posicionou contra Vargas mantendo sempre uma esperança de reconciliação (CHASIN, 1978).

A interpretação aqui proposta não poderia divergir mais daquela que entende que a particularidade da democracia brasileira vigente entre 1930-1964 teria seu fundamento nas massas, inaugurando um “novo estilo de poder” (IANNI, 1968) e conformando um “Estado de compromisso” (WEFFORT, 2003), como teoriza a concepção de raiz populista. Pelo contrário, os elementos considerados novos que nascem nesse momento, não configuram uma ruptura com o velho, antes se subsumem à sua essência, quer dizer, à “linha mestra” da formação social brasileira apontada por Caio Prado Júnior (1966), que é a de resgate e reposição constante, em novos patamares, do caráter colonial, dependente e subordinado a que o Brasil se insere na divisão internacional de trabalho desde o momento de sua criação, ontologicamente, aderindo ao apelo do caráter de vocação agrário-exportadora. A criação do Estado Novo com todo seu aparato institucional orientado para a industrialização, da criação da Siderurgia em Volta Redonda, dos vários conselhos e institutos para promoção de atividades voltadas para a expansão mercado interno e as ações parciais de planejamento e planificação de fato representam um avanço importante para o progresso social interno. Entretanto, feitos de modo a que se coadunasse com a manutenção praticamente integral não só da estrutura latifundiária, mas das próprias relações de superexploração no campo sob as quais aquela se assenta, com seus inúmeros traços legatários de formas pretéritas ao assalariamento capitalista. A sindicalização sequer tocou o campo, quando muito e algumas usinas canavieiras do Nordeste, mas mesmo ali permaneceu, em geral, letra morta.

Além disso, como aponta Francisco Luiz Corsi, o projeto de desenvolvimento do Estado Novo, calcado na oscilação “entre um desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro” (2000, p. 282) é inexplicável se não levarmos em conta o panorama econômico internacional. A impossibilidade de atrair capitais estrangeiros, mesmo com uma política cambial frouxa, ditada pela grande crise de 1929 e da profunda depressão que se seguiu, perfazendo uma nova ordem do comércio mundial onde as economias se fechavam nacionalmente, e pela especificidade da hegemonia norte-americana, mais autossustentável do que a inglesa, acaba por gerar uma situação onde foi “a realidade [que], de alguma forma, forçou os gestores da política econômica a adotar remédios mais ou menos universais” (ABREU, 2004, p. 64) para salvar a dinâmica econômica interna.

O que se personifica, portanto, no momento do golpe em 1937 é uma modernização que conserva elementos fundamentais do antigo padrão de dominação burguês ou, se se preferir, de uma conservação da sua essência que moderniza aspectos que lhe dão uma nova aparência. Trata-se, em suma, de uma transformação que realiza um caminho autocrático.

À GUIZA DE CONCLUSÃO: TIPIFICAÇÃO DE UMA TRANSFORMAÇÃO AUTOCRÁTICO-BURGUESA

A manifestação de um projeto democrático, gestado nas classes subalternas, é o ponto que marca, senão o início, pelo menos o salto qualitativo de um processo de ofensiva por parte da classe dominante, que se reagrupa tendencialmente em torno daquilo que entendiam como “manutenção da ordem”. A necessidade de buscar saídas para uma economia que sentia profundamente a desorganização do comércio mundial, manifesta desde 1929, vem somar-se agora a urgência de salvar a dominação de classe. A saída, novamente, como em 1930, foi outra articulação pelo alto, sem a participação dos grupos subalternos. É traço imanente dessa autocracia a impossibilidade de estruturar uma sociabilidade segundo moldes da democracia burguesa clássica. Dito em outras palavras, o processo pelo qual o capitalismo brasileiro se objetivou, a via prussiano-colonial, calcada numa base de acumulação escravista, “não proporcionará condições materiais para o desenvolvimento de uma sociedade civil que rompa com a via colonial mediante uma revolução de caráter burguês” (MAZZEO, 1999, p. 118). Tampouco permitirá o delineamento de um projeto de caráter nacional-democrático e popular como constitutivo no programa da ANL, antilatifundiário, anti-arcaico e antiimperialista.

Ora, se se parte, de um lado, de uma concepção marx-engelsiana (2007) que entende que a partir de determinado ponto de desenvolvimento da sociedade ela engendra uma irremediável contradição consigo mesma, já que composta de antagonismos irreconciliáveis, as classes sociais, de onde surge o Estado capaz de “subjugar” tais contradições em um nível que não desagregue a sociedade, e de outro, de que a debilidade genético-estrutural da burguesia brasileira, sua herança sociometabólica de subordinação aos polos centrais do capitalismo, não permite sequer generalizar a promessa de cidadania da democracia burguesa clássica sem por em risco sua própria

existência, fica claro aqui que a política é o lugar da ordem, da conciliação, e o Estado, duplamente, o âmbito de articulação política da classe dominante sempre que essa corre, ou imagina correr, riscos de existência. É essa a concreticidade captada por Vargas enquanto dirigente autocrático, não estendendo para os trabalhadores rurais a legislação social, mantendo intocado o domínio burguês no campo, combatendo a desordem política e promovendo a unificação tendencial das frações burguesas dentro do Estado por meio do golpe de 1937. Tudo isso em íntima articulação, ou melhor, como a base própria de um maciço impulso no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A participação íntima do golpe de 1937 de setores militares dá o desfecho final da transição como tipificação de uma transformação autocrático-burguesa. Típico aqui entendido, conforme investigação lukacsiana da estética marxista, enquanto máxima manifestação dos elementos tendenciais decisivos de um fenômeno social, de seu maior desenvolvimento “caracterizado pelo fato de que nele todas as contradições – as mais importantes contradições sociais, morais e psicológicas de uma época – se articulam em uma unidade viva” (LUKÁCS apud FREDERICO, 1997, p. 98). A forma de violência com que a burguesia brasileira se posta para com qualquer projeto democrático que envolva interesses subalternos torna-se, nesses momentos, explícita, tendo como objetivo último modernizar o sentido da colonização brasileira para que se perpetue sua dominação de classe. A parte aqui estudada só existe na sua relação com o todo e a totalidade, ao mesmo tempo, só existe enquanto momento realizado nas e através das partes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. Principais mudanças e inovações da política econômica entre 1930-1937. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (org). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 157-170.
- CARONE, E. *A terceira república*. (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1976a.
- CARONE, R. *A segunda república*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- CARVALHO, J. M. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 341-345.

- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp/ Fapesp, 2000.
- DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- DULLES, J. W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na era Vargas. *Aurora*, Marília, ano 5, n. 7, p. 124-139, jan. 2011.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LEOPOLDI, M. A. P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 115-133.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LOWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, P. A. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SARTORETTO, L. *Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia no Brasil*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- SILVA, H. *A lei a revolta: 1934-1936*. São Paulo: Editora Três, 1975.
- VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIANNA, O. *Problemas de organização*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CARONE, E. *O Estado Novo*. São Paulo: DIFEL, 1976b.

LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. *In*: LUKÁCS, G. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 115-122.

A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES PARANAENSE DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-85): UMA ANÁLISE DOS ARQUIVOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

José Wilson Assis Neves Júnior

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se como parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília), trazendo resultados parciais e problematizações que direcionarão a continuidade das análises. Visou-se problematizar a maneira como a doutrina de Segurança Nacional (DSN) e os seus principais elementos filosófico-ideológicos, com destaque

para o anticomunismo¹, condicionaram, ou determinaram, as diretrizes de atuação dos agentes de informação do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período de ditadura militar² brasileira (1964-1985).

Para tanto, foram utilizadas as fontes que constituem o arquivo de documentos oficiais do Serviço Nacional de Informações, dos Estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), provenientes do contexto ditatorial militar – atualmente disponível para pesquisa pública, no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

De acordo com Fagundes (2013), após a institucionalização da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (intitulada Lei de Acesso a Informação) percebeu-se o fortalecimento dos processos de publicização de arquivos provenientes do período da ditadura militar, inclusive no que tange aos órgãos oficiais de informação e segurança, fenômeno entendido como fomentador de novas perspectivas analíticas que abordem as características e peculiaridades constitutivas da conjuntura político-social do período.

Segundo consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade³ (CNV) o acesso as fontes documentais referentes ao período de ditadura militar brasileira possibilitam a formação de comissões de defesa da memória, verdade e justiça, que devem ter como objetivo final a busca pela reparação das graves violações dos direitos humanos cometidas contra cidadãos brasileiros, pelas diferentes instancias do aparato institucional consolidado pelo regime ditatorial.

O arquivo do Serviço Nacional de Informações (Paraná e Santa Catarina) disponibilizado ao NDPH-UEL, pelo Arquivo Nacional, conta com uma média de sete mil documentos digitalizados em pastas de relatórios no formato Portable Document Format (PDF) – estes relatórios são compostos de maneira distinta por: informativos oficiais; documentos

¹ Conforme apresenta Motta (2000) os grupos anticomunistas passam a se articular a partir da Revolução de Outubro, ocorrida na Rússia no ano de 1917, que instituiu o primeiro governo comunista – fenômeno que desencadeou uma reação, inicialmente espontânea, do sentimento anticomunista, que passa a se organizar política e socialmente como movimento no decorrer do século XX.

² Existe um amplo debate acadêmico a respeito da conceptualização que deve ser atribuída ao tipo de regime que caracterizou o período, que se destaca pela controvérsia do fato de ter se constituído enquanto ditadura exclusivamente militar ou se foi de fato uma ditadura civil-militar, o que implica na participação de demais segmentos da sociedade civil brasileira nos direcionamentos do regime ditatorial. Este, contanto, não é o cerne principal da pesquisa proposta.

³ Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.

recolhidos de grupos sociais “subversivos” (jornais, boletins, transcrições de discursos, entre outros); relatos e solicitações de investigações; informes e instruções de outras agências, entre outros.

O acesso a estas fontes permite o desenvolvimento de múltiplas pesquisas, sendo que a presente análise enfocou-se na compreensão do modo como a ideologia de Segurança Nacional se construiu, consolidou, orientou e determinou a produção dos documentos oficiais da comunidade de informação, expressando uma concepção de mundo que contrapunha-se, ativamente, aos grupos de questionamento/resistência política com o intuito de consolidar sua hegemonia na sociedade brasileira.

APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Fico (2001) analisou os arquivos da Divisão de Segurança e Informação (DSI)⁴, buscando compreender a lógica estrutural que imperava na realidade da comunidade de informações. Segundo o autor, é necessário considerar que o arquivo do DSI, ou no caso do SNI, se constitui enquanto uma coleção de fontes documentais oficiais de um órgão estatal de inteligência interna que se incumbiu de desenvolver investigações, relatórios e informações encomendados pela própria hierarquia tecnoburocrática estatal, almejando combater a *ameaça comunista* (nacional e internacional) e, visando garantir o desenvolvimento econômico e a Segurança Nacional. O autor ainda classifica

Os militares que participaram das comunidades de segurança e informações como um “corpo de especialistas” que, tendo constituído um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo, lograram situar-se como produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto a conduta omissa dos moderadores que os toleraram. (FICO, 2001, p. 21).

Desta forma, torna-se perceptível a relevância que pode ser atribuída a estrutura tecnoburocrática do SNI. Assim, para problematizar

⁴ Conforme apresenta Fico (2014), o DSI foi um dos órgãos de informação, instalado em todos ministérios civis, que apesar estar subordinado de forma hierárquica ao ministro, era mantido sob a superintendência do SNI, sendo que sua principal funcionalidade era produzir as informações encomendadas pelo SNI.

a realidade político-social do contexto de ditadura militar brasileira (1964-1985), utiliza-se como exemplo um dos relatórios do órgão de informações paranaense, no qual se afirma que:

A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens. Ela existiu em todos os episódios da história e todas as gerações tiveram, tem e terão sua época de com ela conviver, desta ou daquela forma, dependendo do momento histórico. Ela se manifesta sempre em torno das instituições políticas, MILITARES, sociais e econômicas de um determinado País, procurando miná-las da base à cúpula, visando, muito ao contrário do aprimoramento, sua destruição no momento oportuno. (PARANÁ, 1975, lauda 7).

O trecho transcrito remete à uma perspectiva de *guerra psicossocial*, contínua e inerente à realidade social, que fundamentou a doutrina *golberyana* de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira. Os estudiosos de Golbery do Couto e Silva (FERNANDES, 2009; KOCH, 1999; LUZ, 2015; MIGUEL, 2002; MUNDIM, 2007) apontam o general como principal intelectual da ESG, protagonista na formulação da DSN e, elucidam o conceito de *guerra total* como um dos principais fundamentos de sua doutrina – *guerra total* era entendida como estado de coisas decorrente do embate entre o *ocidente cristão democrático* e o *oriente ateu comunista*,⁵ no qual as disputas ultrapassariam o limite do embate militar, estendendo-se para os âmbitos político, econômico e cultural.

Ademais, ressalta-se a existência de uma tendência ao consenso dos autores que abordam a temática da comunidade de informações militar (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; QUADRAT, 2012; SAMWAYS, 2014), no que tange ao fato de que a funcionalidade e atuação dos órgãos e técnicos de informação estatais estiveram condicionadas pela perspectiva de *guerra psicossocial*.

Conforme apresenta Rodeghero (2002), o anticomunismo brasileiro se construiu de forma peculiar, tendo em vista a forte influência

⁵ Segundo Löwy (2009) os embates políticos resultantes do conflito internacional da Guerra Fria (1962-1979) culminaram na separação do mundo em dois grandes blocos políticos, de um lado os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América (apresentando tendência de vincular-se a correntes filosóficas positivistas), e do outro os países socialistas, sob o comando da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (inspirados por teóricos do marxismo).

da Igreja Católica nas relações políticas e nos intelectuais nacionais, fato que condicionou suas formulações ideológicas à apresentarem elementos de uma cosmovisão ultramontana⁶ que concebe o liberalismo como elemento percussor da gênese do socialismo/comunismo, que consecutivamente seriam os responsáveis pela desintegração da sociedade fundamentada na moral cristã.

Desta forma é possível considerar que a DSN representou o *fanatismo* de parcelas da burguesia nacional e de seus representantes técnico-burocráticos, e que, inspirando-se em princípios filosóficos capitalista/positivista, esteve

Centrada na questão da bipolaridade mundial – remetida aos desfechos da II Guerra Mundial, a DSN partia da constatação de uma linha divisória entre o “Oriente comunista” e o “Ocidente democrata e cristão”. Essa interpretação da diversidade apontava para a necessidade de adicionar uma contra-ideologia a se antepor ao avanço do ideário comunista. (PELEGRINI, 2000, p. 83).

Acrescenta-se que os fundamentos filosóficos/ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional traziam consigo a tônica da perspectiva de consolidação de sua hegemonia na sociedade civil (FERREIRA, 1979) – a hegemonia é entendida por Gramsci (2011) enquanto a capacidade exercida por um segmento social de dirigir a sociedade civil ao mesmo tempo em que domina a sociedade política, fenômeno que ocorre a partir da imposição da força e da cristalização do consenso social da ideologia que representa o segmento que se pretende hegemônico, portanto, é importante

Constatar que uma interpretação do conceito gramsciano de hegemonia enquanto processo de legitimação conduz diretamente a uma compreensão da hegemonia como estabelecimento de um *consenso* sobre o conjunto da sociedade. Esse “consenso” passará então por “normas sociais provadas”, por um “doutrinamento”, por controles sociais estabelecidos pelos “agentes da persuasão política”. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 81).

⁶ Postura doutrinária imposta pelo Vaticano a partir de 1864, por meio das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, que tinha por preceito a condenação dos denominados *erros modernos*: “o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, ‘o progresso, o liberalismo e a civilização moderna’ (MICELI, 2009, p. 18).

Dentro desta perspectiva é possível conceber o SNI enquanto parte integral, e essencial, de um extenso aparato estatal que tinha por funcionalidade a consolidação do consenso social. Lagôa (1983) realizou um debate acerca do Sistema Nacional de Informações abordando sua gênese e, as transformações ocorridas no órgão estatal no decorrer da ditadura militar. O SNI foi fundado em 1964 pela Lei nº 4.341 e, a princípio

Sua ação se distribuí em três frentes: política, tóxicos e pornografia, segundo a mesma reportagem com base em depoimento de um agente, que considera esses três itens como “vírus perigosos prontos a minar a estrutura militar. Esses vírus são encarados como agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional”. (LAGÔA, 1983, p. 19).

Dentro desta problematização, Fico (2001) realiza apontamentos a respeito da suposta imparcialidade pretendida pelos agentes de informação, apesar de não se consolidar como cerne do debate de sua obra, atentando ao fato de que um grande número de documentos oficiais apresentava subjetividade e, os subsequentes juízos de valores dos técnicos responsáveis pela elaboração dos relatórios.

Cabe, portanto, questionar o modo como esta ideologia capitalista/positivista, que preconizava a *guerra psicossocial*, se construiu e se configurou no contexto paranaense e, como ela condicionou, orientou e determinou a leitura que os agentes de informações do SNI faziam da realidade social.

Samways (2014) analisou, em sua tese de doutorado em História, as produções do SNI, veiculadas em meio a sociedade civil brasileira durante o contexto ditatorial militar, atentando-se ao fenômeno da *paranoia*⁷ que caracterizou a doutrina de Segurança Nacional e o próprio contexto de Guerra Fria (1962-1979) – no qual as Forças Armadas se vislumbravam enquanto inseridas em um inerente e contínuo embate político-ideológico

⁷ O fenômeno da *paranoia* anticomunista é retratado enquanto um sentimento inerente à doutrina de Segurança Nacional, disseminado em parcelas sociais civis e militares, que concebia a existência de uma guerra invisível entre o “comunismo ateu” e a “democracia cristã”, considerando as Forças Armadas como única instituição brasileira capaz de combater as “ameaças” internas e externas e garantir a continuidade de uma ordem social cristã, dos anseios populares e da própria democracia.

internacional, que abrangia distintos campos da vida social (política, economia, cultura).

Samways (2014) utilizou como fontes os relatórios da coleção “Comunismo Internacional”, produzidos para veiculação dentro de diferentes setores estatais e privados – estes documentos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Público do Estado do Paraná. A proposta aqui apresentada se difere de Samways, ao passo em que se pretende analisar as diretrizes filosófico-ideológicas internas da comunidade de informações⁸.

Dentro desta perspectiva, o artigo da historiadora Samantha Quadrat (2012) aborda o processo de formação dos investigadores do SNI, a partir das fontes documentais provenientes do fundo “Informante secreto do regime militar”, composto por apostilas, palestras, gravações de rádio, traduções, encontrando-se disponibilizado de forma digital pelo Arquivo Nacional – suas contribuições são importantes para a avaliação das diretrizes filosóficas da ESG que permearam a formação dos agentes.

A pesquisa proposta parte, então, do pressuposto de problematizar as seguintes questões: Quais os principais elementos filosóficos da doutrina golberyana de Segurança Nacional, e como eles se relacionam com a determinada conjuntura do período analisado? De que forma a concepção de mundo definida pela filosofia/ideologia da ESG perpassou a prática concreta da comunidade de informações na realidade paranaense? Quais foram os principais grupos de questionamento e resistência política do Paraná, perseguidos durante o período de ditadura militar e, quais eram suas vertentes político-ideológicas? A perseguição dos grupos de questionamento/resistência política, por parte dos agentes de informações paranaenses, decorreu do estabelecimento de um embate político-ideológico, que tinha por intuito consolidar a hegemonia da doutrina de Segurança Nacional?

⁸ Os documentos oficiais (relatórios investigativos) provenientes do arquivo do SNI (PR e SC) se constituem enquanto detentores de uma natureza de tipo específico, tendo em vista que sua produção visava um acesso altamente restrito e sigiloso no que tange ao conteúdo exposto, destacando que todos os documentos existentes no arquivo possuem um carimbo de “confidencial”, podendo apresentar, em alguns casos, outro carimbo informando que “toda pessoa que tome conhecimento deste documento fica responsável pela manutenção de seu sigilo” (PARANÁ, 1981, lauda 3).

DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Uma leitura prévia do arquivo paranaense do SNI permite ao pesquisador perceber o modo como formações filosófico-ideológicas anticomunistas, que caracterizaram o período, perpassavam os relatórios oficiais, elaborados pelos próprios agentes de informações. Como forma de exemplificação, utiliza-se a definição que os agentes faziam sobre os supostos métodos de atuação dos sujeitos subversivos:

Os subversivos, com o objetivo único de corromper os responsáveis pela sua guarda, utilizaram os mesmos métodos que, há séculos, vêm usando os aliciadores:

- a máscara da infelicidade, para despertar piedade;
- a docilidade e o encanto da palavra, para despertar confiança e, em consequência, forjar amizades;
- a inteligência, para despertar respeito e, acima de tudo, o dinheiro, para corromper consciências, controlar vontades e conseguir a liberdade de manobra. (PARANÁ, 1976, lauda 4).

O mencionado Inquérito foi instituído com o objetivo de avaliar o estabelecimento de laços de amizade entre policiais militares paranaenses e os presos políticos, supostamente subversivos. O caso esteve permeado por ocorrências julgadas, pelo relator, como incabíveis para a postura militar, tais como: realização de refeições conjuntas (presos e carcereiros); trocas de cartões e presentes em datas comemorativas; e, o estopim, liberação de visitas conjugais e saídas extraoficiais das dependências carcerárias.

A investigação realizada concluiu que o ocorrido decorreu dos baixos níveis de *honestidade* e instrução dos agentes da PM paranaense, que não reconheciam os limites intelectivos próprios, indicando, ainda, a existência de um grau hierárquico na formação intelectual que possibilitaria a exposição de agentes à ideologia subversiva, sem que houvesse a possibilidade de corrupção das ideias doutrinárias. Neste sentido, torna-se relevante distinguir os conceitos de filosofia e ideologia, sendo que

É filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente,

não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediatos; é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar os problemas imediatos e restritos. (GRAMSCI, 2011c, CC 10, § 10, v. 6, p. 302).

A distinção dos conceitos de filosofia e ideologia possibilita apreender o modo pelo qual o discurso oficial (filosofia) da doutrina de Segurança Nacional divergia ou convergia com as formações ideológicas expressas na prática da comunidade de informações – tendo em vista a existência de uma diferenciação no nível de formação intelectual dos agentes de informações, de acordo com a posição hierárquica que assumiam dentro do aparato estatal.

Assim, tendo acesso ao arquivo, a pesquisa iniciou, no segundo semestre de 2015, o processo de análise preliminar das fontes documentais que seguiu as recomendações de André Cellard (2012), atentando-se, desta forma, aos cinco eixos primários que devem ser abordados antes de elaborar o recorte específico da pesquisa: (1) o contexto de produção dos documentos; (2) os autores dos documentos; (3) a autenticidade e confiabilidade do texto; (4) a natureza do texto; (5) conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Salienta-se, ainda, que grande parte dos arquivos contém os dados recolhidos e utilizados para a formulação do relatório, o que permite ao pesquisador distinguir, por meio de uma perspectiva comparativa, a forma como os juízos de valores dos técnicos de informação influenciavam a produção dos documentos oficiais. Destaca-se, portanto, a necessidade da pesquisa abordar e privilegiar o diálogo entre as fontes documentais provenientes dos diferentes grupos, que consolidavam o embate hegemônico no determinado contexto que se visa compreender, ressaltando que

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Deve-se desconfiar de uma análise que se baseia numa pesquisa pobre, na qual o pesquisador só considera alguns elementos do contexto e uma documentação limitada, visando formular explicações

sociais. Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo à elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. (CELLARD, 2012, p. 305).

Neste ponto é importante abarcar os apontamentos de Fico (2001), no que diz respeito da lógica institucional que classificava os níveis de confiabilidade dos documentos oficiais dos órgãos de informação, segundo o autor

Cada informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. A de fonte de informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de uma fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”. (FICO, 2001, p. 95).

Como forma de reconhecer a totalidade da concepção de mundo que caracterizou a atuação prática da comunidade de informações paranaense, na realidade concreta do período analisado, tornou-se imperioso enveredar nas investigações sobre as distinções, ou semelhanças, entre a filosofia oficial da DSN e a forma como ela se consolidou na ideologia militar que direcionou a *práxis* dos agentes. Para tanto, utilizou-se a obra “Geopolítica e Poder” de Golbery do Couto e Silva – edição da Editora UniverCidade (2003) que comporta todas as produções do ideólogo militar.

No processo realizado foram identificados, na obra *golberyana*, os seguintes termos conceituais, considerados como chave para compreender a ideologia exposta pelos agentes do SNI no processo de espionagem e produção de informações:

- *Ocidente cristão*: pressupõe a divisão dicotômica do mundo entre ocidente cristão democrático e oriente ateu comunista, reconhecendo o Brasil como geneticamente ocidental;

- *Subversão*: compreendida como característica inexorável à realidade humana, que decorre de formulações filosófico/ideológicas que intentam deturpar a realidade com o único fim de destruí-la; *guerra total* (extensão do embate entre capitalismo e socialismo para os âmbitos econômico, político e cultural);
- *Segurança Nacional*: intrinsecamente ligada à percepção de guerra total, preconiza a preocupação em consolidar uma ordem social organicamente coesa na sociedade brasileira;
- *Aparelhamento*: expressa exacerbada inquietação com as possibilidades, ou ocorrências efetivas, de inserção de indivíduos subversivos nos órgãos públicos e nos meios de comunicação.

Cabe neste momento exemplificar a maneira como a ideologia anticomunista, dos agentes de informação, perpassa os documentos oficiais dos quais eram incumbidos de redigir, para tanto foi escolhido um relatório referente ao inquérito realizado na Delegacia de Ordem Política e Social de Curitiba (PR) sobre possíveis membros do PCB, no qual se pondera que

A “Célula Motor” da Sociedade é a família e podemo-nos servir dela como exemplo da convivência social. Assim sendo que, o fim de uma família em que não existe princípio de hierarquia consciente e natural de pais para filhos, inspirados no exemplo que aqueles deverão transmitir a esses, e também, em que não haja o respeito mútuo provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem os filhos aos princípios básicos da religião, da moral e da honestidade, fatalmente essa família será conduzida nos caminhos da desagregação e, por conseguinte, da desintegração. Assim como as famílias, são os países e assim como os pais, o governo. (PARANÁ, 1975, lauda 7).

Percebe-se que o autor do relatório oficial, ao analisar a problemática do comunismo no Brasil, exprime seu julgamento ideológico, ao passo em que condiciona a desestabilidade política (que atribuí aos movimentos da esquerda) enquanto fruto de indivíduos religiosa e moralmente frágeis,

responsabilizando ao Estado, assim como o exemplo da família, o papel de garantir uma coesão social fundamentada nesses princípios de ordem social (moral e religião cristã)⁹, gerando um respeito mútuo entre governantes e governados que embasaria a boa funcionalidade e continuidade da sociedade – no decorrer do relatório o agente ainda culpabiliza, de forma enfática, a fragilidade dos governos que antecederam a *revolução de 1964* pela ascensão de movimentos de esquerda na sociedade brasileira.

Determinados princípios filosófico-ideológicos são considerados como características contextuais que configuram um estágio específico do desenvolvimento capitalista brasileiro, que possibilitaram não só a concretização do Golpe de 1964, como suposta ferramenta de combate à *iminente ameaça comunista* do governo de João Goulart, como também a consolidação de “um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem” (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

Assim, define-se que a pesquisa documental apresentada concebe as concepções de mundo como contínuos construtos sócio-históricos, que expressam determinadas particularidades político-ideológicas em decorrência da realidade social concreta imposta aos grupos no estágio de desenvolvimento específico em que se encontram inseridos. Partindo deste princípio, torna-se essencial definir que

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia nem a cultura da história da cultura. No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo – isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente – sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade. (GRAMSCI, 2011a, CC 11, § 12, v. 1, p. 96).

⁹ Neste ponto, é importante retomar a análise de Marx (2010) a respeito de uma característica inerente de movimentos contrarrevolucionários de fundamentar seu combate às mobilizações da esquerda por meio de bandeiras embasadas nos preceitos de “propriedade, família, religião, ordem” (MARX, 2010, p. 28).

Essa perspectiva teórico-analítica das concepções de mundo que coexistem na realidade social de determinado período, demanda que o cientista social parta de uma metodologia materialista histórico-dialética de análise. Deve-se, portanto, fundamentar-se na investigação da maneira como a infraestrutura e a superestrutura se transformaram, em consequência do contínuo processo de desenvolvimento das relações de produção (decorrente da particularidade do modelo econômico do Estado, enquanto parte integrante de um complexo de complexos)¹⁰, reconhecendo que as concepções de mundo são construções históricas, em constante reformulação, que visam interferir diretamente na forma como a humanidade se organiza, entre si e em sua relação com a natureza (MARX; ENGELS, 2007)¹¹.

Ressalta-se, ainda, que para Gramsci (2011b, CC 16, §2, v. 4) a compreensão de uma concepção de mundo específica demanda um estudo aprofundado, com o máximo rigor científico possível, que parta da reconstrução do processo de desenvolvimento intelectual desta forma de pensar, atentando aos elementos básicos implícitos em formulações que o precedem e, que se tornam estáveis e *permanentes* nas formulações que a ele se relacionam. Tal perspectiva exige, por parte do cientista social, o estabelecimento de um recorte temporal que potencialize o entendimento da forma como a concepção de mundo se reformula em decorrência das mudanças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o recente acesso aos documentos oficiais do SNI, cabe às Ciências Sociais levantar determinados questionamentos a respeito da lógica diretiva que imperava nas relações estabelecidas entre este particular aparato estatal (e seus respectivos agentes) e, os diferentes setores da

¹⁰ O processo analítico para definição da particularidade do capitalismo de um Estado inserido na lógica internacional é abordado por Lukács (1978). Enfatizando que nossa análise compartilha da tese de Mazzeo (1999), segundo a qual a particularidade do capitalismo brasileiro reside na via de desenvolvimento prussiano-colonial, que se caracteriza pela dupla subordinação da relação capital-trabalho, e pelo rígido sistema político de tipo autocrático-burguês. No que tange ao conceito de complexo de complexos, ressalta-se a importância das contribuições de Mészáros (2014) a respeito da lógica sociometabólica de reprodução do capital.

¹¹ Neste ponto, é de extrema importância reconhecer que a leitura marxiana em “A Ideologia Alemã” parte do reconhecimento da ideologia enquanto ferramenta de reprodução da dominação de classe, “falsamento da realidade”, sendo relevante apropriação das contribuições leninistas da ampliação conceitual das ideologias enquanto representações potenciais das distintas classes sociais (LÖWY, 1995).

sociedade civil, principalmente os movimentos de questionamento/resistência política. Em especial no que se refere às repercussões do embate político-ideológico, que caracterizou o período de Guerra Fria na realidade ditatorial brasileira. Ou seja, da forma como o *fanatismo*, ou *paranoia*, anticomunista se configurou na atuação dos agentes de informação do SNI e na relação consolidada entre o SNI e os grupos de questionamento e/ou resistência política.

O levantamento bibliográfico permitiu discernir que a maior parte das pesquisas centradas especificamente no estudo do SNI pertence ao campo da História, destacando que o trabalho de Lagôa (1983) é da área do jornalismo, e que dos trabalhos apresentados apenas o livro de Carlos Fico (2001), a tese de Samways (2014) e o artigo de Quadrat (2012) trabalham de fato com fontes documentais oficiais oriundas dos órgãos de informação da ditadura militar brasileira.

Destaca-se, portanto, um novo horizonte de possibilidades analíticas para as Ciências Sociais em decorrência do acesso, até então restrito, às fontes documentais provenientes do contexto de ditadura militar, destacando o arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Paraná (PR) e de Santa Catarina (SC).

Desta forma, a presente pesquisa fundamenta-se no desenvolvimento de cinco grandes etapas, sendo que a primeira consiste na análise aprofundada da obra de Golbery do Couto e Silva (2003) para verificação de validade das conceituações atribuídas aos termos chaves (elencados no tópico anterior) que embasaram sua filosofia de segurança nacional, avaliando, ainda, a maneira como a via de desenvolvimento brasileira (prussiano-colonial) e o estágio de desenvolvimento do complexo de complexos capitalista do período (imerso na perspectiva de guerra fria) condicionaram e limitaram as suas formulações filosófico-ideológicas.

A segunda etapa consiste na análise comparativa da doutrina *golberyana* e a ideologia exposta na *práxis* da comunidade de informações paranaense, visando avaliar a forma como os conceitos de Golbery perpassaram, de forma explícita ou implícita, a fundamentação interpretativa dos agentes da repressão no processo de elaboração de seus relatórios oficiais (pressupostamente neutros). Nesta etapa, também são consideradas as particularidades políticas, sociais e econômicas das relações históricas do Estado do Paraná com o complexo brasileiro.

Dentro da perspectiva de trato dos arquivos inéditos da repressão militar, destaca-se a necessidade de classificar os principais grupos e movimentos de questionamento/resistência política que permearam a realidade paranaense do período, explicitando suas principais bandeiras sócio-políticas e valorizando seu papel histórico na luta pela redemocratização da sociedade brasileira – princípio que constitui a terceira etapa da pesquisa.

A partir disto, a quarta etapa consiste na análise qualitativa das formulações ideológicas dos agentes de informações, atentando as distorções interpretativas dos grupos e movimentos que configuraram a conjuntura em questão, demonstrando o alastramento, ou não, da concepção de subversão, decorrente da perspectiva de Segurança Nacional, para vertentes políticas ligadas ao liberalismo e ao nacionalismo (além do socialismo e comunismo). Buscando compreender se houve, ou não, uma tentativa de repressão de qualquer perspectiva filosófico-ideológica que divergisse dos princípios de coesão orgânica preconizados pela doutrina de Segurança Nacional.

Por fim, a última etapa se incumbe de realizar uma análise comparativa que avalie se os resultados obtidos na análise da realidade paranaense são concomitantes com os disponibilizados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) e no Relatório da Comissão Estadual da Verdade/PR (2016).

Ressalta-se, ainda, a importância de as Ciências Humanas e Sociais retomarem as análises para a compreensão das formações político-ideológicas anticomunistas, principalmente pró-militaristas, tendo em vista a atual conjuntura política brasileira, na qual é possível distinguir uma retomada e fortalecimento de movimentos intervencionistas¹².

¹² Como exemplo de um episódio marcante que demonstra o fortalecimento destes grupos intervencionistas citamos a invasão do plenário da Câmara dos Deputados, ocorrido em novembro de 2016.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, nov. 2011.

BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.

BUCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

FAGUNDES, P. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 295-316, jul./dez. 2013.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.

FERREIRA, O. S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. In: CRIPPA, A. *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. v. 2. p. 249-289.

FICO, C. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 1.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 4.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. v. 6.

KOCH, A. M. *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*. 1999. Dissertação (Mestrado em Estudos Iberoamericanos) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 1999.

LAGÔA, A. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LUZ, A. F. Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 22, p. 350-360, 2015.
- MAGALHÃES, M. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
- MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martins Claret, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MICELI, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MIGUEL, L. F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Århus, Denmark, n. 5, p. 40-56, 2002.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.
- MUNDIM, L. F. C. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informação. *Inquérito visando comprometimento de militantes do PCB no Paraná*. ACT/ACE 1022/81. 17 nov. 1975. 62 laudas (NDPH-UEL).
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *ACT/ACE 1012/81*, 20 maio 1981.
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Saídas Irregulares de Presos Subversivos*. ACT/ACE 1082-81. 07 jun. 1976. 47 laudas (NDPH-UEL).
- PELEGRINI, S. C. A. A censura e os embates contra um inimigo em potencial. In: ROLIM, R. C. et al. (org). *História, Espaço e Meio Ambiente: VI Encontro Regional de História*. Maringá: ANPUH-PR, 2000. p. 81-100.
- QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

SAMWAYS, D. T. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, G. do C. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, W. T. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações – cultura e comunidade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 62-80, jan./jun. 2014.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MARCONI, P. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MAY, T. *Pesquisa Social: questões métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

A UNE SOMOS NÓS: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA “ERA COLLOR”

Jordana de Souza Santos

I

Quando falamos em Movimento Estudantil (ME), logo nos vem à memória as manifestações ocorridas durante a Ditadura Militar, principalmente no ano de 1968 em que a repressão se intensificou com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e não somente os estudantes, mas qualquer partido ou movimento de oposição foi duramente perseguido. Outro acontecimento marcante para a história do ME foram os protestos pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Em nossa Dissertação de Mestrado¹ e Monografia de Conclusão de Curso², analisamos o primeiro período, ou seja, o ME nos tempos da Ditadura Militar, portanto, nossa atual pesquisa corresponde à continuação desses estudos com foco agora no ME do “Fora Collor”.

¹ SANTOS, Jordana de Souza. *A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70*. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

² SANTOS, Jordana de Souza. *Unidade e diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. 2006. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

É importante destacar que muitos trabalhos acadêmicos encontrados durante nossa pesquisa analisam o ME durante o regime militar. Os trabalhos que analisam a participação estudantil no “Fora Collor” ou até mesmo nos anos 1990 em diante, localizam-se, em sua maioria, num campo diverso da teoria marxista. Muitos estão inseridos na área da Educação, Psicologia Social, História, e seguem vertentes teóricas como “teoria do reconhecimento” (Axel Honneth), “teoria da ação comunicativa” (Jurger Habermas), “habitus” (Pierre Bourdieu) etc. Além do que, estes trabalhos, na maioria das vezes, são poucos analíticos, estando atentos à simples descrição dos acontecimentos, privilegiando uma interpretação do ME próxima daquela realizada pelos meios de comunicação.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é refletir sobre os motivos pelos quais os estudantes saíram às ruas pedindo o impeachment de Collor com tanto entusiasmo a ponto de serem os protagonistas destes protestos. Será que os estudantes estavam sendo massa de manobra dos partidos políticos que lideravam as entidades estudantis? Será que foram às ruas devido ao clima de carnaval e descontração descrito pela imprensa? Afinal, por que os estudantes encheram as ruas pedindo “Fora Collor”?

Para esta pesquisa foram feitas consulta aos acervos online dos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, além dos sites da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Também foram entrevistados ex-militantes do ME que participaram do “Fora Collor”. Além disso, foram pesquisados documentos estudantis do período das principais entidades, partidos, organizações políticas, coletivos estudantis etc. A pesquisa de documentos foi feita no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMOJ), Arquivo de Memória do Movimento Operário no Rio de Janeiro (AMORJ) e na Fundação Perseu Abramo.

Analisando os documentos estudantis e após a realização das entrevistas, observamos quão ricas foram as manifestações pelo “Fora Collor” para o reconhecimento do ME que estava apagado no cenário político. É claro que este descenso do ME no início da década de 1990 que, segundo a imprensa da época, vinha ocorrendo desde a década anterior, não correspondia à realidade. A organização e mobilização estudantil vinha crescendo e não decaindo desde a década de 1980. Isto porque a década de 1980 foi de grande mobilização popular com a campanha das

Diretas Já!, a luta pela Assembleia Constituinte, pelo fim do regime militar. Houve também o crescimento do movimento dos trabalhadores e dos partidos de oposição como o PT (Partido dos Trabalhadores) cujas greves e manifestações eram corriqueiras.

Do lado do ME houve a reconstrução da UNE em 1979 e da UBES em 1981 que tinham sido extintas pelos militares, a luta contra o aumento abusivo das mensalidades, por mais verbas para a educação, pelo ensino público e de qualidade etc. À primeira vista, pode-se inferir que as lutas estudantis apareciam em segundo plano diante da vultuosidade das manifestações dos trabalhadores. No entanto, os estudantes não deixaram suas lutas de lado, ainda que tivessem participado das lutas de caráter global como a campanha por eleições diretas. Foi justamente esta atenção às lutas estudantis que propiciou a reorganização do ME depois de tanta perseguição, repressão e tentativas de desmantelamento pela repressão dos militares.

Ao compreendermos que o ME passou por um longo e complexo processo de reorganização desde 1979 e que entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 houve muitas manifestações estudantis, principalmente contra o aumento das mensalidades escolares que reuniam pais e alunos, fica fácil imaginarmos que a “explosão” estudantil ocorrida em 1992 não foi espontânea, mas possuía antecedentes. Com isso, não se trata apenas de desmistificar o que a grande imprensa noticiava, mas também de compreender a importância dos movimentos de juventude e suas particularidades.

Os jornais pesquisados, especialmente a Folha de São Paulo, analisavam as manifestações estudantis como meramente festivas e fragmentadas, destacando ainda que as lideranças do ME como Lindbergh Farias eram antiquados, pois tinham um discurso esquerdista tido como ultrapassado. Por isso, estes meios de comunicação entendiam que os estudantes estavam se manifestando apenas por diversão, afinal, a juventude dos anos 1990 era tida como alienada e despolitizada.

Fato é que nem a imprensa nem a sociedade como um todo esperavam que os estudantes “saíssem na frente” entoando o coro do “Fora Collor”. Nem mesmo os estudantes, como afirmam nossos entrevistados Elizeu Lopes e Reinaldo Botelho ao lembrarem da primeira manifestação pró-impeachment ocorrida em 11 de agosto de 1992. Neste dia, a UBES tinha organizado uma manifestação para debater sobre o governo Collor

e seus filiados percorreram as escolas públicas e privadas comunicando sobre o evento. O que era para ser uma manifestação pequena tomou grandes proporções, conforme nossos entrevistados, e se tornou a primeira manifestação pró-impeachment.

Embora muitos jovens e estudantes tivessem aderido às manifestações por acaso ou por curiosidade, é importante destacar que todos os nossos entrevistados afirmaram que havia uma necessidade de lutar, de “por pra fora” o que tinha ficado reprimido durante os anos passados. A geração dos anos 1990 não era despolitizada e nem o ME estava estagnado. A crise econômica e o programa de governo antipopular de Collor agravam o descontentamento por parte da sociedade e dos estudantes que sofriam com a situação das universidades públicas com redução das verbas e das universidades privadas com altas mensalidades e má qualidade. Portanto, havia muitos motivos para os estudantes se manifestarem contra o governo Collor.

Entendemos que a “explosão” estudantil no “Fora Collor” foi possível porque esta era uma bandeira que unificava o ME. As reivindicações específicas relacionadas à educação que afetavam diretamente os estudantes eram o grande estímulo para as manifestações estudantis. Entretanto, somente quando o ME levantou a bandeira do “Fora Collor” é que houve ampla participação. Como afirmou Foracchi (1972), o ME não tem poder de exercer pressão sobre a sociedade, mas os estudantes são afetados pelas contradições sociais e isto pode ser um fator de conscientização. Embora sejam as lutas cotidianas que mobilizem os estudantes, somente as lutas gerais que abarcam diversos setores sociais podem dar o tom político e necessário para que as lutas estudantis ultrapassem os muros das universidades.

Para que a luta estudantil ganhe amplitude e o ME possa assumir um caráter “revolucionário”, deve haver uma identificação entre a luta específica e as lutas gerais em que os estudantes passam a compreender que a crise da universidade possui raízes na crise do sistema. Desse modo, não bastaria lutar apenas no âmbito institucional, mas também buscar atingir mudanças externas que surtiriam efeitos na sociedade como um todo. O ME saiu vitorioso do “Fora Collor” não apenas porque o impeachment se concretizou, mas porque esta pauta unificou a luta estudantil, dando maior

visibilidade às entidades e almejando mudanças em todos os âmbitos, não apenas em relação ao atendimento das reivindicações estudantis.

II

Analizamos o ME como um movimento social inserido na dinâmica da luta de classes, buscando compreender os protestos estudantis enquanto resposta às políticas neoliberais adotadas pelo governo Collor. A pergunta que lançamos é: por que o ME foi a “fagulha” dos protestos do “Fora Collor”? Ao lançarmos esta questão, consideramos que o protagonismo do ME foi devido à sua característica de ser um movimento social que “sai na frente” visto que possui maior capacidade de mobilização. É fato que é mais fácil mobilizar jovens estudantes do que trabalhadores. Ademais, a juventude detém uma impetuosidade e uma radicalidade próprias desta etapa da vida.

Para respondermos esta questão formulamos uma hipótese geral que se refere às possíveis causas deste protagonismo do ME que seriam: a trajetória de reorganização do ME percorrida pelos estudantes desde a reconstrução da UNE em 1979 e da UBES em 1981; e as características definidoras da juventude dos anos 1990, uma geração marcada pela glória das gerações passadas que fizeram história manifestando-se contra a censura e a repressão da Ditadura Militar.

Além desta hipótese geral, temos as específicas que complementam a análise sobre o ME como movimento social e o seu papel nas lutas de resistência ao sistema do capital: o ME manifestou-se favorável ao impeachment de Collor por considerar que o programa neoliberal do governo ameaçava a democracia, os interesses populares e nacionais e as demandas específicas relativas aos estudantes.

Diferentemente da maioria dos trabalhos acadêmicos pesquisados que tratam do ME, esta tese pautou-se, sobretudo, na centralidade do trabalho e na compreensão da dinâmica da luta de classes. Este referencial teórico está em consonância com ao argumento que defendemos de que as manifestações estudantis do “Fora Collor” possuem uma causalidade

histórica ao considerarmos que são fruto de um processo de reorganização e articulação política que o ME vinha passando desde 1979.

Esta noção de causalidade histórica atribuímos ao método do materialismo histórico-dialético no que diz respeito à concepção da realidade e do indivíduo como frutos de um processo histórico e que está em constante movimento. Por isso, o ME e as formas de manifestação da juventude só podem ser compreendidas como partes de um processo histórico, partes que tomadas isoladamente, numa abordagem dialética, nos auxiliam a compreender o todo da qual constituem.

Além disso, outro aspecto abordado nesta tese é sobre o caráter revolucionário do ME. O ME deve representar a todos os estudantes, de diversas classes sociais e ideologias e isto representa um desafio para as entidades estudantis. Em meio à pluralidade entre seus membros e à transitoriedade desta fase da vida do indivíduo, o ME, para se manter combativo e crítico, deve ainda enfrentar o desafio de se firmar no campo das lutas de resistência ao sistema do capital. Consideramos isto um desafio à medida que o avanço das chamadas teorias pós-modernas com seus ideais de fim da história e fim do sujeito revolucionário desqualificam as categorias marxianas da centralidade do trabalho e da totalidade. Ainda que os estudantes não sejam os sujeitos revolucionários e lutem por reivindicações específicas, o ME pode (e deve) vincular suas lutas às lutas de resistência do sistema do capital. Afinal, a lógica deste sistema invadiu as universidades e escolas, incentivando o produtivismo, o tecnicismo, priorizando áreas afins à lógica de mercado, além da queda na qualidade do ensino e de estrutura pela não contratação de professores, pelo corte de verbas etc.

Com base no pensamento marxiano, as lutas de caráter reformista, como as lutas estudantis, da mesma forma que podem contribuir para a pacificação ou reiteração daquilo que se pretendia mudar, podem ter o efeito o contrário, isto é, fortalecer as lutas anticapitalistas a partir do momento em que podem, “dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo” (GALVÃO, 2011, p. 115).

Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos [...]. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores

não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes. (GALVÃO, 2011, p. 115).

As lutas dos movimentos sociais específicos, embora não ameacem o sistema de reprodução do capital, produzem certo impacto político. Em relação ao “Fora Collor”, existe maior impacto político do que a saída de um Presidente após repetidos protestos? Tirar o Presidente não significa tomar o poder e não era o ME que deveria formular uma estratégia revolucionária, caso existisse esta possibilidade. Mas não podemos negar que os movimentos sociais classistas ou policlassistas podem contribuir para a luta de resistência ao capital e isto ocorre quando vinculam suas reivindicações às tensões entre capital e trabalho.

No caso específico do impeachment de Collor, entendemos que o ME vinculou suas reivindicações específicas às lutas contra o projeto neoliberal em curso. As lutas contra o neoliberalismo se espalharam pelo continente latino americano durante os anos 1990, surgindo uma série de movimentos sociais originados entre as classes dominadas como piqueteiros na Argentina, os zapatistas no México, o MST no Brasil, os protestos indígenas na Bolívia, Peru, Equador (GALVÃO, 2008). Estes movimentos sociais tiveram importância ao se constituírem como movimentos contrários à lógica do capital, contribuindo com a luta contra este sistema. A mobilização estudantil teve influências da conjuntura política que assolava todo o continente latino americano. As políticas neoliberais eram a feição imediata da tensão entre capital e trabalho, por isso, os movimentos sociais latino-americanos se destacaram ao combaterem o neoliberalismo.

Podemos dizer que o “Fora Collor” foi a última grande manifestação estudantil. Depois do impeachment, os estudantes continuaram se manifestando contra os governos de Fernando Henrique Cardoso que aprofundou o projeto neoliberal cuja marca principal foram as privatizações. Mesmo assim, o ME não conseguiu recuperar a ascensão que teve no início dos anos 1990. Não há como analisar todas as possíveis causas desse descenso da luta estudantil que perdura até os dias de hoje, de modo que escolhemos, em nossa tese, investigar este descenso como consequência do avanço das chamadas teorias pós-modernas.

O proletariado é o sujeito revolucionário cuja existência preconiza a dissolução da sociedade burguesa e do sistema do capital, este é o sentido da sua existência e a teoria que coloca este papel revolucionário ao proletariado nada mais é do que a expressão pensada do próprio processo revolucionário, portanto, válida a partir do momento que pode ser verificada na prática. Considerar o proletariado enquanto sujeito revolucionário requer a categoria da centralidade do trabalho como necessária para se pensar os processos de mudanças sociais e questionamento da ordem vigente uma vez que, de acordo com o pensamento marxiano, as relações de produção de toda sociedade formam um conjunto e são a chave do conhecimento histórico das relações sociais (MARX, 2008). A investigação científica, partindo deste pressuposto considera o ponto de vista da totalidade e não da predominância das causas econômicas como afirmam as críticas reducionistas de autores ligados a outras perspectivas teóricas.

A totalidade concreta é a síntese de múltiplas determinações, aparece desta forma no pensamento, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida (MARX, 2008, p. 259). Parte-se dos fatos isolados, abstraídos para compreender o concreto. Parte-se de categorias simples como o valor de troca, que pressupõe uma população, determinadas relações de trabalho, para compreender categorias mais complexas como o Estado, o mercado.

A noção de totalidade é determinante para compreender o método marxiano e é o elemento chave da crítica dos chamados autores pós-modernos que, em linhas gerais, desconsideram a perspectiva histórica na análise do ser social, da realidade. Essas teorias objetivam justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, apelam ao fragmentário, ao efêmero e desqualificam a luta de classes, a revolução social, cumprindo uma função ideológica (COUTINHO, 2010).

É este pensamento que se expande pela sociedade e pelas universidades do qual argumentamos ser responsável pela desmobilização dos movimentos sociais, inclusive do ME. Ainda que as reivindicações que mobilizam os estudantes sejam as que estão atreladas à vida cotidiana, à luta específica, não podemos negar que o ME também faz a crítica ao sistema capitalista e que esta crítica é levada ao movimento pelos militantes de partidos e grupos de esquerda. Deste modo, não consideramos que a partidarização do ME seja um elemento que proporcione desmobilização.

Pelo contrário, os partidos e organizações políticas de diversas orientações ideológicas que estão presentes no ME, possibilitam o debate democrático e a politização dos estudantes.

É curioso que quando são atribuídas à partidarização do ME a causas pelo afastamento entre a base e a vanguarda e, por conseguinte, a desmobilização e o desinteresse pela participação política, esta crítica é dirigida somente aos partidos e organizações de esquerda. Ou seja, é uma crítica de viés ideológico, próprio dos estudos que classificam a concepção materialista histórica como ultrapassada e autoritária ao acusar quem defende esta concepção como propagadores da ideologia do pensamento único. Mas não são justamente os autores críticos desta concepção que defendem o fim da história e a vitória absoluta do capitalismo, o que corresponde a afirmar que não há saída para a humanidade e todas as teorias que dizem ao contrário são inválidas?

Mais do que nunca, a tarefa dos intelectuais hoje em dia consiste em desmentir as críticas baseadas nos paradigmas dominantes. O ME também é atingido pelas lutas sociais fragmentadas que têm ocupado espaço considerável na mobilização estudantil. As lutas das chamadas minorias sociais devem ser incorporadas, certamente, porém, não se deve perder de vista que estas lutas devem ser também lutas de resistência ao sistema do capital.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. *Estruturalismo e Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FORACCHI, M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p. 107- 126, 2011.
- GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul./dez. 2008.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da econômica política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: BORÓN, A. A.; SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- CINTRA, A; MARQUES, R. *UBES: uma rebeldia consequente*. Projeto Memória do Movimento Estudantil. 2015. Disponível em: www.ubes.org.br/memoria/publicacoes. Acesso em: 13 abr. 2018.
- DELLA VECHIA, R. S. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977-1985)*. 2011. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2011.
- DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (org). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- FERNANDES, F. (org.). *Marx, Hegel: história*. São Paulo: Ática, 1984.
- FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1977.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACIEL, D. O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, Goiânia, ano 13, n. 11, dez. 2011. Disponível em: https://projetos.extras.ufg.br/joomla_proec/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_o_governo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2017.
- MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *Manifesto Comunista*. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I: o processo de produção do capital.
- MULLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, Espírito Santo, v. 32, p. 128-147, 2014. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/8372/5949>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

DOCUMENTOS PESQUISADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Alunos da Cásper Líbero mantêm acampamento”. *Diário Popular*, 20 de agosto de 1992. (Dossiê Movimento Estudantil).

“Nossa Voz – abril/1993”. (Dossiê Movimento Estudantil).

“O Onze de Agosto. Jornal da Faculdade de Direito da USP – junho/1992”. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Pelo Brasil que a gente quer. Fora Collor e Marçílio (29/09/1992)”. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Protesto adolescente tem todas as caras”, Folha de São Paulo, 02/09/1992. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Revista da Folha”. (Dossiê Movimento Estudantil).

“Santa Úrsula continua ocupada”. *Jornal do Brasil*, 08/09/1992. (Dossiê Movimento Estudantil).

DOCUMENTOS PESQUISADOS NO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE (CEMJ).

“Boletim da UNE” – 1992.

“Boletim da UNE – A ciência na UTI e Collor na CPI – julho/1992”

“Boletim da UNE – a UNE é anti-collor – novembro de 1990”.

“DCE - Radicalizar nossa luta para barrar o aumento – s/d”.

“Jornal do DCE da UFRGS – nº4 novembro/dezembro/1991”

“Jornal da UEE – novembro de 1992”.

“Organizando para desorganizar (propostas para o 45º Congresso da UNE)” – 1997.

“O Plano Collor e as universidades” – sem data, sem autoria

“Pro que der e vier – Propostas para o 42º Congresso da UNE – 28 a 31 de maio – Niterói – RJ”.

“Redução das mensalidades já”! – sem data.

“Resoluções da reunião da Direção Executiva da UNE – 23 de março de 1990”.

“RESOLUÇÕES DO 42º CONGRESSO DA UNE – 28 A 31 DE MAIO DE 1992”

DOCUMENTOS PESQUISADO NO ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ).

“37º Congresso da UNE – Teses do DCE da UFRJ - GESTÃO ALERTA, JACARÉ PARADO VIRA BOLSA.” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.01 DIREÇÃO).

“A UNIVERSIDADE NOS TEMPOS DE COLLERA – Propostas para o 41º Congresso da UNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4.2. ENVELOPE - DOCUMENTOS DO 41, 42 e 43 CONGRESSOS).

“FORA COLLOR! EM LEGÍTIMA DEFESA DA UNIVERSIDADE – JUVENTUDE REVOLUÇÃO – CONTRIBUIÇÃO AO 42º CONUNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“Liberdade e Luta: todos ao Congresso da UNE” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“Por uma UNE desaparelhada, de lutas e de massas (1984)”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.2 SOBRE A UNE).

“Pra fazer Acontecer – 41º Congresso da UNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4.2. ENVELOPE - DOCUMENTOS DO 41, 42 e 43 CONGRESSOS).

“UNE: a esquerda na universidade”. Revista Veja, 10/10/1979. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.2 SOBRE A UNE).

“UNE – 32º CONGRESSO” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“UNE livre – oposição ao ensino pago (1986)” (FUNDO MOVIMENTO ESTUDANTIL).

JORNAIS

FOLHA DE SÃO PAULO. Acervo digital. Disponível em: www.folha.uol.br.

JORNAL DO BRASIL. Acervo digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>.

DEPOIMENTOS

- Ana Cláudia Costa Guedes, concedido à autora em 28/03/2018. Ana Cláudia é militante do PC do B desde 1989. Participou do ME na Unesp, campus de Marília, a partir de 1992 enquanto estudante do curso de Pedagogia. Participou dos congressos da UNE e dos protestos pelo impeachment na cidade de Marília, interior de São Paulo.
- Ana Paula Bernardes, concedido à autora em 22/04/2018. Foi vice-presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP em 1991 numa chapa composta por diversos partidos. Era filiada ao PSDB e em 1993, já filiada ao PC do B, participou da Diretoria da UNE na gestão do presidente Orlando Silva.
- Cláudia Rodrigues de Oliveira, concedido à autora em 19/03/2018. Cláudia filiou-se ao PC do B em 1989 quando tinha 17 anos de idade e trabalhava como doméstica na cidade de Guarulhos-SP. Participou do movimento secundarista enquanto dirigente da UJS.
- Cecília Amaral Lotufo, concedido à autora em 20/04/2018. Cecília era estudante secundarista em 1992 e não era filiada a partido político, tendo participado de algumas reuniões da UBES e da UNE. Suas maiores atividades políticas na época se concentraram dentro do tradicional colégio paulistano Oswald de Andrade pelo grêmio estudantil, “boca de urna” a favor de Lula nas eleições de 1989 e as passeatas pelo impeachment em que ficou conhecida como “musa” do “Fora Collor”.
- Darlan Montenegro, concedido à autora em 22/03/018. Darlan foi filiado ao PT. Participou do ME secundarista no Rio de Janeiro e no ME universitário na USP. Foi vice-presidente da UNE em 1993/1995, na gestão de Orlando Silva.
- Edilaine de Gois Tedeschi, concedido à autora em 05/05/2018. Edilaine participou das atividades do grêmio estudantil do Colégio Estadual Professor Antonio Herrera, na cidade de Itu (SP), como representante de turma nos anos de 1983 a 1985. Não era filiada a partido político.
- Elizeu Soares Lopes, concedido à autora em 06/03/2018. Foi filiado ao PC do B. Participou do ME secundarista de 1986 a 1993. No ME universitário, participou na condição de dirigente da UJS. Foi presidente da UMES-Mogi das Cruzes, da UPES, foi da direção da UBES;
- João Eduardo Gaspar, concedido à autora em 01/03/2018. João Gaspar é militante do PC do B e participou do ME no período de 1992 a 1998. Participou dos congressos da UNE e UBES no período
- Mauro Panzera, concedido à autora em 15/03/2018. Mauro é filiado ao PC do B e foi um dos destacados líderes estudantis dos anos 90, participando ativamente do ME desde 1987 até 1994. Em depoimento, afirmou ter sido Coordenador Geral da UBES na gestão de 1992-1993, porém, no site oficial da entidade (www.ubes.org.br), aparece como Presidente no ano de 1992. Acesso: 20/04/2018.

- Reinaldo Botelho, concedido à autora em 05/03/2018. Foi militante do PC do B. Participou do ME secundarista de 1989 a 1993. Foi dirigente da UBES e da UJS entre 1991 e 1992. Foi presidente da UMES-Santo André em 1990.
- Virgílio Alencar Santana, concedido à autora em 20/03/2018. Iniciou a militância no movimento estudantil secundarista em 1979. Filiou-se ao PC do B em 1980. Participou do grêmio estudantil em Goiânia em 1980. Foi diretor da UBES em 1981 e 1983.

EM BUSCA DE UM CONSENSO – A REVISTA TECNOLOGIA & DEFESA COMO EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.

João Vicente Nascimento Lins

INTRODUÇÃO

A criação de um Ministério da Defesa com comando civil é uma demanda antiga da sociedade brasileira. A despeito de algumas tentativas históricas¹, somente em 1999, no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é que a pasta é criada. Há nessa ideia de um Ministro civil, comandando os militares, a concepção de que uma ameaça de golpe militar desapareça do horizonte histórico do país. Sua criação igualmente, advém de uma necessidade política em aplicar as reformas estruturais de cunho neoliberal, principalmente no que diz respeito à reconfiguração do papel do Estado na economia.

¹ A rigor, houve tentativas de se criar o Ministério em outros períodos da história brasileira, e a Constituição de 1946 citava a criação de um Ministério da Defesa, o que acabou se concretizando na instituição do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em 1967, o então presidente Marechal Castelo Branco assinou um decreto, no qual pedia estudos para embasar a criação de um Ministério das Forças Armadas. O assunto é retomado então nos debates da Constituinte entre 1986-1988, sem, no entanto, haver um consenso, já que havia o temor de que a perda de prestígio dos militares fosse visto por eles como um possível fator para um novo golpe de Estado.

Todavia a pasta da Defesa demorou a se consolidar. No período que engloba sua criação, em 1999, até o episódio chamado de “caos aéreo” em 2007, houve uma sucessão de ministros civis, que entraram em atritos com os comandos militares.

Para comandar o setor, nos anos iniciais, Fernando Henrique Cardoso escolheu nomes como o de Elcio Alvares e Geraldo Magela Quintão. Ambos não possuíam experiência, e suas gestões ficaram marcadas por embates com os comandantes militares e reclamações sobre o congelamento de salários, confluindo para não concretizarem-se políticas específicas da área. Situação diferente ocorre com Luiz Inácio Lula da Silva, que quando assume a presidência em 2003, indica José Viegas Filho, um diplomata de carreira, embora sem experiência na área. Seu objetivo com a indicação era que o ministro firmasse um diálogo constante do MD com outros ministérios, visando sua consolidação e o reaparelhamento das forças armadas, capitaneado por uma revitalização da indústria de defesa. A primeira ação de Viegas é convocar um ciclo de debates para discutir a defesa e a segurança do país. Foram chamados militares, políticos, pesquisadores, jornalistas e empresários do setor. O resultado foi compilado em uma coleção intitulada “Pensamento brasileiro em defesa e segurança”, cujo objetivo era propiciar discussões que dessem substrato para a elaboração da *Estratégia Nacional de Defesa* (END). No entanto, a queda de Viegas no ano seguinte ao seminário, em 2004, dificultou a elaboração do documento final. (ZAVERRUCHA, 2005, p.109-111).

No seu lugar assume o Vice-Presidente José Alencar, uma indicação que trazia prestígio ao meio militar, afinal é o Vice-Presidente em pessoa o responsável por dirigir as Forças Armadas. Apesar dele também não possuir experiência no assunto, a insubordinação e os atritos diminuíram durante sua passagem no órgão. Outro feito de sua administração foi publicar a *Política Nacional de Defesa* (PND), um documento que pontua a imagem que o país possui em escala regional, hemisférica e global no que diz respeito à segurança e defesa. O documento foi dividido em sete pontos, sendo que dentre eles encontra-se:

6. OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA

[...]VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais. (2005, p. 6).

Em 2006, José Alencar deixa o comando do ministério para concorrer a eleição novamente ao lado de Lula. Em seu lugar, assume Waldir Pires. Sua gestão foi marcada por problemas no setor da aviação civil, o maior deles é o episódio apelidado pela imprensa de “caos aéreo”, que contribuiu para a sua queda, logo em seguida. Em seu lugar entrou Nelson Jobim, que estabelece um diálogo profícuo com os militares, permanecendo no cargo no governo de Dilma Roussef, sucessora de Lula. Durante sua administração serão publicados a *Estratégia Nacional de Defesa* (END), e o *Livro Branco*, que junto da *Política Nacional de Defesa* constituem o pilar das ações do país para sua defesa e segurança.

A *Estratégia Nacional de Defesa* se organiza em três eixos estruturantes, o segundo deles direcionado para a: “[...] reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas, apoie-se em tecnologias sob o domínio nacional” (2008, p. 10). Todos os documentos subsequentes do Ministério – no caso a *Política Nacional de Defesa* e o *Livro Branco de Defesa Nacional* – trarão como ponto principal, o rearmamento das Forças Armadas brasileiras, abastecida por uma Indústria de Defesa revitalizada.

Tal proposta foi construída através de um longo processo de luta nos bastidores, já que o objetivo em busca é o benefício econômico de um setor da burguesia nacional. Esse tipo de ação não envolveu apenas empresários da área, mas outros profissionais como jornalistas, pesquisadores, advogados, políticos, funcionários públicos e no caso específico do Ministério da Defesa, os Militares. Forma-se então um grupo

de pressão, que tem a necessidade de ampliar bases legitimadoras dessa política em outros setores da sociedade.

O MILITARISMO COMO SOLUÇÃO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Partindo-se desse princípio, chega-se a uma hipótese de que a consolidação desse ministério origina-se da afluência de dois projetos, que sustenta nessa política de defesa: primeiro, por parte dos civis, envolve transformá-lo em um órgão, à exemplo de seus pares, que age na transferência do fundo público para empresas privadas de quantias que possibilitem às empresas expandirem-se e fugir de uma das principais contradições do processo de reprodução do capital, a chamada “queda tendencial da taxa de lucros” (MARX, 2008). O segundo intento, por parte dos militares brasileiros – envolve o desenvolvimento do país e consequente elevação dele enquanto uma potência – pela criação de um polo industrial poderoso, de altíssimo nível tecnológico e com uma indústria de defesa que o acompanhe.

Essa hipótese é edificada partindo da teoria aventada por István Mészáros. Em sua obra “Para além do capital”, ele examina o capitalismo contemporâneo, levando adiante a análise feita por Karl Marx. Do século XIX para o fim do século XX, o modo de produção capitalista processou inúmeras transformações, para escapar de suas contradições inerentes (MÉSZÁROS, 2009). Nesse sentido uma das maneiras de escoar-se dos momentos de crise, como apontado por Lenin (2012), é um processo volumoso de concentração de capital, com poucas empresas dominando cadeias produtivas completas de recursos fundamentais para a sociedade. Num outro eixo, apontado historicamente por Rosa Luxemburg (1988), o capital busca no Estado e nas compras feitas por ele para sua manutenção, uma fonte constante de capital. Essas duas tendências, possibilitaram o desenvolvimento daquilo que Mészáros chamará de “complexo industrial-militar”. Este novo ente cristaliza uma nova relação mais complexa entre Estado e monopólios.

Para o filósofo húngaro, o complexo militar industrial assume tal importância no processo de reprodução do capital, que o próprio metamorfoseia-se naquilo que ele nomeará como “linha de menor resistência do capital”, que ele definirá como:

Em outras palavras, se encontrar um equivalente funcional capitalisticamente mais viável ou fácil a uma linha de ação que suas próprias determinações materiais de outro modo predicariam [...], o capital deve optar por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas. (MESZAROS, 2009, p. 680).

Ainda segundo Mészáros, “as várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão do complexo militar-industrial” (2009, p. 685). Ao seguir as regras do desenvolvimento desigual e combinado, percebe-se que não há uniformidade na emergência e criação de um complexo militar-industrial nos países capitalistas avançados; alguns como Alemanha e Japão, viveram condições econômicas especiais, em que tiveram a capacidade de rearmamento reduzidas devido aos acordos de paz do pós-guerra mundial; o que não impediu que tivessem um papel dentro desse complexo especialmente associado aos Estados Unidos. Mas para Mészáros, a grande inovação do complexo industrial militar é ocultar efetivamente a distinção vital entre consumo e destruição, solucionando assim uma contradição inerente ao valor. Essa contradição é oriunda das várias barreiras objetivas à riqueza em autoexpansão, que precisam ser superadas para o valor como uma força independente se realize de acordo com as determinações de sua natureza. (MESZAROS, 2009, p. 687). Nesse sentido, como o capital necessita sempre reproduzir-se em um volume cada vez maior, torna-se possível aos países em desenvolvimento repetirem o mesmo fenômeno, ainda que com suas especificidades. Assim, esses países podem desenvolver uma indústria bélica autóctone, mas com sérias limitações tecnológicas, para não ameaçar o domínio das nações hegemônicas em suas zonas de influência.

Deslocando a análise da reprodução desse fenômeno para o caso brasileiro, o professor da Unicamp, Renato Dagnino, estabelece um profícuo viés acerca da indústria de Defesa durante o governo Lula. Dagnino desenvolve uma crítica à postura da “Rede de Revitalização”² e

² “A essa Rede, formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, jornalistas e pesquisadores) que participam do jogo da revitalização se denomina aqui Rede da Revitalização; [...] Num contexto de governança não hierarquizada, ela participa do jogo da revitalização aproveitando-se da vigência das normas democráticas que sancionam o exercício de pressões de grupos organizados para influenciar o processo de elaboração das políticas públicas a ela atinentes” (DAGNINO, 2010, p. 35).

à linha que o governo assume na END. Para ele, toda a argumentação baseia-se na ideia de que revitalização de uma indústria de defesa local possibilitaria o desenvolvimento tecnológico do país, pois haveria um “spin off” natural do meio militar para o civil. Essa concepção remete ao imenso desenvolvimento tecnológico da indústria estadunidense após a Segunda Guerra Mundial que tem origens na produção bélica. A solução apontada por ele é que o governo investisse diretamente em C&T, buscando as inovações dentro da indústria civil.

Ao se analisar a END publicado em 2008, observa-se claramente o sucesso no objetivo da “Rede de Revitalização”. No plano de ações propostas pelo Ministério da Defesa, há o comprometimento entre as pastas da Fazenda; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Transportes; Planejamento Orçamento e Gestão; e Secretaria de Assuntos Estratégicos, em formular leis que regulamentam a compra de produtos de defesa junto às empresas nacionais, e um regime tributário especial para as empresas que fabricam produtos de defesa. Entre outras propostas a mudança da legislação referente à linha de crédito especial para produtos de defesa, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), similar à outras áreas consideradas prioritárias do governo como educação, saúde, moradia. Por último, uma mudança na legislação referente aos procedimentos e garantias de contratos de exportação de produtos de defesa de grande vulto.

Para uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento desse processo, é preciso, no entanto, observar alguns aspectos sobre a política econômica, durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2011). Antes mesmo de assumir a presidência, o então candidato do PT à presidência, lançou em 2002 a chamada “Carta aos Brasileiros”. Essa carta foi um compromisso assumido pelo futuro governo do Partido dos Trabalhadores em manter aspectos da política econômica de seu antecessor; honrar os compromissos assumidos com o FMI, mantendo o chamado tripé macroeconômico: composto pelo regime de câmbio flutuante; superávit primário, para pagamento dos juros da dívida; e o regime de metas de inflação; o compromisso do governo em manter uma inflação controlada, de acordo com os instrumentos disponíveis ao Banco Central, através da taxa de juros. Em suma, tal documento, representou um compromisso de continuidade da política econômica do governo FHC. Luiz Filgueiras,

resgata em um recente artigo publicado na Revista Margem Esquerda uma breve conceituação sobre a política econômica brasileira nos últimos 25 anos, de acordo com ele:

1. Governo Collor: fase de transição turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal – abertura comercial e financeira e início das privatizações. [...]. 2. Primeiro governo FHC: fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e o aprofundamento das reformas neoliberais e do processo de privatização na qual se amplia e consolida a hegemonia estrita do capital financeiro no interior do bloco no poder. O elemento central do regime de política macroeconômica é a chamada “âncora cambial”, com a valorização da moeda e o agravamento de déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país. [...] 3. Segundo governo FHC e primeiro governo Lula: marcado pelo fim da âncora cambial e adoção de uma nova política econômica, o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), com o fortalecimento do capital produtor-exportador de *commodities* (agronegócio e indústria extrativa mineral), que ampliou seu espaço no bloco no poder, por reduzir a instabilidade macroeconômica. [...] 4. Segundo governo Lula até hoje: ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado, que volta a ter um papel mais ativo e direto no processo econômico e na arbitragem dos interesses das distintas frações do capital. Em especial, o Estado, via o BNDES, financia o processo de centralização de capitais, fortalecendo os grandes grupos econômicos nacionais e promovendo sua internacionalização. (FILGUEIRAS, 2014, p. 36-37).

Contudo, a diferenciação entre o primeiro e o segundo mandato de Lula deve ser destacada, já que com o início da crise econômica de 2008, o governo adotou uma política definida como “anti-cíclica”, com destaque para o papel de centralização de capitais desempenhado pelo BNDES. Apesar do predomínio de políticas que beneficiam a fração financeira da burguesia, o que diferenciou a política econômica do governo Lula de seus antecessores, foi um incentivo, ainda que tímido no setor produtivo. Esse

incentivo vai ao encontro de interesse de outros atores, ou seja, as empresas de material bélico, congregadas na ABIMDE (Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança).

É possível levantar a hipótese, de que longe de representar uma política inédita, a diretriz central da END é uma adaptação de uma política mais ampla do governo ao setor da Defesa, na qual o Ministério da Defesa se torna um novo espaço para que empresas, algumas das quais grandes doadoras de campanha eleitoral, possam ter seus lucros garantidos através da transferência do fundo público para o privado.

Pouco tempo após sua publicação, é possível observar as ações do governo para sua concretização. Em 2009, por exemplo, o presidente Lula, junto do ministro da Defesa Nelson Jobim, anunciou a assinatura de um acordo comercial com a França, para adquirir navios, submarinos, helicópteros pesados; além da preferência de ambas as autoridades pelo caça de origem francesa Rafale – produzido pela empresa Dassault – concorrência do programa FX2³. O acordo totalizaria algo próximo de 9,8 bilhões de euros, e envolveria transferência de tecnologia, produção nacional e construção de um estaleiro.

Em outra frente, a Defesa foi contemplada com o principal programa de investimentos do governo Lula, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Com obras que envolvem a reforma de bases das três armas; construção de estaleiros para produção de submarinos; e investimento na pesquisa referente à criação de um motor de propulsão nuclear. Para o exército, valorizou o projeto de um veículo de transporte médio sobre rodas “Guarani”, e capitaneado pela Embraer, um projeto de um avião cargueiro de médio porte, o KC-390. Totalizando até 2013, um valor próximo de 14,5 bilhões de reais.

Dentro da “Rede de Revitalização”, cabe o destacar o papel de alguns de seus membros. O primeiro é aquele que quantitativamente mais ganhou com o segundo eixo da END, ou seja, as empresas do setor,

³ O programa FX2 é o processo de licitação para visando a compra de novos caças supersônicos para a Força Aérea brasileira. Ele tem início ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, no entanto sua complexidade, envolvendo inúmeros atores internacionais, fatores geopolíticos e elevado preço, fez com a licitação fosse cancelada, sem conclusão. O governo Lula retomará ela, com novos caças, mas novamente ela se prolongará e somente em 2013, próximo do fim do mandato de Dilma Roussef é que o veredito será dado pela compra dos caças de origem sueca Gripen NG. Com a posterior assinatura de contrato entre o governo brasileiro e sueco em outubro de 2014.

reunidas na “Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa” (ABIMDE). A entidade é composta tanto pelas gigantes nacionais do setor como a Embraer, Condor e Taurus, como pelas gigantes transnacionais Boeing e Saab.

O lobby feito por setores desta burguesia industrial, em consonância a necessidade do governo de conquistar o apoio dos militares, mas também a necessidade do governo e das Forças Armadas em fortalecer a indústria nacional e desenvolver o país, confluem em um interesse comum, tornando possível que atores diferentes construam uma agenda.

Nessa linha de análise, seja por sua abrangência nacional, tanto no meio impresso, mas principalmente no televisivo, a imprensa maximiza a opinião pública, que em última instância pode pressionar ou cancelar, decisões governamentais de grande envergadura. É nesse sentido que nos aproximamos do objeto de nossa pesquisa, afinal são recursos enormes a serem vinculados a um setor cuja demanda ou exigência tem que ser defendida politicamente em uma sociedade muito desigual, com carências em muitas áreas. Essas decisões podem tanto ser de interesse da nação, como apenas de uma pequena parcela da sociedade. Cabe à imprensa um fundamental papel de disseminação ideológica.

A REVISTA *TECNOLOGIA & DEFESA*

A imprensa possui um papel fundamental na luta ideológica. Ela opera dentro de um imenso aparato de instituições, que dentro do Estado moderno, justifica e possibilita a hegemonia de uma classe sobre a outra e o controle do Estado, exercendo a função daquilo que Antonio Gramsci definiu como “aparelhos privados de hegemonia”. Carlos Nelson Coutinho, ao analisar a teoria do Estado ampliado no marxismo explica essa categoria de Gramsci da seguinte forma:

Mas, além dessa distinção funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por uma *materialidade (social) própria*: enquanto a ‘sociedade política’ tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos de Estado’, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos ‘privados’ de hegemonia’. Enquanto os primeiros como o nome indica, implicam um constrangimento do qual o governado não pode escapar (se suas determinações não

são cumpridas, isso tem como efeito uma sanção coercitivamente aplicada), os segundos são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade. (COUTINHO, 2008, p. 54-55).

Esse aspecto de “dimensão pública” dos aparelhos privados de hegemonia se torna mais manifesto no que diz respeito à imprensa: ela atinge milhares de leitores, ouvintes ou telespectadores, e chega a lugares onde mesmo o Estado encontra dificuldades (como o interior da floresta Amazônica). Como é um ente privado, ela vai agir de acordo com os interesses da classe que dela é proprietária. Através dos editoriais e colunas de opinião, os jornais expõem não só sua linha editorial, como replicam uma ideologia da qual são partidários, corroborada em sequência por reportagens, possibilitando incutir ideias em toda a população, mobilizando-a em situações específicas para defender seus interesses.

Nos momentos de maior acirramento da luta de classes – ainda anteriores a um processo revolucionário – o aspecto de manipulação ideológica da imprensa torna-se mais concreto. De forma correlata, o Sociólogo Francisco Fonseca, analisa um processo semelhante que ocorreu no Brasil no início da década de 1990. Com a pesquisa intitulada “O consenso forjado”, o autor demonstra o modo como a grande imprensa atuou para concretizar a hegemonia entre economistas e políticos da “agenda ultraliberal”. O caminho traçado por essa agenda não é um acontecimento único, basta apontar o papel da imprensa em grandes casos de corrupção, como o caso do impeachment do presidente Fernando Collor. É, portanto, um ente capaz de reconfigurar drasticamente as “relações de poder” internas, e analisar seus movimentos possibilita compreender alguns aspectos de mudanças estruturais, muito embora somente ela não crie um panorama total do objeto (FONSECA, 2005, p. 27-30).

Ao explicitar o modo como se apresenta o poder da imprensa, é possível retomar a compreensão da “Rede de Revitalização” e o papel que ela terá na END. A imprensa emerge ao lado dos empresários do setor como os integrantes de maior poder de persuasão; e por essa razão, esse projeto volta-se então na análise de uma das principais e mais antigas publicações que tem como tema as Forças Armadas e produtos de Defesa, a revista “Tecnologia & Defesa”.

A publicação enfrentou todos os ciclos vividos pela Indústria de Defesa Nacional, do seu auge entre 1983 e 1988, atravessando os anos de declínio na década de 1990, e a revitalização nos anos 2000. Voltada para o setor da Defesa, suas matérias relacionam novas tecnologias com a revitalização da indústria bélica do país, retratando um quadro positivo. A linha editorial centra-se em saudações às empresas do setor, com destaque para o papel da ABIMDE; cobrindo as ações do Ministério da Defesa; bem como acontecimentos conjunturais que tenham relação com o assunto.

O público ao qual se destina é amplo, sua circulação ocorre em bancas de jornal por todo o país, além do site da revista na internet, atingindo assim uma vasta parcela de civis e de empresários, além do meio militar. Suas seções apresentam a situação material dos batalhões, acontecimentos históricos, datas comemorativas de batalhas, mas principalmente a análise técnica de equipamentos que podem vir a ser adquiridos pelo Ministério para revitalizar as tropas. Numa leitura mais atenta em suas páginas, é possível observar um anúncio de um equipamento de uma empresa de material bélico, e poucas páginas depois, uma análise do mesmo equipamento anunciado enquanto matéria jornalística. Ela busca gerar a necessidade para a tropa daquele equipamento, sem perder de fundo que sua aquisição é essencial para a capacidade de defesa do país, atendendo às necessidades da END, e for produzido no país por empresas locais, ou possibilitando uma transferência de tecnologia, produzido em conjunto entre uma empresa transnacional e uma nacional.

Como resultado, é a ABIMDE que possui um amplo espaço nessa publicação. Há, uma coluna reservada em todas as edições para a Associação comunicar seus eventos, que contam com a presença de políticos, e oficiais das Forças Armadas. Na sequência, o presidente da entidade expõe sua opinião sobre o andamento da revitalização da indústria de defesa, criticando o governo quando este dificulta ou demora a

implantar algo como a Lei nº 12.598/12 que institui um regime especial de compras e contratações das empresas de defesa. Por hipótese a publicação opera como uma porta voz pública da “Rede de Revitalização”, financiada via anúncio publicitário por quem terá mais ganhos, e que tenta vender para seu público alvo não só os produtos, mas principalmente a ideia de que a defesa do país depende exclusivamente de sua capacidade própria de produzir armamentos. Um último fato que cabe destacar em relação à ABIMDE, é que muitos militares da reserva tornam-se assessores nas empresas que compõem a associação.

A finalidade da revista *tecnologia & defesa* é, portanto, construir um “consenso” entre toda a sociedade da necessidade de uma Política de Defesa nacional, como explicitada no projeto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Estratégia nacional de defesa*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de defesa nacional*. Brasília, 2005.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAGNINO, R. *A indústria de Defesa no Governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FILGUEIRAS, L. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo brasileiro. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n. 23, p. 32-38, 2014.
- FONSECA, F. C. P. da. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LENIN, V. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. Tradução Maria Elaine Andreotti. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUXEMBURG, R. O militarismo como domínio da acumulação de capital. In: LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital*. Tradução Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 89-98. v. 2. (Coleção Os economistas).
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, I. A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e auto reprodução destrutiva do capital. In: MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Sérgio Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 675-700.

ZAVERUCHA, J. A fragilidade do ministério da defesa brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-179, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200009>. Acesso em: 29 set. 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, P. R. da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976].
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Brasil: [s.n.], 1991. v. 1.
- ROUQUIÉ, A. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [19--].
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ZAVERUCHA, J. Ministério da defesa brasileiro: um poder virtual. *Strategic Evaluation: International Journal of Defense & Conflict Analysis*, Espanha, n. 1, p. 23-46, 2007.

DE COLLOR A DILMA: A PARTICULARIDADE DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL¹

Anderson Deo

I

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, o Brasil entraria na assim chamada *Era da Modernidade*. Em seus discursos de campanha, Collor atribuía ao gigantismo estatal brasileiro, os principais fatores causadores da crise. Amplamente apoiado pela mídia, defendia que o *grande elefante branco estatal* e todos os *marajás* que dele se aproveitavam deveriam ser expurgados da nação.

Ao assumir o governo, Collor inicia as propugnadas reformas modernizantes: privatizações, demissões de funcionários públicos e dois atabalhoados planos econômicos que iniciam o processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial, marcaram seu curto mandato. Com o *impeachment* do presidente, em 1992, assume o vice, Itamar Franco, que tinha como principal desafio restabelecer a credibilidade nas instituições

¹ Projeto de pesquisa em desenvolvimento junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Campus* de Marília.

governamentais, além de preparar o quadro sucessório de 1994. Itamar Franco tinha um papel importante a desenvolver: atenuar os conflitos herdados da “República das Alagoas”, verificar seus impactos e desdobramentos, e acima de tudo, preparar o terreno para a próxima sucessão.

O resultado desse processo de “transição” é a eleição, em 1994, do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso. Acalmados os ânimos, o Brasil estava pronto para retomar o projeto iniciado por Collor, que não havia sido descartado, mas apenas sofrera uma breve interrupção. Tal projeto fazia parte da estratégia de reposição das forças conservadoras – composta pela burguesia internamente instalada, representada nas esferas político-institucionais por partidos como o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros de menor notoriedade política – que, por um rápido espaço de tempo, tropeçara nas suas próprias articulações políticas, e precisavam ser retomadas. Segundo Jorge Mattoso (apud LESBAUPIN, 1999, p. 115):

O primeiro governo FHC (1995-98) apostou todas as fichas na *modernidade* supostamente virtuosa da desregulação da concorrência e da globalização financeira internacional. Para FHC e seu governo, esta modernidade geraria uma nova dinâmica na economia internacional, favorecendo o surgimento de um novo Renascimento, com uma nova era de avanços da razão e da técnica, sem ganhadores ou perdedores, de *per se* benéfica ao país. (LESBAUPIN, 1999, p. 115).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil se insere definitivamente nos fluxos mundiais de reprodução do capital. Importante apontar que na atual fase de internacionalização capitalista, a fração financeira da burguesia mundial conduz a dinâmica e a lógica da acumulação. Internamente, a hegemonia da fração financeira no interior do *bloco histórico* (GRAMSCI, 2000) se consolida com os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (BOITO JR., 2006). Contudo, tal constatação não implica em descartar o posicionamento e a relevância que as outras frações de classe burguesas exercem nesse processo. Pelo contrário, as disputas pela hegemonia no interior do bloco histórico burguês se constituem

como elemento central à compreensão do fenômeno em sua totalidade, explicitando o caráter das alianças políticas que se formaram em torno dos governos em questão.

Prova do que afirmamos acima, é o processo de *impeachment* que depôs a presidente Dilma Rousseff, que governou o país entre 2011 e 2016. Dilma havia sucedido Lula como candidata governista, cujo conteúdo fundamental de seu programa de governo se alicerçava na proposta de continuidade de seu “padrinho” político. No entanto, o aprofundamento da crise econômica que se manifestou mundialmente a partir de 2008 – tendo como epicentro o coração do imperialismo, os EUA – passa a produzir sensíveis efeitos na economia brasileira já no final do primeiro mandato de Rousseff (2011-2014). Sua reeleição para o mandato de 2015-2018, bem como a proposta de governos que apontava, cada vez mais, para reformas de caráter abertamente neoliberais – sobretudo, através do ajuste fiscal do início do segundo mandato, em 2015 – não foram suficientes para manter o equilíbrio interno no bloco histórico burguês que estava à frente do governo. O impedimento da presidente sinaliza que tal equilíbrio havia sido abalado, e que as disputas no interior do bloco de poder levariam a um novo ciclo de reformas, agora sob o comando do então vice-presidente, Michel Temer.

II

Analisar e debater o caráter da democracia brasileira, entre os governos Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, bem como as disputas *intraclasse* burguesa no processo de composição do bloco histórico que resulta como síntese desse período – o que necessariamente, levará em consideração as disputas entre as classes antagônicas – constitui o escopo do presente texto.

A partir do Governo de Fernando Collor, o Brasil passou a se inserir nos novos padrões de concorrência e acumulação mundialmente estabelecidos. O debate que ocorria no país a respeito dessa inserção, resumia-se na discussão acerca da abertura comercial e financeira indiscriminada, tudo em nome de “não perder o bonde da história”. Sendo assim, as medidas liberalizantes iniciadas por Collor eram necessárias,

pois seriam os pressupostos da *modernidade*, sendo que toda e qualquer proposta que levasse em consideração a perspectiva da produção ou do nível de emprego interno seria considerada como coisa do passado, postura essa – segundo o governo – reacionária e corporativista. A esse respeito, novamente argumenta Mattoso (apud LESBAUPIN, 1999, p. 116):

Por um lado, acreditavam que, para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país rapidamente a esta economia internacional. Para tanto, consolidaram a abertura comercial e financeira indiscriminada iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Como absolutamente modernos, caracterizam quaisquer políticas de defesa da produção e do emprego nacionais como corporativas ou inflacionistas. (LESBAUPIN, 1999, p. 116).

Na mesma direção argumentativa encontramos Paulo Nogueira Batista (1994, p. 128) que tece as seguintes considerações: “Em favor da abertura a importações de mercadorias invoca-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento”.

O governo brasileiro passaria a municiar a abertura econômica iniciada por Collor sem criar mecanismos protetores da economia interna. Durante toda a história do desenvolvimento industrial moderno do Brasil ocorreram definições de políticas governamentais para o atendimento aos interesses da burguesia brasileira. Assim foi desde o primeiro governo Vargas com a criação das pioneiras indústrias de base, sendo mantidas posteriormente pelo desenvolvimentismo de JK – ainda que este tenha privilegiando a entrada de empresas transnacionais. Após 64, esta definição deu-se através da construção de mecanismos institucionais que viabilizaram a super-exploração da força de trabalho pelos capitais privados – internos, externos e estatais -, graças a criação e fortalecimento, no caso destas últimas, da ditadura militar.

Na verdade, o projeto iniciado por Collor e efetivado por FHC, não teve como prioridade o desenvolvimento de políticas que favorecessem

a produção interna ou qualquer outro aspecto social que dela pudesse decorrer. Pelo contrário, tanto Fernando Henrique, como a aliança política que o sustentava formavam a composição político-institucional melhor acabada que os membros da burguesia interna encontrara para “enquadrar” o Brasil nos novos padrões de acumulação capitalista. José Luís Fiori (1998, p. 14) nos fornece a seguinte constatação:

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas do Banco Mundial. (FIORI, 1998, p. 14).

Vale ainda ressaltar que esta postura político-econômica encarnada pela aliança política vitoriosa em 1994 reafirmava a tendência proposta e inaugurada pelo Consenso de Washington, onde as economias latino-americanas, para conseguirem uma inserção completa nos novos padrões de acumulação mundiais, deveriam abrir suas economias à concorrência do capital internacional, pelas quais os governos nacionais deveriam eliminar toda e qualquer barreira protecionista de seus respectivos mercados. Como bem mostra, também, Nogueira Batista (BATISTA, 1994, p. 130) ao relatar que:

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para “abrir os portos de países amigos”. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater. (BATISTA, 1994, p. 130).

Para os setores nacionalistas mais desinformados de nossa sociedade, essa postura pode soar como um descalabro. No entanto, em toda a história do nosso jovem país, as demandas capitalistas internacionais ditam as regras e dão o tom da sinfonia a ser regida na economia nacional, guardados os devidos contextos históricos e as particularidades de cada período.

Assim foi no modelo agrário-exportador – inaugurado no período colonial – estendendo-se até a década de 30 do século XX; continua sendo assim no período do pós Segunda Guerra, quando as transnacionais vão encontrar solo fértil para aqui se instalarem e ampliar suas taxas de lucros.

Verificamos em toda história brasileira um caráter de subordinação de nossa economia aos pólos centrais do capitalismo mundial, em que os membros representativos de nossa burguesia assim também se posicionaram. Fazendo referências a essa classe dominante da sociedade brasileira, Antonio Carlos Mazzeo (1999, p. 107) escreverá:

O Brasil após 1945 passará por grandes e profundas alterações em seu parque produtivo e, conseqüentemente, na composição de seu tecido social. No entanto, essas transformações modernizadoras não significarão uma ruptura com a subordinação do país aos polos centrais do capitalismo. Ao contrário, o redimensionamento de sua estrutura sócio-produtiva, que reintegrou o país no conjunto de uma economia mundial reordenada no pós-guerra, reinsere a sociedade brasileira nos quadros da economia mundial, nos moldes de sua *subordinação estrutural*. Reafirma-se, assim, o *caminho colonial* das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social – *de caráter histórico-particular* – de impulsionamento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX. (MAZZEO, 1999, p. 107).

Ao analisarmos o discurso dos governos brasileiros na década de 90, podemos constatar claros indícios da subordinação acima referida. Isso fica claro quando observamos a incondicional aceitação das proposituras defendidas no Consenso de Washington. Proposituras estas que tinham como prioridade, entre outras questões, a reestruturação da economia brasileira e a redefinição do papel regulador do Estado Nacional.

No que diz respeito às privatizações, estas começam a ser levadas a cabo na gestão Collor. Critérios confusos, valores questionáveis e processos nada transparentes marcam esse primeiro momento. O processo de venda das estatais teria uma breve interrupção durante o governo Itamar. Após a posse de FHC, esse processo seria retomado com toda força, pois, como assinala Reinaldo Gonçalves (1999) “[...] em um período de três anos (1996-1998) o Brasil experimentou a intromissão do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história”. Sobre o assunto das privatizações, Aloysio Biondi (1999) argumenta que o governo brasileiro privilegiou as empresas estrangeiras, em claro detrimento dos interesses nacionais².

Nos parece, portanto, que a política econômica do governo brasileiro a partir de 1995 se orientava no sentido de reorganizar o Estado, com vistas à sua inserção nos novos padrões de acumulação do capitalismo mundial. No entanto, os efeitos econômicos e sociais dessa reestruturação sempre estiveram aquém das reais expectativas por ela suscitadas. O país experimentou oito anos de estagnação econômica, que se traduziram em índices sociais desoladores, dentre os quais, taxas sempre crescentes de desemprego, e todas as consequências negativas para o conjunto dos trabalhadores.

A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, surge no cenário político como uma alternativa ao projeto desencadeado por FHC. Após ser derrotado três vezes consecutivas na disputa pelo Palácio do Planalto, o candidato do Partido dos Trabalhadores adotara um discurso moderado, compondo uma aliança e um programa político de centro, representados na figura de seu vice, José Alencar, do Partido Liberal. A nova roupagem política, traduzida no *slogan* “Lulinha Paz e Amor”, lhe rendeu uma expressiva votação, levando pela primeira vez ao comando do país um candidato de origem humilde, projetado politicamente através da classe operária.

² Diz ele que: “Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de ‘privatização’ da Cemig, [...] o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou ‘autorizado’ a – leia-se ‘recebeu ordens para’ – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros”. Como sabemos, o BNDES foi criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional. Concentrando-se inicialmente ao financiamento de projetos de infraestrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Porém, esse decreto presidencial “[...] escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais [...]. A submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse ‘arrombamento’ do BNDES pelas multinacionais”.

Ao assumir, já no discurso de posse, Lula aponta para um programa de combate à fome – *Fome Zero* – que seria um dos carros-chefes do novo governo. Tal programa de transferência de renda seria uma das novas medidas implementadas pelo governo brasileiro, como forma de combate à pobreza. No que diz respeito às reformas estruturais do Estado, estas foram deixadas de lado num primeiro momento, principalmente no tocante as privatizações, confirmando uma tendência já do fim do segundo mandato de FHC. Mas o que de fato marcou o mandato do novo presidente foram as denúncias de corrupção – popularmente denominadas *Esquema do Mensalão* – envolvendo membros do alto escalão do governo, entre outros, José Dirceu, e o então presidente do PT, José Genoíno.

No entanto, as diretrizes da política econômica seguiram a mesma agenda do governo anterior. A estabilidade econômica deveria ser mantida a qualquer preço e, para tanto, a política de juros altos, a sobrevalorização cambial e a política fiscal permaneceram intactas. Junte-se a isso, a plena autonomia do Banco Central – agora comandado por Henrique Meireles, alto executivo do setor financeiro internacional – na condução das diretrizes da economia brasileira.

Conjugado aos fatores externos extremamente favoráveis à economia brasileira, sobretudo o aquecimento do comércio mundial que se verificou entre 2003 e 2007 – aquecimento este impulsionado pela valorização das *commodities* no plano econômico internacional – o Brasil experimentou um momento de crescimento econômico favorável, possibilitando um avanço no consumo interno, o crescimento do emprego, bem como, uma política de aumento real do salário mínimo. Junte-se a estes, o fato de o programa Fome Zero retirar da condição de miséria absoluta um importante contingente populacional, principalmente nas regiões mais pobres do país, como o Norte e o Nordeste. O resultado eleitoral foi não só a reeleição do presidente Lula, em 2006, como também a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, tanto em 2010, como em sua reeleição, em 2014.

Porém, as condições econômicas mundiais e seus reflexos na economia brasileira, produziram um quadro de crise que se estendeu para o cenário político, manipulado midiaticamente a partir das denúncias de corrupção da operação “Lava Jato”. O resultado dramático desse quadro de crise político-econômica, que se aprofunda em 2016, foi o processo de

impeachment da então presidente reeleita. O vice-presidente, Michel Temer, foi um dos principais articuladores de sua deposição, juntamente com seu partido, o PMDB, que havia composto o “núcleo duro” do governo petista desde a primeira eleição de Lula. Observa-se que o bloco histórico de poder político havia se rompido, e as frações da burguesia que deram sustentação política aos governos do PT buscavam uma nova composição.

III

Como procuramos demonstrar nessas laudas introdutórias, os acontecimentos econômicos e sociais do período que ora analisamos, produziram novos desdobramentos, instigando questões que pareciam estar respondidas.

A questão basilar de nossa pesquisa pode ser assim resumida: como explicar o apoio da burguesia brasileira ao projeto de *modernização* iniciado por Collor, levado à cabo por Fernando Henrique durante dois mandatos, entre 1995 e 2002, perpetuado, em grande medida, por Lula entre 2003 e 2010 e Dilma Rousseff entre 2011 e 2016? Essa pergunta nos parece pertinente, pois tal projeto se arrima na abertura incondicional do mercado brasileiro à concorrência externa, além de transferir grande parte do patrimônio nacional à iniciativa privada através das privatizações. Quais seriam os benefícios alcançados por essa burguesia? Seus interesses de classe não teriam sido prejudicados nesse processo?

Nos parece que a composição orgânica da burguesia brasileira é bastante singular. E é a partir da compreensão de tal composição que buscaremos dar respostas a estas dessas questões.

Assim, o objetivo central de nossa pesquisa se concentra em dois núcleos de análise: primeiro, analisar e explicitar o movimento (e suas contradições) de disputas e de recomposição no interior da classe burguesa durante o período de 1990 a 2016, que redundaram em uma nova composição orgânica do bloco histórico brasileiro, cuja hegemonia financeira se consolidaria nas duas décadas seguintes. O segundo momento da pesquisa pretende debater o *caráter da democracia no Brasil*, apontando para o seu conteúdo marcadamente conservador. Dito de outra forma,

pretendemos demonstrar como o processo de inserção do Brasil nos marcos da “modernidade capitalista” se concretiza a partir da reprodução de características particulares da autocracia burguesa, tal como essa forma de dominação historicamente se reproduz no país, mas agora sobre a fórmula da legalidade parlamentar (AGNOLI, 1971).

REFERÊNCIAS

- AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI, 1971.
- BATISTA, P. N. et. al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 128-155.
- FIORI, J. L. *Moedeiros Falsos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 6.
- LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ARRUDA, P. F. *Partidos políticos e disputa eleitoral no Brasil*. São Paulo: Educ, 2016.
- BARSAOTTI, P. Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 236-261.

- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*, São Paulo, n. 17/18, p. 6-190, 1989.
- CHESSNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEO, A. *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e as inflexões do capital na década de 1990*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.
- DEO, A. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- DEO, A. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta de transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 303-330.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FILGUEIRAS, L. *História do plano real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, R. *Ô Abre-Alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MACIEL, D. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35.
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PAULA, J. A. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. (org.). *Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

VIEIRA, E. *A república brasileira – 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

PARTE III

METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO PAULISTA NA DÉCADA DE 1990

Selma de Fatima Santos

INTRODUÇÃO

O presente texto busca analisar as principais mudanças ocorridas no âmbito da questão agrária a partir da recente expansão do agronegócio, especificamente no setor sucroalcooleiro na região centro-oeste paulista¹ no Estado de São Paulo, sobretudo a partir de nova *reestruturação produtiva*² no setor, em consonância com as complexas mudanças ocorridas no cenário agrário, em geral, com recorte temporal para a década de 1990.

¹ A microrregião *centro paulista* está situada dentro da macrorregião *centro-oeste paulista*. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2019) – www.ibge.org.br, site visitado em 18 de dezembro de 2018; na região *centro paulista* situa-se 41 municípios. Realizamos um recorte metodológico priorizando as microrregiões de Bauru, Marília e Jaú. Tal recorte abrange 10 municípios, levando em consideração o desenvolvimento das forças produtivas local nestes municípios polos. Algumas das empresas instaladas nestes municípios figuram na lista das 40 maiores do Brasil por lucro líquido em 2017. Ambas ocupam o ranking das 400 maiores empresas do agrobusiness do mundo, segundo a Revista Exame/17. REVISTA EXAME. Disponível em 222.exame.abril.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

² Para David Harvey (2012, p. 140): “A profunda recessão de 1973 pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinto. Trata-se da chamada *acumulação flexível*”.

O período delimitado diz respeito a uma década de mudanças significativas na agricultura brasileira (a qual ainda carece de um balanço de folego), uma vez que a mesma resulta de um processo de reestruturação produtiva de grande envergadura desde os anos 90 aos dias atuais.

Nosso desafio neste breve estudo é compreender como se estruturam tais fenômenos, os quais estão presentes na realidade agrária atual, bem como, entender a maneira como atuam as empresas transnacionais, corporações, e, como as mesmas produzem a *valorização* do *valor* e colocam o *valor* em movimento no atual período de modernização capitalista.

Desta maneira, apresentamos a organização do texto: 1 – *Introdução*; 2 – *Questão Agrária no contexto do capitalismo imperialista* – este item apresenta os dilemas da questão agrária no atual contexto imperialista; 3 – *Reestruturação Produtiva e questão agrária: impactos da ‘produção destrutiva’* aborda o papel da reestruturação produtiva em seu caráter *destrutivo* no âmbito do aprofundamento do capital no campo e suas consequências para o mundo do trabalho; 4 – *Concentração e centralização de capitais na região centro paulista* – traz a particularidade das contradições do desenvolvimento da agricultura capitalista na especificidade da região centro paulista sob a égide do capital em sua fase financeira.

QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO IMPERIALISTA

Mészáros (2009) alerta para o fato de que há uma imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro, nas três ou quatro últimas décadas que é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria.

A maior consequência da crise, segundo o autor, sempre em aprofundamento nos ramos produtivos é “o crescimento do desemprego por toda parte e em escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão” (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

No âmbito dos ramos produtivos em sintonia com a indústria e o setor bancário em particular o financeiro (e não mais separados entre

ambos), se situa a questão agrária e a agricultura capitalista com seu paradoxal desenvolvimento no limiar do século XXI.

O aprofundamento da crise nos setores produtivos, aparentemente não tem impactado fortemente alguns setores do *agrobusiness*. Entretanto, ao buscar na sua essência, os impactos sob os efeitos da crise, percebe-se que no caso brasileiro, setores como o sucroalcooleiro sofrera enorme impacto na década de 90 e na primeira década do ano 2000. Diversas usinas entraram em falência no Estado de São Paulo, sem que isso se tornasse grave problema para o setor, pois as mesmas receberam vultosos recursos injetados pelo Estado, (entre outros mecanismos como negociação de ativos na Bolsa de Valores, na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), etc.), bem como fusões com empresas estrangeiras e/ou nacionais como é o caso da Cosan³, Fundos de Pensão Privados, pela sua revitalização.

Virgínia Fontes provoca fértil debate ao desenvolver o conceito de *capital-imperialismo* no qual afirma que o mesmo representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital (FONTES, 2010, p. 13).

A autora assinala que as últimas décadas do século XX e o início do milênio

Evidenciam a urgência de deciframento de novas conexões entre a gigantesca expansão do capitalismo e o imperialismo, dada a importância de se compreender a dinâmica capitalista da concentração de capitais, através do movimento ambivalente do capital portador de juros que, contraditoriamente, afasta-se da produção de mais-valor e a impulsiona, assim como promove novos e profundos processos de expropriação. (FONTES, 2010, p. 12).

As novas conexões entre a expansão do capitalismo e o imperialismo na atualidade nos fornecem elementos novos sobre as mudanças proporcionadas por novas contradições e fenômenos próprios do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo na atualidade o qual mantém seu caráter expropriatório desde seus primórdios, bem como acentua sua natureza de concentrador, centralizador e de apropriação privada dos lucros.

³ A Cosan simboliza o típico caso de empresa brasileira que faz fusão e *joint venture* com a empresa Shell, compra os ativos e dívidas de dezenas de usinas falidas no Estado de São Paulo e passa por um processo de concentração e centralização de seus capitais se tornando uma das maiores corporações no ramo sucroalcooleiro do Brasil e do mundo, operando a partir de então em diversos outros ramos.

No campo agrário reflete-se a realidade local e universal do capitalismo a partir dos processos de *expropriação, concentração, centralização e acumulação privada de capitais*, não somente nas bases produtivas, como também na acumulação a partir de bases especulativas e fictícias.

Para Fontes (2010) o termo *capital-imperialismo* trata da expansão de uma forma de capitalismo já impregnada de imperialismo, mas “nascida sob o fantasma atômico da Guerra Fria”. Tal processo histórico acentuou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os.

Para Fontes (2010) da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 80, a *Guerra Fria* produziu a divisão do mundo entre países capitalistas e pós-revolucionários, impondo novo ritmo, extensão e expansão do imperialismo no mundo. Junto a isso, houvera uma carga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações em curso. As terminologias como *Nova Ordem Mundial, Globalização, Neoliberalismo*, ou mesmo, os termos *sociedade pós-industrial, pós-moderna*, etc. fazem parte deste conjunto de carga retórica/ideológica que *dificulta a percepção real das transformações em curso*.

Nos anos 90 e no início dos anos 2000, configuram-se formas massivas de extração de mais-valor e barateamento da força de trabalho conjugado com o aumento de concentração de capitais e socialização das forças produtivas, bem como o aumento do desemprego, pobreza, miséria e barbárie.

Levando em consideração os elementos abordados sobre a composição do *capital-imperialismo* e suas derivações, nosso pressuposto é o de que houvera mudanças significativas também na agricultura brasileira a partir das políticas imperialistas do pós Segunda Guerra, que levou a um processo de transnacionalização, oligopolização, financeirização, em escala internacional, tanto de empresas estrangeiras como de empresas endógenas.

Houve nas últimas décadas o aprofundamento da financeirização na agricultura capitalista. No Brasil, desde os anos 70, período da ditadura civil-militar, priorizou-se por parte da burguesia agrária o projeto de modernização conservadora no campo, de implementação de um modelo produtivo que combinava o latifúndio da terra, a monocultura, o pacote tecnológico da Revolução Verde, o trabalho espoliado, o programa de incentivo aos Complexos Agroindustriais (CAIs), aos programas de crédito

e sua política cambial, etc. Esse projeto produziu ao longo das últimas três décadas a gênese do que viria a ser o atual *agrobusiness*.

Assim, a gênese do agronegócio, particularmente no estado de São Paulo protagonizou tais mudanças em suas bases produtivas. Na região centro-paulista, percebe-se a presença destes fenômenos relacionados à expansão do capitalismo e imperialismo – bem como – no aspecto da financeirização na agricultura, combinada com o setor industrial e bancário, em que há papel determinante cumprido pelo capital portador de juros e suas derivações. Este comportamento é típico da fase atual do capital financeiro no predomínio das relações de produção e circulação não mais com correspondência real na produção de riquezas e sim fictícia.

As corporações transnacionais, estrangeiras ou não, presentes na região, intensificaram sua dinâmica a partir dos anos 90 e começaram a atuar através de total controle da cadeia produtiva em todas as suas dimensões, com capitais abertos e ativos financeiros negociados na bolsa de valores, na bolsa de mercadorias de futuros, captação de recursos creditícios via os fundos de pensão privados, sistema de *holdings*, gerência matricial, administração ultracentralizada, controle econômico, político e social da vida dos trabalhadores, entre outros aspectos.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E QUESTÃO AGRÁRIA: IMPACTOS DA PRODUÇÃO DESTRUTIVA

Visando atingir os objetivos do *capital-imperialismo* em escala internacional, implementa-se nova *reestruturação produtiva* a qual supera as formas até então conhecidas no mundo do trabalho, de organização fabril, de funcionamento da organização do trabalho. Provoca ruptura nas formas organizacionais clássicas (fordismo, taylorismo, toyotismo) e remodela toda a estrutura do trabalho em torno da maximização dos lucros. No campo agrário não foi diferente: o sistema fordista, taylorista, e mesmo o toyotismo já não caberia mais na racionalidade do desenvolvimento da agricultura capitalista.

Com o processo de desregulamentação, sobretudo nas usinas paulistas, mas também na produção de citros e celulose, as quais se intensificaram na região na última década, um conjunto de novas estratégias conformaram os interesses de alguns grupos econômicos em se tornarem

mais dinâmicos (SANTOS, 2013) face às novas exigências do mercado e dos novos padrões de acumulação do capital.

Para além desses impactos imediatos que atingem diretamente os trabalhadores do setor há que se destacar outro arranjo que, além do desemprego gerado, vulnerabiliza e precariza estruturalmente as relações de trabalho e de produção no interior da cadeia produtiva. Isso decorre, evidentemente, do processo de fusão e concentração de capital gerado pelas mudanças institucionais e econômicas do setor, pois com a centralização de capitais, os plantadores e fornecedores de cana perderam seu poder de negociação dos preços e condições de entrega da cana no caso do corte e carregamento para a usina. [...]. Por essa razão, é possível notar a ocorrência de processos de subcontratação de força de trabalho e terceirização de algumas atividades ligadas, sobretudo, ao transporte e carregamento da cana das áreas de plantio para as usinas. (SANTOS, 2013, p. 128).

O autor (SANTOS, 2013) argumenta ainda que além deste processo acima citado, percebe-se algumas “alterações nas formas de gestão dos processos produtivos e estruturas funcionais que buscam articular num todo organizacional das usinas, a integração das áreas agrícola, industrial e comercial” (SANTOS, 2013, p. 129).

Verifica-se que a inserção do Brasil no mercado internacional como um dos maiores produtores de açúcar e de agro combustíveis do mundo não se dá apenas por meio do desenvolvimento tecnológico gerado pelo processo de reestruturação produtiva com vistas à ampliação de sua capacidade produtiva para competir no mercado externo, mas também, e, sobretudo, por meio da exploração do trabalho, devido aos baixos custos de produção e aos baixos salários pagos à força de trabalho empregado.

Em consequência dessa capacidade de concorrência que se assenta na exploração e degradação do trabalho, porque no Brasil se produz açúcar e álcool com custos baixíssimos, muitas empresas nacionais e estrangeiras iniciaram o processo de concentração de capital, desencadeando – em função da crise do setor nos anos 1990 – uma tendência à centralização de capital por meio de fusões e incorporações das usinas com dificuldades financeiras. (SANTOS, 2013, p. 130).

Esses elementos agregam novo conteúdo às formas de operar do agronegócio a partir do setor sucroalcooleiro. Verificam-se novas maneiras de acumular capital e valorizar o valor a partir da reestruturação ocorrida na organização do trabalho. A cana se traduz num exemplo de funcionamento da cadeia produtiva, mas outras *commodities* produzidas na região são similares.

A crise dos anos 70 consolidou mudanças significativas e de reestruturação da agricultura brasileira que se reestruturou desde o período da chamada *modernização conservadora* da agricultura (GRAZIANO, 1982) conservando um intenso processo de centralização e concentração de capitais transformando os diversos oligopólios em monopólios desde a agricultura, mas também com claro direcionamento para os setores industriais.

Concentração e centralização de capitais, frutos da implementação da modernização conservadora e seus desdobramentos.

CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NA REGIÃO CENTRO PAULISTA

A questão agrária na região centro paulista historicamente se desenvolveu conforme as estratégias capitalistas de produção e reprodução do espaço campo. Para Santos (2011, p. 10-11), a região é fruto de um processo de expansão das relações capitalistas relativamente recentes (fim do séc. XIX início do séc. XX), e assim como as demais porções ocidentais do Estado de São Paulo, teve sua ocupação relacionado á expansão da agricultura cafeeira.

Para o autor (SANTOS, 2011) o café como atividade econômica fundamental, vai sofrendo gradativamente uma endemia econômica, na qual os recordes de superprodução forçam uma reorganização produtiva após a grande depressão econômica, que teve como ápice o ano de 1929.

Junto com a decadência do café como atividade econômica de grande importância, houve também uma decadência nas relações de produção baseadas na parceria e no colonato. O fim do colonato significou também uma profunda expropriação camponesa, pois no antigo sistema, os camponeses tinham acesso a terra, mas não tinham

a posse da mesma, e, a partir do momento que há uma mudança nas relações de produção, há também uma desterritorialização em massa de camponeses. (SANTOS, 2011, p. 10).

Argumenta o autor (SANTOS, 2011) que a realidade agrária na região de Bauru e entorno aproximadamente meio século depois destes eventos de grande relevância e impacto, baseia-se num campo esvaziado socialmente e ocupado economicamente por grandes quantidades de terras concentradas em grandes propriedades exercendo atividades altamente integradas às agroindústrias, reflexo da metamorfose do campo com o advento do chamado agronegócio.

Por fim os camponeses expropriados durante meados do século XX migraram para as periferias dos maiores centros urbanos como Bauru, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Marília, ou se instalaram nas pequenas cidades da região.

Estes camponeses expropriados, ainda hoje, em sua maioria dependem da atividade agrícola para garantir sua reprodução, pois compõem a fração de classe dos proletários rurais. Evidente que uma boa parte destes camponeses também já não desenvolve atividades ligadas ao agro. Foram absorvidos por outras atividades econômicas da região, mesmo que a agropecuária ainda seja a principal atividade. (SANTOS, 2011, p. 11).

Em meados das décadas de 90 a 2000, há nova reestruturação na produção que causara enormes mudanças na totalidade das relações de modo de vida e trabalho no campo na região. Atualmente, parte considerável desses trabalhadores, reside nas cidades pequenas e médias da região, exercendo atividades laborais rurais na forma de assalariamento nas grandes fazendas de exploração agrícola, como mensalistas, diaristas, ou atualmente pelo contrato informal flexibilizado sem os mínimos direitos garantidos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Concomitante, houvera intenso processo de mecanização das grandes lavouras, o que causou massivo desemprego no campo e tornou obsoleta a mão de obra braçal. O *exército industrial de reserva* de trabalhadores rurais nestas cidades de médio e pequeno porte é considerável. Por outro

lado, houvera focos de conflitos de luta pela terra, nos anos 80, 90 e 2000, em que aproximadamente 3.000 famílias (INCRA, 2018) foram assentadas em programas de reforma agrária na região a partir da ocupação da terra como forma de pressão.

Há uma parcela de pequenos e médios proprietários que somam, segundo dados do IBGE (2016) em torno de 3% da população que vive no campo na região centro oeste paulista, (os outros 97% vivem nas cidades). Desse percentual de intensa urbanização restam 3% de pequenos agricultores quase que totalmente integrados ao mercado capitalista através da *agricultura familiar* e à lógica de produção e reprodução de mercadorias agrícolas.

Tais metamorfoses ocorridas nos anos 90 são concebidas no Brasil como um momento novo e *moderno*⁴ (SAUER, 2010, p. 149), em que a grande agricultura brasileira hegemonizou o domínio econômico cada vez mais crescente sobre as áreas agricultáveis com suas monoculturas de certos produtos, como a cana de açúcar, soja, eucalipto, laranja e pastagens. E mantém sob sua centralidade o desenvolvimento da agricultura familiar voltada para o fornecimento de mão de obra barata e matéria prima para a grande agroindústria.

O campesinato formado pelos pequenos proprietários, colonos imigrantes das fazendas de café (característica forte da região), o sem-terra, “boia-fria”, indígena, entre outros foi absorvido pelo movimento expropriatório que o deslegitimou de sua posse e o impulsionou a ocupar a periferia das cidades como refúgio e alternativa de vida.

Ainda para Delgado (2013), há uma passagem histórica específica no Brasil, da economia agrícola convencional do setor primário para uma agricultura integrada tecnicamente com base nos complexos agroindustriais. Enfatiza que no caso brasileiro, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob o patrocínio fundamental do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de participação do capital financeiro na agricultura na atualidade.

A história econômica brasileira do período da ditadura militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à

⁴ Ver: SAUER, 2010.

agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo do ponto de vista da acumulação de capital tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. (DELGADO, 2013, p. 61).

Para o autor, decorridas quase duas décadas de crise econômica e crise de Estado, a estratégia de acumulação de capital no campo do agronegócio retorna com força nos anos 2000. O desenvolvimento da agricultura (via industrialização) revela que “o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura” (OLIVEIRA, 2013, p. 127). Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento vem ocorrendo com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes e etapas de um mesmo processo.

Nesse sentido, o que aparece no horizonte da geopolítica brasileira, como sinônimo de modernidade alcançada ou em vias de, é de fato a produção e reprodução de mercadorias agrícolas primárias ou processadas para o mercado externo e como carro chefe da balança comercial, (maior devedor da dívida interna pública), mas que figura como moderno através do emprego da nanotecnologia, biotecnologia e da engenharia genética, organizadas pelas cadeias produtivas das diversas *commodities* agrícolas, através de sistemas operativos matriciais como as *traders*, envolvendo o uso da microscópica nanotecnologia⁵ nos processos produtivos e de processamentos, dinamizando ainda mais o *modus operandi* do agronegócio brasileiro através de sua versão mais moderna: o agronegócio paulista em completa sintonia desde o nível local até a realidade nacional e em escala *mundializada*⁶.

Ao mesmo tempo ocultam-se as contradições desta face moderna, as quais fazem parte da dinâmica de articulação do moderno x atraso, aquilo que é tido como o seu contrário, mas que o alimenta: trabalho precarizado e trabalho *flexível* moderno (HARVEY, 2012); nova legislação ambiental, reforma do Código Florestal; ameaça da biodiversidade; uso

⁵ Ver: RIBEIRO, 2006.

⁶ Ver: CHESNAIS, 1996.

irracional dos recursos minerais e naturais; desigualdade social a partir da concentração da terra e renda; monocultivo de *commodities* comerciais que avançam sobre áreas tradicionais de produção de alimentos diversificados; mecanização associada à ampliação de desemprego; automação no nível da informática e da robótica de muitos setores produtivos; elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários, aumento e manutenção do tempo da jornada de trabalho; técnicas gerenciais de controle social; entre outros. Estes processos fazem parte da reestruturação produtiva no campo.

Vale ressaltar que os aspectos conjunturais acima mencionados estão alicerçados em uma base estrutural, dinâmica que articula externamente economias periféricas e centrais sob a hegemonia da economia política do imperialismo. Internamente, essa base articula, ao mesmo tempo, o capital endógeno para uma crescente estratégia de domínio e crescimento para fora articulado e atrelado às corporações transnacionais estrangeiras com interesses nos assuntos estratégicos internos e na riqueza produzida in loco.

CONCLUSÕES

Há forte atuação de grandes corporações transnacionais no domínio dos negócios na agricultura no Estado de São Paulo e em particular na região centro paulista, como: Cosan e suas ramificações, JBS, Luis Dreyfuss, Cutrale, Votorantim, Monsanto, Bayer, Shell, Odebrecht, Lwarcel, Bradesco, Santander, Safra, entre outros. Houve significativa alteração nos padrões da agricultura desde o final do ciclo da clássica cafeicultura da região centro-oeste paulista para a transformação do latifúndio de pastagens e gado, que nos anos 90 fora transformado em extensas áreas de monocultura para a produção de *commodity* como a cana para o açúcar e etanol, a laranja para produção de suco e o eucalipto para a pasta celulose – ambos exclusivamente para a exportação.

Estas transformações proporcionaram a consolidação da expropriação e desenraizamento do campesinato e a sua expulsão para as periferias das cidades em face de total concentração da terra e da renda; ampliação do território agrícola com alteração na estrutura fundiária destinada - uma parte para a produção de *commodity* de exportação e a outra - destinada como reserva de *valor especulativo* pelo capital financeiro.

Houve, em consequência destas metamorfoses nos anos 90, o aumento da miséria, fome, desigualdade social e violência nos centros ou periferias urbanas e conflitos por terra e trabalho no campo.

O movimento real que ocorre no campo na particularidade da região centro paulista, não difere substancialmente do que ocorre na realidade universal da questão agrária, em nível de país ou em nível internacional, no sentido de que o modo de produção capitalista se tornou não só uma *imensa coleção de mercadorias em todo o globo terrestre*, como se tornou, segundo Fontes (2010), uma *totalidade em permanente processo de expansão e de expropriação* de populações inteiras, o qual se converte em forma de *extração de mais valor dentro e fora das fronteiras nacionais*, de *socialização efetiva das forças produtivas e a circulação de capitais* ao mesmo tempo em que *há enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares*.

Portanto, a questão agrária na atualidade necessita de balanço profundo sobre as principais mudanças desencadeadas desde o século XX para o XXI e seus benefícios e dilemas para a humanidade. Se a agricultura capitalista não é capaz de produzir alimentos, usufruir da terra, bens naturais e minerais com a racionalidade de democratização do acesso e de preservação para o usufruto das futuras gerações; mas sim de destruir todos os bens que estão a serviço da humanidade em nome do lucro e da ganância; que haja outras mudanças muito mais significativas e profundas - não sob a ótica da produção e reprodução capitalista/imperialista - e sim na busca da emancipação dos trabalhadores pela construção de novas potencialidades produtivas criadoras de um novo tipo de ser humano em nova sociedade, com base na construção da *auto atividade⁷ humana* num sistema social humanista, socialista na qual somente a práxis política verdadeiramente revolucionária poderá construir.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, G. Reestruturação da Economia do Agronegócio: anos 2000. *In*:

STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 57-87.

⁷ Forma *não-alienada* de atividade humana. Ver: MARX, 2004.

- DREIFUSS, R. A. *1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.
- REVISTA EXAME. Disponível em: www.exame.abril.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.
- RIBEIRO, S. Os impactos das tecnologias em escala nano na agricultura e nos alimentos. In: MARTINS, Paulo Roberto (org.). *Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente: trabalhos apresentados no Segundo Seminário Internacional de Nanotecnologias*. São Paulo: Xamã, 2006. p. 197-203.
- SANTOS, M. J. dos. *Territórios em disputa na região de Bauru: perspectivas da Agricultura Capitalista*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: www.incra.org.br. Acesso em: 18 set. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 set. 2018.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1. v. 1.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. Livro 2. v. 3.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: www.valoreconomico.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

“CAPITALISMO POPULAR” NO CHILE: A REPOSIÇÃO DO “MITO” DA PROPRIEDADE PRIVADA EM TEMPOS DE “CONTRARREFORMA”

Rodolfo Sanches

I

O presente texto trata-se de um primeiro esforço intelectual que tem como pretensão avaliar, ainda que de modo sintético e inicial, este complexo social mais amplo que designamos como período de “Contrarreforma”. A assumpção deste contexto, entendemos estar demarcado pelos idos subsequentes à meados da década de 1970, com especial atenção para os anos 1980. Absorto neste emaranhado social ampliado, temos como objetivo específico compreender o papel do “capitalismo popular” no Chile, amparado na ideia de “democracia proprietária”, como ferramenta essencial do *reforço* à condição de hegemonia do “bloco histórico” burguês e, particularmente, na reformulação das alianças da classe social fundamental

com as classes aliadas e o impacto desta nos grupos políticos subalternos, que, delimitaremos à *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Em nosso entendimento, a reconstrução da História, mediante análises científicas, é algo, em si, possuidor de uma capacidade expansiva de modificação da própria realidade em que está inserido. Desta forma, tomaremos de Gramsci alguns de seus critérios de método para averiguar a situação histórico-concreta a que nos propomos. Cabe ressaltar, de antemão, que a “unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado” e que sua história é, em essência, “a história dos Estados e dos grupos de Estados”. Isto pressupõe o entendimento de que uma dada “unidade histórica fundamental” sempre se põe como resultado das “relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’”. Quer dizer, resulta de um “Bloco Histórico” (GRAMSCI, 2011b, p. 139).

Por sua vez, a “história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2011b, p. 135). Assim, sua história está desmedidamente associada à “sociedade civil”, não sendo unificada e não podendo sê-la enquanto “não puderem se tornar Estado” (GRAMSCI, 2011b, p. 139). Não obstante, as dificuldades postas são ainda mais complexas se balizarmos a atuação dos grupos dominantes. É impreterível admitir, como afirma Gramsci (2011b, p. 135), que estes perpetuam “iniciativas” contínuas com vistas a dificultar o processo de unificação dos subalternos.

A avaliação do quadrante histórico que reivindicamos deverá mover-se entre dois princípios: 1) a sociedade não se põe problemas cuja resposta não sabe dar ou não está em vias de aparecer e de se desenvolver; 2) nenhuma sociedade não desaparece enquanto todas as formas de relação implícita a ela não forem desenvolvidas. Isto requer saber fazer, à nível de estrutura, a distinção entre aquilo que é orgânico (relativamente permanente) e o que é conjuntural (imediatos).

Um erro muito comum nas análises histórico-políticas é não saber encontrar uma justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional. Às vezes, dão como causas imediatas o que atua mediatamente, e, por outro lado, dão como suficientes as causas imediatas. De um lado tem-se um “economicismo” ou doutrinário pedante, de outro, um “ideologismo” excessivo (GRAMSCI, 2011a, p. 37).

Assim, chegamos ao ponto de averiguar as *relações de força*: 1) em primeiro lugar cabe o estudo das *relações de forças sociais*, ou seja, aquelas vinculadas diretamente ao campo da produção. “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção”. Permite, portanto, “verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nascerem em seu próprio terreno”; 2) em seguida nos remetemos à avaliação das *relações de forças políticas* que subentendem três momentos: a) *fase econômico-corporativa*, onde se observa uma simples solidariedade entre membros de um grupo profissional; b) no segundo, já se pode observar que a homogeneidade transpassou a barreira do grupo profissional, no entanto, a ampliação da consciência a um grupo maior reside, prioritariamente, no campo da economia; 3) em terceiro momento está a fase onde se adquire consciência de que os interesses meramente econômicos devem superar o círculo corporativo e ir além de si mesmo, tornando-se os interesses de outros grupos subordinados. Neste caso, o Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo social, utilizado para maximizar condições de progresso deste grupo dominante; 4) por fim, é a vez das *relações de forças militares*, imediatamente decisiva em cada oportunidade concreta” (GRAMSCI, 2011a, p. 40-42).

Como elementos mais concretos, cabe dizer que o estudo referente aos subalternos nos predispõe ao estudo das formas como estes grupos aderem às políticas dominantes, quer ativa, quer passivamente e as consequências disto na manutenção, renovação e/ou nova formação. Ademais, o “nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e controle dos grupos sociais subalternos”; os novos grupos políticos dos subalternos e sua amplitude de reivindicação: parcial, integral, porém nos velhos moldes, e, autonomia integral (GRAMSCI, 2011b, p. 140).

II

Quando analisamos, podemos observar que a década de 1980 é um epicentro de grandes mudanças. Foi em seu decorrer que avistamos as

consequências da Revolução Técnico-Científica (se se preferir, Tecnológica) e também da crescente escalada em busca da materialização das reformas neoliberais em muitos países centrais e da periferia do sistema capitalista. Foi um momento de clivagem histórica cuja magnitude foi ímpar. No Chile não foi diferente. Cabe-nos, portanto, entender e identificar algumas de suas bases, quer deste processo, quer daquele.

Uma das principais elaborações desenvolvidas por Antonio Gramsci é o conceito de “Bloco Histórico”¹. Entende-se por “Bloco Histórico” um conjunto que expressa a síntese das contradições de um momento histórico específico. Isto significa apontar que ele apreende as relações entre desenvolvimento das forças produtivas, relações de produção e operacionalizações jurídico-políticas deste mesmo contexto. É a partir disto que podemos afirmar que o capitalismo, como expoente das relações sociais de produção capitalista, significa a expressão prática do Bloco Histórico burguês.

Seria uma imprudência considerar a formação deste “Bloco Histórico” como inato à própria história, dado que ele pressupõe uma atividade consciente e uma ação coordenada da classe social fundamental². Assim, mediante todo processo de construção do mesmo, podemos abstrair dos variados fundamentos o compósito sintético entre individualismo e relações de mercado como sendo o mais determinante. Este compósito, de acordo com a teoria liberal clássica, representa o traço essencial da cotidianidade do capitalismo, isto é, o mercado como ente sintetizador das disparidades.

C. B. Macpherson (1979), em sua tentativa de responder aos dilemas postos pela crise dos Estados liberal-democráticos, faz uma profunda reflexão que busca reavivar estes fundamentos do que ele denomina de teoria política do individualismo possessivo. Isto quer dizer que a autoridade política, ou Estado (também chamado de sociedade política³), tem como papel central a manutenção deste compósito sintético.

¹ “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2011a, p. 26). Para um estudo mais detalhado, Cf. GALASTRI, 2015.

² Cf. DEL ROIO, 1998, p. 65-111.

³ Aqui cabe destacar uma distinção sobre a avaliação que diferentes autores fazem do conceito de “sociedade política”. Para Macpherson, signatário que é da tradição liberal, sua concepção de “sociedade política” está muito orientada pelas explanações de Hobbes, identificando-a com o Estado, o agente contratual. O mesmo vale para a noção de Locke sobre “sociedade política” (MACPHERSON, 1979, p. 277-281). Ambas as suposições partem do princípio analítico de que Estado e sociedade civil são dimensões totalmente separadas, princípio esse que Gramsci nega. Esta cisão tem como reflexo um não entendimento da reciprocidade entre as referidas dimensões

Acontece que os Estados liberal-democráticos tentaram dar uma roupagem diferenciada ao problema da propriedade privada, e por consequência das relações de mercado, cujo núcleo põe, por vezes, em xeque a própria existência do mercado como regulador, produtor do ótimo e do *eficiente*⁴. Assim, há uma necessidade candente de retomada dos fundamentos. A manutenção de tal fisionomia liberal-democrática é, em si, uma possível negação do princípio da existência mesma do liberalismo clássico, pois que não leva em conta todas as suposições⁵ inerentes ao mercado possessivo e ao individualismo.

O avanço e complexificação das sociedades de mercado possessivo ocasionaram perdas substantivas de coesão entre a classe dominante, o que implica a perda de estabilidade no momento de forjar uma teoria do dever político do indivíduo para com um ente: a justificativa moral da democracia liberal/Estado liberal está progressivamente mais danificada e dificultada. Não há saída para este dilema na negação das suposições. Ou faz-se a rejeição e então os esforços feitos são irrealistas, ou opta-se pela adequação e disso pressupõe que não há mais espaço para esperar por uma teoria válida do dever político para um estado liberal-democrático numa sociedade de mercado possessivo (MACPHERSON, 1979, p. 286).

Pois bem, tendo em vista o processo de construção do Bloco Histórico Burguês, temos que retomar a questão inicialmente levantada: o que podemos extrair como central da *viragem* neoliberal dos anos 1980? A nível internacional ela significa a vocalização das reformas neoliberais (e da ideologia neoliberal) sob variados aspectos e em diferentes espaços internacionais. No Chile é a efetivação do “Capitalismo Popular”.

Para termos uma clara noção do período em sua totalidade, não podemos nos abster de observar os momentos precedentes ao contexto requisitado. Assim, quando olhamos para a década antecedente vemos que o ano de 1975 foi merecedor de nota: na Inglaterra há a ascensão de Margareth Thatcher à liderança da oposição parlamentar pelo Partido

ocasionando uma perda analítica que prejudica em conceber o Estado como parte das relações sociais, por isso permanentemente em disputa e, tão logo, instrumento de poder para qualquer que seja o grupo social fundamental. Sobre a crítica de Gramsci: Cf. 2011a, p. 11-110; p. 261-263. A leitura gramsciana subscreve a de Marx: Cf. MARX, 2005; 2010.

⁴ Necessário, aqui, fazer uma ponderação. A designação de mercado, tal como aparece, é, na verdade, de uso dos teóricos neoliberais tal como em Hayek (1994).

⁵ Cf. MACPHERSON (1979, p. 275-276).

Conservador; no Chile, por sua vez, foi o momento do *giro* neoliberal ortodoxo da ditadura militar de Pinochet ao lançar o *Programa de Recuperación Económica*⁶.

A ascensão de Thatcher possibilitou, dentro do escopo ideológico do Partido Conservador, uma reformulação brusca das bases teóricas do Partido e de suas externalizações mediante a população inglesa. Cowdrill (2009, p. 95) argumenta, centralmente, que o Thatcherismo não foi um acaso na história do pensamento conservador britânico. As forças econômicas e sociais sobre as quais ele se ergue já estavam se colocando em meados dos anos 70. Já era demarcado a construção de uma alternativa libertariano-conservadora entre os conservadores⁷.

Assim, nas eleições fizeram a campanha toda baseada na identificação da classe média com o conservadorismo. Tinha, o Partido Conservador, o ideal de eliminar a imagem de classe alta, buscando fazer um chamado para que ele se tornasse o grande representante dos independentes, aqueles que estão à margem das grandes corporações, sejam patronais ou sindicais. Por isso foi necessário montar uma grande campanha que abarcasse, centralmente, a ideia do “*Competitive Man*”⁸.

Todas estas características apontadas estão, em nosso entendimento, amparadas sobre a noção da “*Property Owning Democracy*”. A extensão desta noção de “democracia proprietária” foi central para o Thatcherismo. No entanto, a euforia fora tanta que houve a necessidade de avançar para além dos problemas econômicos nesta lógica da “posse de propriedade”. Tratava-se de explicar o valor da “*dispersed ownership*”, em que Cowdrill afirma: “Em meados da década de 1980 este tema surgiu como ‘Capitalismo Popular’. Era, nas palavras de Thatcher, ‘uma cruzada para emancipar a todos na vida econômica da Nação’” (2009, p. 88, tradução nossa). Um grande caminho para o alastramento deste ideário seria através de propostas de resolução dos

⁶ Tal *Programa* também é conhecido, popularmente, como “*shock treatment*”. Cf. ÁLVARO BARDÓN; CAMILO CARRASCO; ÁLVARO VIAL, 1985; CEP, 1992; CHATEAU, 2012; DÉLANO, FAZIO, RAMÍREZ, 1977; KLEIN, 2008; TRASLAVIÑA, 1989.

⁷ “Thatcher and her generation of Conservatives were sympathetic with the ‘anti-totalitarianism invented at that time by writers like Hayek, Popper, Talmon and Berlin” (COWDRILL, 2009, p. 88).

⁸ Em 1975, na conferência do partido conservador, a linha mestra era a criação de um novo clima social que recompensasse o trabalho duro e os empreendimentos/iniciativas. Em seu primeiro discurso como líder, Thatcher falava de ter o Estado como servo e não como um mestre. A consolidação desse lema seria através da propriedade privada, o que garantiria independência do cidadão em relação ao Estado: essência da economia de livre mercado. (Ibidem, p. 71-72).

gigantes déficits habitacionais. Sendo assim, uma das principais bandeiras e políticas desenvolvidas pelo governo da Thatcher era “*The Right to Buy*”, que é, em essência, uma política de desconto de taxas para que a população tivesse acesso a créditos para comprar suas casas. Não obstante, a venda dos ativos do Estado (empresas e afins).

A impulsão deste ideário do “capitalismo popular” na Inglaterra, sob a tutela da “democracia proprietária” não pode ser identificada como a forma encontrada pela burguesia para reformular as bases de consenso e luta hegemônica dentro do Bloco Histórico burguês? Uma vez identificado que a “democracia proprietária” pode cumprir a função de *modus operandi* da ampliação da base consensual das massas acerca da proposição neoliberal, tratemos de observar como isso se expressou no Chile.

É de conhecimento de todos que a experiência chilena fora encarada como um laboratório para a implementação das reformas neoliberais e seu possível alcance na esfera do Estado, da sociedade civil e das relações sociais capitalistas. Há que se destacar, portanto, que, segundo Gramsci, a chave *força-consenso* não é estaque, logo, a construção de uma hegemonia pressupõe que a classe se coloque como dirigente, mas também como dominante (2011b, p. 62-63). Entendemos que a ditadura de Pinochet é a representação do que Gramsci expunha como *cesarismo regressivo*, isto é, uma saída não consubstanciada na correlação de forças, por isso, quase sempre autoritária. Esta fora a base sobre a qual se implementou a *primeira onda de privatização* no Chile, em 1975-76.

A grave crise econômica de meados dos anos 1970 levou o Chile a optar pelo *Programa de Recuperación Económica* que, entre outras coisas, era a materialização prática de todos os ensejos teóricos colocados pelos intelectuais orgânicos do capital, Hayek, Arnold Harberger e Milton Friedman, mediante a atuação dos conhecidos *Chicago Boys*. Em suma, as deliberações eram: liberalização total da economia, abertura completa ao mercado internacional e forte contração do meio circulante papel-moeda. Junto a estas estiveram a devolução das empresas sob intervenção do Estado e o começo da venda de ativos do mesmo sob a forma, prioritária, de leilões⁹. Como se pôde observar, as vendas foram feitas de maneira única

⁹ No Relatório da *Comisión Investigadora* da Câmara dos Deputados do Chile sobre as privatizações, é possível observar as leis que foram importantes para o processo de privatização na primeira fase, isto é, entre 1974-1982. Foram os Decretos-lei: 88 (1973), 333 (1974) e 1068 (1975). Cf. CHILE, 2005.

e sob tramitações diretas com os grandes conglomerados da produção mundial, e isso teria efeitos sobre a forma de proceder da *segunda onda de privatização* em 1983-85¹⁰.

A despeito do período do “*milagro económico*”, entre 1979-81, que o Chile contou com bons índices no PIB, renda e consumo, a crise de meados dos anos 1980 foi devastadora: significou uma forte contração do mercado de capitais do Chile, o que, por sua vez, potencializou a situação de insolvência das entidades financeiras do país¹¹. Ademais da conjuntura desfavorável, pesou no processo como um todo a política das autoridades para o tema: permissão para tomada de empréstimos além do risco prudente. Desse modo, entre 1981 e 1983 foram postas sob intervenção uma série de empresas: 14 instituições financeiras com declaração de insolvência e mais 5 sob supervisão momentânea. Muitas *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP) foram interferidas por conta de estarem ligadas às instituições financeiras abordadas.

Este processo de intervenção resultou nos seguintes dados: o Estado colocou sob seu controle 68% dos fundos administrados pelas AFP's e 60% do mercado financeiro¹². Isto representou uma evidente contradição com a linha da política econômica posta em ação. No entanto, como argumenta Larroulet (1994, p. 195), as privatizações realizadas a partir de 1985 representariam a reafirmação do modelo de economia desenvolvido até então, estando amparado, como bem explicita Silva (1989, p. 176), no direito da propriedade privada como condição *sine qua non* do processo mais amplo.

É neste contexto que surge a ideia de “capitalismo popular”, em sua formação “direta” e “indireta”. Cada qual refere-se, em verdade, a uma lei específica: 18.401 e 18.398, respectivamente¹³. Inúmeras medidas foram

¹⁰ “Según el informe del Banco Mundial este método se aplicó debido a la concentración de la propiedad producida por las enajenaciones de los primeros años y la formación de conglomerados de gran poder industrial y financiero que se vio como la causa de quiebra de 8 bancos. El capitalismo popular serviría para diversificar la propiedad” (CHILE, 2005, p. 64).

¹¹ Cristián Larroulet (1994, p. 178) coloca como problemas reais desta crise: 16% de taxa de desemprego sem contar os programas de auxílio (com eles subia para 24% - PEM e POJH); aumento da inflação somando 6% a mais do que o período anterior e resultando em 13,4%; perda massiva de créditos internacionais, o que reverbera no aumento da dívida externa do Chile, que naquele momento (1985) já representava 121,4% do PIB.

¹² Cf. SILVA, 1989, p. 182-186.

¹³ Cf. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29813>; e <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29810>. Soma-se a lei geral dos bancos de 1986; o decreto-lei 3.500 sobre administradoras dos Fundos de Pensão; decreto com força de lei N° 1 que privatizou todo o sistema elétrico nacional. O decreto com força de lei N° 1 dos transportes e telecomunicações. A lei 18.372, que autoriza os trabalhadores a comprarem parte das ações

tomadas para colaborar com a resolução da crise e restabelecer a confiança no processo mais amplo. Quanto ao capitalismo popular direto: 1) dólar preferencial para os mais endividados e uma reprogramação das dívidas; 2) vendas das carteiras de crédito vencidas ao Banco Central, mecanismo de capitalização dos bancos e AFP's sob intervenção (Lei 18.401 como fundamento); 3) privatização direta das empresas filiadas a CORFO a partir de 1985, visando eliminar os déficits fiscais do Estado e os déficits de capital das empresas, e, dispersão das propriedades. Quanto ao capitalismo popular indireto: 1) normatização da lei 18.398, que modifica o Decreto-lei 3.500 de 1980, que autoriza as AFP intervirem na compra de ações de Sociedades Anônimas (CHILE, 2005, p. 214-216).

Toda a argumentação exposta até aqui nos serve de base para afirmarmos o seguinte: sabemos que um bloco histórico é a sintetização das contradições essenciais de um determinado momento histórico. A sintetização destes elementos se dá, sobretudo, por atuação dos intelectuais que, ao formarem um bloco ideológico, condicionam uma determinada classe a se colocar como classe social fundamental, isto é, como dirigente política dos processos econômicos (estruturais). Tal bloco ideológico corrobora em um outro processo fundamental, que é dar impulso ao “espírito de cisão” da referida classe. Esta cisão se coloca como prerrogativa para o desenvolvimento de uma *reforma intelectual e moral*. E isso tudo articulado conjuntamente solidifica os pilares para que tal classe social se coloque na disputa hegemônica com o bloco histórico existente.

Entendemos que a atuação do bloco ideológico pode servir para duas finalidades centrais: em um caso, quando da criação de um “novo” bloco histórico, incentivar, mediante a elaboração da unidade teórico-prática, o espírito de cisão e, com isso, servir de mola propulsora dos intentos hegemônicos necessários; em outro, como no caso do bloco histórico burguês, ele serve como instrumento de rearticulação interna e, principalmente, de *reforço* da condição da hegemonia. Pois bem, partiremos desta segunda hipótese para avaliar a ligação entre o “capitalismo popular” e a “democracia proprietária”.

A reformulação do bloco histórico burguês perpassa, em nosso entendimento, uma ampla mobilização dos intelectuais orgânicos do

via adiantamento de indenização e o decreto-lei N° 2.758 que autoriza o pagamento de gratificações em ações (CHILE, 2005, p. 54).

capital, cujo foco aqui, destacar-se-ão os Chicago Boys e Margaret Thatcher e seus assessores. O compósito teórico elaborado na concepção de “democracia proprietária” é a base sobre a qual se erija os dispositivos jurídicos que regulamentaram a implementação do “capitalismo popular” direto e indireto no Chile, como bem aponta Chateau (2012, p. 311): “El principio detrás de esta política era, en palabras de sus propios promotores, ‘hacer de Chile un país de propietarios’, siguiendo así el modelo privatizador inglés impuesto por Margaret Thatcher”¹⁴.

Neste sentido, entendemos que a formulação teórica inglesa, a saber “democracia proprietária”, e a instrumentalização prática, as duas formas de “capitalismo popular” no Chile, compõem, para nós, uma evidência da ligação consciente destes dois eventos no processo mais amplo que estamos chamando de reformulação da condição hegemônica no interior do bloco histórico burguês. Porque então afirmar que esta reformulação pode ser caracterizada pela categoria analítica de “Contrarreforma”, tal qual Gramsci manuseia?

Carlos Nelson Coutinho (2012) nos oferece sugestões e indícios bem contundentes de que o neoliberalismo seja, na verdade, uma “Contrarreforma”. A diferenciação se põe, no campo da teoria gramsciana, quanto a outra categoria analítica: a Revolução Passiva. Esta categoria tem implícita a presença de dois momentos: a *restauração* (“trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e proveniente ‘de baixo’”) e a *renovação* (“no qual algumas das demandas populares são satisfeitas ‘pelo alto’, através de ‘concessões’ das camadas dominantes”)¹⁵ (COUTINHO, 2012, p. 118).

Desta forma, a Contrarreforma “como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2012, p. 120-121). Isto requer dizer que o caráter majoritariamente restaurador e/ou conservador implícito na categoria não a condiciona ao estancamento. Então, de acordo com Coutinho, a diferença central entre revolução passiva e Contrarreforma é que nesta predomina o momento do velho, o que não

¹⁴ Vale dizer que em 1994, Margaret Thatcher, em visita ao Chile, proferiu palestras aos empresários na sede da *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA). Para ver uma de suas falas transcritas, acessar: <http://www.cepchile.cl/margaret-thatcher-los-retos-del-siglo-xxi/cep/2016-03-03/183337.html>.

¹⁵ “A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma: na verdade, numa revolução passiva estamos diante de um reformismo ‘pelo alto’” (COUTINHO, 2012, p. 119).

significa a “completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (2012, p. 124).

Sendo assim, a despeito das afirmações recorrentes de que o “capitalismo popular” seria uma estrutura inigualável na dispersão das propriedades privadas e aumento da renda *per capita*, isto é, na consagração dos anseios dos subalternos, o que podemos identificar é que tivera um papel de centralização e concentração de capital¹⁶. Chateau (2012, p. 315) mostra que, em 1987, sete grupos econômicos controlavam 75% de 300 sociedades anônimas, que, por sua vez, eram responsáveis por grande parte do volume de exportações do país. Não obstante isto, a *Comisión Investigadora*, em seu relatório final (2005, p. 174) expõe que, segundo cálculos da *Contraloría General de la República*, as perdas do Estado com a privatização de 30 empresas, entre 1978-90, chegaram a 2,2 trilhões de dólares.

Georges Sorel, em seu livro *Reflexões sobre a violência* (1992), cunha o conceito de “mito”. Os mitos são as imagens construídas popularmente que orientam as massas a agir: “expressões da vontade” e não “descrições das coisas” (GALASTRI, 2015, p. 218). Gramsci, a “traduzi-lo” para a filosofia da práxis, o entende como “expressão de um bloco ideológico composto pelas vontades políticas das massas, a *tradução política* da vontade coletiva na forma partido” (GALASTRI, 2015, p. 218, grifo nosso).

Na reformulação do “bloco histórico burguês”, por mediação do bloco ideológico, entendemos que a propriedade privada é veiculada da mesma forma em que Sorel apreende o mito: um “impulso vital”¹⁷. E o fazemos por compreender que a ideia de “democracia proprietária” e a instrumentalização do “capitalismo popular” a reposiciona na condição de catalisadora das identidades e *locus* criadores de identificação. Ademais da similaridade com a projeção do mercado como regulador, produtor do ótimo e do *eficiente*, que reivindica Hayek, nos parece uma restituição da noção de indivíduo “natural” de Locke, cuja definição quem nos

¹⁶ Nas palavras de Hugo Fazio: “El ‘capitalismo popular’ lejos de contribuir, como se sostuvo en los años de dictadura, a la diversificación de la estructura accionaria, facilitó en definitiva el proceso de concentración. [...] La experiencia del Banco de Santiago ratifica que el ‘capitalismo popular’, en lo fundamental, fue utilizado como un mecanismo, no para ampliar la propiedad de las empresas ni para el acceso de los trabajadores a ella, sino como un medio de posibilitar la centralización financiera” (1997, p. 142-143).

¹⁷ Vale dizer que este conceito é captado por Sorel da filosofia de Henri Bergson. Sorel (1992, p. 360), em uma nota de rodapé, explicita que “o movimento, na filosofia bergsoniana, é visto como um todo indiviso”. (GALASTRI, 2015, p. 179-180).

oferece é Macpherson: “Os indivíduos são por *natureza* igualmente livres da jurisdição de outros”, isto é, sua essência “é a liberdade de quaisquer relações que não sejam aquelas em que o indivíduo entra visando seus próprios interesses” (1979, p. 281, grifo nosso).

III

Assim, buscamos demonstrar a atualidade dos estudos dos mecanismos utilizados pelo bloco ideológico burguês com vistas a aumentar sua base de consenso entre os subalternos¹⁸ nos tempos de “Contrarreforma”. Ao compreendermos que as privatizações todas ocorridas não significam, tão somente, uma transferência explícita de recursos públicos à esfera privada, mas também, como algo “quem tem suas raízes num ataque à sociedade civil e à política democrática” quer pelas “intervenções militares violentas”, quer pelo “uso de decretos arbitrários do Poder Executivo”, temos em mente que o processo visa um duplo movimento: na mesma medida em que solidifica a reformulação das alianças entre a classe social fundamental e suas classes aliadas, impele aos subalternos uma nova força centrífuga, que constantemente os condiciona ao retorno da desagregação e dispersão. Eis que “todo o processo de privatização minou severamente os corpos representativos da sociedade civil e marginalizou a opinião pública, com isso mobilizando eficazmente as elites e desmobilizando o povo” (PETRAS, 1999, p. 38; 50).

Basta uma rápida observação à nossa contemporaneidade para entendermos que as consequências desta reformulação ainda estão em vigência sobre todo o mundo. Partindo do caso chileno como referência, seja pelo status de laboratório conferido a ele, seja pela “radicalidade” das transformações, podemos observar que hoje em dia, inúmeras reformas estruturais, já despontadas no Chile na década de 1980, assombam variados países da Europa, Ocidental e Oriental, e da América Latina.

¹⁸ Apesar das evidentes contradições implícitas nas respostas dadas pelos grupos políticos dos subalternos, vislumbramos na *Concertación de Partidos por la Democracia* (1988-2009) o auge da transmutação ocorrida. Destaca-se, portanto: a adesão incontestada aos fundamentos da política econômica neoliberal e a progressiva anuência da governabilidade como baluarte da ação política (ORTEGA; MORENO, 2002).

Assim, difícil não constatar o avanço conservador¹⁹ nestes mesmos locais e não os incorporar como fragmentos remanescentes desta reformulação. A cotidianidade atual embasada nos arrimos da barbárie social cada vez mais crescente, nos imputa a necessidade de compreender o processo mais amplo. Nos propomos a colaborar neste debate através do exame e apreensão das determinações do caso chileno. Afinal, o “neoliberalismo pragmático” e demais efeitos ainda estão em vigência.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDIOS PUBLICOS. *El Ladrillo: bases de la política económica del Gobierno Militar chileno*. Edição, Sergio de Castro e Juan Carlos Méndez. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/mc0032306.pdf>. Acesso: 12 fev. 2017.

CHILE. Abogado Secretario de La Comisión (org.). *Informe de la Comisión Investigadora encargada de analizar presuntas irregularidades en las privatizaciones de empresas del Estado ocurridas con anterioridad al año 1990*. Santiago, 2005. Disponível em: www.archivochile.com. Acesso em: 20 abr. 2016.

CHATEAU, M. G. *La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Alberto Hurtado, 2012.

COWDRILL, D. A. *The Conservative Party and Thatcherism, 1970-1979: a Grass-Roots Perspective*. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - University Of Birmingham, Birmingham, 2009. Disponível em: <http://etheses.bham.ac.uk/725/>. Acesso em: 16 maio 2016.

COUTINHO, C. N. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n.1, p. 117-126, jan./jun. 2012.

DEL ROIO, M. *O Império Universal e seus Antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

DÉLANO, M.; TRASLAVIÑA, H. *La Herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

FAZIO, H. *Mapa Actual de la Extrema Riqueza en Chile*. Santiago: Lom, 1997.

FAZIO, H.; RAMÍREZ, P. F. *El carácter de la política económica de la Junta Militar*. México: Casa de México, 1977. (Cuadernos Casa de Chile).

¹⁹ A saber, estamos nos referindo às inúmeras ocasiões em que os direitos da classe trabalhadora têm sido escamoteados ou, quando não, desfeitos. Não bastasse, a progressão destas medidas repercute no encurtamento do espaço democrático que, à duras penas, fora conquistado pela mesma classe. “Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de ‘vitórias da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, da restauração plena da economia política do capital” (COUTINHO, 2012, p. 123).

GALASTRI, L. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Contemporânea).

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 3.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 5.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão, Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

KLEIN, N. *A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LARROULET, C. Efectos de un Programa de privatizaciones: el caso de Chile (1985-1989). *Estudios Públicos*, Santiago, v. 54, p.175-222, out. 1994. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/Larroulet01.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MUÑOZ, Á. B; CARRASCO, C. A ; VIAL, A. G. *Una década de cambios económicos: la experiencia chilena 1973-1983*. Santiago: Andrés Bello, 1985.

MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes até Locke*. Tradução de: Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento Crítico, v. 22).

MARX, K. *A Questão Judaica*. Tradução Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

ORTEGA, E.; MORENO, C. (comp.). *La Concertación desconcertada?: reflexiones sobre su historia y su futuro*. Santiago: Lom, 2002. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-86134.html>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PETRAS, J. *Armadilha Neoliberal: e alternativas para a América Latina*. Tradução de: Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Xamã, 1999.

SILVA, M. V. Reprivatización y Capitalismo Popular en Chile. *Estudios Públicos*, Santiago, n. 33, p.175-217, out. 1989. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/reprivatizacion-y-capitalismo-popular-en-chile/cep/2016-03-03/184338.html>. Acesso em: 11 mar. 2016.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2.

GRUPPI, L. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Supervisão e notas Marcelo Backes. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução de: Angelina Peralva. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

A REPOSIÇÃO DO ÁRABE MUÇULMANO COMO OUTRO NEGATIVO EXTERNO DO OCIDENTE APÓS O 11 DE SETEMBRO DE 2001: APONTAMENTOS

Rodrigo dos Santos Alcantara

A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO UNIVERSAL DO OCIDENTE E A SUBALTERNIZAÇÃO DO ORIENTE, O OUTRO NEGATIVO EXTERNO

Este trabalho tem como problemática central a hipótese de que houve uma reposição ideológica com características de salto qualitativo na representação do árabe muçulmano na consciência social¹ ocidental após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono.

Após aquele dia fatídico, em nossa hipótese, os professantes do islã, principalmente os oriundos do Oriente Médio, passaram a ser figurados como potenciais terroristas na consciência social ocidental, ou

¹ A consciência social para nós não é algo que está pairando no ar, supra-humano, como os idealistas difundem, mas “seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2014, p. 35).

seja, a ideologia² dominante, por meio do discurso midiático hegemônico, propaga a ideia de que os professantes de tal religião sempre estão na iminência de atacar o ocidente e destruir a sua sociabilidade interna através de atos extremamente cruéis e bárbaros, como atentados terroristas.

Portanto, essa representação do destruidor da sociabilidade interna é a reconfiguração da representação do outro negativo externo do ocidente através da construção de um discurso Ocidental que tem seu epicentro na Casa Branca e na grande Imprensa reproduzido na consciência social ocidental, assim, o signo terrorista encarna no árabe muçulmano refletindo e ao mesmo tempo refratando uma determinada realidade, que se reproduz na consciência social ocidental.

Essa forma de representação é bem antiga, ou seja, não é a primeira vez que uma pecha negativa recai sobre os árabes. Tal concepção esteve ligada a toda a forma reprodutiva do ocidente. Segundo Del Roio (1998), a gênese da dualidade entre ocidente e oriente remonta o séc. XI, quando houve a ruptura entre a Igreja de Roma e a Igreja Bizantina, o chamado Cisma do oriente. Após essa ruptura, a Igreja de Roma, na tentativa de estabilizar as convulsões sociais advindas da crise feudal por conta da explosão demográfica daquele século, e assim manter a coesão social, almeja se tornar única representante do ser universal, Deus, criando um projeto para o mundo que teve como objetivo a expansão pela “ilha de terra³” – a sua concepção de *Imperium Mundi*⁴ - dando origem ao Império Universal do Ocidente⁵. Neste processo, a igreja tornou-se a própria cabeça articuladora⁶ e reprodutora da visão ideológica de mundo ocidental no período do feudalismo, e assim se manteve até a entrada do ocidente na modernidade, quando o Estado-nação é quem cumprirá esse papel.

² Segundo Bakhtin/ Volóchinov: “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2014, p. 36). Assim, a ideologia precede a consciência. Seu material transmissor é a relação de troca interindividual entre sujeitos alocados em uma determinada realidade objetiva que subordina a subjetividade individual.

³ Em sentido de mundo conhecido ou explorado.

⁴ Império sobre o mundo ou controle sobre o mundo.

⁵ O Império Universal do Ocidente foi vontade de expansão da doutrina da Igreja latina pelo mundo no modo de produção feudal que se traduziu na modernidade capitalista na necessidade de expansão do capital pelos quatro cantos do mundo, ou seja, a globalização ou mundialização do capital.

⁶ Liderança ideológica.

Tal projeto para o mundo foi gênese de duas categorias vistas como negativas e inferiores pelo núcleo central ideológico do Império Universal do Ocidente e seu modo de produção e reprodução da vida material em cada momento histórico. Estes inferiores e negativos são: o outro negativo interno; e o outro negativo externo.

Adiantamos que sempre que houve uma mudança no modo de produção, também, houve uma mudança na esfera de reprodução ideológica, ou seja, se no modo de produção feudal a Igreja era a propulsora e reprodutora ideológica, no modo de produção capitalista é a concepção liberal de mundo que cumprirá esse papel de mantenedor ideológico. Ao mudar o modo de produção de feudalismo para capitalismo houve também a mudança no núcleo ideológico que passou da doutrina da Igreja de Roma para o liberalismo.

Com esta mudança, também houve a mudança nos negativos reproduzidos pelo Império Universal do Ocidente. Desta forma a primeira categoria, o outro negativo interno, foi identificada na história, dependendo do seu modo de produção e, conseqüentemente de seu núcleo ideológico, como a mulher, os homossexuais, o negro, o judeu, os doentes mentais, os leprosos, os servos, os escravos, o proletariado, entre outros. São os grupos subalternos internos do ocidente. Estes negativos devem ser “submetidos até o extermínio ou resignação, e ao qual por definição, é negado um autônomo protagonismo sócio-histórico” (DEL ROIO, 1998, p. 10).

Já a segunda categoria por nós apontada, o outro negativo externo, configura-se como “o mundo natural e grupos sócio-culturais alheios ou oponentes, que tem sua externalidade definida pela religião, pela forma de organização do poder ou pela racialização [...] do qual se deveria defender e depois dominar” (DEL ROIO, 1998, p. 10), portanto, o oriente subalternizado⁷. PAREI AQUI

Esta reprodução, do outro negativo externo, teve duas conseqüências que se reproduziram dialeticamente: a) para que ocidente pudesse definir a si mesmo como polo positivo, ou seja, ao construir a ideia de um outro negativo exterior, o ocidente pode caracterizar a si mesmo por meio de adjetivos positivos em contraposição ao oriente, com adjetivos negativos. b) para que o ocidente pudesse dominar povos identificados como exteriores e alcunhados de inferiores. Por isso Edward Said aponta

⁷ Del Roio aponta que o outro negativo externo são dois: o Oriente que foi subalternizado e o mundo da natureza, que devia ser dominada e transformada de acordo com as necessidades da igreja.

que o “Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastante” (SAID, 2007, p. 28).

Portanto, foi pela construção de um outro com adjetivos negativos – o oriente – que o ocidente se afirmou como o polo positivo de uma determinada dualidade: ocidente com características positivas versus oriente com características negativas. Tal dicotomia percorreu a história no último milênio, reproduzindo-se em diversas formas como: os que estão ao lado de Deus/ os que estão ao lado do Diabo; os que são do bem/os que são do mal; os esclarecidos/ os que permanecem nas trevas; o mundo democrático/ o mundo totalitário ou despótico; em suma ocidente/oriente.

Tais categorias estão presentes até os dias atuais e são muito perceptíveis em discursos de líderes e dirigentes do atual epicentro da construção do que chamamos aqui de Império Universal do Ocidente, os Estados Unidos da América (EUA), quando tratam do como é e do que é o Oriente Médio.

Desta forma, a ideia de um certo oriente “é uma parte integrante da civilização e da cultura *material* europeia” (SAID, 2007, p. 28). Para entender e subordinar povos vistos como orientais, o ocidente criou um corpo estruturado de ideias que se tornou conhecido como Orientalismo e que muitas vezes foi, e ainda é, respaldado e sustentado por discursos evolucionista e pseudocientífico⁸. O Orientalismo foi essencial nessa tarefa de subordinação e negação do oriente.

Porém, “O Orientalismo [...] não é uma visionária fantasia europeia sobre o oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que por muitas gerações, tem se feito um considerável investimento” (SAID, 2007, p. 33). Assim, o orientalismo reflete e ao mesmo tempo refrata uma determinada realidade material.

Gramsci aponta que “noções de ‘Oriente’ e ‘Ocidente’ são objetivamente reais ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais que convencional, isto é, ‘histórico-cultural” (GRAMSCI, 2014, p. 137), isto quer dizer que tais noções existem materialmente expressando diferenças culturais e geográficas, mas só existem porque expressam um produto de relações sociais entre seres sociais, não existindo sem ação dos homens.

⁸ Caso notório é a Declaração Balfort de 1917 que foi base jurídica para ocupação Sionista da Palestina e constituição do Estado de Israel, que não levaram em conta os desejos e aspirações dos povos que viviam naquele local.

É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizam, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas europeias, que através de sua hegemonia mundial, fizeram com que fossem aceitos por toda a parte. (GRAMSCI, 2014, p. 137).

A RECONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO UNIVERSAL DO OCIDENTE, DO OUTRO NEGATIVO INTERNO E DO OUTRO NEGATIVO EXTERNO NA MODERNIDADE CAPITALISTA

Com o processo no ocidente que levou ao desencadeamento das revoluções burguesas de tipo clássica e a própria revolução do capital⁹ – a revolução industrial – o capitalismo se torna o núcleo do Império Universal do Ocidente e o liberalismo seu núcleo ideológico. Conforme Marx, “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”. Assim, a vontade do ocidente em dominar e submeter aos seus desígnios tudo e todos na terra traduziu-se na própria necessidade do capital em se expandir por todo o mundo. Essa necessidade do capital acabou por colocar o oriente na dependência do ocidente (MARX, 2010, p. 44).

Desta forma, com as revoluções antes citadas e a burguesia agora como a classe dominante o outro negativo interno é figurado nos pobres e nos produtores diretos da vida material, o proletariado, ou, a classe trabalhadora em geral. A contradição fundamental da modernidade capitalista passa a ser a contradição entre capital e trabalho, ou seja, a classe trabalhadora, produtora direta da vida material passa a ser o produto contraditório da sociedade onde reina a o modo de produção capitalista.

Mas o oriente, na figura do árabe muçulmano, continuou sendo o outro negativo exterior e subalternizado, mesmo após a mudança do

⁹ As revoluções que dão origem ao capitalismo foram divididas em dois tipos, para fins didáticos e de melhor entendimento do trabalho: o primeiro tipo são as revoluções que são as de tipo clássicas burguesas, sendo estas as revoluções Francesa, Inglesa e a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América; já o segundo tipo é revolução do capital, ou seja, a revolução industrial, aquela que ainda é constante e até os dias de hoje.

modo de produção feudal para o modo de produção capitalista até que o materialismo científico proposto por Marx e Engels, na segunda metade do século XVIII, e a Revolução Russa em 1917, colocassem na história a possibilidade de mudança da Hegemonia Burguesa para uma Hegemonia Proletária. Somente a partir destes processos que ocorreram no oriente, a revolução Russa de Outubro é que o Império Universal do Ocidente, agora sob o desígnio do capitalismo, encontrou seu polo opositor de fato, seu Antípoda.

No período da Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, o projeto socialista, materializado na União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) inicia grande expansão pelo mundo, tomando metade do globo, ou boa parte do Leste do planeta. Tal fato levou o Império Universal do Ocidente a contra-atacar o projeto do oriente que pretendia romper com a subalternidade das classes e grupos explorados mundialmente.

O contra-ataque – antes citado – iniciou-se no momento em que a direção do Império Universal do Ocidente passa da Inglaterra aos EUA. Tal contra-ataque ficou conhecido como Guerra-Fria. Assim, a URSS passou a ser encarada como o Império do Mal. Durante este conflito os grandes ideólogos começam a propagar a ideia de que a “melhor solução para o conflito com os soviéticos estaria na ação militar” (FINGUERUT, 2008, p. 71). Essa é, em nossa visão, uma das razões porque os EUA construíram uma máquina de guerra tão sofisticada e complexa, não estando somente ligada aos atos próprios da guerra bélica, mas também à construção de uma guerra ideológica, que muito se materializou através do cinema¹⁰, por exemplo.

Outro momento de contra-ataque, e diretamente vinculado ao primeiro, a Guerra-Fria, foi a concessão e implementação do pacto fordista, ou, o também chamado pacto capital/trabalho que deu origem ao Estado de bem-estar social. Este pacto deu poder de barganha salarial aos sindicatos, controle sobre algumas especificações de tarefas no interior das fábricas, poder político sobre as questões de seguridade social e, com isso, conseguiu desestabilizar e reprimir os comunistas nos EUA e estabelecer “uma base aparentemente nova para as relações de classes conducentes ao

¹⁰ Como exemplo, pode-se citar que cada corpo das forças armadas, e a própria CIA, investem em filmes em Hollywood. Vários filmes que são campeões de público como: TopGun; Pearl Harbor; e até Jurassic Park III, receberam dinheiro e equipamentos com o intuito de ajudar a divulgar os alistamentos militares. No caso do primeiro filme foram montadas bancas de alistamento na porta das salas de cinemas nos EUA (MENDES, 2009).

fordismo” (HARVEY, 1992, p. 127-128) e conseqüentemente ao Império Universal do Ocidente.

Entretanto, na década de 1970 o capitalismo entrou “em uma crise geral [...], que persiste até os dias de hoje, não obstante as tentativas de reestruturação do capitalismo. Essa crise seria social, política e econômica” (CORSI, 2003, p. 20). Para solucionar a crise, o capital aprofundou a financeirização da economia utilizando-se da acumulação via espoliação, tanto internamente, quanto externamente ao ocidente, na tentativa de restituir a taxa de lucro operando em uma lógica não territorial, ou seja, não atuando em um único país ou território.

Ao operar em uma lógica não territorial o capital tornou-se globalizado e com isso pode tanto transferir tanto Capital Fictício, bem como explorar de mão de obra para outras localidades que não o centro capitalista em busca de maior lucratividade. Geralmente os locais escolhidos para tais transferências têm mão de obra e os insumos mais baratos do que o restante do centro capitalista como China, Índia e Taiwan, México, entre outros, isto, pois, nunca passaram por um processo de constituição de Estado de Bem-estar Social. Nestes países o capital passa a operar pela acumulação via espoliação, ou seja, os capitais utilizam-se da expulsão de pequenos proprietários, privatização de terras, empresas e recursos públicos, e expansão do exército industrial de reserva para maximizar seus lucros. Ainda deve ser salientado que muitas vezes utiliza-se da exploração de mão de obra análoga à escravidão (HARVEY, 2014, p. 121-126).

Mas a saída através da financeirização e da acumulação via espoliação representaram problemas internos para o Império Universal do Ocidente. Para conseguir implementar tais medidas foi necessário iniciar o desmonte do Estado de Bem-estar Social, aumento do desemprego, e flexibilização dos contratos de trabalho, o que ocasiona uma piora na qualidade devida do outro negativo interno, podendo levá-los a inquietudes e revoltas. Tais problemas, revoltas e inquietudes, foram resolvidas através da canalização de suas contestações no quadro da Guerra-Fria, ou seja, criando a polarização do mundo capitalista e democrático *versus* mundo socialista e totalitário, onde supostamente seria melhor viver na democracia capitalista do que no totalitarismo socialista ou comunista.

Todavia, no final dos anos de 1980 e início de 1990 houve o esfacelamento da URSS, e com isso, esfacelou-se também qualquer

possibilidade de alteração no eixo de poder entre oriente e ocidente, ou seja, tornou-se improvável uma derrota do capital pelas forças socialistas no curto prazo. Tal fato, apesar de representar uma vitória ainda que momentânea das forças do capital colocou um problema objetivo para os EUA. Sua política como líder do ocidente havia sido até então pautada na construção ideária de um grande inimigo do Leste, que representava a encarnação do mal, na sua forma antidemocrática e totalitária. Sem um inimigo para combater, não fazia sentido um líder e por isso, era essencial repor o outro negativo externo.

Mas criar um inimigo desta magnitude não foi fácil. Foi necessário um evento que aglutinou três elementos ao mesmo tempo: o medo; a raiva; e as angustias do outro negativo interno a um elemento externo. Foi necessário canalizar as tensões da classe trabalhadora contra um elemento externo. Canalizar as angustias desta classe, que via a deterioração de sua qualidade de vida, por conta da financeirização e da flexibilização da economia. Por isso era imperativo que houvesse um evento que chocasse o mundo todo, ou seja, não somente os ocidentais, mas também aqueles a quem se devia combater. Foi preciso um novo Pearl Harbor¹¹, que ocorreu em 11 de setembro de 2001.

O DIA QUE AINDA NÃO ACABOU: O FATÍDICO 11 DE SETEMBRO DE 2001

A manhã do dia 11 de setembro de 2001 tornou-se um marco na história recente. Um dia em que muitas pessoas ao redor do mundo lembram, mesmo que vagamente, o que faziam no momento que diversos telejornais do mundo todo cortaram sua programação regular para noticiar, por volta das 08h46 em Nova York, 09h46 horário de Brasília, um fato marcante. Um avião Boeing 767 da empresa American Airlines com 92 pessoas a bordo colidiu contra uma das torres do complexo World Trade Center (WTC).

Contudo, aquele não foi o único fato marcante daquela fatídica manhã, às 9h03, 10h03 horário de Brasília, outro avião, desta vez um Boeing 767 da empresa United Airlines com 65 pessoas a bordo, colidiu com a segunda torre do WTC. As 9h43, as 10h43 horário de Brasília,

¹¹ A base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí, sofreu no ano de 1941, durante a segunda Guerra Mundial, bombardeio dos japoneses. Tal fato, diz a história oficial, fez com que os EUA entrassem na guerra em 1942.

outro Boeing 757 da empresa American Airlines com 64 pessoas a bordo, também atingiu com o Pentágono. Neste meio tempo, descobre-se que um quarto avião que saiu de Nova Jersey com destino à Califórnia, com 44 passageiros, caiu em um campo na Pensilvânia, porém tinha como alvo o Capitólio. Com todos esses fatos não restavam dúvidas, a nação mais poderosa do mundo passava por um ataque terrorista.

As emissoras de televisão do mundo todo mostraram repetidas vezes pessoas se jogando das janelas das torres do WTC em chamas¹², cenas terríveis e extremamente chocantes. Mais de 3 mil vidas foram perdidas naquele evento. Osama Bin Laden, o mentor destes atos tão cruéis e inescrupuloso foi caçado em todo o mundo, e quando achado foi morto sem direito a julgamento. A Humilhação foi tal que pode ser feito paralelo com outra sofrida por outro império, o Império Romano, na Guerra dos Gladiadores apresentada por Max Beer:

Foi, então, que infligiu a Roma profunda humilhação. Organizou uma festa funerária em honra a Críxio e, nessa ocasião, fez com que 300 prisioneiros romanos combatessem como gladiadores, diante de todo o seu exército reunido. Os escravos desprezados eram agora os espectadores. E os orgulhosos romanos estavam agora como gladiadores. Nenhuma das humilhações que Roma sofreu na guerra dos gladiadores foi tão sentida como essa. A morte, como gladiadores, de 300 guerreiros romanos foi considerada a mais ignominiosa ofensa sofrida pela majestade romana, o mais intolerável insulto a sua honra. “Mensier diz a respeito [...] obrigar cidadãos romanos, prisioneiros, a se massacrarem mutuamente, era um crime até então desconhecido, um crime que nunca poderia passar pela cabeça de nenhum cidadão de Roma [...]”. (BEER, 2006, p. 100-101).

O evento – os atentados terroristas – mostrou-se tão importante e traumático para história mundial¹³ que Octavio Ianni o compara a outros eventos de máxima importância para a história da humanidade, como a

¹² Estas imagens podem ser encontradas no minidocumentário intitulado “911 Jumpers 9/11 in 18 min. Plane Crashes World Trade Center Towers September 11 Terror FactVideo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8tgQ75GxAZk>. Acesso em 04 jan. 2017.

¹³ Os EUA sofreram outros atentados terroristas, um inclusive teve como alvo o WTC no ano de 1993. Mas em nossa percepção somente os fatos de 11/9 possibilitaram um salto qualitativo, uma mudança da percepção da realidade do árabe muçulmano.

chegada de Colombo na América, a queda da Bastilha, a tomada do Palácio de Inverno pelo partido Bolchevique (2004, p. 223-224). Exagero ou não, este foi um episódio que ficou marcado na história recente da humanidade. Aqueles aviões, que foram utilizados como mísseis balísticos, atingiram não apenas prédios de concreto, mas grandes monumentos que representavam o poderio do Império Universal do Ocidente frente a todo o restante do mundo¹⁴. Foram instantes de terror que fizeram vir ao chão não apenas armações de concreto, mas produtos imbuídos de signos e significados.

Em um instante, no centro da maior potência mundial, dois de seus mais intocáveis símbolos são agredidos e desmoronam arruinados. Em um instante, o poder econômico e o poder militar, compreendendo o monopólio da exploração e o monopólio da violência, são postos em causa, deixando de ser intocáveis. São as duas das principais alavancas da supremacia das elites governantes e classes dominantes norte-americanas no mundo. Simbolizam as teias, redes ou sistemas com os quais essa elite e classes se associam com elites governantes e classes dominantes da maioria do mundo. Nesse sentido é que o mundo assiste fascinado, o desabar de dois pilares do neoliberalismo e do ocidentalismo, isto é, do capitalismo. (IANNI, 2004, p. 225).

O choque maior era que a fantasia televisiva apresentada pela *National Geographic* ou *Discovery Channel*, que acontecia somente no terceiro mundo até então, estava ocorrendo no centro do país mais poderoso do mundo, no coração do Império Universal do Ocidente. Segundo Slavoj Zizek:

Teríamos, portanto, de inverter a leitura padrão, segundo a qual as explosões do WTC seriam uma intrusão do Real que estilhaçou a nossa esfera ilusória: pelo contrário – antes do colapso do WTC, vivíamos nossa realidade vendo os horrores do Terceiro Mundo como algo que na verdade não fazia parte de nossa realidade social, como algo que (para nós) só existia como um fantasma espectral na tela do televisor –, o que aconteceu foi que, no dia 11 de setembro, esse fantasma da TV entrou na nossa realidade (SLAVOJ, 2003, p. 33).

¹⁴ Os dois primeiros aviões tiveram como alvo duas torres de prédios comerciais que representavam o capital, a opulência do ocidente. O segundo foi lançado sobre o que é a representação da força militar do maior e mais poderoso exército do mundo.

Tanto os símbolos que vieram ao chão, o próprio ataque como ato, e a representação de outro negativo externo nos árabes como terroristas representam um significado ideológico, que é parte da realidade e ao mesmo tempo a refrata. Todos estes signos possuem, de uma maneira ou de outra, um valor semiótico.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2014, p. 33).

Desta forma, todos os símbolos antes mencionados, trazem consigo um signo, algo de fora de sua realidade como objeto palpável, um algo ideológico, não sendo apenas prédios ou pessoas:

Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia.* Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2014, p. 31).

O 11 de setembro possibilitou a inversão da figuração do inimigo vigente durante a Guerra-fria, pois se antes o grande inimigo era um Estado, que poderia a qualquer momento atacar e destruir a sociabilidade interna, agora:

[...] esse inimigo não se identifica mais com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementaridade econômica com seu adversário. Aceitar sua existência, nessas condições significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais convincente, que é onde está o rival, perpetuando uma guerra que será cada vez mais extensa (TEIXEIRA, 2007, p. 53 apud LEITE, 2013, p. 96).

Assim, salientamos anteriormente, com o advento do capitalismo e posteriormente com a Revolução Russa em 1917 e o socialismo, como uma perspectiva real, o polo opositor do ocidente, seu Antípoda, passa a ser a URSS e qualquer perspectiva de revolução socialista¹⁵. Todavia, o árabe muçulmano conservou as características iniciais negativas da dualidade, porém, tornaram-se latentes durante todo o século XX. Basta lembrar que durante a Guerra-Fria houve grande disputa pelos países do Oriente Médio, que muitas vezes eram vistos como potenciais aliados da URSS. Também se destaca que Osama Bin Laden foi produto deste conflito¹⁶.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a característica de outro negativo externo do ocidente volta a ser patente nos árabes. Ocorre que hoje os árabes professantes do islã não têm condições de apresentarem um projeto alternativo ao ocidente, ser seu Antípoda de fato, já que o Império Universal do Ocidente tem como centro da sua vida reprodutora o capital, assim, a ideologia do império universal do ocidente refrata a realidade. Tanto é assim que grandes países de maioria muçulmana estão estritamente integrados ao sistema capitalista, basta olhar para os países do Golfo Pérsico, principalmente a Arábia Saudita. Também podemos dizer que mesmo o Irã, inimigo declarado dos EUA, mantém e reproduzem relações capitalistas, sendo estes apenas alguns exemplos.

Mas o fato de não representarem mais uma alternativa ao capitalismo não impediu que o ocidente explorasse as características negativas que estavam latentes. A acusação do ocidente para com os árabes tornou-se a de que seus atos são de cunho religioso, portanto, são intolerantes e irracionais, escamoteando as discussões sobre as mazelas que o ocidente capitalista cria tanto internamente. Assim, o Império Universal do Ocidente conseguiu repor a ideia de o quanto é bom viver sob a égide da democracia burguesa e seu liberalismo egoísta frente à barbárie do Oriente Médio.

Para combater esse novo – e ao mesmo tempo velho – inimigo, com o discurso de levá-los a civilidade e tirá-los da barbárie, o ocidente criou um neologismo, a guerra ao terrorismo, também muitas vezes chamada de guerra ao terror. Com essa desculpa de guerra ao terrorismo houve ocupação

¹⁵ Muitas vezes a perspectiva de aprofundamento das próprias demandas da sociedade burguesa como reforma agrária foram duramente reprimidas pelos EUA e outros países capitalistas. Vide as ditaduras militares na América Latina.

¹⁶ Osama Bin Laden foi treinado pela CIA junto com outros para combater a URSS no Afeganistão na década de 1980. Esses ficaram conhecidos como *Mujahidin* (combatente).

e invasão do Afeganistão (outubro de 2001) e Iraque (março de 2003), também mais recentemente os EUA e seus aliados passaram a atuar na Síria. Mas a guerra antiterrorismo empreendida pelo ocidente é algo apenas retórico, pois “exceto como metáfora, não pode haver algo como ‘guerra ao terror’, ou ao ‘terrorismo’, mas apenas contra atores particulares que o empregam como tática, não como programa” (HOBSBAWN, 2007, p. 46).

Portanto, os discursos que prometem libertar o mundo do terrorismo, no qual líderes das maiores potências mundiais se engajam só traz o “medo irracional com o qual governos como os do presidente Bush e do primeiro-ministro Blair buscam justificar uma política imperial para o mundo” (HOBSBAWN, 2007, p. 46), assim, buscam justificar o Império Universal do Ocidente e o combate a barbárie do Oriente Médio reproduzindo um tipo de ideologia que reproduz no âmbito do discurso na consciência social ocidental uma nova forma de reconfiguração do outro negativo externo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLÓCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 16. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BEER, M. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CORSI, F. L. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (org). *Desafios do Trabalho: capital e luta de classes*. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 17-54.
- DEL ROIO, M. *O Império Universal e Seus Antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- FINGUERUT, A. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98996>. Acesso em: 09 dez. 2016.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*: São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HOBSBAWN, E. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LEITE, L. A. B. *A Construção do Inimigo nos Discursos Presidenciais Norte-Americanos do Pós-Guerra Fria*. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC, São Paulo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDES, J. M. *Pentágono e Hollywood: militares, cinema e televisão nos EUA*. Lisboa: OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/1196>. Acessado em: 22 ago. 2016.
- SAID, W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SLAVOJ, Z. *Bem-Vindos ao Deserto do Real: cinco ensaios selecionados sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003. Disponível em: <http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/ZIZEK,%20Slavoj.%20Bem-Vindo%20Ao%20Deserto%20Do%20Real%21.pdf>. 12 dez. 2016.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- ALVES, G. *Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999.
- ANDERSON, P. *A Política Externa Norte-americana e Seus Teóricos*: São Paulo: Boitempo, 2015.
- DEL ROIO, M. A Mundialização Imperialista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 11/12, p.36-46, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18695/pdf>. 15 out. 2016.
- GRUPPI, L. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JALAL, A. *Combatentes de Alá: a Jihad no sul da Ásia*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES, J. Q. O Movimento Nacional Palestino Perante a “Solução Final” Sionista. In: DEL ROIO, M. (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Icone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC – UNESP Marília, 2008. p. 201-240.
- PAULA, G. T. de. *Terrorismo: um conceito político*. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013. Disponível em: http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/guilherme-tadeu-de-paula. Acesso em: 02 abr. 2016.

O JOVEM LUKÁCS: HERESIA E REVOLUÇÃO

Rafael de Almeida Andrade

INTRODUÇÃO

Como é de conhecimento de boa parte dos estudiosos da teoria marxista, a trajetória intelectual de Lukács pode parecer em um primeiro momento a repetição das mesmas proposituras, porém, esse texto vai na contramão da hegemonia e do consenso acerca da trajetória de Lukács. Dessa forma não nos limitamos apenas ao âmbito acadêmico, pelo contrário, que alcance setores populares e dissemine a importância e o legado de György Lukács para todas as pessoas que por um acaso ou por necessidades práticas ou acadêmicas, queiram um primeiro contato com a teoria social lukacsiana. Em especial sua obra de juventude, que a muito foi renegada pelo próprio Lukács em prefácio à segunda edição de *História e Consciência de Classe* (HCC) publicado em 1968 e pelos intelectuais que seguem o legado lukacsiano como uma obra superada pelas suas obras posteriores de maturidade: *Estética* e *Para uma ontologia do ser social*.

Para nós, *História e Consciência de Classe* é um marco histórico do século XX e um ponto fundamental para compreender a gênese ontológica de Lukács, pois é nesse momento que o autor passa a fundamentar a sua análise no *método dialético materialista*. Outro ponto a se destacar é de reavivar um

texto extremamente importante, cujo núcleo de sua problemática ainda se faz presente nos dias atuais, e infelizmente, foi jogado ao esquecimento por muito dos grandes estudiosos da obra de Lukács, com a justificativa de ser um livro superado. Porém nos parece um tanto problemático renegar uma obra que foi decisiva para o seu desenvolvimento posterior, levando em consideração que Lukács foi um dos grandes defensores de reavivar as obras de juventude de Marx, e demonstrar seu “fio condutor” até sua obra máxima: *O capital*.

Por isso é sempre perigoso dividir os filósofos em “o jovem X” e o “maduro X”, visando opor um ao outro. As principais ideias sintetizadoras estão na mente do filósofo quando ele elabora um texto específico, com implicações concretas e em contextos particulares. Essas ideias podem passar por mudanças significativas, pelos contextos particulares que requerem do autor constantes reelaborações e modificações que devem estar em conformação com as situações específicas e concretas que devem ser levadas em conta (MÉSZÁROS, 2013).

A identificação de Lukács com o marxismo significou uma mudança qualitativa em seu desenvolvimento. No entanto, devemos esclarecer que seu desenvolvimento não aconteceu de modo repentino como uma “ruptura radical”, ao contrário, as raízes da mudança e seu trânsito de suas primeiras obras: do neokantismo, para o hegelianismo e posteriormente para o marxismo, devem ser buscadas muito antes, em sua síntese dialética na juventude, e nas tensões internas desta ruptura. Ademais, os críticos de Lukács não colaboram para uma avaliação objetiva de seu esforço teórico, às vezes incompreendido, às vezes intencionalmente deformado, raramente Lukács recebeu de seus interlocutores um tratamento equilibrado, o julgamento crítico lhe reservou mais ataques e defesas emocionais do que uma análise real do seu pensamento. (NETTO, 1983; MÉSZÁROS, 2013).

Lukács obteve sua formação intelectual no âmago da cultura burguesa européia, em estreito relacionamento com os principais intelectuais húngaros e alemães. Participou do círculo íntimo em torno de Max Weber na universidade de Heidelberg, ao lado de figuras como, Georg Simmel, Ernst Bloch, Ferdinand Tönnies, Karl Mannheim e etc. Porém já nesse momento o jovem Lukács tinha tremenda repulsa pela vida burguesa, que manifestava-se em seu anticapitalismo romântico, porém Lukács não conseguia achar uma solução para situação concreta que se

estabelecia no momento, ou seja, de um desenvolvimento irreversível do capitalismo alemão, e de uma sociedade conservadora que se desenvolvia de uma aliança entre a nobreza feudal húngara e a burguesia nascente, dessa maneira Lukács tinha uma visão trágica de mundo.

Para compreender esse fenômeno do anticapitalismo romântico e sua expressão política, devemos voltar no tempo e compreender o desenvolvimento da sociedade burguesa na Europa e principalmente na Alemanha. O rápido e intensivo processo de industrialização causou grandes contradições no seio da sociedade europeia. A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume as características de reificação descritas por Lukács, isto é, há um esmagamento das qualidades humanas individuais, onde o rápido desenvolvimento das forças produtivas transforma as qualidades individuais em mercadoria (LÖWY, 2015; KONDER, 2009).

A maioria das análises dos contextos sociais do fenômeno do romantismo não leva em consideração uma categoria central: a *intelligentsia*. Esse grupo pode ser definido pela sua heterogeneidade, cujas origens residem nas mais diversas classes sociais que compõem a sociedade, que se manifesta por unidade e autonomia que resultam no processo de produção da cultura. A *intelligentsia* tradicional vive em um universo mental regido por valores qualitativos, éticos, estéticos, culturais e políticos, dessa forma o capitalismo cujo sistema funciona inteiramente determinado por valores quantitativos, gera uma contradição fundamental no seio da *intelligentsia* tradicional e no ambiente social moderno, contradição essa geradora de conflitos e revoltas. Naturalmente esse grupo não escapa, à medida que o capitalismo se desenvolve, uma parte dessa categoria social acaba por aceitar a hegemonia do valor de troca e da mercantilização da vida, curvando-se inteiramente, às vezes com demasiado fervor, as exigências do mercado. Por outro lado, há aquela parte da intelectualidade que de fato não compactua com ordem estabelecida, e na medida em que esses resistem, tornam-se instintivamente, visceralmente anticapitalista, a distinção entre esses dois tipos de intelectuais é fundamental. O jovem Lukács pertence a essa corrente e se encontra entre os representantes mais importantes do século XX juntamente com Ernst Bloch. É a partir do romantismo anticapitalista que esses dois intelectuais irão se aproximar das ideias socialistas e, por conseguinte ao marxismo (LÖWY; SAYRE, 2015).

A Revolução de Outubro 1917 revelou-se para Lukács como resposta para seus conflitos internos, ou seja, o jovem Lukács conseguiu enxergar naquela experiência, uma alternativa de ruptura das determinações da sociedade burguesa, da qual ele já manifestava profunda repulsa, como ele mesmo manifesta no prefácio de *A teoria do Romance*: “esse repúdio da guerra [1914] e, com ele, da sociedade burguesa da época era puramente utópico; nem sequer no plano da inteligência mais abstrata havia na época algo que mediasse minha postura subjetiva com a realidade” (LUKÁCS, 2000, p.8). Dessa forma Lukács coloca os “pés” na realidade concreta e encontra no proletariado o sujeito dessa mudança, que anteriormente ele não era capaz de enxergar pelos seus pressupostos idealistas e do “conflito entre valores autênticos e o mundo (capitalista) inautênticos” o que tornava seu pensamento trágico, pois essa contradição era indissolúvel (LÖWY, 1990, p. 134). Assim para Lukács a Revolução Russa lhe apresenta uma possibilidade radical e real para mudança, e faz com que em dezembro de 1918 ele entre no Partido Comunista Húngaro e do qual nunca mais sairá.

Os textos que marcam as primeiras reflexões marxistas do autor devem ser compreendidos pelo contexto objetivo em que se encontrava Lukács, como por exemplo: *Tática e Ética*, de 1919, *Sobre a questão do parlamentarismo*, de 1920, para não cairmos em críticas rasteiras sobre sua atuação política e sua produção intelectual. O filósofo estava inserido num contexto de intensas lutas políticas e sociais, participando de forma ativa do movimento revolucionário. Em 21 de março de 1919, cai a monarquia húngara, os revolucionários proclamam a República Húngara dos Conselhos e Lukács é nomeado Vice-Comissário do povo (cargo equivalente a Ministro da Educação), porém a República Húngara dos Conselhos teve uma curta duração (apenas 133 dias), o que Frederico chama de um “batismo de fogo” para a prática política de Lukács (FREDERICO, 1997).

As experiências da revolução húngara revelaram-me muito claramente a fragilidade de toda orientação sindicalista (papel do partido na revolução), mas sobreviveu em mim um subjetivismo ultra-esquerdista (minhas posições no debate sobre o parlamentarismo, 1920, e sobre a ação de março, 1921). Tudo isso me impedia, sobretudo, de compreender verdadeiramente e rigorosamente a dimensão materialista da dialética no seu significado filosófico mais abrangente (LUKÁCS, 2015, p. 40)

Após a derrota da Revolução húngara dos Conselhos, e das vicissitudes nos debates dentro do PC húngaro, Lukács resigna-se à condição de intelectual marxista. Dessa maneira Lukács (2003b, p. 6-7) afirma:

Estávamos todos muito pouco preparados intelectualmente – inclusive eu, talvez menos ainda do que todos – para dar conta das grandes tarefas que se impunham; procurávamos substituir com entusiasmo o conhecimento e a experiência. [...] mal conhecíamos a teoria da revolução de Lênin e os desenvolvimentos essenciais que fizera nessa área do marxismo. (LUKÁCS, 2003b, p. 6-7).

Segundo Lukács (2003a) apenas quando emigrou para Viena ele tomo contato mais profundo das contribuições teóricas de Lenin, e em 1922 escreve aquele que seria a nosso ver a ruptura com seu pensamento idealista de juventude e faz uma reelaboração teórica em bases dialético materialistas e por consequência revolucionária. Se por um lado, a trajetória de Lukács foi rodeada por polêmicas dentro e fora do partido, por outro nenhuma obra causará tamanha efervescência como *História e Consciência de Classe* publicada em 1923.

A busca de Lukács desse momento era então a de estabelecer as conexões metodológicas entre Hegel e Marx, a partir disso, era de explicitar por meio desse material e dessa orientação – recolocar na ordem do dia – o debate sobre a dialética, trata-se de compreender a coesão efetiva e sistemática do método de Marx. Procura elucidar que a compreensão da realidade – a própria essência prática do marxismo depende simultaneamente de uma “dimensão teórica, latente e nem sempre visível¹. Essa modesta pretensão constitui apenas a pequena fresta de uma porta que posteriormente o marxismo dito ‘ocidental’ nunca cessou de arrombar” (MUSSE, 2005, p. 370).

A obra publicada em 1923 seria uma das “obras malditas” do marxismo no século XX. Acusado e condenado pela “nata” da intelectualidade comunista, por via da III Internacional, no seu V Congresso Mundial – realizado em Moscou em 1924, de revisionismo teórico com “desvios idealistas e neo-hegelianos”. O principal porta-voz da crítica era o

¹ Cabe observar que Marx não tem uma obra que esboça e demonstre seu método. No livro *Miséria da filosofia* um dos livros mais citados à respeito do método – ele apenas crítica a metodologia de Hegel e Proudhon, sem expor de forma positiva sua versão da dialética (MUSSE, 2005).

presidente da Internacional: Zinoviev, sua crítica poderia ser resumida no seu dogmatismo sectário e no seu mecanicismo positivista, que denominava o marxismo de Lukács e de outros jovens como: “marxismo de professores que elucubram suas teorias marxistas” (NETTO, 2008, p. 7).

Seu famoso livro, de 1923, *História e consciência de classe*, foi intensamente atacado logo após o seu aparecimento, justamente pelo seu “subjetivismo”, pelos doutrinários da III Internacional, que se julgavam os representantes do marxismo autêntico. Pensamos, de imediato, nos artigos publicados, na época, em *Arbeiterliteratur*, por Abram Deborine e Lászlo Rudas, imediatamente depois do V Congresso da Internacional, que tinham sido precedidos de uma condenação arrogante e sumária de Lukács pelo próprio Zinoviev, presidente da Internacional, em seu relatório ao Congresso. (TERTULIAN, 2001, p. 30).

HCC foi responsável por “sacudir” não somente o marxismo, mas também a filosofia do século XX. Impactou autores não marxistas como: Martin Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty. Inspirou a Escola de Frankfurt: Adorno, Benjamin, Habermas e os marxistas independentes como é o caso de Lucien Goldmann. De fato, o ambiente revolucionário que se estabelecia após a Revolução Russa (1917), obrigou a teoria que se desenvolvia a se confrontar com a realidade objetiva e com as verdades até então estabelecidas. Obrigando jovens como Lukács, Korsch, Bloch, Gramsci etc., a elaborar interpretações inovadoras para o movimento revolucionário (MAZZEO, 2011; FREDERICO, 1997).

A situação histórica nesse momento era marcada por confrontos e revoluções, que proporcionou não só uma explosão criativa na teoria social marxista, como também a retomada do núcleo filosófico da teoria de Marx, ou seja, que em sua gênese está a filosofia de Hegel. O contexto histórico já se manifestava na hegemonia imperialista, dessa forma era inevitável compreender teoricamente “os elementos complexos das realidades concretas das particularidades sociais capitalistas” (MAZZEO, 2011, p. 148).

À época, na angústia de rebater o mecanicismo e o sectarismo teórico no seio do movimento comunista, Lukács recaía em pressupostos

utópico-messiânicos², comum nos jovens intelectuais quem vinham de uma origem pequeno-burguesa. Muito embora, o momento revolucionário que a Revolução de Outubro abria, se mostrava como um processo “imediate e universalmente em curso e compreendia, neste processo, o Partido Comunista – expressão mais alta da consciência de classe do proletariado”- como “organizador demiurgo da passagem da “pré-história da humanidade” ao estágio da emancipação humana” (MAZZEO, 2011; NETTO, 2008, p. 9).

De acordo com Mészáros, *História e Consciência de Classe* foi não apenas uma crítica fundamental das determinações alienantes da sociedade capitalista, mas uma reavaliação da sua própria visão expostas em seus escritos anteriores, *A alma e as formas* (1911) e *A teoria do Romance* (1914), “já que um intelectual substantivo não pode simplesmente esvaziar a si próprio a cada mudança dos ventos da moda e da acomodação cultural/política” (2011, p. 359).

O verdadeiro crescimento intelectual não pode ser outro senão aquele orgânico que supera conservando e aprofundando, não obstante as mudanças qualitativas que podem e devem acompanhar a redefinição das suas relações com a dinâmica turbulenta da história. (MÉSZÁROS, 2011, p. 359).

A obra de Lukács, produzida ao longo de mais de seis décadas de um trabalho intelectual árduo, rigoroso e circunspecto, e através de uma evolução teórica e ideológica muito complexa, constitui uma problemática gigantesca no pensamento filosófico do século XX. O desenvolvimento intelectual de Lukács realizou-se através de numerosas contradições e rupturas, que não impediram a continuidade de algumas de suas preocupações básicas, porém que se modificaram substancialmente no tratamento dado a elas ao longo do tempo. Dessa forma, há uma grande divergência entre os estudiosos da obra ao analisar o itinerário teórico ideológico de Lukács, tendo apenas unanimidade na constatação que, ao fim da Primeira Guerra, ele aderiu ao marxismo. Quanto à sua evolução anterior e posterior, as opiniões são extremamente conflitantes, sobretudo ao que se refere ao Lukács marxista (NETTO, 1983).

² Acerca do messianismo no jovem Lukács no qual não temos espaço para ser desenvolvido em toda sua complexidade, ver Lowy, 1990.

Sem dúvida, um dos grandes méritos de HCC foi recolocar na ordem do dia a categoria de totalidade, que por um lado o suposto cientificismo do revisionismo socialdemocrata colocou no esquecimento, ou seja, aquilo que era de fato central na posição metodológica nas obras de Marx. Mas há de se destacar que o próprio Lukács em sua autocrítica de 1967 aponta para o que ele denomina de “exagero hegeliano” (LUKÁCS, 2003b, p.21), porém, ele afirma que HCC significou “talvez a tentativa mais radical daquela época de tornar novamente atual o aspecto revolucionário do marxismo por meio da renovação e do desenvolvimento da dialética hegeliana e de seu método” (LUKÁCS, 2003b, p.22).

De acordo com Mazzeo (2011, p. 149), Lukács reconhece que nem todas as ideias contidas em HCC eram falsas, como é visível no ensaio “O que é o marxismo ortodoxo”, onde ele evidencia as infinitas possibilidades analíticas da realidade posta pelas categorias dialético-materialistas presente no conjunto da teoria social marxiana, exatamente centradas em seu “método”. Dessa forma já é possível notar o esforço de expor as categorias da dialética em seu movimento real, objetivo. Lukács já sinaliza para uma compreensão ontológica do ser social, quando ele “expõe a fundamental categoria da mediação”, elemento central para a superação das meras imediatezidades do empírico, e ainda recoloca no debate teórico marxista o problema da alienação e do estranhamento.

O MÉTODO DIALÉTICO EM *HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE*

Lukács logo no início do seu primeiro ensaio: “o que é o marxismo ortodoxo”, combate ferozmente o que anteriormente chamamos de vulgarizações da teoria social de Marx. Para nosso filósofo a teoria social marxista não é o reconhecimento acrítico dos resultados obtidos por Marx, muito menos uma “fé” em um “livro sagrado” (referência ao *O capital*), do qual obtemos respostas para todos os problemas sociais, pelo contrário em “matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2003a, p. 64, grifos do autor).

Lukács argumenta que a teoria, isto é, o método dialético, só se torna verdadeiramente efetivo quando ele de fato tornar-se um passo possível na prática. Quando no momento necessário, em uma dada situação histórica, o conhecimento exato da sociedade torna-se para uma classe a

condição imediata da sua auto-afirmação na luta. Ou seja, a teoria dialética materialista só pode superar a contemplação metafísica quando essa se constrói a partir da transformação da realidade, a teoria deve “interferir de modo *imediato* e *adequado* no processo de revolução social” (2003a, p. 66, grifos do autor).

A tomada de posição em que Lukács reafirma a necessidade da simbiose entre teoria e prática que está posta na teoria social de Marx e de Lenin, nos mostra o ambiente em que se travava o debate naquele momento, isto é, de um positivismo que faz a separação rígida entre método e realidade e entre pensamento e ser, consequências lógicas da esterilização do método dialético causado pelo desejo de se libertar das “ciladas dialéticas” do hegelianismo, caminho esse que sabemos onde nos leva: predominância no plano teórico-prático de posições mecânicas, cuja evolução ao socialismo é quase que inevitável pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (LUKÁCS, 2003a).

Em função disso, segundo Ramalho (2013) a centralidade do método se articula de forma indissolúvel aos preceitos revolucionários, ademais, o sentido prático consiste em exercer a função de autoconscientização do sujeito revolucionário. Dessa forma não se trata de conceber teoria e prática como obtenção de preceitos lógicos, mas em termos de possibilidade real no próprio movimento concreto da história.

Ora, o que Lukács pretende em HCC é demonstrar que o processo subjetivo é condição necessária para um tratamento unitário entre a teoria e a prática, pois as relações objetivas e históricas não são simplesmente uma sucessão de fatos isolados, mas “precisamente [...] produtos de uma época histórica determinada: a do capitalismo” (2003a, p. 74). Dessa maneira a conscientização é um produto a ser buscado no próprio processo histórico, cujo núcleo é:

destacar os fenômenos de sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e à sua essência e nela compreendidos; por outro, trata-se de compreender o seu caráter e a sua aparência de fenômeno, considerada como sua manifestação *necessária*. Essa forma é necessária em razão de sua essência histórica, do seu desenvolvimento no campo da sociedade capitalista. Essa dupla determinação, esse reconhecimento e essa superação simultânea do ser imediato constitui justamente a relação dialética, (LUKÁCS, 2003a, p. 75-76, grifos do autor).

A função da teoria é conhecer a si mesmo (autoconhecimento) enquanto sujeito e objeto do conhecimento³, ou seja, a teoria é a forma que me identifico enquanto ser genérico, portanto, a teoria é o momento em que tomo conhecimento da minha existência real, enquanto parte de um momento histórico concreto e determinado, isto é, enquanto classe produzida pelo antagonismo social, que ao mesmo tempo é produto desse antagonismo e sua negação. Porém, o simples fato de tornar consciente de si mesmo não muda a condição objetiva, a teoria é necessária e só se torna materialmente efetiva quando se apodera das massas. Lukács deixa isso muito claro quando afirma: o que faz a dialética materialista ser revolucionária é a unidade entre teoria e prática⁴, ou seja, a teoria é condição necessária para o passo seguinte, sem o qual há uma reprodução da sua forma de existência reificada (LUKÁCS, 2003a). Marx em seu texto *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* afirma:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstrar *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2013, p. 157).

Para Lukács, há uma fratura ineliminável entre o marxismo (ortodoxo) e a ciência burguesa: a sociedade só pode ser cientificamente

³ “A idéia de Lukács sobre a unidade – identidade de sujeito e objeto deu origem a não poucos equívocos. Longe de defendê-la acriticamente, devemos, porém, chamar a atenção para o fato de que muitos críticos não miram no verdadeiro alvo, terminando por criticar algo diverso do que Lukács realmente pensava. Em primeiro lugar, a identidade de sujeito e objeto não constitui uma unidade (identidade) metafísica, mas dialética: ela contém diversidades na identidade. Em segundo lugar, a identidade de sujeito e objeto é um resultado, e não o início da evolução histórica: com efeito, essa identidade surge graças a superação da reificação capitalista das relações sociais. Em terceiro lugar, Lukács não está interessado numa dialética abstrata e supra-histórica de sujeito e objeto no conjunto da sociedade humana, mas sim na concreta dialética de sujeito e objeto na sociedade capitalista, na dialética da consciência da classe burguesa e proletária. Finalmente, a identidade de sujeito e objeto não é um fato imediato, mas sim mediatizado pela ação, pela práxis crítica e revolucionária” (SOCHOR, 1987, p. 30-31).

⁴ “A práxis não é nem mero oposto da teoria, nem um simples critério da verdade. Tampouco é apenas contrário da oposição contemplativa, embora esse momento seja sublinhado com particular força. Todos esses momentos estão certamente contidos no conceito de práxis elaborado por Lukács; mas, ao mesmo tempo, práxis significa muito mais: é a esfera própria do ser humano, algo que – do ponto de vista da realidade histórico-social – tem um caráter ontocriativo e é produção e reprodução da vida social humana, a qual, por sua vez, é o elemento fundamental da transformação do ser” (Idem, p.31).

estudada a partir da totalidade, sendo essa “capaz de resolver as *formas sociais nos seus processos*”. As classes então representam o ponto de vista da totalidade, porém só o proletariado, e partindo dele, pode conhecer a realidade social em um processo de autoconhecimento, já que a sobrevivência da burguesia pressupõe a mistificação da vida, para que jamais se alcance uma clara compreensão das condições da sua própria existência. Dessa forma o marxismo encarna a consciência teórica do proletariado, sendo o proletariado ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento. Portanto para o proletariado conhecer-se como totalidade, significa conhecer a sociedade e este conhecimento é a única garantia de êxito da ação revolucionária (NETTO, 1983, p. 41).

Devemos compreender a totalidade concreta como complexo dinâmico e estruturado em processo contínuo de criação e desenvolvimento, no qual se estabelece uma tensão dialética (SOCHOR, 1987). Segundo Lukács o que distingue o marxismo das ciências burguesas não é o predomínio da economia na explicação da história, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o controle “universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova” (2003a, p. 105). Lukács (2003a., 105-106) ainda segue afirmando:

A ciência proletária é revolucionária não somente pelo fato de contrapor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas, em primeiro lugar, devido à essência revolucionária do método. O domínio da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência. (LUKÁCS, 2003a, p. 105-106).

A totalidade concreta é a categoria fundamental da realidade social, ou seja, a sociedade se apresenta como um todo orgânico articulado entre si, onde apresenta uma estrutura econômica, um sistema de relações, no qual os homens se inserem na produção e reprodução da vida social. Essa estrutura constitui um determinado tipo de relação social (SOCHOR, 1987). Assim trata-se de destacar os fenômenos de sua forma mais imediata, ou seja, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e a sua essência, para assim serem compreendidos. Por outro lado, trata-se de compreender o caráter de aparência dos fenômenos que emergem na realidade social, porém devemos entender essa dupla

determinação, isto é, da necessidade de considerar as manifestações imediatas dos fenômenos, e o reconhecimento da superação simultânea da imediaticidade, que é o que constitui justamente a relação dialética (LUKÁCS, 2003a).

Com isso, buscava-se analisar o objeto, a realidade a partir dela mesma. Entretanto, o real apresenta-se de forma heterogênea e o sujeito apreende esse real de forma fragmentada. Por conseguinte, o sujeito que pesquisa deve apreender as mediações e investigar os nexos entre as diversas particularidades, singularidades e a universalidade de um determinado objeto. Destarte, verificar se essas mediações correspondem à realidade, isto é, tomando o real “como síntese de muitas determinações” (MARX, 2008, p. 260). O sujeito da pesquisa deve apreender o objeto teoricamente como síntese do real e isso deve corresponder à realidade do objeto.

Na relação sujeito e objeto, Marx empreendeu em sua obra um método teórico e prático de compreensão do processo real do movimento do objeto: a totalidade. Compreendendo o nascimento, isto é, a origem do fenômeno não apenas em sua aparência imediata, mas como ponto de partida para se chegar à essência, expondo seu processo e seus nexos em diversos aspectos, sua historicidade, suas contradições, e sua continuidade e/ou rompimentos.

Essa mudança contínua das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais em sua ação recíproca, dialética e contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade *determinada* na qual ele funciona fazendo com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a *realidade como devir social*. É somente nessa perspectiva que as formas fetichistas de objetividade, engendradas necessariamente pela produção capitalista, nos permitem vê-las como meras ilusões, que não são menos ilusórias por serem vistas como necessárias. As relações reflexivas dessas formas fetichistas, suas “leis”, surgidas inevitavelmente da sociedade capitalista, mas dissimulando as relações reais entre os objetos, mostram-se como as representações necessárias que se fazem os agentes da produção capitalista. Elas são, portanto, objetos do conhecimento, mas objetos conhecidos nessas formas fetichistas e através delas não é a própria ordem capitalista de produção, mas a ideologia da classe dominante. (LUKÁCS, 2003a, p. 85).

Segundo MAAR (1996), a teoria da reificação de Lukács é uma teoria da constituição da realidade social com base na teoria do valor e do conceito do fetichismo da mercadoria de Marx. Dessa forma se configura uma deformação da própria existência do homem enquanto produção e reprodução reificada da vida. A práxis deve ser entendida como revolução, sua auto-emancipação, por isso, devemos ter cautela em acusar Lukács de “práxis-centrismo” como faz Tertulian (2001, 2008), pois devemos compreender sua ênfase na prática como crítica das formas “metafísicas” de contemplação, que caracterizavam o socialismo como produto do desenvolvimento histórico.

Dessa maneira, em que consiste o fetiche da mercadoria? Consiste na intermediação a partir da qual as relações sociais se estabelecem no modo de produção capitalista. As relações sociais entre os seres sociais não são diretas, imediatas, mas ao contrário, elas são mediadas pela forma da mercadoria. O caráter fetichista que se manifesta nas relações sociais, provém, em última análise, da forma social de trabalho que produz mercadorias. Ou seja, a forma como me relaciono na sociedade do capital, deve ser necessariamente uma relação entre compradores e vendedores. Para dizer com outras palavras, para maior compreensão, “os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores” (MARX, 1983, p. 71).

A mercadoria passa a determinar nossas relações sociais, ou seja, o fetiche da mercadoria passa a ter existência real, pois, o fato de que para obter algo eu devo pagar um determinado preço, e isso é dado como natural, como condição eterna da existência humana, e passa a moldar socialmente as formas de relações sociais, ou seja, é reproduzido cotidianamente nas relações sociais, o caráter fetichista passa a ter uma existência real, pois é dado no plano da consciência e da prática cotidiana como algo natural que se reproduz. Vale lembrar o que Marx (1983, p. 70) afirma: “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”.

A mercadoria como valor de uso que aparece como algo trivial, esconde algo mais complexo: o valor, o valor de troca, ou seja, a capacidade dessa mercadoria ser trocada no mercado por outra mercadoria, no caso, o dinheiro. Mas como isso apareceu? Quem determina isso? As respostas a

essas perguntas só são possíveis a partir de um complexo de mediações que nas relações imediatas não se atinge. Marx (1983, p. 71) afirma:

Objetos de uso tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. [...] Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 1983, p. 71).

Por isso Lukács estabelece um fator extremamente importante para satisfazer o problema da imediaticidade-mediação-totalidade, ou seja, estabelece o fato de que a ligação intermediária crucial entre todos os fenômenos humanos é a atividade prático-crítica do homem. Ele defende, de maneira enfática, que a crítica marxista da economia política é metodologicamente baseada no programa hegeliano de ruptura da imediaticidade, porém, que para Hegel, deveria permanecer de maneira abstrata e irrealizável. Ao mesmo tempo, Lukács destaca repetidas vezes em HCC, que o cerne da questão é a complexidade das mediações concretas, e se esta é abolida da análise, o resultado é inevitavelmente a degeneração do marxismo, em proposições mecanicistas (MÉSZÁROS, 2013, p. 61).

De acordo com Lukács, a ilusão fetichista do modo de produção capitalista, tem por função ocultar a realidade e envolver todos os fenômenos em uma compreensão a-histórico, isto é, não transitório. Mas exatamente essa ocultação se torna possível somente pelo fato de que todas as formas de objetividade, nas quais o mundo aparece necessariamente e imediatamente ao homem na sociedade burguesa, ocultam igualmente em primeiro lugar, as categorias econômicas, sua essência profunda; as formas de objetividade aparecem na imediaticidade “como coisas e relações entre coisas. Por isso, o método dialético, ao mesmo tempo em que rompe o véu da eternidade das categorias, deve também romper seu caráter reificado” (2003a, p. 87), abrindo caminho ao conhecimento da realidade.

O método marxista, enquanto método de conhecimento da realidade não pode ser separado da “atividade prático-crítica” do proletariado, ou seja, são os indivíduos que fazem sua história, mas em determinadas condições que não são as que eles querem, porém que são produzidas por eles mesmos pelas suas relações sociais. O conhecimento da realidade produzido pelo método dialético é inseparável da perspectiva de classe e da emancipação do proletariado. Abandonar essa perspectiva significa se distanciar do método dialético marxista, da mesma forma, que adotá-lo implica diretamente a participação na luta de emancipação do proletariado (LUKÁCS, 2003a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a contribuição do artigo está intimamente relacionada à sistematização do conhecimento acerca de um período extremamente controverso tanto historicamente como na vida do no nosso autor. Para tanto nosso artigo visa não ser um ponto final sobre o debate, mas trazer novas contribuições de maneira crítica ao tema. Pois o livro *História e Consciência de Classe* de Lukács, ainda em nossos dias, é fonte de intensos debates acerca de sua base filosófica – de um Lukács marxista – ou hegeliano.

Dessa forma nosso artigo são apenas aproximações acerca desse debate sobre a base filosófica do jovem Lukács. Porém a nosso ver, Lukács foi responsável pela renovação do marxismo, e de recolocar na ordem do dia a necessidade de se estabelecer a teoria marxiana em bases filosóficas, para a efetivação de uma ruptura revolucionária, levando a máxima deixada por Lenin, onde não há prática revolucionária sem uma teoria revolucionária. Assim Lukács restabelece a importância da relação entre teoria e prática, e da organização da subjetividade no processo revolucionário.

REFERÊNCIAS

- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- KONDER, L. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- LÖWY, M. El Romanticismo revolucionario de Bloch y Lukács. *Revista del Departamento de Letras Exlibris*, Buenos Aires, n. 3, p.3-17, 2015.
- LÖWY, M. *Romantismo e Messianismo*: ensaio sobre Lukács e Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e Melancolia*: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
- LUKÁCS, G. Prefácio 1967. In: LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p.1-51.
- LUKÁCS, G. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LUKÁCS, G. *Reboquismo e dialética*: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAAR, L. W. A reificação como realidade social: práxis, trabalho e crítica imanente em hcc In: ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 34-53.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O Capital*: O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.
- MAZZEO, A. C. Resenha Chvostismus und Dialektik (Reboquismo e dialética). *Revista novos rumos*, Marília, n. 3, p. 147-150, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MUSSE, R. A dialética como discurso do método. *Tempo social*: Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 367-389, 2005.
- NETTO, J. P. Apresentação. In: KORSCH, K. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 7-22.
- NETTO, J. P. *Georg Lukács: o guerreiro sem repouso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RAMALHO, E. R. *A dialética das coisas*: método e reificação em História e Consciência de Classe. 230f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

SOCHOR, L. Lukács e Korsh: a discussão filosófica dos anos 20. *In*: HOBBSBAWM, E. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 9.

TERTULIAN, N. As metamorfoses da filosofia marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 13, p.29-44, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LÖWY, M.; NAÏR, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MAAR, L. W. Lukács, Adorno e o problema da formação. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 171-200, 1992.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TERTULIAN, N. *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

O LUGAR DA POLÍTICA EM PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: A POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS.

Rafael dos Santos Alcantara

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa surgiu do debate um tanto polêmico, no que diz respeito à centralidade do trabalho¹ e no âmbito do complexo da política, levantada por Carlos Nelson Coutinho (2008), de que György Lukács, em sua exemplar obra “Para uma Ontologia do Ser Social”, teria apresentado a política de forma insatisfatória, visto que o autor dedica-se apenas quarenta páginas ao tema (discutida no terceiro capítulo intitulada “O ideal e ideologia”). A partir dessa afirmação, surgiram diversos autores que questionam tal afirmação, abrindo assim um campo de debate no interior das Ciências Sociais em torno dessa questão.

Ranieri Carli, no ensaio “A política em György Lukács” afirma que a política em “Para uma Ontologia do Ser Social” é o “elo mais fraco”

¹ As pesquisas orientadas pela centralidade do trabalho compreendem que as sociedades se organizam em função da transformação da natureza através da mediação das ações humanas.

dessa obra. Porém, Ranieri entende que nesta obra, diferentemente da problemática levantada por Carlos Nelson Coutinho, abre as possibilidades de reproduzir teórica e corretamente o que vem a ser a política. Ainda mais, sugere que Lukács e Antônio Gramsci, no que diz respeito ao arcabouço teórico-metodológico, podem convergir, ou seja, podendo a compreensão de um autor ser suporte para o outro (CARLI, 2013).

Segundo Ronaldo Vielmi Fontes (2015) em um artigo publicado pela revista “Trabalho & Educação”, coordenado pelo núcleo de estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)², também tem a pretensão de elucidar como Lukács aborda a temática da política. Segundo Fontes, a afirmação de que Lukács tenha dado uma abordagem insatisfatória à problemática da política parte de interpretação equivocada, e que a forma como é tratada a política condiz inteiramente com aquilo que ele se propõe. Sendo assim, em “Para uma Ontologia do Ser Social” Lukács se orientaria desde o começo sobre os fundamentos do que venha ser a política. Porém, a política como um pôr teleológico – especificamente um pôr teleológico de segundo grau –, isto é, como uma forma de prévia ideação que requer certo conhecimento da realidade objetiva a fim de transformá-la, e não de uma teoria geral da política do Estado e das instituições políticas de forma autônoma.

Tanto Carli (2013) quanto Fontes (2015) entendem que não se pode confundir Estado com política, uma vez em que o primeiro só pode ser efetivamente fundado em uma sociedade dividida em classes sociais. Consequentemente, a política só pode ser efetivamente compreendida se levar em conta as especificidades de cada época, assim como afirma o próprio Lukács em outros momentos³.

A hipótese deste trabalho é que Lukács aborda o problema do complexo da política, porém, sob uma ótica muito diferente da forma hegemônica no interior do debate marxista⁴, tal como afirma Fontes (2015). Não uma política centralizada na figura do Estado ou das instituições políticas realizando uma oposição entre forças sociais e políticas, mas

² Artigo intitulado “A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács.”

³ Ver em LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

⁴ Entendemos que o debate hegemônico sobre o tema da política encontra-se nos escritos de Antônio Gramsci, Lênin e Louis Althusser e em seus respectivos comentadores.

como um complexo do ser social. Contudo a política enquanto modelo de realização dos indivíduos a fim de resolver problemas de caráter organizativo decorrente da transformação da realidade. Sendo assim, nosso desafio não se restringe em investigar se há ou não a esfera da política na obra de Lukács, mas sim *os meios que permitem os homens a realizar essa atividade*. Deste modo, investigaremos os princípios ontológicos fundamentais que permitem compreender os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana com a esfera material da reprodução da vida.

Nessa ótica, a atividade política adquire uma caracterização no interior da atividade humana oferecendo mais uma abordagem sobre o tema. Entendemos que essa noção permeia a maior parte, pois esse complexo deve ser visto enquanto uma totalidade – nunca é demais enfatizar que o autor húngaro, por conta dos procedimentos de sua exposição, não trata o complexo da política a todo o momento – e diluir esse debate em pouco mais de quarenta páginas, tal como feita por Carlos Nelson Coutinho, é criar uma caricatura sobre a problemática de Lukács.

O DESAFIO DE GYÖRGY LUKÁCS EM “PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL”

Filósofo húngaro, Lukács dedicou a maior parte da sua vida ao campo da filosofia – mais especificamente, em assuntos que dizem respeito à estética e à ética. A obra “Para uma Ontologia do Ser Social”, consistiu numa tentativa de refundação do marxismo e de realizar uma exaustiva luta contra a consolidação do dogma stalinista (a corrente que abandona a tradição hegeliana enquanto elementos constituidores do pensamento marxiano); assim como faz uma contundente crítica a algumas correntes filosóficas daquele período – trata-se do neopositivismo⁵ e o existencialismo⁶. Assim, este autor estabelecerá uma incisiva crítica a todo pensamento mecanicista e economicista, derivado especialmente da vertente stalinista, assim como a outros filósofos contemporâneos.

⁵ Segundo Lukács, o neopositivismo é uma vertente da filosofia do século XX variada do positivismo em que absolutiza os meios homogêneos da matemática para decifrar de maneira definitiva os fenômenos sociais (LUKÁCS, 2012).

⁶ Corrente da filosofia que trata o ser humano como ponto de partida, e que trata problemas ontológicos autônomos da natureza como irrelevantes na constituição do metabolismo da sociedade e do ser social.

“Para uma Ontologia do Ser Social”, obra que têm por volta de mil páginas, surgiu da ideia – de longa duração – de criar uma “Ética” de orientação marxista. Deste modo, esta obra configura-se enquanto introdução acerca de uma “Ética”.

No interior dessa obra, Lukács confronta algumas das principais correntes filosóficas de sua época, isto é, toda corrente do irracionalismo que afirmava a eternidade do capitalismo; contra o estruturalismo que cancelava os homens enquanto constituidores de sua história; contra o neopositivismo e sua regulação linguística para a filosofia que tem por base a aceitação dos resultados da lógica matemática e a matematização generalizada de todas as ciências; e contra o stalinismo, também conhecida como vulgata marxista, que dava ênfase ao aspecto econômico como principal motor da história. Tudo isso, ao mesmo tempo em que delineava sobre os princípios mais fundamentais da ética marxista.

No interior da obra de maturidade de Lukács, é famosa a afirmação de que o ser social é um “complexo de complexos”, do qual cada momento é constituído por uma dialética imanente compondo a totalidade concreta do gênero humano (LUKÁCS, 2014). O trabalho, a ciência, a arte, a filosofia, a moral são alguns desses vários complexos da atividade humana. A política, embora deva ser compreendida dentro do marco histórico, também se insere neste complexo da atividade humana, sobretudo porque assimila em si uma prévia ideação que devem, necessariamente, atuar sobre o a realidade social.

Ademais, Lukács demonstrará os complexos que permeiam o ser social, buscando neles suas principais especificidades. Encontrará no trabalho, enquanto relação do homem com a natureza, o momento privilegiado do salto ontológico e a protoforma de todas as demais mediações do homem com a realidade social.

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham. Já por esse motivo – mas, antes de mais nada, porque se altera a adaptação passiva, meramente relativa, do processo de reprodução do mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa -, o trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas ao contrário, precisamente no plano ontológico, também se converte no modelo de toda nova forma de ser. (LUKÁCS, 2009, p. 230).

Sendo assim, o trabalho humano cria uma objetividade nova, que não se apresenta na natureza, conferindo à práxis qualquer conduta social ativa.

“Para uma Ontologia do Ser Social” é composto de dois volumes e um manuscrito intitulado “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social”. No primeiro volume, Lukács voltará sua crítica ao que diz respeito ao método ontológico. Nesse sentido, o autor realizará diversas críticas ao neopositivismo e ao existencialismo, por julgar que existem, no interior do marxismo, correntes que se vinculam a essas tradições filosóficas. Também levantará a importância de Nicolai Hartmann e de Hegel na constituição de um método ontológico de cunho materialista. Por fim, centralizará seus esforços a expor o método marxista, inaugurando novas formas de encarar o projeto de Marx. No segundo volume, Lukács reorienta sua crítica aos complexos que compõe a genericidade humana além de realizar uma contundente crítica as correntes filosóficas que cancelam as possibilidades compreender o mundo dos homens de forma genérica – dentre elas ao liberalismo e as correntes que derivam ou se vinculam a ela. Alguns autores denominarão a primeira parte como histórica e a segunda como sistêmica (LESSA, 2012).

Para Lukács, fundar uma ontologia de viés materialista é de fundamental importância para superar matrizes meta-históricas no interior da filosofia do século XX, atribuindo a própria efetividade do modo de ser, a produção e reprodução da realidade social. Mais efetivamente, Lukács entende a ontologia como modalidade real e concreta da existência do ser social (LUKÁCS, 2012).

O SER SOCIAL: A CONSTANTE TENSÃO ENTRE GENERICIDADE E SINGULARIDADE.

Karl Marx reconhece na atividade vital consciente (o trabalho) aquilo que nos diferencia dos demais seres da natureza ao afirmar que

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. (MARX, 2009, p. 87).

É exatamente por determinar a atividade consciente como especificidade do homem que Marx pode realizar sua crítica à alienação do trabalho como raiz de todos os complexos de alienações⁷. Mais adiante Marx afirma que o “trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência.” (MARX, 2009, p. 85). E, a partir do mundo organizado pelo Capital, o homem que trabalha reduz-se à mera particularidade, uma vez em que sua atividade vital, que o distingue da natureza, é subsumida ao processo de alienação.

A lição que Lukács retém de Marx é que a genericidade humana, transposta pela atividade vital dos seres humanos, se colide com a singularidade da qual está submetido às especificidades da história. No caso, a atividade que cria objetividade nova – que não se apresenta na natureza – aparece subsumida aos imperativos do Capital.

Este ponto é fundamental para entendermos a política no interior da obra de Lukács porque não é possível pensar esta atividade de forma geral sem levar em conta as especificidades de cada época. A política como real forma de organização dos indivíduos só pode ser compreendida se levada em conta sua historicidade. Nesse sentido, não há em Lukács, assim como em Marx, nenhum determinismo que exclua o devir histórico e as alternativas concretas das ações humanas.

Portanto, a genericidade humana e a singularidade não constituem uma separação, mas uma unidade dialética. Na práxis, o ser social realiza tanto a dimensão genérica quanto a dimensão singular individual.

Na maior parte da obra analisada, está diluída essa lição e levada às últimas consequências. Somente nesse quadro, a prática social do homem é tomada em sua autêntica peculiaridade e com categorias que lhe são próprias.

A POLÍTICA ENQUANTO PRÁXIS SOCIAL.

Em “Para uma Ontologia do Ser Social” Lukács trabalha com a hipótese de que não há formas de sociabilidade sem a práxis política. Ou

⁷ Na tradução dos Manuscritos econômico-filosóficos que utilizamos, o tradutor toma alienação por estranhamento. Porém, para evitar certos equívocos preferimos manter o significado antigo.

seja, a sociabilidade humana, em sua totalidade, está permanentemente vinculada à política.

Ainda mais complexo é determinar idealmente com alguma precisão o lugar da práxis política no âmbito da própria ideologia. Aqui também é preciso remontar antes de tudo ao fato ontologicamente fundante. Não pode haver nenhuma comunidade humana, por menor que seja, por incipiente que seja, na qual e em torno da qual não aflorassem ininterruptamente questões que, num nível desenvolvido, habituamo-nos a chamar de políticas. (LUKÁCS, 2012, p. 502).

Para entendermos tal hipótese é necessário captar o comportamento político para além de uma sociedade cindida em classes, isto é, elevá-la a universalidade.

Lukács define a política “como um complexo universal da totalidade social”, porém, “trata-se de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada” (2012 p. 502). Por ser justamente um complexo da práxis mediada, a política não pode ser um complexo universalmente tão idêntico e espontâneo, tal como o complexo da linguagem.

O propósito da atividade política, como aponta o autor, está sempre direcionada para a totalidade da sociedade, com o intuito de transformar ou até mesmo de conservar o existente. Assim Lukács explica:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada

de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. (2012, p. 502-503).

Lukács entende que a política, em sua dimensão genérica, pode ser realizável em diversos espaços da vida social, sempre que o destino da genericidade humana for colocado em questão. A política pode ser o elemento de elevação da vida cotidiana dos indivíduos, tal como a arte, a ética, a filosofia e etc. Sendo assim, a política – e aqui já podemos caracterizá-la como uma forma de práxis – pode nos afastar do mero momento da singularidade e aproximar-se da genericidade humana.

Até o momento, Lukács trabalha com duas possibilidades de apreensão sobre a política: a) a primeira, de forma mais abstrata, no sentido de suspensão da singularidade dos indivíduos rumo a genericidade; b) ao mesmo tempo em que esta deve ser compreendida em sua historicidade. Ao compreender esses dois momentos, Lukács supera a ambivalência entre a interação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos no interior da atividade política, polemizando com a vertente que dá ênfase ao determinismo econômico e com a vertente que autonomiza a ideologia em relação aos fundamentos econômicos dos acontecimentos históricos.

Para enfrentar essa polêmica, Lukács determina a posição da política no quadro da *atividade ideal* dos homens, passando a compreender a prática da politicidade em seus traços ontológicos essenciais. Ao realizar essa tarefa, Lukács compreende os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana com a esfera material da reprodução da vida. Sendo assim, o complexo da política não adquire o mero sentido de mediação dos conflitos sociais, mas de uma real atividade do complexo social.

Para distinguir a especificidade da política, Lukács realiza uma divisão nas formas de “pores” teleológicos: posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias. A primeira diz respeito ao trabalho, isto é, forma de práxis privilegiada do ser social do qual os indivíduos se apropriam da natureza para a produção de seus meios de subsistência; a segunda é os “pores” teleológicos que visam à transformação da sociedade, isto é, a finalidade de induzir os outros indivíduos a desempenhar

função específica. A política é uma das formas do desenvolvimento do pôr teleológico secundário justamente porque procura induzir de um determinado comportamento de um coletivo.

Segundo Lukács (2012), das posições teleológicas secundárias emergem as formas de ideologia, pois é através dessa forma em que os indivíduos tornam-se conscientes de seus conflitos. A ideologia é a categoria que sempre diz respeito à função social exercida por uma ideia.

A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. (LUKÁCS, 2012, p. 465).

Portanto, a política é a atividade envolvida pelo pôr teleológico secundário. Assim como a ideologia, é também através da política que os indivíduos tomam consciência da realidade para intervir nela. Porém, a política não implica apenas em tomar consciência de seus conflitos, mas também de uma atividade, ou seja, uma práxis social. Deste modo, podemos caracterizar a atividade política – a politicidade – enquanto um modelo de práxis.

REFERÊNCIAS

- CARLI, R. *A política em György Lukács*. São Paulo: Cortez, 2013.
- FONTES, R. A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács. *Trabalho & Educação*, UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 215-231, jan./abr. 2015.
- LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/197*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHASIN, J. *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COULTINHO, C. N. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R.; REGO, W. D. L. [Org.]. *Lukács um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 16 - 26.
- DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- DEL ROIO, M. (org.). *György Lukács e a emancipação humana*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DURKHEIM, É. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v.1.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. t. 6.
- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.
- MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1. t. 1.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v.1. t. 2.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, J. P. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- NOVAES, H. T. *O retorno do caracol à sua concha*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CONSELHOS DE FÁBRICA E DEMOCRACIA EM GRAMSCI (1919-1920)

Marília Gabriella Machado

INTRODUÇÃO

Trata-se de pesquisa que empreende uma abordagem histórica e teórica, um procedimento capaz de ser realizado por meio de técnicas de análise de textos e crítica bibliográfica, com a finalidade de apreender a teoria e a prática política de Gramsci a partir daquilo que o autor efetivamente expressou. O objetivo central desse estudo é especificamente o de seguir a apreensão teórica / prática de Antonio Gramsci relativa à experiência dos Conselhos de Fábrica como o fundamento de uma nova forma de Estado e democracia, como órgão a partir do qual se organiza a produção e o poder operário. A hipótese de trabalho desse projeto é que a experiência conselhistas italiana -- na visão de Gramsci -- prefigurava um americanismo de novo tipo e um fordismo com controle operário, momento de expansão ético-política da cultura operária socialista e de construção de um novo Estado e de uma nova ordem. As fontes utilizadas são os textos de Antonio Gramsci, alguns de seus interlocutores e reflexões de importantes autores que discutem a teoria gramsciana, a fim de obter compreensão do cenário político e teórico que Gramsci se encontrava.

TEORIA E PRÁTICA NO JOVEM GRAMSCI

Gramsci possui obra teórica e prática de organizador da cultura voltada para o movimento operário e para a crítica social e cultural. No livro de Leandro Galastri, *Gramsci, marxismo e revisionismo*, pode-se compreender o ambiente ideológico do movimento operário italiano por meio da análise de um particular revisionismo, que se opunha ao marxismo positivista. De maneira que fica claro que o jovem sardo surge intelectualmente do ambiente revisionista e combate o positivismo social-reformista indo em direção à filosofia da práxis. O livro de Paolo Spriano, *Storia della Torino Operaia e Socialista: da de Amicis a Gramsci* (1978), retrata o contexto histórico em que Gramsci esteve inserido, tanto politicamente com a organização do proletariado de Turim, como também para compreender o ambiente intelectual e as influências da formação teórica de Gramsci.

A formação ideológica de Gramsci foi marcada pela filosofia do neoidealismo de Benedetto Croce e pelo meridionalismo como concepção política. Estudante na Universidade de Turim desde 1911 e filiado ao Partido Socialista Italiano, provavelmente desde fins de 1913, Gramsci atua nas bordas da corrente *massimalista* e absorve influências principalmente de Karl Marx, Georges Sorel e de Rosa Luxemburg, pensadores importantes para a definição teórica e política de Gramsci nos anos do *Biennio Rosso* e para sua inserção no marxismo (RAPONE, 2014, p.63).

A filosofia neoidealista de Croce persiste, mas as ideias de Sorel podem ser também diagnosticadas na prática política, ainda que essa igualmente revisada. Sorel entendia que a emancipação do trabalho demandaria a organização autônoma da classe, em termos econômicos e culturais. Para organizar a vontade dos trabalhadores dever-se-ia difundir a ideia da greve geral contra o capital e as instituições políticas e culturais que lhe davam respaldo.

Sorel havia sido um dos principais autores do jovem Gramsci, um dos pontos de referência para o amadurecimento de seu pensamento revolucionário distante do evolucionismo, do determinismo e do reformismo da Segunda Internacional, e um dos inspiradores teóricos do movimento dos Conselhos de Fábrica. (LIGUORI, 2017, p. 740).

Gramsci absorvera muito das ideias de Sorel, em particular o antijacobinismo e a noção de “espírito de cisão”, de apartamento da classe operária frente ao Estado burguês. Não estava de acordo, no entanto, em descartar a necessidade do partido operário já que este representa uma etapa fundamental das relações de força política, de organização e de autoconsciência dos grupos sociais: “as referências a Sorel estão intimamente motivadas pela influência desse pensador francês nos meios sindicais italianos, influência que se fazia mais evidente num momento de forte agitação operária na Itália” (GALASTRI, 2015, p.213).

Assim a visão de Gramsci em relação à política continha algo de Sorel, mas também alguma coisa de Rosa Luxemburg e da Nova Esquerda alemã. A militante polonesa refletiu sobre a manifestação da greve operária de massa como momento inicial do processo revolucionário, a partir de onde se desenvolveria a consciência e se procederia a centralização da ação política revolucionária. O livro *Os prismas de Gramsci* colabora para a compreensão de uma aproximação entre Gramsci e Rosa Luxemburg, além de enriquecer um debate sobre diferenças pontuais entre Lenin e os dois autores referidos. Assim, Marcos Del Roio (2011) observa como Luxemburg e os espartaquistas, quando em defesa dos conselhos operários, muito influenciaram as reflexões de Gramsci. É possível notar que para Luxemburg, o momento da experiência, da autoeducação e da auto-organização era crucial e culminaria na autogestão da produção.

Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa – Conselho Federal [*Bundestrat*], parlamentos, conselhos municipais – por seus próprios órgãos de classe, os Conselhos de Trabalhadores e Soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as necessidades do Estado pelos próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, viva, entre as massas populares e seus organismos, os Conselhos de Trabalhadores e Soldados, é que a atividade das massas pode insuflar no Estado um espírito socialista. (LUXEMBURGO, 2011, p. 290).

No livro *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos (1914-1919)*, da Editora Contraponto e publicado no Brasil em 2014,

Leonardo Rapone traça o ambiente político desde 1914, mas que em 1917 é convulsionado pela revolução russa, e demonstra como Gramsci acompanha os acontecimentos na Rússia. A situação italiana esboçava graves mudanças, que chegaram à vida social e que atravessaram as dimensões do Estado e da sociedade civil, de modo a revelar a violência estatal, principalmente ao tratar a força de trabalho assalariada. Ainda assim, a resistência operária frente às perdas humanas e a desarticulação da vida social e estatal explodiram em agosto de 1917, momento no qual a revolução na Rússia estava em pleno desenvolvimento.

Após a guerra, que contou com o caos instaurado no cenário italiano, junto com as más condições de trabalho, exploração intensiva e alta aceleração inflacionária, grandes manifestações foram realizadas em solo italiano e espalharam-se pelos centros urbanos e pelas regiões rurais (GALASTRI, 2015, p.51). O jovem sardo percebe a experiência das Comissões Internas de trabalhadores nas fábricas turinesas como possível tentativa revolucionária traduzida dos *soviets* de Petrogrado para Turim. O cenário no qual Gramsci está inserido é de guerra e revolução socialista internacional.

Na Fiat, os operários seguiam o exemplo da Rússia e dos *soviets*, organizaram os primeiros Conselhos de Fábrica em 1919. Gramsci observa o momento da classe operária e da necessidade de organização com a finalidade de exercer o seu papel revolucionário, de modo que tenha disciplina -- não à disciplina imposta pelo patrão, mas um tipo de disciplina que o operário pode adquirir do próprio processo de trabalho - e que o trabalho venha a ser a base de uma nova sociabilidade que produza liberdade e solidariedade.

BIENNIO ROSSO

No período conhecido como *Biennio Rosso* (1919-1920), a Itália passou por um momento transformador que assinalou a última experiência conselhistas na Europa (ainda que na Alemanha, com outras características, os conselhos tenham sobrevivido por mais tempo). Será esse período o nervo da análise a ser desenvolvida na pesquisa que aqui se propõe, uma análise que acompanhará a concepção teórica e prática de Gramsci.

Alguns antigos estudantes da Universidade de Turim, engajados com o movimento operário e avessos à linha política de conciliação de classes do PSI, decidiram elaborar uma publicação de cultura socialista com o nome de *L'Ordine Nuovo*. Fundada por Angelo Tasca, Palmiro Togliatti, Antonio Gramsci e Umberto Terracini, a publicação teve seu número inaugural vindo a público no 1º de maio de 1919, apogeu da revolução socialista que percorria a Europa. Em 21 de junho, *L'Ordine Nuovo* com o editorial escrito por Gramsci, denominado *Democracia operária*, passa a ser o porta voz das reivindicações dos Conselhos de Fábrica. Gramsci propõe que

o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. (GRAMSCI, 1976, p. 337-338).

A luta operária e as ocupações de fábricas acabaram desenvolvendo um caráter revolucionário que gerou grande impacto na opinião pública. Como esperado, o patronato preocupou-se e buscou desenvolver forças repressivas para controlar este processo. O movimento das fábricas não contou com apoio do Partido Socialista Italiano (PSI) e da *Confederazione Generale del Lavoro* (CGL), o que gerou importantes críticas do jovem sardo sobre Partido e Sindicato. Observou como esses institutos tinham caráter contratualista e estavam enquadrados no Estado burguês, enquanto que o conselho de fábrica seria uma instituição de caráter público e apartado do Estado. Na verdade, um anti-Estado.

Os operários sentem que o conjunto da “sua” organização tornou-se um aparato tão gigantesco que terminou por obedecer a leis próprias, imanentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência de sua missão histórica de classe revolucionária. Sentem que sua vontade de poder não consegue se expressar, num sentido nítido e preciso, através das atuais hierarquias institucionais. (GRAMSCI, 2004, p.286).

Por que Gramsci considera Partido e Sindicato (PSI e CGL) partes integrantes do Estado burguês e concebe nos Conselhos de Fábrica o elemento fundante de um novo Estado dirigido pela classe operária e por que, frente à derrota dos Conselhos, indica a necessidade de um novo partido operário que carregue consigo o antagonismo à ordem existente vivenciada na experiência conselheira? De fato, os Conselhos de Fábrica eram a versão dos *sovietes* que se havia difundido a partir de Petrogrado para ampla área da Europa. A importância dos Conselhos nos diferentes países era de organizar o proletariado para assumir o poder político.

No livro *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia* (1996), Edmundo Fernandes Dias faz refletir sobre importantes questões que corroboram a fundamentação desse trabalho, sendo uma das primordiais, a questão da hegemonia e dos Conselhos de Fábrica. Compreendemos que a categoria hegemonia não foi formulada por Gramsci no período dos Conselhos de Fábricas, de maneira que trabalharemos com as categorias de controle operário e de democracia operária. Mas, na riqueza da obra de Dias notamos que Gramsci observa os Conselhos como uma experiência de autonomia, antagonismo, auto-organização, autoeducação, autogestão da classe operária. Qual a relação dos intelectuais do *L'Ordine Nuovo* com a classe? Quem educa o educador? Os Conselhos são a experiência de autogestão do processo fabril, que decerto demanda também, além da qualificação profissional um padrão cultural mais elevado do que aquele estritamente vinculado ao particular processo de trabalho.

O conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do conselho. Num e noutro, desaparece o conceito de cidadão, substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para produzir bem e de modo útil desenvolve a solidariedade, multiplica os vínculos de afeto e de fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está em seu lugar, todos têm uma função e um posto. (GRAMSCI, 1977, p. 44).

Para articulação dos Conselhos se fazia necessária uma cultura universal filosófica e científica, uma cultura socialista que se fizesse práxis política, onde a relação entre educador e educando torna-se recíproca e dialética, e o significado da fábrica é esclarecido e transformado. Os

Conselhos de Fábrica surgiam como a esperança para a classe trabalhadora no momento da ênfase da revolução russa.

As razões do entusiasmo com que Gramsci acolhe as notícias provenientes da Rússia, da verdadeira identificação com aquele processo revolucionário, são igualmente dignas de nota, porque mostram como ele enquadra inicialmente os acontecimentos russos em esquemas intelectuais já há muito presentes na sua mente, neles encontrando a confirmação de exigências que caracterizavam sua concepção de socialismo e terminando até por suprir a lacuna das informações com a sobreposição destas suas construções ideais. (RAPONE, 2014, p. 415).

Gramsci interpreta a experiência dos Conselhos em Turim como um momento decisivo e de grande importância para a classe. Os Conselhos são o embrião da *nova ordem*, na qual é possível adquirir consciência revolucionária de classe por meio da relação dialética de autoeducação, de educação recíproca entre operários e intelectuais. As Comissões de Fábrica se organizaram para negociar com o patronato, mas quando essa ficou inviável foi estabelecida a situação de greve com a espetacular particularidade de que essa implicou a ocupação das fábricas e a manutenção do seu funcionamento, com os patrões e seus representantes deixados para fora.

No Conselho, o operário torna-se parte da fábrica como produtor. Entretanto, no Partido e no Sindicato o operário ingressa de modo voluntário e assina um compromisso contratual que pode ser rompido quando for conveniente e desejado. Para Gramsci, o Sindicato demonstra um papel complexo na relação com os Conselhos, mas que pode ser modificado ao longo do processo revolucionário, já o Estado burguês deve ser substituído pelo Estado operário. A partir dos anos de 1919-1920, Gramsci inicia uma reflexão sobre o que o PSI e a CGL deveriam fazer e não estavam fazendo, a ponto de iniciar o debate acerca da cisão, tema posteriormente proposto pela Internacional Comunista.

A experiência revolucionária dos Conselhos de Fábrica durou até o início do outono de 1920, quando então a derrota não era mais evitável. Foi, no entanto, uma experiência muito importante para a Itália: os operários envolvidos eram operários profissionalmente disciplinados

e qualificados que se mostraram capazes de organizarem-se na luta. A capacidade dos trabalhadores de administrar as fábricas, evitar danos ou desperdícios, e aumentar a produtividade, foi o que Gramsci identificou como um americanismo conduzido pelos operários, ponto que irá retornar nos *Cadernos do Cárcere*, em particular no caderno 22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível conceber que a experiência dos Conselhos de Fábrica em Turim e a concepção teórica / prática de Gramsci refletiam a orientação que misturava Sorel e Rosa, mas sempre a partir da ideia da auto-organização e autoeducação das massas trabalhadoras. Apenas no final de 1920, com a derrota do movimento dos Conselhos é que Gramsci enfim assumiu a necessidade da fundação de um novo operador político conforme indicado pelo II Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1920. Aqui o livro *Tempi moderni: Gramsci e la crítica dell'americanismo* (1989), organizado por Giorgio Baratta é bastante elucidativo da retomada que Gramsci faz da experiência dos conselhos num contexto de difusão do americanismo e do fordismo, como uma proposta capaz de colocar no avesso aquela experiência de exploração do trabalho, transformando-a em possibilidade de emancipação.

O livro do mesmo e Giorgio Baratta, *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente* (2011) auxilia essa pesquisa como fonte para a elucidação de um Gramsci que identifica política e cultura no movimento dos Conselhos de Fábrica. Desse modo, o ponto de vista da pesquisa proposta é o vínculo entre política socialista e cultura, com o objetivo de compreender como se manifesta a experiência dos Conselhos de Fábrica e sua relação com o desenvolvimento da consciência crítica para construção de uma nova democracia. Os Conselhos de Fábrica demonstraram a capacidade de atuar como forma de democracia direta, de autogestão e de auto-organização do trabalho, assinalando a capacidade da classe operária em organizar-se enquanto classe em nível estratégico para construção de uma nova cultura.

A experiência dos conselhos operários, de 1917 a 1921, foi elemento constitutivo da revolução socialista internacional. Originado na Rússia, espalhou-se por outros países e assumiu diversas facetas.

Os Conselhos de Fábrica de Turim surgiram da particularidade das relações sociais e das contradições do capitalismo italiano, mas num contexto internacional no qual se difundia a perspectiva revolucionária. Compreender a experiência de Turim significa analisar como a classe se faz sujeito no processo de autoeducação e autogestão do processo fabril para um fim que não é o mesmo da acumulação capitalista, mas sim voltado para a emancipação do trabalho.

Para Gramsci, o *Biennio Rosso* representa uma experiência fordista de viés operário e demonstra que foi o momento de expansão ético-política da cultura operária e do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado turinês. Na medida em que avança a Revolução Russa e europeia, (GRAMSCI, 2004, p. 245) percebe os limites dos institutos sociais do proletariado, do Partido e Sindicato, de levar avante um processo transformador e se convence de que os Conselhos são a chave da revolução social. A derrota do movimento dos Conselhos acabou por também indicar os seus limites, o que leva o autor a investir na formação de um novo partido operário que pudesse canalizar a vontade, o impulso, a consciência despertada na classe operária na experiência conselhistas.

É possível que a experiência conselhistas italiana -- na visão de Gramsci -- prefigurasse um americanismo de novo tipo e um fordismo com controle operário, momento de expansão ético-política da cultura operária socialista, de construção de um novo Estado e de uma nova ordem, mas que a ação de sindicato e partido operário, como instâncias do Estado, contribuiu de modo determinante para a derrota e levou Gramsci à percepção da necessidade de um partido revolucionário de novo tipo.

REFERÊNCIAS

- DEL ROIO, M. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da Frente Única* (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2011.
- GALASTRI, L. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. (1911-1921). Org. e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.
- GRAMSCI, A. Democracia Operária. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. (1910-1919). Lisboa: Seara Nova, 1976. v.1. p. 337-341.

- GRAMSCI, A. Sindicatos e Conselhos. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. (1919-1920). Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 2. p. 41-46.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano* (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUXEMBURGO, R. *Textos escolhidos*. 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011. v. 2.
- RAPONE, L. *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos* (1914-1919). Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGOSTI, A. *Bandiere rosse: un profilo storico dei comunismi europei*. Roma: Riuniti, 1999.
- ALBANI, G. *Gramsci e la storia d' Italia*. Milano: Edizioni Unicopli, 2008.
- ANGELINO, C. *Gramsci al tempo de l'ordine nuovo: 1919-1920: um intellettuale di vedute europeu*. Roma: Riuniti, 2014.
- ANTUNES, R. *O que são comissões de fábrica*. São Paulo: Contraponto, 1982.
- BARATTA, G. *As rosas e os Cadernos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BARATTA, G.; CATONE, A. (org). *Tempi moderni: Gramsci e la critica del americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989.
- BARATTA, G. *Gramsci em Contraponto*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COMMETTI, J. M. *Antonio Gramsci e le origini del comunismo italiano*. Milano: Mursia, 1974.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- DEL ROIO, M. *Gramsci e a educação do educador*. Campinas: Cad. Cedes, 2006.
- DEL ROIO, M. (org.). *Gramsci e a revolução russa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- DEL ROIO, M. (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, 2017.
- DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- D'ORSI, A. *Il Nostro Gramsci: Antonio Gramsci a colloquio com i protagonisti dela storia d'Italia*. Roma: Viella, 2011.
- D'ORSI, A. *Gramsci: La nostra città futura – Scritti torinese* (1911-1922). Roma: Carocci, 2004.

- D'ORSI, A. *Gramsci: Una nuova biografia*. Milano: Storie Feltrinelli, 2017.
- DUBLA, F. *Gramsci e la fabbrica: produzione, tecnica e organizzazione del lavoro nel pensiero gramsciano (1913-1934)*. Manduria: Lacaita, 1986.
- FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRESU, G. *Il diavolo nell'ampolla: Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito*. Napoli: La Città del Sole, 2005.
- GACOMINI, R. *Gramsci e l'Italia*. Napoli: La Città del Sole, 1994.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. (1910-1921). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2.
- GRAMSCI, A. *Antonio Gramsci: lettere 1908-1926*. (a cura di) Santucci. Turim: Einaud, 1992.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. (a cura di) Valentino Gerratana. Turim: Einaud, 1975.
- GRAMSCI, A. *Sotto la mole*. Turim: Einaud, 1971.
- GRAMSCI, A. *L'Ordine Nuovo: 1919-1920*. Turim: Einaudi, 1954.
- GRAMSCI, A. *Socialismo e Fascismo. L'Ordine Nuovo 1921-1922*. Torino: Einaudi, 1974.
- HOBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAJOLO, L. *Antonio Gramsci: uma vida*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LENIN, V. I. *La ideologia y la cultura socialistas*. Moscou: Progreso, 1979.
- LEPRE, A. *Il prigionero: vita di Antonio Gramsci*. Bari: Laterza, 1996.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LIGUORI, G. *Gramsci conteso: interpretazioni, dibattite e polemiche: 1922-2012*. Roma: Reuniti, 2012.
- LOSURDO, D. *Antonio Gramsci: do Liberalismo ao comunismo crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- LUXEMBURGO, R. *Textos escolhidos. 1889-1914*. Organização Isabel Loureiro, tradução Stefan Klein (alemão) et al. São Paulo: Editora Unesp, 2011. v. 1.
- MARTORANO, L. *Conselhos e democracia*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- PAGGI, L. *Antonio Gramsci e il moderno príncipe*. Roma: Riuniti, 1970.

- PALLA, M. *A Itália fascista: século XX*. São Paulo: Ática, 1993.
- PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- RAPONE, L. *Cinque anni che paiono secoli: Antonio Gramsci dal socialismo al comunismo (1914-1919)*. Roma: Carocci, 2011.
- SCHLESENER, A. H. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2002.
- SCHLESENER, A. H. *A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci*. Brasília: Líber Livro, 2009.
- SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: UFPR, 1992.
- SPRIANO, P. *L'Ordine Nuovo e i Consigli di Fabbrica: 1919-1920*. Turim: Piccola Biblioteca Einaud, 1971.
- SPRIANO, P. *Gramsci e Gobetti: Introduzione alla vite e alle opere*. Turim: Piccola Biblioteca Einaud, 1977.
- SPRIANO, P. *Storia della Torino operaia e socialista: da De Amicis a Gramsci*. Turim: Einaud, 1978.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

GRAMSCI E A UBIQUIDADE DA POLÍTICA¹

Marcos Del Roio

No período considerado (2012-2018), o trabalho de pesquisa deu continuidade ao estudo de conexões existentes entre Gramsci e autores precedentes ou contemporâneos seus, em particular aqueles localizados dentro da tradição cultural e política iniciada em Marx. Pela importância evidenciada nos Cadernos do cárcere devem ser destacados Lênin, Trotsky, Bukharin, mas também Rosa Luxemburg e Sorel.

Ainda que Gramsci recebesse algum influxo de Lênin desde 1919, esse autor passa a ser decisivo na sua reflexão teórica a partir do período passado em Moscou (1923). Gramsci se portava como militante disciplinado da IC (Internacional Comunista) e tentava apreender a obra de Lênin e traduzi-la para a realidade da Itália, em particular na questão da aliança operaria camponesa. Nesse mesmo ano de 1923, Gramsci é despertado para um estudo mais detalhado sobre Maquiavel, assim com rompe definitivamente com Croce. Lênin não é citado muitas vezes nos Cadernos, mas a sua presença pode ser percebida como pelo menos um

¹ Pesquisa em andamento, iniciada em 2012, desenvolvida junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Campus* de Marília.

dos fundamentos da reflexão gramsciana, muito em particular a obra do último Lênin (1921-1923).

Gramsci nutria muita simpatia por Trotsky e isso durou até 1924, pelo menos. Trotsky era percebido como a posição mais a esquerda entre os bolcheviques e a análise que Gramsci fazia da crise como crise em permanência podia aproximar a reflexão dos dois. No entanto, Gramsci acatou de muito bom grado a “guinada à esquerda” do V Congresso da IC (1924) e ficou muito desconfortável com a atividade fracionista de Trotsky e com sua ausência do V Congresso (que pode ter sido por posição política ou problema de saúde).

A crítica direta a Trotsky está presente desde a carta de outubro de 1926, dirigida a direção do Partido Comunista da Rússia, onde o revolucionário russo é visto como fracionista com posição teórica e política de perspectiva econômica corporativa. Trotski é interlocutor importante também nos Cadernos do Cárcere. Como acontece quase sempre dos interlocutores de Gramsci terem sido autores dos quais recebeu alguma influência, nos Cadernos Gramsci restabelece o diálogo ao modo de aprofundar a crítica, mas também esclarecer os elementos de verdade apresentados e que podem ser reelaborados, como é o caso, por ex., da ideia de “revolução permanente”.

Interlocutor importante de Gramsci, dentre os bolcheviques, foi também Bukharin. Esse autor escreveu manuais bastante influentes sobre marxismo e comunismo e foi mesmo utilizado por Gramsci quando, em 1924, organizava a escola do PCI. Bukharin esteve vizinho a Trotski entre 1918 e 1923, mas depois dele se afastou, em alguma medida por conta da discussão sobre o valor estratégico da NEP (Nova Política Econômica), que ele afirmava e Trotski negava. Gramsci também defendeu o valor estratégico da NEP, uma grande política elaborada por Lenin e depois desenvolvida por Bukharin.

Nos Cadernos, todavia, Gramsci toma a obra de Bukharin -- que estava voltada à difusão do marxismo -- como exemplo de intrusão positivista no marxismo, de marxismo vulgar, de “sociologia” em vez de Filosofia da práxis. Nos Cadernos, o combate de Gramsci foi contra o idealismo croceano, por um lado, e por outro a intrusão positivista no marxismo. Só a Filosofia da práxis (o próprio Marx e também Lênin)

poderia lutar com sucesso nessas duas frentes, contra o subjetivismo, contra o voluntarismo e contra o materialismo vulgar, contra o objetivismo.

Antes da incidência dos bolcheviques sobre o seu pensamento, Gramsci assimilara algumas proposições de Georges Sorel, como o anti-jacobinismo, e as questões relativas ao chamado espírito de cisão, cuja implicação era a defesa da autonomia da classe operária, da sua auto-organização, da auto-educação, da auto-gestão. Gramsci reconhecia, contudo, a importância de intelectuais aliados da classe operária, do sindicato e do partido.

Pode-se perceber também a presença de Rosa Luxemburg em relação a crítica ao sindicato e ao partido, assim como na tese da greve de massa (que na prática se aproximava da formulação da greve geral, de Sorel). Nos Cadernos a interlocução com Sorel foi muito profícua (e parece ser pouco valorizada pela bibliografia). Gramsci reformulou muitas categorias decisivas a partir de Sorel, como espírito de cisão, reforma moral e intelectual (que já vinha de Renan) e bloco histórico. A crítica a Rosa Luxemburg presente nos Cadernos, parecia na verdade incidir mais sobre a política executada pela Internacional Comunista na fase da crise capitalista (1929-1933), já que sobre o tema da consciência revolucionária desenvolvida com a experiência e com a prática a proximidade continuava a ser notável (DEL ROIO, 2018).

O caso de Antonio Labriola precisa ser mais bem delineado, mas decerto foi bastante importante principalmente no referente à crítica de Croce.

Uma nova frente de estudo foi aberta com o aprofundamento na leitura de textos de Togliatti, a fim de perscrutar a continuidade e os elementos idiossincráticos entre Togliatti no exílio e Gramsci na prisão. Uma conexão importante nesse estudo passa pela compreensão do fascismo que ambos desenvolveram. Em primeiro momento, fiz um estudo detalhado sobre as circunstâncias da prisão de Gramsci, em 8 de novembro de 1926. Outro ponto importante é a observação de como Togliatti e o PCI (Partido Comunista Italiano) seguiu a orientação decidida no III Congresso do PCI, de janeiro de 1926, depois da prisão de Gramsci e do aprofundamento da fascistização do Estado. De início, pode-se afirmar que, afora algumas adequações táticas, a linha do Congresso de Lyon só foi afastada de vez em fins de 1929, mesmo assim como única possibilidade

de resguardar pelo menos uma parte do grupo dirigente formado em torno de Gramsci, diante da ascensão irrefreável do grupo político de Stalin na URSS e na própria IC. (D'ORSI, 2017).

O estudo da trajetória política e intelectual de Gramsci, desde o momento da prisão e a elaboração dos escritos do cárcere, tem uma complexidade bastante reconhecida. Assim, um projeto que implique a interpretação desses textos e que traga alguma significativa contribuição àquilo que já foi apresentado pela bibliografia existente exige um tempo bastante maior do que aquele inicialmente suposto. Assim, a partir dessa fase entendo que o projeto deva ser mais realista e menos pretensioso. De fato, pretendo fazer um deslocamento do foco geral antes apresentado para a abordagem de um processo mais particular que é indispensável para iluminar o trabalho depois produzido por Gramsci no cárcere.

Nos últimos anos, a interminável polemica que envolve a vida pessoal de Gramsci e o contexto político que o envolve, assim como sua obra, teve novos episódios de duvidosa seriedade científica. Isso por conta da difusão da hipótese aventada por Luciano Canfora da existência de um possível Caderno desaparecido de Gramsci. Esse autor chegou a publicar dois livros em 2012, sobre a trajetória de Gramsci no período prisional, um sobre a relação de Gramsci com a URSS e o antifascismo e outro sobre Gramsci no cárcere fascista. A intenção da novidade não se mostra eficiente, pois se observam conclusões muito forçadas e não documentadas sobre episódios obscuros. No entanto, há uma riqueza de documentos bastante útil (CANFORA, 2012). Uma biografia intelectual de Gramsci escrita por Giuseppe Vacca (2012), ainda que com interpretações também discutíveis, apresenta novas fontes, em particular sobre Gramsci, a URSS e a família Schucht, resgatadas por Antonio Gramsci Jr (neto de Gramsci).

Importante destacar ainda a riqueza de publicações significativas surgidas em 2014. O livro de Ruggero Giacomini (2014) é precioso na sua narrativa da trajetória carcerária de Gramsci, desde a detenção, o processo de condenação, as tentativas de libertação, até os últimos dias de vida. Em muitas passagens contesta as interpretações de Vacca.

Em relação à pesquisa teórica sobre o conteúdo dos Cadernos, o novo trabalho de Alberto Burgio é de grande alcance. Burgio observa como Gramsci, ao fim das contas, apresenta uma interpretação da época moderna e contemporânea articulada em termos de “tempos longos”

(BURGIO, 2014). Sempre em 2014 veio a lume o livro de Angelo Rossi (2014), que se esforça em fazer a leitura dos Cadernos e buscar a sua relação com os acontecimentos que se processavam na vida e no tempo histórico de Gramsci. O projeto que desenvolvo segue essa direção, ainda que o enquadramento geral e as hipóteses sejam diferentes. Vale a pena recordar ainda o livro do brasileiro Leandro Galastri, que faz exaustiva pesquisa sobre o revisionismo na França e na Itália e como esse conjunto polissêmico incidiu sobre a obra de Gramsci. Trata com particular riqueza a evolução do pensamento de Sorel (GALASTRI, 2015).

No quadriênio iniciado em 2016 o objetivo é o de apreender as conexões existentes no período que decorre de novembro de 1926 e julho de 1929, entre o pensamento de Gramsci, a consolidação do fascismo, a política de resistência do PCI, a política da Internacional Comunista e a crise da NEP na URSS e nesse contexto observar a sorte da fórmula política da frente única.

A apreensão do pensamento de Gramsci nessa fase conta com poucas fontes. O material disponível se resume a cartas de Gramsci, para Gramsci, sobre Gramsci; memórias daqueles que tiveram algum contato com ele; documentação do PCI ou IC; documentação do regime fascista. No primeiro semestre de 1929, Gramsci inicia a redação dos Cadernos, quando então é possível notar os interesses e as fontes de que dispunha Gramsci. São trabalhados os *Quaderni* 1 e 2, além do trabalho de tradução. As cartas continuam sempre a ser muito importantes, até para melhor compreensão dos Cadernos. Há uma bibliografia disponível que se empenha na reconstituição dos dias e das relações de Gramsci nesse período.

Nesse período, o fascismo se consolida como regime e como Estado. As instituições liberais que sobreviviam a duras penas até fins de 1926 são abolidas: parlamento, partidos políticos, separação de poderes; sindicatos autônomos não fascistas. A influência da maçonaria foi cortada e o fascismo se aproxima mais e mais da Igreja católica. Novas instituições foram criadas com o objetivo de unificar as classes dominantes e de submeter às classes subalternas por meio do corporativismo. A classe operária, de fato, foi estatizada, ou seja, foi incorporada a dimensão pública do direito. Os organismos fascistas se multiplicaram na produção e na cultura, com formas variadas de arregimentação da juventude. Toda

oposição é perseguida de modo implacável por instituições repressivas ampliadas e fortalecidas.

Certo que o fascismo foi um problema essencial para o comunismo italiano desde a fundação do Partido em 1921 (ou mesmo antes). Porém agora, em 1926, se ingressava em nova fase e era preciso deslindar os motivos da derrota, os motivos que permitiram a prisão de Gramsci e de tantos outros; para seguir na luta de resistência seria necessário entender a natureza do fascismo, qual era a sua base de sustentação, de onde vinha a sua força. Aqui se apresenta a necessidade de seguir as posições e manifestações políticas do PCI. Ainda que decapitado com a prisão de Gramsci e de outros membros importantes, o grupo dirigente manteve-se forte e atuante desde o exílio em Paris e Moscou.

A orientação política era aquela definida no III congresso, realizado em janeiro de 1926, com as adequações exigidas pela nova situação. Sem uma manifestação explícita em contrário, é provável que Gramsci estivesse de acordo com a orientação partidária, mesmo que não possa ser esquecida a troca de correspondência entre Gramsci e Togliatti em outubro de 1926, quando se evidenciam divergências sobre a questão russa (lembrar que a luta entre a maioria bolchevique e a oposição unificada estava em alta temperatura). Na IC, Togliatti esteve vinculado a maioria. O PCI defendia a posição de que a revolução italiana seria de caráter popular e logo se faria proletária, de onde decorre a necessidade de se construir um partido de massas.

Com o afastamento de Zinoviev da direção da IC em fim de 1926, Bukharin passou a ser o mais importante dirigente dessa organização e sua visão estratégica predominou por algum tempo. Bukharin, em linhas gerais, entendia que o imperialismo se organizava internamente de modo a aceitar certas demandas da classe operária vocalizadas pela socialdemocracia por conta da exploração exacerbada das periferias coloniais. Desse modo, a política de frente única deveria ser mantida e aprofundada como meio dos comunistas disputarem a direção do movimento operário. Enquanto isso, na URSS, também a NEP deveria ter continuidade, sempre enfatizando a essencialidade da aliança operária camponesa.

Com a “estabilização relativa” do capitalismo na área imperialista, a contradição se deslocava para a luta dos povos dominados em busca da emancipação social e política. Isso significava que o campesinato passava a

atuar um papel revolucionário essencial. Era então a China a referência mais importante dessa compreensão da época. A orientação de Bukharin nunca foi consensual, por suposto, e enfrentou dura oposição de Trotsky e seus aliados, num momento que a chamada questão russa havia já transposto as paredes do partido russo e se espreado por toda a IC.

A derrota definitiva de Trotsky pareceu oferecer a Bukharin a possibilidade de oferecer a IC uma orientação bastante clara, mas os embates que se iniciavam na própria URSS, com o aguçamento da luta de classes e a instabilidade crescente da NEP e a situação dramática dos comunistas na China, acuados pelo Exército, debilitaram bastante as posições de Bukharin. Uma posição mais a esquerda voltava tomar corpo no Partido Comunista Russo e também no Partido Comunista da Alemanha. De maio de 1928 a julho de 1929 ocorreu o contencioso entre duas compreensões diferentes da situação.

Os divergentes de Bukharin entendiam que a tendência era de aumento do risco de guerra e de crise capitalista nos centros imperialistas, ou seja, a estabilidade aproximava-se do final. Até o VI congresso da IC, realizado entre julho e setembro de 1928, ambas as tendências mantiveram-se cautelosas e buscaram conciliar as diferenças. Em setembro, contudo, a luta já era aberta e em julho de 1929 a linha do grupo de Stalin havia se saído vitoriosa na URSS e na IC.

Na URSS assistia-se uma crescente (sem surpresa) diferenciação social no campo com a formação de uma burguesia agrária, que entendeu que a sua situação era difícil e procurou ampliar seus ganhos frente à população urbana. Nas cidades, todavia, a situação era muito grave também, com escassez de todo tipo. Os operários fabris pretenderam melhorar suas condições a expensas do campesinato. Na cidade e no campo e entre a cidade e o campo os conflitos se acirraram. Nessas condições em que não havia propriamente uma hegemonia operária, a resposta veio por meio da concentração do poder político e de seu poder coercitivo. Entendeu-se então que, a fim de superar a conflitualidade generalizada, da qual se poderia aproveitar o imperialismo, dever-se-ia partir para o planejamento centralizado tendo a industrialização acelerada como meta, assim como o nivelamento social no campo.

Como essas mudanças na URSS repercutiram na IC e no PCI? Quanto desses processos intrincados que ocorriam no fascismo, na IC, na

URSS e no próprio PCI Gramsci pode acompanhar e se manifestar? Muito difícil saber dado a escassez de fontes diretas. A pesquisa deve buscar indícios fortes e evitar especulação, algo que tem sido comum no debate atual. A intenção é buscar as conexões entre os processos correlatos apontados acima e observar os escritos, os interesses, os contatos de Gramsci. Perscrutar essa fase parece-me necessário para uma compreensão mais abrangente dos *Quaderni* e mostrar efetivamente como Gramsci superou toda a elaboração teórica do marxismo do seu tempo.

Como já ficou esclarecido essa pesquisa é parte de um percurso bastante longo de estudo que perpassa toda a minha vida acadêmica desde o Mestrado, ainda que a obra de Gramsci tenha se tornado o próprio objeto de pesquisa e não apenas a referência teórica e operacional mais importante, somente a partir do primeiro pós-doutoramento e da livre-docência, entre 1999 e 2003. O livro então produzido foi publicado no Brasil, Itália, Grã-Bretanha e EUA.

Foi apenas em 2009, com o financiamento do CNPq, que comecei a atual pesquisa – sem dúvida, de longo prazo – que dá continuidade àquela. A importância acadêmica e científica se sustenta por si mesmo. Trata-se de trabalho praticamente inédito no Brasil e bastante polêmico na Itália. A apresentação feita acima é espécie de antessala do trabalho desenvolvido por Gramsci nos anos de cárcere e oferece indicações metodológicas importantes, como a pesquisa de fontes indiretas, cujo risco é sempre o de incorrer em algum tipo de fazer história apenas por indícios.

O enfoque que pretendo oferecer, buscando correlacionar o pensamento de Gramsci com a trajetória da Itália e do movimento comunista, pode alcançar algum sucesso na elucidação do problema da continuidade / descontinuidade do pensamento de Gramsci. Isso no que se refere à concepção da luta política contra o fascismo, quanto com a sua relação com os interlocutores que escolheu antes e durante o cárcere, com seu ambiente intelectual e político, elemento essencial da pesquisa.

O objetivo central do trabalho é o de observar como ocorre a cisão entre o movimento do real e a elaboração teórica de Gramsci, entre a temporalidade do mundo político (a conjuntura) e a temporalidade do cárcere (a longa duração), e assim perceber como se desenvolve a regressão teórica no conjunto do movimento comunista em disjunção com a persistência de Gramsci na rota da refundação comunista (abertas por Rosa

Luxemburg e Lênin), cuja implicação é não perder de vista a perspectiva da emancipação e unificação do gênero humano. Para alcançar esse objetivo é preciso então confrontar a teoria política de Gramsci com aquela produzida pela Internacional Comunista, considerando o predomínio do Partido Comunista da União Soviética e as disputas no interior do conjunto do movimento comunista, com as implicações no Partido Comunista Italiano. O eixo analítico persiste no esclarecimento da fórmula política da frente única e o antifascismo.

REFERÊNCIAS:

- BURGIO, A. *Gramsci: il sistema in movimento*. Roma: Drive Approdi, 2014.
- CANFORA, L. *Spie, URSS, antifascismo. Gramsci 1926-1937*. Roma: Salerno Editrice, 2012.
- D'ORSI, A. *Gramsci: una nuova biografia*. Milão: Feltrinelli, 2017.
- DEL ROIO, M. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- GALASTRI, L. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GIACOMINI, R. *Il giudece e il prigionero*. Roma: Castelvecchi, 2014.
- ROSSI, A. *Gramsci in carcere: l'itinerario dei Quaderni (1929-1933)*. Napoles: Guida, 2014.
- VACCA, G. *Vita e pensieri di Antonio Gramsci*. Turim: Einaudi, 2012.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU SOB A PERSPECTIVA DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E OS ECOS ANDINOS DAS REVOLUÇÕES RUSSAS (1900-1930)

Leandro Galastri

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é fazer uma introdução comparativa entre as abordagens de José Carlos Mariátegui e Vladimir Lênin sobre a questão agrária em seus respectivos países nas primeiras décadas do século XX. Será útil, para isso, um prévio acompanhamento das formulações teóricas e políticas de ambos os autores nos muitos pontos em que apresentam, de fato, clara proximidade epistemológica (são ambos adeptos e desenvolvedores do materialismo histórico) para, em seguida, apresentar suas peculiaridades no que toca à questão do campesinato.

O marxismo “heterodoxo” de Mariátegui tem sido objeto relativamente frequente nas pesquisas brasileiras. Dimensões importantes de sua originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do materialismo crítico “ortodoxo”

levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método lenineano de adaptar o materialismo crítico para as condições concretas de formações sociais específicas.

Não deixa de ser inspirado em Lênin que Mariátegui declarará que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249)¹. É também adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que ele chamará atenção para o problema específico da exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Para Del Prado (1970, p. 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais dos minoritários trabalhadores urbanos do Peru, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quéchua e aimará que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodoceiras do litoral.

Para Mariátegui, Lênin se distinguiria por uma “singular capacidade de compreender a direção da história contemporânea e o significado de seus acontecimentos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 92). Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o movimento russo como expressão da articulação entre teoria e prática política (MARIÁTEGUI, 1977, p. 213).

Elaborar uma reflexão comparativa entre os pensamentos políticos de Mariátegui e Lênin, contudo, não implica exatamente distinguir o que Mariátegui pensava sobre o líder bolchevique e a própria Revolução Russa. Em vez disso, é mais razoável buscar, nas maneiras em que Mariátegui pensa sociedade peruana, um paralelo em relação a como Lênin o fazia para o contexto russo. Aqui é importante a atenção para os momentos em que Mariátegui se aproxima das formulações de Lênin, tanto quanto para

¹ “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249).

aqueles em que se distancia, mapeando este movimento pendular específico em sua obra. Na discussão bibliográfica, examinaremos alguns pontos de aproximação e, em seguida, introduziremos a discussão da problemática que nos compete neste projeto, ou seja, o distanciamento em relação à questão agrária.

2 O DEBATE TEÓRICO

Este item do projeto tratará de elementos teóricos e políticos centrais para a demonstração tanto da afinidade reivindicada de Mariátegui com relação ao pensamento lenineano quanto de seus elementos de divergência *em estado prático*. Aquela afinidade, reivindicada e anunciada pelo próprio socialista peruano, torna mais relevante a indicação dos pontos divergentes e seus motivos estratégicos. Trataremos, assim, primeiro dos elementos convergentes, numa comparação direta (Subitem “Sobre o ‘revisionismo’ e o ‘imperialismo’”). Depois, a forma como Mariátegui aplica suas perspectivas convergentes às de Lênin em uma análise de caso específica do Peru (“A polêmica Haya-Mariátegui”). Por fim, introduziremos os primeiros elementos da comparação no caso da questão agrária, sobre a qual aventamos aqui a hipótese da existência de uma fundamental divergência em relação a Lênin, tanto do ponto de vista teórico quanto da perspectiva política.

2.1 SOBRE O REVISIONISMO E O IMPERIALISMO

Nas análises a respeito das tendências reformistas presentes no movimento operário mundial – e suas consequências para uma rigorosa avaliação da fase imperialista do capital internacional - se podem encontrar paralelos interessantes entre Mariátegui e Lênin. Mariátegui criticou mais ou menos asperamente alguns dos principais representantes do revisionismo europeu, como Bernstein, Croce, Henry De Man (MARIÁTEGUI, 1976, p. 55-63). No filósofo revisionista francês Georges Sorel, no entanto, ele encontrou aportes significativos para a mobilização socialista no Peru, já que também no âmbito “teórico” não hesitava em assumir, de forma marcadamente livre e “heterodoxa”, aproximações improváveis, desde que julgasse necessárias para a inspiração e motivação práticas do exercício cotidiano da luta política popular.

Mariátegui demonstra, assim, nutrir apreço especial pelas reflexões de Sorel, conhecido por suas posições sindicalistas-revolucionárias e pelos seus esforços revisionistas na virada dos séculos XIX e XX. Mas não há ingenuidade ou voluntarismo romântico nessa composição teórico-prática heterogênea de Mariátegui ao assimilar o pensamento de Sorel. Existe, isso sim, uma aguda intuição teórico-política que o levava a aproveitar toda e qualquer contribuição que pudesse servir à luta antidogmática e antideterminista de “seu” marxismo, a fortalecê-lo no objetivo de impulsionar a luta socialista nas condições objetivas do Peru de então. De acordo com Choy (1970, p. 13), no lugar de descartar o sindicalismo revolucionário de Sorel e tudo que pudesse aproximá-lo das motivações classistas do neonato proletariado peruano, Mariátegui soube aproveitar a capacidade de luta conferida pelos cânones de ação prática do sindicalismo revolucionário que, orientados então por uma concepção marxista hegemônica, poderiam servir para erodir o sistema político e econômico existente. Para Paris (1978, p. 128), Sorel aparece [nos textos de Mariátegui] como portador de certos temas e, “de maneira mais ampla”, como o introdutor e fiador de determinadas obras. De resto, talvez o pensamento heterogêneo e heterodoxo de Sorel tenha suscitado a admiração de Mariátegui justamente pela forma antidogmática em que se referia ao (e reivindicava) o marxismo. É evidente que o que encanta Mariátegui no pensamento soreliano não é o conteúdo de revisão epistemológica do marxismo, mas a forma apaixonada do convite à necessária ação imediata².

Sabe-se que o próprio Lênin já havia demonstrado certo interesse positivo nos escritos do que ele considerava ser um “revisionismo de esquerda”, que teria origem nos “países latinos” (LÊNIN, 1971, p. 69). Sendo o “revisionismo de direita”, bem entendido, as correntes de matiz bernsteiniana aludidas acima, Lênin distingue o revisionismo de esquerda identificando-o como um “sindicalismo revolucionário” que

adapta-se, ele também, ao marxismo, “corrigindo-o”. Labriola na Itália, Lagardelle na França, referindo-se o tempo todo a um Marx mal compreendido e um Marx bem compreendido. Não podemos nos demorar aqui na análise da substância ideológica desse revisionismo, que está ainda longe de se desenvolver como o revisionismo oportunista, não se internacionalizou e não

² Para uma discussão aprofundada sobre a relação de Mariátegui com o pensamento de Georges Sorel ver os artigos de Robert Paris “El marxismo de Mariátegui” (PARIS, 1978) e “Mariátegui: um ‘sorelismo’ ambíguo” (PARIS, 1978b), além do extenso estudo de Hugo Garcia Salvatecci “Sorel y Mariátegui” (SALVATTECCI, 1979).

sustentou praticamente nenhuma batalha importante com os partidos socialistas de nenhum país. Limitar-nos-emos, portanto, ao “revisonismo de direita”. (LÊNIN, 1971, p. 69).

Há uma concessão tácita feita aqui por Lênin ao “revisonismo de esquerda”, embora o líder bolchevique já tivesse se referido ao próprio Sorel como um “confusionista bem conhecido” no mesmo ano de 1908, em “Materialismo e empiriocriticismo” (LÊNIN, 1976a, p. 293). Tal concessão é o reconhecimento de que “esse” revisonismo não seria oportunista, ou pelo menos não o seria ainda, e estaria sujeito a enfrentar provações ideológicas nos países “latinos” onde se desenvolvia. Poderia exercer alguma função revolucionária, ou pelo menos conteria alguma proposição útil ao proletariado revolucionário o pensamento revisonista “de esquerda”? Como o próprio Lênin enfatiza, o combate ao revisonismo de direita era prioridade, e não havia tempo (e haveria cada vez menos a partir de então) para que ele pudesse se ocupar detidamente do assunto.

Voltemos à crítica das tendências reformistas analisadas por Mariátegui. Ele faz coro com Lênin também quanto à crítica impiedosa às tendências reformistas marcantes no âmbito da II Internacional. Considera que a Segunda Internacional teria reaparecido, após a Grande Guerra, com o “mesmo pacifismo platônico dos tempos pré-bélicos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Identifica em líderes como Vandervelde, Kautsky e Bernstein a “antiga fé” nos métodos reformistas. Sustenta que tais homens não compreendem as modificações causadas pela guerra e não conseguem perceber a existência de uma nova realidade na luta de classes mundial. Mariátegui depositava suas esperanças na III Internacional, que concentrava a força da juventude revolucionária em contraste com aqueles “velhos socialistas” (MARIÁTEGUI, 1972). Sem menosprezar completamente os socialistas encabeçados pela socialdemocracia alemã, ele constata que a “II Internacional foi uma máquina de organização e que a III Internacional é uma máquina de combate” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 115).

Mariátegui não analisa o desenvolvimento do capitalismo peruano como um fenômeno específico contido nos limites do território de seu país, mas associa tal desenvolvimento ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo mundial, qual seja a fase imperialista. Dessa forma, assevera igualmente que o proletariado peruano também é parte do contexto mundial de crise do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que, como

ênfatisado por ele, o desenvolvimento capitalista tornaria unificados os interesses, as ideias, os costumes e os regimes dos povos submetidos a esse sistema econômico. O Peru encontrar-se-ia, assim como todos os outros países americanos, inserido naquela crise (MARIÁTEGUI, 1973, p. 17).

Mais uma vez em paralelo com as reflexões de Lênin, Mariátegui aponta o que considera serem as duas principais correntes de esquerda a atuar sobre o cenário econômico de então: os “reformistas” e os “revolucionários”. Nas suas palavras:

Tanto num quanto noutro grupo há diferentes matizes, mas os grupos são claramente apenas dois: o dos que querem realizar o socialismo colaborando politicamente com a burguesia e o dos que querem realizar o socialismo conquistando integralmente para o proletariado o poder político. E a existência desses dois grupos provém da existência de duas concepções diferentes, de duas concepções opostas, de duas concepções antitéticas do atual momento histórico. (MARIÁTEGUI, 1973, p. 19).

Lênin, por sua vez, indica, com relação ao momento histórico em que escreve, o caráter já totalmente internacionalizado do revisionismo, e distingue também entre “ortodoxos e bernsteinianos na Alemanha, guesdistas e jaressistas na França, [...] bolcheviques e mencheviques na Rússia” (LÊNIN, 1971, p. 69) e observa que as relações de antagonismo entre cada “par” são, no fundo, de mesma natureza, a despeito das diferenças de condições nacionais. Também para o líder bolchevique a possibilidade de distinção clara entre reformistas e revolucionários em cada país se constituiria num grande passo adiante em relação ao que se teria passado décadas antes quando, nos diversos países europeus, tendências diferentes afrontavam-se no seio de um único movimento socialista internacional (LÊNIN, 1971, p. 69).

Também para Mariátegui, poucos anos depois, se trataria de um momento histórico revolucionário, de uma burguesia mundial incapaz de reconstruir a riqueza social destruída pela guerra (no caso, a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) e, por conseguinte, incapaz de solucionar problemas concernentes à manutenção da paz (MARIÁTEGUI, 1973, p. 20). Sustenta que a guerra teria originado uma crise cuja solução deveria ser proletária, socialista, já iniciada com a Revolução Russa.

Tanto na afirmação da existência das correntes reformista e revolucionária quanto na defesa de uma solução proletária para as contradições engendradas pelo imperialismo, Mariátegui, nitidamente, concorda com as análises de Lênin presentes em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Ou antes, interpreta os escritos do marxista russo à luz da realidade latino-americana em geral e peruana em particular. Além disso, viria mais tarde a identificar na APRA³ o reformismo pequeno-burguês que Lênin desvela em Kautsky quando critica seu artigo *Ultra-imperialismo*, publicado pelo socialdemocrata alemão às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Para Lênin, Kautsky encontrava-se no meio daqueles cuja revisão do marxismo conduzia o movimento operário a políticas de conciliação e de reformas no âmbito do Estado burguês. De fato, as teses de Kautsky, ao menos em seu escrito sobre o ultra-imperialismo, conduziam a uma estratégia reformista disfarçada de tática revolucionária. O autor alemão destitui o imperialismo de sua condição de capitalismo levado às últimas consequências, como considera Lênin, para enxergá-lo como apenas uma de outras formas possíveis da relação entre os capitais internacionais. Uma forma que já estaria em vias de ser substituída por outra, constituída por uma aliança internacional de países imperialistas, a “cartelização” do capital internacional, ou a fase do “ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 1970, p. 46).

Ao negar o imperialismo e as lutas interimperialistas como desdobramentos necessários da competição capitalista internacional, Kautsky descarta a ligação necessária entre luta anti-imperialista e luta anticapitalista, já que não se luta contra o fenômeno superior e necessário do desenvolvimento do capitalismo mundial, mas apenas contra uma de outras formas possíveis de sua manifestação internacional, entre as quais estaria o “ultra-imperialismo”⁴.

³ Aliança Popular Revolucionária Americana. Movimento político peruano liderado por Haya de La Torre a partir do exílio no México. Mariátegui rompe com o movimento em 1928, quando este decide se transformar em partido político de caráter reformista, disposto a agregar em suas fileiras as frações nacionalistas da burguesia peruana. Sobre a polêmica entre os dois intelectuais peruanos, ver subitem a seguir.

⁴ Moniz Bandeira (2006, p. 64-68) endossa a tese de Kautsky e identifica em Lênin, nesse caso, uma postura “voluntarista”, disposta promover a revolução a qualquer custo, chegando inclusive a uma conclusão severa em relação ao líder bolchevique: “A atitude de Lênin, acusando Kautsky de romper ‘irremediável e decididamente com o marxismo’ etc., não decorreu de uma reflexão teórica, com base científica, mas de uma paixão política. O objetivo das diatribes, com que ele contribuiu para dogmatizar o marxismo, não consistiu em convencer, mas em vencer, em estigmatizar os que pensavam diferentemente” (Idem, p. 67-68).

Embora Kautsky afirme que, contra o ultra-imperialismo, “nós devemos lutar tão energeticamente quanto fazemos contra o imperialismo” (1970, p. 46), resulta de sua argumentação que golpear o imperialismo seria uma opção contingente de um ponto de vista estratégico. Como observa Lênin, Kautsky separaria, no fenômeno imperialista, a política da economia, e esta seria a manobra crucial do “desvio burguês” de sua análise:

O essencial é que Kautsky separa, no imperialismo, a política da economia, pretendendo que as anexações são a política “preferida” do capital financeiro e opondo a esta política uma outra política burguesa, pretensamente possível, baseada sempre no capital financeiro. [...] Daí resulta que a partilha territorial do mundo, concluída precisamente na época do capital financeiro, e que constitui a base das atuais e originais formas de rivalidades entre os maiores Estados capitalistas, é comparável com uma política não imperialista. Isto leva a ocultar, a tornar menos perceptíveis as contradições da atual fase do capitalismo em vez de lhes desvendar a profundidade. Em vez de marxismo chega-se assim ao reformismo burguês. (LÊNIN, 1987, p. 91).

Concluirá Lênin que, separando a política da economia, a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atinge suas bases econômicas e se reduz, portanto, a reformismo e pacifismo burgueses, a “piedosos e inofensivos desejos” (1987, p. 92).

O revolucionário russo atribui a existência da vertente reformista no seio do movimento operário à capacidade de corrompimento adquirida pelo capital, devida aos enormes ganhos proporcionados pelo imperialismo. Tal corrompimento atingiria os estratos superiores do movimento operário e formaria uma aristocracia operária apartada da massa do proletariado, mas que se arrogaria sua direção. Nas palavras de Lênin:

[...] o imperialismo tende também a criar, entre os operários, categorias privilegiadas e a separá-las da grande massa do operariado. [...] cria a possibilidade econômica de corromper as camadas superiores do proletariado. (LÊNIN, 1987, p. 103).

Mariátegui vê o reformismo de parcela do movimento operário como uma concepção equivocada do momento histórico de então. No

mesmo reformismo, Lênin enxerga o corrompimento do movimento operário induzido pelas pressões do capital. Seja uma e/ou outra coisa, importante notar que, em perspectiva semelhante à de Lênin, o socialista peruano aponta como tarefa urgente a conscientização política da massa do proletariado de seu país, fazer com que tal massa visualizasse com clareza essa cisão existente em meio às suas lideranças e compreendesse o momento de crise revolucionária que estaria vivendo, como parte que era do proletariado mundial. Assim, uma polêmica em mesma chave analítica (“revolução” *versus* “reformismo pequeno-burguês”) da disputa teórico-política travada por Lênin contra Kautsky será desenvolvida por Mariátegui contra o principal líder reformista peruano, Víctor Raul Haya de la Torre, e neste ponto também é interessante nos determos por um instante.

2.2 SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Retomando de forma mais direta a comparação com Lênin, nesse momento pode ser interessante um exercício teórico mais detido sobre o modo de proceder à análise das respectivas realidades concretas de ambos os pensadores. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode mostrar um eventual distanciamento teórico e político, em relação a esse tema, de Mariátegui com o pensamento do revolucionário russo ou, mais especificamente, uma hipotética mudança na perspectiva lenineana de Mariátegui que seja operada por uma tradução específica dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX. Se por mais não fosse, é suficiente lembrar apenas dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros, ainda que proporcionalmente mais numeroso na Rússia. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁵ e o proeminente elemento étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daqueles campesinato e

⁵ “Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o demos urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível” (MARIÁTEGUI, 1979, p.47).

proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo da luta social.

Na exposição que se segue, não avançaremos nenhuma conclusão precoce para uma discussão bibliográfica, mas deixaremos indicadas passagens da reflexão de cada autor sobre o tema. Com o desdobramento desta pesquisa, percorreremos de forma integral a problemática agrária tal como aparece nos escritos de cada um e faremos a análise comparativa que permita confirmar ou refutar nossa hipótese.

2.2.1 APONTAMENTOS SOBRE LÊNIN E A QUESTÃO AGRÁRIA RUSSA

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra* em 1901 (LÊNIN, 1975, p. 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado fora o retorno à semi-servidão, proletarização da maioria e formação, a partir de uma minoria de kulaks, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar da primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário socialdemocrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (LÊNIN, 1975, p. 471).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (LÊNIN, 1976, p. 164-

165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (LÊNIN, 1976, p. 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade seria uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital seria uma luta socialista (LÊNIN, 1976, p. 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do programa bolchevique para a solução do problema agrário apresentada no IV Congresso do POSDR (LÊNIN, 1976, p. 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da socialdemocracia russa daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo “Emancipação do trabalho”) e Riazanov (Grupo “Borbá”).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos “terratenedores”), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (LÊNIN, 1976, p. 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado, a alteração das formas de exercício de seu poder, não podem, em todo caso, ser subestimadas: “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (1976, p. 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov⁶, Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retraída e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazer concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (1976, p. 218). Embora esteja pensando especificamente na propriedade fundiária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização parcial da propriedade fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta parcial contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta parcial contra o imperialismo. Nesse raciocínio, “parcial” significaria precisamente agir de forma conciliatória com os “inimigos de classe” e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

Da sucinta exposição acima conclui-se, como de resto é notório, a importância, para Lênin, de se alcançar uma proposta programática que incluísse os interesses mais imediatos dos pequenos camponeses russos e conquistasse, portanto, seu apoio à causa revolucionária do proletariado urbano. Em outras palavras, uma proposta que consolidasse a hegemonia daquele proletariado sobre o campesinato. Já para Mariátegui, o campesinato ocupava papel de maior centralidade na construção do próprio partido e da revolução no Peru. Deveria constituir parte de sua própria “vanguarda”. Vejamos abaixo como isso se verifica.

⁶ Representante de uma das correntes internas da socialdemocracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais, e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

2.3.2 MARIÁTEGUI E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU⁷

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão estratégica mais ampla, para Lênin tanto quanto para Mariátegui, era estabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista⁸.

Não é forçar o argumento procurar, nas preocupações estratégicas de ambos os revolucionários, os elementos materiais, históricos e políticos necessários para o que poderia ser chamado de uma hegemonia de novo tipo, qual seja aquela dos trabalhadores urbanos e rurais organizados politicamente e em luta contra a hegemonia do *status quo*. Não se trataria apenas de uma questão tática, mas da construção paulatina, entre os grupos subalternos, de uma nova concepção de mundo e das relações sociais a ser apresentadas em desafio à ordem vigente⁹. Para analisar as variáveis históricas que pudessem indicar as possibilidades de tal projeto, Mariátegui remete à análise dos primórdios da questão agrária no Peru, ou seja, ao tempo da revolução de independência.

Observa o autor que a revolução encontrou um país atrasado com relação à formação de sua burguesia. No Peru, os elementos de uma economia capitalista eram ainda mais atrasados que em outros países da América espanhola em que já havia uma burguesia formada em estágios menos embrionários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 42). O que faltava no Peru para que a revolução de independência pudesse ter permitido ganhos

⁷ Parte fundamental desta análise de Mariátegui foi desenvolvida em seus *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, obra que completa 90 anos de publicação em 2018. Sobre isso, cf. Löwy (2017).

⁸ Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

⁹ A importância atribuída por Mariátegui à conquista das massas indígenas e camponesas pode ser verificada em seus esforços para preparar politicamente elementos dessas classes sociais. Até sua morte, empenhou-se na formação teórica de militantes quéchuas e aymaras e camponeses da costa com o objetivo de enviá-los ao exterior para estudar e adquirir experiência como dirigentes políticos para o Partido Socialista (DEL PRADO, 1970, p.25).

razoáveis ao campesinato era a existência de uma burguesia consciente das finalidades, dos objetivos de suas ações e um estado de ânimo revolucionário na classe camponesa, sobretudo sua reivindicação do direito à terra em termos que fossem incompatíveis com o poder da aristocracia rural.

O autor apresenta uma composição de classes que descreve em geral as populações americanas pré-independência e constitui um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comerciantes que dispunha de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os “villanos”, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, era a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesão e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extra social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes, os uniram no interesse comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíam um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pelos movimentos nacionais de independência (MARIÁTEGUI, 1979, p.44).

De toda forma, tais movimentos inspiravam-se em princípios liberais, princípios que consideravam a existência das reivindicações agrárias, que encontravam seus fundamentos na necessidade prática de livrar o domínio fundiário das travas feudais. No entanto, o Peru não possuía uma burguesia que os aplicasse de acordo com seus interesses econômicos e sua própria doutrina política e jurídica. Assim, as consequências práticas da revolução, no que dizia respeito à propriedade agrária, detiveram-se nos limites fixados pelos interesses dos grandes proprietários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixavam intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulavam suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru. Como a burguesia industrial e comerciante era muito débil para assumir o controle político do país, a revolução não levou ao poder uma nova classe, mas manteve a antiga: “A abolição da servidão não passava, por isso, de uma declaração teórica. Porque a revolução não tinha tocado no latifúndio. E a servidão não é senão uma das faces da feudalidade, e não a própria feudalidade” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

O caudilhismo militar se tornou assim o produto natural de um processo revolucionário que não tinha podido conduzir uma nova classe social ao poder. Assim, este era exercido pelos próprios militares condutores da revolução no campo de batalha, já que estes gozavam do prestígio de ter feito a guerra, assim como tinham a capacidade de manter-se no poder pela força das armas. Ocorria que, no conflito de interesses entre liberais e conservadores, faltava uma reivindicação camponesa ativa e direta que obrigasse aos primeiros a incluir em seu programa a distribuição da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 45). É necessário lembrar ainda que a escravidão negra não foi abolida de imediato após a revolução de independência, embora a servidão o tenha sido, ao menos formalmente. A escravidão negra, bem como a contribuição pecuniária obrigatória que mantinha os camponeses indígenas vinculados na prática a seus antigos senhores foram abolidas apenas em 1854 pelo general presidente Castilla, a quem Mariátegui atribui as conquistas menos acanhadas da postura política liberal de então em seu país.

Mais que por incentivos estatais aos pequenos proprietários, a política de favorecimento da distribuição de terras aconteceu, sobretudo, por anulação dos entraves jurídicos aristocráticos. Mariátegui observa que em nenhum lugar do mundo a reforma agrária fora ainda possível sem leis específicas que expropriassem o latifúndio e distribuísse as terras para quem nela trabalhe. Assim, não obstante a presença de leis que anulassem o estatuto da servidão, a pequena propriedade acabou por não prosperar no Peru. Pelo contrário, o latifúndio prosperou e se estendeu: “E a propriedade

da comunidade indígena foi a única que sofreu as consequências desse liberalismo deformado” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Ao mesmo tempo que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Esta classe, que permanecia a mesma, tinha mantido, agora na república, basicamente os mesmos privilégios adquiridos na situação de colônia. Mariátegui considera ser, assim, natural que ela tratasse da questão da propriedade da terra por meio dos critérios os mais conservadores possíveis. A permanência da condição extra social dos indígenas, por sua vez, não expunha essa aristocracia aos perigos das reivindicações de massas camponesas conscientes (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

O efeito perverso da legislação republicana fora que seu liberalismo, inerte diante da propriedade feudal, era aplicado apenas sobre a propriedade comunal indígena, o que suplantava seu caráter coletivista e desintegrava-a em pequenas propriedades sem nenhum suporte do Estado e sofrendo toda a pressão da grande propriedade que as ameaçava. Assim, a destruição das comunidades rurais indígenas não significava transformar esses camponeses em pequenos proprietários, e sequer em assalariados livres. Significava, ao contrário, entregar suas terras aos grandes proprietários e sua clientela de rentistas. Era o caminho efetivo de vincular novamente o indígena ao latifúndio, sem que nunca tivesse se alterado, na prática, sua situação social (MARIÁTEGUI, 1979, p.48).

Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabam realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle desses. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a

exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (MARIÁTEGUI, 1979, p. 49).

Informado por essa análise histórica sobre a constituição da propriedade territorial em seu país, Mariátegui apresenta um “complemento ao estudo do problema da terra no Peru”¹⁰ (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 108-112), texto que consiste, na verdade, em propostas para se atender e contemplar todos os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais peruanos em detrimento da secular política de latifúndio então vigente. Trata-se de uma perspectiva que visava conquistar os camponeses para a revolução socialista no Peru, por meio da assimilação de seus interesses ao programa revolucionário. Nesse sentido, o autor aproxima-se das soluções propostas por Lênin antes e no decorrer da Revolução Russa e que visavam conquistar os camponeses e trabalhadores rurais para a causa da revolução.

Com base na constatação de que no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinal de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, desenvolvimento e proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do “ayllu”, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de converter-se gradualmente em organização do Estado socialista moderno (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 110)¹¹. Observa que a extensão de terras disponíveis no país permitia reservar aquelas necessárias para uma distribuição progressiva aos camponeses, permanecendo em relação contínua, ao mesmo tempo, com o processo de crescimento das comunidades.

¹⁰ Sob o título “Princípios de política agrária nacional”, foi publicado originalmente no periódico *Mundial*, de Lima, em 1º de julho de 1927. Compilado postumamente no volume “Peruanicemos al Perú”(1972a) das obras completas.

¹¹ Os “ayllu” eram determinadas extensões de terra de cultivo comum familiar, características do período pré-colonial. Essa expectativa de que tal costume ancestral de cultivo comum da terra pudesse se tornar um elemento moderno impulsionador do socialismo tem impressionante afinidade com as conclusões de Marx no famoso debate epistolar entre ele e Vera Zaslitch, então representante do movimento camponês russo “narodnik” (cf. MARX; ENGELS, 2013). Mariátegui nunca leu esse debate, que foi publicado após sua morte. Lênin foi notoriamente hostil àquele movimento, denominando-o pejorativamente de “populista”. Para um debate aprofundado sobre a origem deste conceito específico (não aquele consagrado nas ciências sociais brasileiras que se refere às diversas formas de caudilhismo e demagogia de massas) e sua utilização na América Latina, ver Velasco e Cruz (2016, p. 95-116).

Mariátegui propõe, como consequência, uma política de crédito agrícola coerente com as medidas acima descritas. O crédito agrícola, que para isso deveria ser controlado e dirigido pelo Estado, impulsionaria a agricultura no sentido mais conveniente às necessidades nacionais. Tal seria o principal recurso para o desenvolvimento da produção comunitária. O Banco Agrícola Nacional deveria dar preferência às operações das cooperativas, as quais, por sua vez, seriam ajudadas pelos corpos técnicos e educativos do Estado para melhor trabalharem suas terras, bem como para a instrução da técnica industrial de seus membros (MARIÁTEGUI, 1972a). Os confiscos de terras não cultivadas, bem como a irrigação e beneficiamento de terras ociosas, colocariam à disposição do Estado extensões territoriais que seriam preferencialmente destinadas à sua ocupação por cooperativas tecnicamente capacitadas (MARIÁTEGUI, 1972a).

Mariátegui tem em vista também a necessidade de se estabelecer solidamente não apenas a produção dos pequenos camponeses comunitários, mas também a grande produção de caráter agroindustrial para a consecução de objetivos de produção em larga escala. No cumprimento desse objetivo, a proposta que faz o autor é que as terras não exploradas diretamente por seus proprietários, ou pertencentes a grandes rentistas rurais improdutivos, passariam diretamente para as mãos de seus arrendatários, sendo seu usufruto e extensão territorial limitados pelo Estado, no caso em que a exploração do solo fosse efetivada com base em técnicas industriais modernas, com instalações e capitais apropriados (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 111).

Por fim, em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (MARIÁTEGUI, 1972a).

Todas essas propostas, Mariátegui as faz tendo como base um sólido conhecimento da história e da contemporaneidade da questão agrária peruana. Trata-se, na verdade, de um programa agrário para o socialismo peruano, que encampa, em uma mesma problemática, a superação do latifúndio e da subalternidade indígena camponesa.

REFERÊNCIAS

- CHOY, E. *et al. Lenin y Mariátegui*. Lima: Amauta, 1970.
- DEL PRADO, J. Lenin y su obra en el pensamiento y en la acción de José Carlos. *In: CHOY, E. et al. Lenin y Mariátegui*. Lima: Amauta, 1970. p. 17-44.
- KAUTSKY, K. Ultra-imperialism. *New Left Review*, London, n. 59, p. 41-46, 1970.
- LÊNIN, V. Marxisme et révisionnisme. *In: LÊNIN, V. Oeuvres Choisies (I)*. Moscou: Editions du Progrès, 1971. p. 63-70.
- LÊNIN, V. El partido obrero y el campesinado. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p. 464-473. t. 1.
- LÊNIN, V. El proletariado y el campesinado. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976. p.164-168. t. 3.
- LÊNIN, V. Materialismo y empiriocriticismo. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976a. p. 1-365. t. 4.
- LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LÖWY, M. Noventa anos de publicação dos “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” e a atualidade de Mariátegui. Entrevista a Leandro Galastri. *Revista Urutágua*, Paraná, n. 36, p. 242-245, jun./nov. 2017.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972a.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Historia de la crisis mundial*. Lima: Amauta, 1973.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1974.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Defensa Del marxismo*. Lima: Amauta, 1976.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Figuras y aspectos de la vida mundial*. Lima: Amauta, 1977. 3 v.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Siete Ensayos de interpretacion de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PARIS, R. El marxismo de Mariátegui. *In: ARICÓ, J. (org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978a. p. 119-144.
- PARIS, R. Mariátegui: un “sorelismo” ambiguo. *In: ARICÓ, J. (org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978b. p. 155-162.
- SALVATTECCI, H. G. *Sorel y Mariátegui*. Lima: E. D. Valenzuela, 1979.

VELASCO E CRUZ, A. K. A primeira polêmica sobre o populismo na América Latina. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 43, p. 95-116, 2016.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARICÓ, J. (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978.

BOOTHMAN, D. Traducibilità. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009. p. 855-857.

BOOTHMAN, D. Traduzione. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009. p. 857-860.

FLORES GALINDO, A. *Obras completas*. Lima: Fundación Andina; SUR, 1994. v. 2.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001. v. 4.

IVES, P.; ROCCO, L. (org.). *Gramsci, language and translation*. Plymouth: Lexington Books, 2010.

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano (1926-1937)*. Roma: Carocci, 2009.

MARIÁTEGUI, J. C. *La escena contemporánea*. Lima: Amauta, 1972.

MESEGUER ILLAN, D. *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

SOBRE OS AUTORES

AENDER LUIS GUIMARÃES

Doutor em Ciências Sociais na UNESP/ Campus de Marília. Docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus de Presidente Epitácio. Orientador: Dr. Jair Pinheiro.

ALEX RICARDO BOMBARDA

Doutorando em Ciências Sociais na UNESP/Campus de Marília. Possui mestrado em Ciências Sociais (2015) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Campus Araraquara. É licenciado em Ciências Sociais (2005) pela mesma Universidade - Campus Marília. Orientador: Dr. Giovanni Alves.

ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES

Atualmente é professor de Sociologia do IFMS, Campus Coxim, doutor em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília, realizou intercâmbio com a Universidad de la República Uruguay (Udelar), junto ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política, sob a coorientação do professor Luis Alberto Senatore Camerota. Estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/UNESP) Orientador: Dr. Anderson Deo.

ANA CAROLINA DO CARMO PEREIRA

Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP/Campus de Marília, mestre em Ciências Sociais na mesma Universidade. Orientação: Dr. Jair Pinheiro.

ANDERSON DEO

Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Campus* de Marília. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq). Pesquisador vinculado ao Instituto Caio Prado Júnior (ICP) e ao Instituto Astrojildo Pereira (IAP) e membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho (CPMT/CNPq).

ANGÉLICA LOVATTO

Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Líder do Grupo de Pesquisa Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (CNPq).

FRANCIELI MARTINS BATISTA

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília. Estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/UNESP). Orientador: Dr. Anderson Deo.

JOÃO VICENTE NASCIMENTO LINS

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente encontra-se trabalhando como professor na rede estadual de ensino de São Paulo, é mestre em Ciências Sociais na UNESP/Campus de Marília. Orientador: Dr. Leandro Galastri.

JORDANA DE SOUZA SANTOS

Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília. Orientadora: Dr^a. Angélica Lovatto.

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Campus de Marília. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Orientadora: Dr^a. Angélica Lovatto.

LEANDRO GALASTRI

Professor de Ciência Política da Unesp de Marília. Integra o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, do mesmo campus. Desenvolve pesquisa sobre o pensamento político de José Carlos Mariátegui, Antonio Gramsci e conceitos correlatos às respectivas obras. É autor de *Gramsci, Marxismo e Revisionismo* pela editora Autores Associados (Campinas, 2005) e editor do blog *marxismo21*.

LEONARDO ANTÔNIO SILVANO FERREIRA

Possui Graduação, licenciatura (2010) e bacharelado (2012), e Mestrado (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Ciências Sociais da UNESP/Campus de Marília, estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/UNESP) e membro pesquisador do Grupo de Estudos sobre Novas Tecnologias e Trabalho (GENTT/UEL). Orientador: Dr. Anderson Deo. Coorientador: Dr. Fábio Ocada.

LEONARDO SARTORETTO

Graduado, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/ Campus de Marília. Estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação humana (NEOM/UNESP). Também é professor de Sociologia pelo Colégio Comunitário/Fundação Educacional de Toledo – FUNET. E-mail: leonardosartoretto@hotmail.com. Orientador: Dr. Anderson Deo.

MARCOS DEL ROIO

Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Campus* de Marília. Presidente do Instituto Astrojildo Pereira (IAP) e líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho (CPMT/CNPq).

MARÍLIA GABRIELLA BORGES MACHADO

Mestranda, com bolsa de pesquisa CAPES, em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília. Também é professora de Sociologia, Filosofia, História e Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo. Orientador: Dr. Marcos Del Roio.

RAFAEL DE ALMEIDA ANDRADE

Graduado em Ciências Sociais pela UNESP/ Campus de Marília, no qual foi bolsista de iniciação científica Fapesp. Atualmente é Mestrando em Ciências Sociais pela mesma universidade. Estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/UNESP). Orientador: Dr. Anderson Deo.

RAFAEL DOS SANTOS ALCANTARA

Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília, com opção na área de Ciência Política. Mestre em Ciências Sociais na UNESP/Campus de Marília. Orientadora: Dr^a. Angélica Lovatto.

RODOLFO SANCHES

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação da UNESP/Campus de Marília, onde concluiu seu mestrado. Orientador: Dr. Marcos Del Roio.

RODRIGO DOS SANTOS ALCANTARA

Graduado em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília, nas modalidades bacharel e licenciatura. Atualmente é mestrando em Ciência Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Orientador: Dr. Leandro Galastri.

SELMA DE FATIMA SANTOS

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília, onde concluiu seu mestrado. Estudante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/UNESP). Orientador: Dr. Anderson Deo.

SIMONE DA CONCEIÇÃO SILVA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela UNESP/ Campus de Marília. Orientador: Dr. Jair Pinheiro.

VITOR LUIZ CARVALHO DA SILVA

Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduando da UNESP/Campus de Marília. Orientador: Dr, Giovanni Alves.

YURI RODRIGUES DA CUNHA

Doutor em Ciências Sociais pela UNESP/Campus de Marília. Bolsista CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Orientadora: Dr^a. Angélica Lovatto.

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

NORMALIZAÇÃO

Amanda Andrade V. da Silva
Isabelle Ribeiro Ornelas Coelho Lima

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

FORMATO

16X23cm

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

TIRAGEM

100

IMPRESSÃO E ACABAMENTO



ra de ofensiva reacionária do capital nas mais diversas dimensões da vida social, é resgatar o compromisso teórico-metodológico das pesquisas acadêmicas com a crítica social dialética e materialista, indo além do academicismo e do carreirismo burocrático que caracteriza o universo da academia burguesa no Brasil de hoje.

Este livro, organizado por Anderson Deo e Leonardo Sartoretto, é um exemplo notável deste louvável esforço intelectual e acadêmico, que reúne um importante conjunto de textos de comunicação das pesquisas de jovens discentes da linha 3 do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Mestrado e Doutorado – da Unesp, campus de Marília, intitulada “Determinações do Mundo do Trabalho”. É um exemplo do esforço de professores e alunos de pós-graduação construindo abordagens críticas sobre temas relevantes do mundo do trabalho, da política e da cultura hoje no Brasil. Numa conjuntura de reacionarismo burguês, as pesquisas sociais comprometidas com a crítica social, dialética e materialista, tornam-se fundamentais para a resistência intelectual-moral da universidade pública e da inteligência brasileira.

O Brasil vive uma conjuntura histórica catastrófica que exige dos pesquisadores acadêmicos um compromisso com a razão dialética e a crítica social. A luta contra o neopositivismo, o pós-modernismo e o academicismo deve ser um compromisso intelectual-moral daqueles que querem resistir à barbárie do capital. Fazer pesquisa acadêmica deve se tornar um ato político – no sentido digno da palavra – onde o compromisso com o rigor teórico-metodológico e a objetividade do conhecimento científico deve caminhar de mãos dadas com o compromisso ético da crítica da ordem burguesa existente. Este livro, organizado por Anderson Deo e Leonardo Sartoretto, é um exemplo notável deste louvável esforço intelectual e acadêmico, que reúne um importante conjunto de textos de comunicação das pesquisas de jovens discentes da linha 3 do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Mestra do e Doutorado – da Unesp, campus de Marília, intitulada “Determinações do Mundo do Trabalho”. É um exemplo do esforço de professores e alunos de pós-graduação construindo abordagens críticas sobre temas relevantes do mundo do trabalho, da política e da cultura hoje no Brasil. Numa conjuntura de reacionarismo burguês, as pesquisas sociais comprometidas com a crítica social, dialética e materialista, tornam-se fundamentais para a resistência intelectual-moral da universidade pública e da inteligência brasileira.

GIOVANNI ALVES